

CÓDIGO ADMINISTRATIVO

Código Administrativo

(APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 27.424
DE 31 DE DEZEMBRO DE 1936)



**Contendo as leis n.ºs 1:940 de 3 de Abril
de 1936, e 1:945 e 1:946 de 21 de Dezembro
de 1936 que promulgam as bases da
organização administrativa e dão nova redacção a alguns artigos da Constituição, e
inserindo todas as tabelas e mapas anexos
ao Código.**

EMPRESA JURÍDICA EDITORA
PRACA LUIZ DE CAMÕES, 22, 2.º — LISBOA
1937

Lei n.º 1:940 de 3 de Abril de 1936

(Promulga as bases da organização administrativa)

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte

BASE I

Os concelhos serão classificados em urbanos e rurais, podendo uns e outros ser de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem

BASE II

As freguesias serão de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem

BASE III

Em todos os concelhos, a excepção dos urbanos de 1.ª ordem, haverá um conselho municipal composto do presidente da câmara e de representantes, natos ou electivos, das juntas de freguesia, das Misericórdias, dos organismos corporativos (gremios, sindicatos nacionais, Casas do Povo, Casas dos Pescadores, bem como quaisquer outros que venham a constituir-se) e dos maiores contribuintes da contribuição predial rustica, nos concelhos rurais, e da contribuição predial rustica ou urbana, nos concelhos urbanos

A este conselho, além de quaisquer outras atribuições que o Código venha a conferir-lhe, competirá

- 1.º Eleger os vereadores da câmara municipal e respectivos substitutos,
- 2.º Revogar o mandato aos vereadores quando, em face de exposição fundamentada do presidente da câmara, o julgar conveniente à boa marcha da administração municipal,
- 3.º Requerer ao Governo sindicância aos actos do presidente da câmara municipal,

4.º Pronunciar-se sobre as deliberações da câmara municipal que, nos termos do Código, dependam da sua aprovação para se tornarem executórias

Os vereadores poderão assistir as sessões do conselho municipal e tomar parte nas discussões, sem voto

§ unico No Código será regulado o modo de substituir a representação dos organismos corporativos nos concelhos em que não estejam constituídas secções dos sindicatos nacionais ou não sejam sede destes ou em que não se tenham constituído gremios

BASE IV

Nos concelhos urbanos de 1ª ordem os vereadores serão eleitos pelas juntas de freguesia e organismos corporativos do concelho

BASE V

As atribuições deliberativas das câmaras municipais serão umas de exercício facultativo e outras de exercício obrigatório, dependendo a enumeração destas da classe e ordem dos concelhos

As câmaras municipais não poderão instituir serviços ou realizar obras e melhoramentos facultativos sem que estejam criados e dotados os serviços, obras e melhoramentos obrigatórios, salvo se a respectiva deliberação tiver sido tomada por quatro quintos dos vereadores, nos concelhos urbanos de 1ª ordem, ou aprovada por três quartos dos vogais do respectivo conselho municipal, nos restantes concelhos

Neste caso, porém, a deliberação só se tornará executória se o Governo não lhe opuser o seu veto dentro do prazo de trinta dias

BASE VI

Carecem da aprovação do Governo para se tornarem executórias

1º As posturas e regulamentos de polícia sanitária,

2º As posturas e regulamentos relativos ao trânsito na via pública,

3º As deliberações sobre empréstimos

Nos concelhos urbanos de 1ª ordem não serão executórias sem aprovação do Governo, além das deliberações acima indicadas, as que tenham por objecto

1º A realização de obras públicas cuja valor exceda 3 000 000\$,

2º A concessão de serviços públicos ou de obras públicas de valor superior a 5 000 000\$,

3º A municipalização de serviços,

4º A concessão de exclusivos

Se dentro do prazo de trinta dias, contados da data da entrada do ofício do presidente da câmara no Ministério do Interior, não for publicada portaria concedendo ou negando a aprovação pedida, considerar-se-a aprovada a deliberação quanto ao referido nos n.ºs 1º e 2º da 1ª parte e 1º e 2º da 2ª parte

BASE VII

O presidente da câmara, bem como o seu substituto, serão nomeados pelo Governo de entre os respectivos munícipes e pelo prazo a fixar no Código

As suas funções serão remuneradas nos concelhos de 1ª ordem e poderão se-lo nos de 2ª e 3ª ordem, pela forma que o Código determinar

BASE VIII

Exceptuados os concelhos de Lisboa e Porto, onde haverá administradores de bairro, o presidente da câmara será o magistrado administrativo

do concelho, podendo o Código atribuir-lhe nos concelhos rurais de 2ª e 3ª ordem funções de autoridade policial

BASE IX

Será permitido as câmaras municipais explorar, sob forma industrial e por sua conta e risco, serviços públicos de interesse local, cujo objecto será especificado no Código

Estes serviços visarão a satisfazer necessidade colectivas da população do concelho, a que a iniciativa privada não proveja de modo completo, e não a estabelecer concorrência com a indústria particular

Os serviços municipalizados terão organização autónoma adentro da administração municipal, nos termos constantes do Código, dos regulamentos e das deliberações das câmaras

BASE X

Será permitido as câmaras municipais associarem-se para a realização de interesses comuns aos respectivos concelhos, formando federações de municípios, com a organização e para os fins a fixar no Código

BASE XI

O Ministro do Interior, ouvido o Conselho Nacional de Turismo e o Conselho de Obras Públicas, poderá decretar

1º A federação obrigatória dos concelhos urbanos de 1ª ordem com os concelhos vizinhos em que a sua influência se faça sentir intensamente,

2º A federação obrigatória dos concelhos limítrofes de um concelho urbano, de qualquer ordem, com este, quando seja considerada útil para o efeito da elaboração e execução de um plano de urbanização e expansão

Considerar-se-ão constituídas, a partir da data da entrada do Código em vigor, as seguintes federações

1ª Do concelho de Lisboa com os concelhos de Oeiras, Cascais, Loures, Sintra e Almada,

2ª Do concelho do Porto com os concelhos de Vila Nova de Gaia, Valongo, Matosinhos, Maia e Gondomar

Além dos objectivos a prosseguir pelas federações em geral, poderá o Código permitir ou impor as federações obrigatórias a realização de outros nêles taxativamente indicados

BASE XII

O direito de eleger as juntas de freguesia pertencerá privativamente as famílias, representadas pelos respectivos chefes

BASE XIII

Serão submetidas a *referendum* ou a aprovação tutelar, nos termos do Código, as deliberações das juntas de freguesia que digam respeito a pos-

turas ou regulamentos, à aquisição, onerosa ou gratuita com encargos, de bens imobiliários, à sua alienação e à concessão de servidões sobre bens paroquiais

BASE XIV

As posturas paroquiais serão sempre submetidas à aprovação do presidente da câmara, que examinará a sua legalidade e conformidade com os interesses do município

Da decisão do presidente da câmara poderá a junta recorrer, no primeiro caso, para o governador civil, e, da decisão deste, para o tribunal competente, no segundo caso, para o conselho municipal, ou para a câmara municipal, se se tratar de concelhos urbanos de 1ª ordem

BASE XV

As juntas de freguesia compreendidas dentro dos limites de uma cidade ou vila poderão associar-se para a prossecução em comum dos fins de assistência que por lei lhes forem confiados

Será obrigatória a união das freguesias dos concelhos urbanos de 1ª ordem

Cada união de freguesias será dirigida por uma comissão central das juntas de freguesia associadas

BASE XVI

Em cada freguesia haverá um regedor, com um substituto, ambos nomeados pelo presidente da câmara municipal e por ele livremente demittidos, salvo nos concelhos urbanos de 1ª ordem, em que a sua nomeação e demissão pertencem ao governador civil

BASE XVII

A administração provincial terá por órgãos o conselho de provincia e uma junta provincial composta de procuradores por aquele eleitos anualmente

O conselho de provincia será constituído por um procurador de cada uma das câmaras municipais da provincia, procuradores eleitos pelas federações de gremios ou sindicatos nacionais existentes na provincia, procuradores eleitos pelas corporações administrativas e institutos de utilidade local da provincia, e procuradores representantes dos varios ramos e graus de ensino existentes na provincia

BASE XVIII

Os conselhos de provincia terão atribuições

- a) De fomento e coordenação economica,
- b) De cultura,
- c) De assistência

No Código especificar-se-ão as deliberações que, no exercício destas atribuições, os conselhos de provincia poderão tomar

BASE XIX

Serão submetidas a aprovação do Governo as deliberações dos conselhos de provincia que impliquem a execução, por administração directa ou por empreitada, de obras publicas de valor superior a 3 000 000\$ e as respeitantes a empréstimos e a lançamento de impostos

BASE XX

Competirá à junta provincial executar e fazer executar as deliberações do conselho de provincia, superintender em todos os serviços provinciais, preparar o projecto de orçamento ordinário e aprovar os suplementares, representar, por intermedio do seu presidente, a provincia em juizo ou fora d'ele e exercer todas as demais atribuições que o Código lhe confira

BASE XXI

As deliberações dos corpos administrativos só poderão ser suspensas, modificadas ou anuladas nos casos e pela forma previstos no Código

BASE XXII

Os corpos administrativos serão obrigados a deliberar sobre os assuntos da sua competência dentro dos prazos que o Código fixar, contados estes da data em que lho requeriram quaisquer interessados, entendendo-se que a falta de deliberação dentro do prazo equivale, para efeitos de reclamação contenciosa, ao indeferimento do requerimento apresentado

BASE XXIII

O Governo, por intermedio das autoridades e agentes indicados no Código e pela forma neste prescrita, exercera inspecção permanente sobre os corpos administrativos, a fim de averiguar se cumprem as obrigações impostas por lei e se os seus serviços funcionam regularmente e no interesse do publico

BASE XXIV

Os corpos administrativos, bem como as juntas provinciais, poderão ser dissolvidos pelo Governo

1º Quando, por via de inquerito, se mostre que a sua gerência é nociva aos interesses das respectivas autarquias,

2º Quando, depois de advertidos, deixem de tomar as deliberações indispensáveis ao desempenho das atribuições de exercício obrigatório.

3º Quando se recusem a prestar à inspecção administrativa todas as informações e esclarecimentos que lhes forem pedidos e a facultar aos

inspectores o exame dos serviços e a consulta dos documentos necessários,

4º Quando se recusam a dar cumprimento às decisões definitivas dos tribunais

No decreto de dissolução, que sera sempre fundamentado, indicando-se os factos ou omissões que lhe deram causa, declarar-se-á se tem ou não lugar o regime de tutela, e, no caso negativo, fixar-se-á o dia da nova eleição, compreendido dentro dos vinte seguintes ao da publicação do decreto

BASE XXV

O Governo decretará o regime de tutela para os concelhos, freguesias ou províncias

1º Quando não seja possível constituir o conselho municipal ou o conselho de província por insuficiência de numero dos vogais eleitos,

2º Quando, por falta de numero devida a culpa dos respectivos vogais, se não realize a sessão ordinaria do conselho municipal ou do conselho de província,

3º Quando as câmaras municipais, juntas provinciais ou de freguesia não sejam eleitas por ser impossível a realização do acto eleitoral,

4º Quando as irregularidades que dêem causa à dissolução dos respectivos corpos administrativos sejam de molde a comprometer gravemente os interesses locais

Decretado o regime de tutela, sera a gerência da autarquia confiada integralmente a uma comissão administrativa de nomeação do Governo, sob a inspecção do governador civil

O regime de tutela não podera durar alem do fim do ano civil seguinte aaquele em cujo decurso tenha sido decretado

BASE XXVI

Se, terminado o periodo de tutela, não fôr possível reunir os órgãos colectivos da administração do concelho, freguesia ou província, ou se, dentro dos três anos imediatamente posteriores a expiração desse periodo, houver de novo fundamento para a aplicação do mesmo regime, serão extintos o concelho ou freguesia ou mudada a sede da capital da província

BASE XXVII

Para o serviço das secretarias das câmaras municipais, conselhos de província e governos civis haverá diferentes categorias de funcionarios, constituindo uma so carreira, com duas ordens de quadros o quadro geral dos serviços externos do Ministerio do Interior e os quadros privativos

O Codigo designará quais as categorias de qualquer dos quadros a que corresponde o exercicio das varias funções das secretarias dos corpos administrativos e dos governos civis e regulará o recrutamento, promoção e provimento, serviço, vencimentos, aposentação e disciplina de todos os funcionarios e empregados, quer de secretaria, quer técnicos, dos governos civis e corpos administrativos

BASE XXVIII

As finanças dos corpos administrativos serão reguladas em obediência aos seguintes principios

1º Autonomia financeira, nos termos que a lei determinar e sem prejuizo da fiscalização e tutela do Estado,

2º So poderão ser contraídos empréstimos para a realização de obras e melhoramentos de utilidade publica enquanto os encargos da dívida não excederem a quinta parte da receita ordinaria, salvo tratando-se de empréstimos para serviços municipalizados, os quais poderão ser autorizados sempre que os encargos deles resultantes tenham compensação no rendimento dos mesmos serviços,

3º Os regimes tributarios serão estabelecidos por forma que não seja prejudicada a organização fiscal ou a vida financeira do Estado nem dificultada a circulação dos produtos e mercadorias entre as circunscrições do Pais,

4º Serão obrigatorias as despesas que resultem do pagamento dos vencimentos aos funcionarios e empregados dos quadros ou da satisfação de encargos regularmente contraídos e as demais cuja realização a lei imponha,

5º A previsão e computo das receitas e despesas devidamente autorizadas em cada ano económico constarão do orçamento ordinario aprovado até 31 de Dezembro do ano anterior,

6º As juntas de freguesia não poderão lançar impostos ou cobrar adicionais as contribuições do Estado, mas receberão das câmaras municipais um subsidio para melhoramentos rurais

BASE XXIX

Em cada distrito haverá um magistado administrativo, immediato representante do Governo, com a designação de governador civil

Publique-se e cumpra-se como nelle se contem

Paços do Governo da Republica, 3 de Abril de 1936 — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa*

Lei n.º 1:945 de 21 de Dezembro de 1936

(Da nova redacção a alguns artigos da Constituição)

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte

Artigo unico Os artigos 20º, 21º, 126º e 127º da Constituição passam a ter a seguinte redacção

Artigo 20º Nos organismos corporativos estarão organicamente representadas todas as actividades da Nação e compete-lhes participar na eleição das câmaras municipais e das juntas de província e na constituição da Câmara Corporativa

Artigo 21º Na organização política do Estado concorrem as juntas de freguesia para a eleição das câmaras municipais e estas para a das juntas de província. Na Câmara Corporativa haverá representação de autarquias locais

Artigo 126º Os corpos administrativos são as câmaras municipais, as juntas de freguesia e as juntas de província

Artigo 127º A vida administrativa das autarquias locais está sujeita à inspecção de agentes do Governo, podendo as deliberações dos respectivos corpos administrativos depender da autorização ou exigir a aprovação de outros organismos ou autoridades e ser submetidas a *referendum*

Publique-se e cumpra-se como nela se contém

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1936 — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *Antonio Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*

Lei n.º 1:946 de 21 de Dezembro de 1936

(Autoriza o Governo a publicar um Código Administrativo para o continente da República e dá nova redacção a algumas das bases da organização administrativa aprovadas pela lei n.º 1.940)

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte

Artigo 1º É o Governo autorizado a publicar um Código Administrativo para o continente da República, observado o disposto na lei n.º 1.940, de 3 de Abril de 1936, e nos artigos seguintes

Art. 2º As bases I, VI, VII, VIII, XIII, XVII, XVIII, XIX, XXIV e XXVII da lei n.º 1.940, de 3 de Abril de 1936, passam a ter a seguinte redacção

BASE I

Os concelhos classificam-se em urbanos e rurais e, com excepção dos de Lisboa e Porto, podem ser de 1ª, 2ª e 3ª ordem

BASE VI

Carecem da aprovação do Governo, para se tornarem executórias

- 1º As posturas e regulamentos de policia sanitária,
- 2º As posturas e regulamentos relativos ao trânsito na via publica,
- 3º As deliberações sobre empréstimos,
- 4º As deliberações sobre instalações de geradoras de energia eléctrica,
- 5º A municipalização de serviços,
- 6º A concessão de exclusivos

Nos concelhos de Lisboa e Porto não serão executórias sem aprovação do Governo, além das deliberações acima indicadas, as que tenham por objecto

- 1º A realização de obras publicas cujo valor exceda 3 000 000\$,
- 2º A concessão de serviços publicos ou de obras publicas de valor superior a 5 000 000\$,
- 3º A organização interna dos serviços municipais

Se dentro do prazo de trinta dias, contados da data da entrada do officio do presidente da câmara no Ministério competente, não for publicada portaria concedendo ou negando a aprovação pedida, considerar-se-á aprovada a deliberação quanto ao referido nos n.ºs 1º e 2º da 1ª parte e 1º e 2º da 2ª parte

BASE VII

O presidente da câmara, bem como o seu substituto, serão nomeados pelo Governo de entre os respectivos munícipes e pelo prazo a fixar no Código

Em casos excepcionais poderá o Governo nomear presidente da câmara um cidadão estranho ao concelho

As funções do presidente da câmara serão remuneradas nos concelhos de Lisboa e Porto e nos de 1ª ordem

BASE VIII

Exceptuados os concelhos de Lisboa e Porto, onde haverá administradores de bairros, o presidente da camara sera o magistrado administrativo do concelho, podendo o Código attribuir-lhe funções policiaes nos concelhos onde não exista outra autoridade policial

BASE XIII

As deliberações das juntas de freguesia que digam respeito a posturas ou regulamentos, a aquisição, onerosa ou gratuita com encargos, de bens imobiliarios, à sua alienação e à concessão de servidões sobre bens paroquiais serão submetidas a *referendum* ou a aprovação de outros órgãos da administração paroquial, nos termos do Código

BASE XVII

A administração provincial terá por órgãos um conselho provincial e a junta de província, composta de procuradores por aquele eleitos

O conselho provincial sera constituído por um procurador de cada uma das câmaras municipais da provincia, procuradores eleitos pelas federações de gremios ou sindicatos nacionais existentes na provincia, procuradores eleitos pelas pessoas colectivas de utilidade publica administrativa existentes na provincia, e procuradores representantes dos varios ramos e graus de ensino ministrado na provincia

BASE XVIII

As juntas de provincia terão atribuições

- a) De fomento e coordenação economica,
- b) De cultura,
- c) De assistência

No Codigo especificar-se-ão as deliberações que, no exercicio destas atribuições, as juntas de provincia poderão tomar

BASE XIX

Serão submetidas a aprovação do Governo as deliberações das juntas de provincia que impliquem a execução, por administração directa ou por empreitada, de obras publicas de valor superior a 3 000 000\$ e as respeitantes a empréstimos e a lançamento de impostos

BASE XXIV

Os corpos administrativos poderão ser dissolvidos pelo Governo

- 1º Quando, por via de inquerito, se mostre que a sua gerência e nociva aos interesses das respectivas autarquias,
- 2º Quando, depois de advertidos, deixem de tomar as deliberações indispensáveis ao desempenho das atribuições de exercicio obrigatório,
- 3º Quando se recusem a prestar aos serviços de inspecção todas as informações e esclarecimentos que lhes forem pedidos e a facultar aos inspectores o exame dos serviços e a consulta dos documentos necessarios,
- 4º Quando se recusem a dar cumprimento as decisões definitivas dos tribunais

No decreto de dissolução, que sera sempre fundamentado, indicando-se os factos ou omissões que lhe deram causa, declarar-se-a se tem ou não lugar o regime de tutela, e, no caso negativo, fixar-se-á o dia da nova eleição, compreendido dentro dos vinte seguintes ao da publicação do decreto

BASE XXVII

Para o serviço das secretarias das câmaras municipais, juntas de provincia, governos civis e administrações de bairro haverá diferentes categorias de funcionários, constituindo uma so carreira, com duas ordens de quadros o quadro geral dos serviços externos do Ministerio do Interior e os quadros privativos

O Codigo designa as quaes as categorias de qualquer dos quadros a que

corresponde o exercicio das varias funções das secretarias dos corpos administrativos e dos governos civis e regulará o recrutamento, promoção e provimento, serviço, vencimentos, aposentação e disciplina de todos os funcionarios dos governos civis e corpos administrativos

Art 3º Sempre que na lei nº 1 940 se faça referência a concelhos urbanos de 1ª ordem, a concelhos de provincia ou a juntas provinciais deve entender-se, respectivamente, concelhos de Lisboa e Porto, conselho provincial e junta de provincia

Art 4º É eliminada a base XX da lei nº 1 940

Publique-se e cumpra-se como nela se contem

Paços do Governo da Republica, 21 de Dezembro de 1936 — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Antonio de Oliveira Salazar — Mario Pais de Sousa

Decreto-lei nº 27:424 de 31 de Dezembro de 1936

No uso da autorização conferida pela lei nº 1 946, de 21 de Dezembro de 1936, e publicado o Codigo Administrativo, cujo aparecimento coincide com o centenario do primeiro Código Administrativo o Codigo de 31 de Dezembro de 1836

Abriu este diploma uma nova era na vida administrativa nacional — a era das codificações —, interrompida, em 1910, com a implantação da Republica, que, por decreto de 13 de Outubro, deu, em principio, novo vigor ao Código Administrativo de 1878, mantendo, porem, a vigencia de uma grande parte do Codigo de 1896

Normalizado o regime, não se esqueceu a Constituição Política de 1911 de impor ao primeiro Congresso da Republica o dever de elaborar um codigo administrativo, dever que nem aquele nem os que lhe sucederam durante cerca de dezasseis anos de Republica demo-liberal, souberam ou puderam cumprir

O mesmo não poderia suceder na Republica corporativa. E assim, logo que a vida politica entrou em plena normalidade foram iniciados os trabalhos para a elaboração do Codigo Administrativo e, como sua consequência, foi apresentada a Assembleia Nacional uma proposta de lei que se transformou na lei nº 1 940, de 3 de Abril de 1936, ligeiramente alterada pela lei nº 1 946, de Dezembro corrente

Procura-se, agora, dar efectivação aos principios formulados. Não desconhece o Governo a dificuldade que a elaboração de um codigo administrativo representa, sobretudo quando se queira iniciar, na vida administrativa uma fase harmonica com a ideologia que, no dominio constitucional, tem inspirado as reformas do Estado Novo. E porque não a desconhece, optou por attribuir ao Codigo natureza provisória

Far-se-a com ele uma experiência de dois anos, a qual, e de crer, sera bastante para evidenciar as insuficiências do regime administrativo que se procura instituir. Durante este periodo, uma comissão de técnicos tomara

conhecimento das críticas e sugestões que, porventura, ao presente Código venham a ser feitas, e acompanhará dia a dia a sua execução, de modo que o Governo, nos fins de 1938, esteja habilitado a publicar o Código definitivo do Estado Novo — tam definitivo quanto o podem ser as leis, particularmente as leis administrativas

Uma vez mais o Governo se afasta das construções político-administrativas de indole puramente racional, e que, nem por aparecerem ao espírito dos seus sequazes como verdades eternas, deixam de ser quasi sempre as mais perturbadoras e as de menor duração

Tomam-se neste decreto as providências indispensáveis para que a administração local possa integrar-se sem saltos bruscos ou dificuldades demasiadas nos princípios a que deve subordinar-se no futuro

Nestes termos, usando da autorização conferida pela lei n.º 1 946, de 21 de Dezembro de 1936, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte

Artigo 1.º É aprovado o Código Administrativo, que baixa assinado pelo Ministro do Interior

Organização administrativa

Art 2.º A administração municipal e paroquial continuará, ate 31 de Dezembro de 1937, a cargo das actuaes comissões administrativas ou das que forem nomeadas nos termos da legislação em vigor à data da publicação dèste decreto-lei

§ 1.º Os presidentes das comissões administrativas municipais, salvo o que vai disposto nos paragrafos seguintes, têm a competência que pelo Código Administrativo e conferida aos presidentes das câmaras

§ 2.º Os administradores dos concelhos exercerao ate 31 de Dezembro de 1937 as funções policiaes que, segundo o disposto no artigo 80.º do Código Administrativo, pertencem ao presidente da câmara

§ 3.º Os artigos 85.º, 87.º, 88.º e 89.º do Código Administrativo, respeitantes as câmaras municipais de Lisboa e Pôrto e respectivos presidentes, só a partir de 1 de Janeiro de 1938 terão execução

§ 4.º Os presidentes das câmaras municipais de Lisboa e Pôrto e dos concelhos de 1.ª ordem so a partir de 1 de Janeiro de 1938 serão remunerados

Art 3.º Os concelhos municipais serão nomeados pelo Governo ate 28 de Fevereiro de 1937 e de modo que a sua composição se aproxime, tanto quanto possível, da prevista no artigo 16.º do Código Administrativo

Art 4.º Os conselhos municipais, organizados de harmonia com o disposto no artigo anterior, reúnem no dia 15 de Março de 1937 e, depois de haverem tomado posse perante o presidente da comissão administrativa municipal, elegerão os secretarios, entrando imediatamente em exercício

§ unico A convocação da reunião sera feita pelo presidente da comissão administrativa com dez dias de antecedência, pelo menos, por meio de avisos enviados aos vogais pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, e publicados em jornais locais, se os houver

Art 5.º Enquanto não forem constituídas as comissões municipais de hygiene e as comissões de arte e arqueologia a que se referem os artigos 95.º e 97.º do Código Administrativo, subsistirão as juntas de hygiene e comissões culturais ou grupos de amigos dos monumentos ou museus do concelho

Art 6.º Consideram-se extintas, sem prejuízo do disposto no § 2.º do artigo 7.º e § unico do artigo 8.º, em 1 de Janeiro de 1937 as comissões de iniciativa e turismo

Art 7.º Os bens moveis e imóveis que constituam património das comissões de iniciativa, com os respectivos rendimentos e encargos, e os imóveis, explorações ou estabelecimentos pelas mesmas comissões administradas, bem como os encargos de empréstimos legalmente contraídos, passam nas zonas de turismo com sede em cabeça de concelho, para as câmaras municipais

§ 1.º Os presidentes das comissões de iniciativa farão entrega, ate 10 de Janeiro de 1937, aos presidentes das comissões administrativas das câmaras municipais dos respectivos concelhos, dos bens e valores a que este artigo se refere, mediante inventario, de onde constem a natureza e destino dos imóveis, valor venal dos edificios e dependências, receitas applicadas ao seu custeio, impostos ou encargos a que estiverem sujeitos e bem assum nota discriminada das explorações que exerciam, sua natureza e encargos e forma de administração

§ 2.º As comissões administrativas municipais exercerão, a partir de 1 de Janeiro de 1937, a competência que em materia de turismo é attribuída, pelos artigos 105.º e seguintes do Código Administrativo, às câmaras municipais, continuando porem as actuaes comissões de iniciativa em exercício até 10 do mesmo mês, apenas para o efeito de realizarem a entrega dos bens, valores e explorações a que se refere o paragrafo anterior

Art 8.º Nas zonas de turismo, cuja sede não seja cabeça de concelho, o presidente da comissão administrativa municipal, ouvido o Conselho Nacional de Turismo, providenciará de modo a instalar, ate 10 de Janeiro de 1937, as juntas de turismo, com a composição determinada no Código Administrativo

§ unico O patrimonio e a administração dos bens das comissões de iniciativa das zonas a que este artigo se refere transmitem-se para as juntas de turismo, pela forma prescrita no artigo anterior, continuando porém as actuaes comissões de iniciativa em exercício de funções, para efeitos de mero expediente e actos de administração absolutamente indispensáveis, até à instalação das referidas juntas

Art. 9.º Os presidentes das comissões administrativas municipais e, nos concelhos de Lisboa e Pôrto, os governadores civis, nomearão, ate 28 de Fevereiro de 1937, os conselhos paroquiaes a que se referem os artigos 188.º e seguintes do Código Administrativo

Art. 10.º Os conselhos paroquiaes organizados nos termos do artigo anterior tomarão posse no dia 15 de Março de 1937, perante o presidente da comissão administrativa municipal ou perante o governador civil, conforme os casos, ou seus delegados

§ unico A convocação da reunião sera feita pelo presidente da comis-

são administrativa municipal ou pelo governador civil, nos termos do § unico do artigo 4º

Art 11º Consideram-se extintas em 1 de Janeiro de 1937 as juntas gerais dos distritos

Art. 12º As atribuições que pelo Código Administrativo são conferidas às juntas de provincia pertencerão, desde 1 de Janeiro ate 31 de Dezembro de 1937, a comissões administrativas compostas pelo presidente e vogais que constituam a comissão administrativa da junta geral do distrito com sede na capital da provincia, e pelos presidentes, ou seus representantes, das comissões administrativas das juntas gerais de cada um dos distritos incorporados, no todo ou em parte, na provincia

Art 13º O Governo nomeará os conselhos de provincia até 28 de Fevereiro de 1937 e de modo que a sua composição se aproxime, tanto quanto possível, da prevista no artigo 234º do Código Administrativo

Art 14º Os conselhos provinciais, organizados de harmonia com o disposto no artigo anterior, reúnem no dia 22 de Março de 1937 e, depois de haverem tomado posse perante o presidente da comissão administrativa da provincia, entrarão imediatamente em exercício de funções

§ unico A convocação da reunião do conselho provincial será feita pelo referido presidente, com dez dias de antecedência, pelo menos, por meio de avisos enviados aos vogais pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, e publicados em dois jornais locais, se os houver

Art 15º Os chefes de secretaria das juntas gerais dos distritos organizarão, ate 10 de Janeiro de 1937, o tombo, cadastro e inventario do património das referidas juntas, mencionando circunstanciadamente

1º Os bens imoveis, seu valor venal, natureza e actual utilização ,

2º As instituições e estabelecimentos de assistência, com indicação da sua natureza e fins e das receitas applicaveis à sua sustentação, bem como das despesas de cada um dêles nos ultimos três anos, incluindo vencimentos e salários ao pessoal ,

3º Os bens moveis e utensílios, seu valor venal, natureza e utilização ,

4º Os valores, papeis de crédito ou títulos pertencentes a junta ou aos estabelecimentos na sua administração

§ unico Do tombo, cadastro e inventario, a que este artigo se refere, extrair-se-ão copias que serão remetidas ao Ministerio do Interior, ao Ministerio das Finanças, ao governador civil do distrito da sede da provincia e ao presidente da comissão administrativa provincial

Art 16º A applicação dos bens e valores das juntas gerais dos distritos sera definitivamente resolvida pelo Governo, relativamente a cada provincia, ate 1 de Março de 1937, sobre parecer de uma comissão composta pelos governadores civis dos distritos que constituem a provincia e pelos presidentes das comissões que geram os negócios das juntas gerais dos distritos, à data da sua extinção

Funcionários administrativos

Art 17º Os actuais funcionários dos serviços de secretaria e tesouraria das câmaras municipais serão distribuidos, ate 15 de Janeiro, pelas cate-

gorias e classes que lhes corresponderem nos quadros constantes do mapa vi, anexo ao Código Administrativo

§ unico Para o efeito do disposto neste artigo, consideram-se funcionarios de secretaria e tesouraria todos os funcionários de carteira, qualquer que seja o serviço onde exerçam as suas funções, exceptuados os pertencentes aos serviços municipalizados

Art 18º Nos concelhos em que o numero e categorias dos funcionarios actualmente existentes excedam o fixado no mapa a que se refere o artigo anterior, sera o mesmo reduzido ao limite nelle estabelecido, devendo os funcionarios de categoria ou classe superior preencher os lugares da categoria ou classe imediatamente inferior, sendo por sua vez deslocados desta, tambem para a immediata, os que, em consequencia da deslocação dos primeiros, ultrapassarem o numero legal fixado.

Estas deslocações far-se-ão de entre os mais modernos, os quais ficarão recebendo os vencimentos fixados pelo Código Administrativo para a classe e categoria em que ingressarem, sendo-lhes porem abonada a titulo de compensação a diferença entre o novo vencimento e o vencimento orçamental que auferiam anteriormente, sem prejuizo do disposto na segunda parte do artigo 457º do Código Administrativo

Art 19º O pessoal que se verificar existir depois de preenchidos os quadros, nos termos dos artigos anteriores, será inscrito em rubrica separada do orçamento como *pessoal alem dos quadros*, sendo a cada funcionario abonado o vencimento orçamental anterior, se fôr inferior ao vencimento minimo que ficar competindo ao funcionario da sua categoria colocado no quadro Caso contrario ser-lhe-a pago vencimento igual ao deste

§ unico A comissão a que se refere o artigo 44º do presente decreto deverá estudar todas as reclamações que sobre necessárias alterações aos quadros fixados pelo Código Administrativo lhe sejam dirigidas, apresentando-as com o seu parecer ate 31 de Outubro de 1937 para definitiva resolução do Governo.

Art 20º Os funcionarios além dos quadros serão colocados, de preferéncia nos corpos administrativos do respectivo distrito e por despacho do Ministro do Interior, nas vagas que nos mesmos quadros ocorrerem durante três anos, contados da publicação do presente decreto-lei, e nas suas classes e categorias ou nas imediatamente inferiores

§ 1º Para o efeito do disposto neste artigo, as câmaras municipais comunicarão à Direcção Geral de Administração Politica e Civil, ate 15 de Janeiro de 1937, os nomes, categorias e tempo de serviço dos funcionarios que excederem os quadros, e, de futuro, e mensalmente, todas as vagas que ocorrerem

§ 2º Durante o ano de 1937 só poderão ser colocados nos termos deste artigo os funcionários que o requererem.

§ 3º O Ministro do Interior, sob proposta das câmaras municipais, poderá ordenar a aposentação dos funcionários que excedam os quadros fixados pelo Código Administrativo e a ela tenham direito, e bem assim a dos funcionários cujo cadastro mostre que não possuem as condições necessárias ao bom desempenho dos cargos que ocupam

§ 4º Os que não tenham direito a aposentação e declarem renunciar à colocação a que se refere o corpo deste artigo consideram-se demitidos em 31 de Dezembro de 1937 e receberão do município, como remição de todos e quaisquer direitos, a importância correspondente a seis vezes o seu vencimento mensal

Art 21º O pessoal ao serviço de comissões de iniciativa e turismo que administrem zonas cuja sede não seja em cabeça de concelho transita, com os respectivos serviços, para as juntas de turismo.

O pessoal das restantes comissões sera dispensado até 10 de Janeiro, se as câmaras municipais não o puderem contratar por a tanto se opor a lei.

Art 22º O quadro do pessoal das juntas de provincia sera constituído pelos funcionários das juntas gerais dos distritos incorporados na provincia e segundo a sua antiguidade e categoria

§ 1º Para a execução do disposto neste artigo, os presidentes das actuais juntas gerais dos distritos comunicarão, até 10 de Janeiro de 1937, a Direcção Geral de Administração Política e Civil os nomes, categorias, tempo de serviço e forma de nomeação dos funcionarios da junta

§ 2º O preenchimento dos diversos cargos que constituem o quadro das juntas de provincia sera feito pelo Ministro do Interior, tendo em atenção o disposto no corpo deste artigo e, na parte applicavel, o disposto no artigo 18º.

Art 23º Os funcionarios das juntas gerais que não couberem nos quadros dos funcionarios das juntas de provincia fixados no Código Administrativo serão colocados, por despacho do Ministro do Interior, e tendo em atenção a antiguidade, nas vagas que nos mesmos quadros ou nos dos outros corpos administrativos e governos civis ocorrerem durante dois anos, contados da data da publicação do presente decreto-lei, e nas suas classes e categorias ou nas imediatamente inferiores

Art 24º O disposto no § unico do artigo 272º do Código Administrativo, quanto ao desempenho das funções de tesoureiro provincial, só terá execução quando o cargo vagar

Art 25º E applicavel aos funcionarios das juntas gerais dos distritos o que vai disposto nos §§ 1º, 3º e 4º do artigo 20º deste decreto-lei, incumbindo as juntas de provincia as obrigações e encargos que, nos termos do citado artigo, pertencem as câmaras municipais

Art 26º O Ministro do Interior, tendo em vista a classificação e a ordem de antiguidade dos actuais secretarios dos governos civis, promoverá, até 1 de Janeiro de 1937, a colocação destes nos distritos que, em virtude da divisão provincial, passam de 3ª a 2ª ordem

Art 27º E extinto o cargo de secretário adjunto do Governo Civil de Lisboa. O actual serventuario tera ingresso no quadro dos secretários dos governos civis, em lugar de 2ª classe

Art 28º Aos licenciados ou bachareis em direito aprovados no ultimo concurso para os lugares de secretarios dos governos civis de 3ª ordem e mantido o direito de serem nomeados para as vagas que ocorrerem naqueles cargos dentro do prazo da validade do mesmo concurso

Art 29º Enquanto o Governo não regular a admissão na Caixa Geral de Aposentações dos actuais funcionários dos corpos administrativos, continuarão estes a ser aposentados nos termos do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896

Finanças locais

Art 30º Durante o ano de 1937 continuarão a ser cobrados pelas câmaras municipais e juntas de freguesia os impostos, taxas e licenças autorizados pela legislação actualmente em vigor e como foram previstos no respectivo orçamento

Art 31º As câmaras municipais inscreverão no orçamento para o ano de 1937 as verbas indispensáveis ao pagamento dos vencimentos de todos os funcionários, conforme a nova tabela que aprovarem nos termos do Código

§ unico São as câmaras autorizadas a elaborar, até 15 de Janeiro, o orçamento ordinário para 1937

Art 32º Nos concelhos em que, para fazer face a encargos de empréstimos ou outros especiais, as câmaras se encontrem autorizadas a cobrar percentagens adicionais às contribuições e impostos do Estado superiores aos limites máximos permitidos por lei, podem os respectivos concelhos municipais, enquanto se verificarem as mesmas circunstâncias, ultrapassar os máximos fixados no Código em mais duas unidades, com excepção das percentagens que incidem sobre o imposto de minas e imposto sobre a aplicação de capitais

Art 33º Constituem receitas das juntas de provincia, durante o ano de 1937, além dos rendimentos dos estabelecimentos ou instituições que para elas hajam transitado, o produto do adicional lançado pelas juntas gerais dos distritos nos concelhos abrangidos na área de jurisdição daquelas

Art 34º Compete às comissões administrativas provinciais organizar, até 20 de Janeiro, o orçamento ordinário da respectiva provincia para 1937

Art 35º Todos os encargos das juntas gerais dos distritos, nomeadamente os de empréstimos legalmente contraídos, passam para as respectivas juntas de provincia, na proporção dos rendimentos respeitantes aos concelhos transferidos para estas. A Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência contratará com as comissões administrativas provinciais o que importe à regularização dos mesmos empréstimos

Art 36º Enquanto não é inscrita no Orçamento Geral do Estado a verba para pagamento das despesas dos governos civis, haverá nos mesmos um cofre privativo, a cargo do secretário

Art. 37º Constituem receitas do cofre privativo

1º O produto da taxa de 10\$ por cada petição ou requerimento de interesse particular visado ou despachado pelo governador civil,

2º O produto das taxas applicadas a estabelecimentos autorizados a funcionar depois da hora de recolher,

3º 50 por cento de todas as multas cobradas por infracção dos regulamentos distritais de policia,

4º Todas as demais que lhe sejam legalmente destinadas

Art 38º São despesas obrigatórias do cofre privativo as respeitantes a

1º Correspondência postal, telegráfica e telefónica,

2º Transporte do governador civil, em assuntos de serviço público, quando não devam ser satisfeitas por verba inscrita no Orçamento Geral do Estado,

3º Todas as que não tenham dotação estabelecida no Orçamento Geral do Estado, nem estejam, por lei, a cargo de outra entidade ou organismo, e sejam inerentes ao desempenho das funções de governador civil,

4º Repartição de indigentes para os respectivos concelhos, quando as juntas de freguesia não possam ocorrer a estas despesas

Art 39º Incumbe ao secretário do governo civil, como administrador do cofre

1º Conservar à sua ordem na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência todas as receitas,

2º Mandar satisfazer todas as ordens de pagamento assinadas pelo governador civil efectivo ou por quem o substitua, respeitantes a cada uma das despesas referidas no artigo 38º e com cabimento dentro das respectivas receitas,

3º Conferir mensalmente o balancete do cofre e organizar o processo anual de contas, que será remetido ao Tribunal de Contas até 31 de Março do ano imediato àquele a que respeitem,

4º Designar, de acôrdo com o governador civil, o funcionário da secretaria a quem especialmente deverão ser confiados os serviços de contabilidade do cofre

Art 40º O Governo Civil do distrito do Porto continuará a providenciar, nos termos legais, acêrca da instalação e assistência do Hospital de Santa Clara, devendo consignar-lhe, com prejuízo de qualquer outra, a verba reputada indispensável ao preenchimento do seu fim

Contencioso

Art 41º Os recursos pendentes nos tribunais administrativos seguirão os seus termos até final, de harmonia com a legislação vigente

Art 42º Os processos executivos pendentes serão enviados pelos conservadores do registo civil, até 31 de Janeiro de 1937, aos chefes de secretária das câmaras municipais

Disposições finais

Art 43º Enquanto não forem promulgados novos regulamentos, continuarão a reger, com as modificações introduzidas pelo Código Administrativo, os que vigoram actualmente

Art 44º É criada uma comissão com a incumbência de reunir e estudar todos os alvitre, reclamações e sugestões respeitantes ao Código Administrativo e propor ao Governo, até 31 de Agosto de 1938, o que julgar conveniente ao aperfeiçoamento do referido Código e à sua redacção definitiva

§ unico A comissão a que este artigo se refere será composta do director geral de Administração Política e Civil do Ministerio do Interior,

dos professores de direito administrativo das Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa, de um juiz do Supremo Tribunal Administrativo designado pelo Presidente do Conselho e do adjunto do director geral de Administração Política e Civil, que servirá de secretário

Art 45º Ficam revogados, para o continente e sem prejuízo do disposto no artigo 29º dêste decreto-lei, os Códigos Administrativos de 6 de Maio de 1878 e 4 de Maio de 1896, as leis n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, e n.º 621, de 23 de Junho de 1916, e o decreto n.º 12 073, de 9 de Agosto de 1926

Art 46º Este decreto-lei entra immediatamente em vigor

Publique-se e cumpra-se como nêle se contem

Paços do Governo da Republica, 31 de Dezembro de 1936 — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Junior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco Jose Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotonio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*

Código Administrativo

PARTE I

Da organização administrativa

TÍTULO I

Da divisão do território

Artigo 1.º O território do Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias

§ único Os concelhos de Lisboa e Pôrto subdividem-se em bairros e estes em freguesias

Art. 2.º Os concelhos classificam-se em urbanos e rurais

§ 1.º São concelhos urbanos .

1.º Os concelhos que tenham sede em cidade de 25.000 ou mais habitantes, ou de 20.000 ou mais, sendo capital de província, se a população da sede corresponder à quarta parte, pelo menos, da população total do concelho ,

2.º Os concelhos obrigatoriamente federados com os de Lisboa e Pôrto

§ 2.º São concelhos rurais os concelhos não compreendidos em qualquer dos números do parágrafo anterior

Art. 3.º Os concelhos, com excepção dos de Lisboa e Pôrto, podem ser de 1.ª, 2.ª e 3.ª ordem

§ 1.º Quanto aos concelhos urbanos

1.º São de 1.ª ordem os concelhos referidos no n.º 1.º do § 1.º do artigo anterior ,

2.º São de 2.ª ordem os concelhos referidos no n.º 2.º do § 1.º do artigo anterior, que, não reunindo os requisitos dos concelhos urbanos de 1.ª ordem, tenham sede em cidade ou vila de 20.000 ou mais habitantes, ou em que o montante das contribuições directas anualmente liquidadas para o Estado seja igual ou superior a 2.500 contos ,

3.º São de 3.ª ordem os concelhos não compreendidos em qualquer dos números anteriores

§ 2.º Quanto aos concelhos rurais

1.º São de 1.ª ordem

a) Os concelhos com sede em capital de distrito ;

b) Os concelhos com 55 000 ou mais habitantes ;

c) Os concelhos em que o montante das contribuições directas anualmente liquidadas para o Estado seja igual ou superior a 2 500 contos

2º São de 2ª ordem

a) Os concelhos com 20 000 ou mais habitantes e menos de 55 000 ,

b) Os concelhos com menos de 20 000 habitantes, em que o montante das contribuições directas anualmente liquidadas para o Estado seja igual ou superior a 1 000 e inferior a 2 500 contos ,

3º São de 3ª ordem os concelhos não compreendidos em qualquer dos números anteriores

Art 4º As freguesias podem ser de 1ª, 2ª e 3ª ordem

§ 1º São de 1ª ordem as freguesias com 5 000 ou mais habitantes e as das cidades de Lisboa e Porto

§ 2º São de 2ª ordem as freguesias com 800 ou mais habitantes e menos de 5 000

§ 3º São de 3ª ordem as freguesias não compreendidas em qualquer dos parágrafos anteriores

Art 5º Os distritos podem ser de 1ª, 2ª e 3ª ordem

§ 1º São de 1ª ordem os distritos de Lisboa e Porto

§ 2º São de 2ª ordem os distritos com sede em capital de provincia

§ 3º São de 3ª ordem os distritos não compreendidos em qualquer dos parágrafos anteriores

Art 6º A classificação dos concelhos e freguesias será revista pelo Governo no ano imediato ao do apuramento de cada censo da população, determinando-se o montante liquidado das contribuições directas pela média dos três anos imediatamente anteriores ao da revisão

Art 7º As circunscrições administrativas, depois de fixadas e classificadas nos termos dos mapas I, II, III e IV anexos a este Código, só por lei podem ser alteradas

Art 8º A criação de novos concelhos dependerá de requerimento das juntas das freguesias que hão-de constituirlos e da verificação das seguintes condições

1ª Fundar-se o pedido em razões económicas e administrativas ;

2ª Ficar o novo concelho a dispor de receitas ordinárias suficientes para ocorrer aos seus encargos ,

3ª Não ficarem os concelhos de origem privados dos recursos indispensáveis à sua manutenção

§ 1º As deliberações das juntas de freguesia que tenham por objecto o pedido de criação de novo concelho serão aprovadas em assemblea paroquial, submetidas ao *referendum* ou sujeitas à aprovação do conselho paroquial, consoante a ordem da freguesia

§ 2º O requerimento das juntas de freguesia será enviado

à junta de provincia, que, com o seu parecer o remetera ao respectivo governador civil, para este, com a sua informação, o fazer chegar ao Governo

§ 3º Nenhuma proposta ou projecto de lei sobre criação de novos concelhos poderá ter seguimento na Assembleia Nacional sem que tenham sido observadas as disposições deste artigo

Art 9º A criação de novas freguesias deveser requerida pela maioria absoluta dos chefes de família eleitores, com residência habitual na área em que se pretende a circunscrição, e dependerá da verificação das seguintes condições .

1º Fundar-se o pedido em razões económicas e administrativas ;

2º Ficar a nova freguesia a dispor de receitas ordinárias suficientes para ocorrer aos seus encargos ;

3º Não ficarem as freguesias de origem privadas dos recursos indispensáveis à sua manutenção ;

4º Existirem na área da pretendida circunscrição pessoas aptas ao desempenho das funções administrativas em número bastante para assegurar a renovação da junta de freguesia

§ 1º A petição dos chefes de família será remetida à junta de provincia, que, com o seu parecer, a remetera ao respectivo governador civil, para este, com a sua informação, a fazer chegar ao Governo.

§ 2º Nenhuma proposta ou projecto de lei sobre criação de novas freguesias terá seguimento na Assembleia Nacional sem que tenham sido observadas as disposições deste artigo

Art 10º Sempre que seja criada qualquer nova circunscrição administrativa ou transferida qualquer fracção de território de uma para outra circunscrição, observar-se-ão as disposições seguintes :

1º A cargo da circunscrição nova, ou beneficiada, ficará uma parte do capital e respectivos encargos da divida das circunscrições de origem, proporcional ao rendimento das contribuições directas cobradas pelo Estado em relação aos prédios ou habitantes do território transferido ,

2º Os edificios e mais bens próprios dos concelhos ou freguesias de origem, situados na parte desanexada, ficarão pertencendo à circunscrição nova ou beneficiada ,

3º Os bens do logradouro comum continuarão na posse exclusiva dos moradores que os fruíam anteriormente

§ único Se no território transferido existirem instalações da rede geral de algum serviço municipalizado ou explorado por concessão do concelho de origem, serão essas instalações mantidas, prosseguindo os respectivos fornecimentos ou utilizações, mediante acôrdo entre as câmaras, se se tratar de serviço municipalizado, ou por nova concessão feita pelo concelho novo ou beneficiado ao mesmo concessionário e nas mesmas condições, tratando-se de serviço explorado por concessão

Art 11º Não são permitidas anexações temporárias de circunscrições administrativas

Art 12º É da competência do Governo, ouvidos o governador civil e a junta de provincia respectivos

1º Mudar as sedes dos concelhos e freguesias, alterar os seus nomes e os das povoações ,

2º Fixar a categoria das povoações ,

3º Resolver as dúvidas acêrca dos limites das circunscrições administrativas, fixando-os quando sejam incertos

§ 1º Têm categoria de vila todas as povoações que forem sedes de concelho

§ 2º A categoria de cidade só podera ser conferida as vilas de população superior a 20 000 habitantes, com notável incremento industrial e comercial, servidas por grandes vias de comunicação e dotadas de instalações urbanas de água, luz e esgotos

TÍTULO II

Do concelho

CAPÍTULO I

Dos órgãos da administração municipal

Art 13º Concelho é o agregado de pessoas residentes na circunscrição municipal e com interesses comuns

§ unico O concelho tem direito a brasão de armas, sêlo e bandeira próprios, cujos modelos só poderão ser adoptados pela câmara municipal depois de ouvida a Associação dos Arqueólogos e obtida a aprovação do Ministro do Interior, em portaria publicada no *Diário do Governo*

Art 14º O concelho, com seus órgãos próprios, é pessoa moral de direito público

Art 15º São órgãos da administração municipal

1º O conselho municipal ,

2º A câmara municipal ,

3º O presidente da câmara municipal

§ 1º Nos concelhos de Lisboa e Pôrto não há conselho municipal

§ 2º Junto da câmara funcionam os órgãos consultivos instituídos por lei ou deliberação municipal

§ 3º Nas zonas de turismo haverá, como auxiliares da administração municipal, comissões municipais de turismo ou juntas de turismo

CAPÍTULO II

Do conselho municipal

SECÇÃO I

Composição

Art 16º Compõem o conselho municipal

1º O presidente da câmara ,

2º Representantes das juntas de freguesia do concelho, até ao máximo de quatro ;

3º Um representante das Misericórdias do concelho ,

4º Um representante das ordens ou respectivas delegações concelhias ,

5º Um representante de cada sindicato nacional, ou respectivas secções concelhias, e de quaisquer outros organismos análogos que venham a constituir-se, até ao máximo de dois ,

6º Um representante de cada Casa do Povo do concelho ou de cada Casa dos Pescadores, onde as houver, até ao máximo de dois ;

7º Um representante de cada grémio ou de qualquer outro organismo corporativo de entidades patronais ou de produtores, existentes ou que venham a constituir-se no concelho, até ao máximo de dois ,

8º Os dois maiores contribuintes da contribuição predial rústica, nos concelhos rurais, com domicílio na circunscrição municipal ,

9º Os dois maiores contribuintes da contribuição predial rústica ou urbana, nos concelhos urbanos, com domicílio na área dêles

§ 1º Os representantes das juntas de freguesia serão eleitos trienalmente pelos respectivos presidentes, se o concelho fôr constituído por mais de quatro freguesias, e por cada uma das juntas, se o número de freguesias fôr igual ou inferior a quatro

A eleição pelos presidentes, quando a ela houver lugar, realizar-se-á no dia 13 de Novembro, sob a presidência do presidente da câmara, ou seu delegado, que os convocará com cinco dias de antecedência, pelo menos, por meio de avisos enviados pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, e publicados em jornais locais, se os houver

§ 2º Os representantes das Misericórdias serão eleitos trienalmente, até ao dia 10 de Novembro, pelos provedores, se houver mais de duas Misericórdias no concelho, pelas mesas, em reunião conjunta, se houver duas, e pela respectiva mesa, se houver apenas uma. Quando o numero de Misericórdias existente no concelho seja igual ou superior a duas o presidente da câmara convocará as mesas ou os provedores, conforme os casos, com cinco dias de antecedência, pelo menos, por meio de

aviso enviado pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, e publicados em jornais locais, se os houver, realizando-se o acto eleitoral sob a presidência do mais velho dos provedores

§ 3º Nos concelhos em que não estejam constituídas secções dos sindicatos nacionais ou não sejam sede destes, os vogais designados no n.º 5º serão substituídos por delegados dos profissionais, empregados ou operários do concelho, inscritos nos mesmos sindicatos, na proporção de um delegado por trinta inscritos, ate ao máximo de dois.

Para o efeito desta eleição, os presidente dos sindicatos enviarão ao presidente da câmara, até 20 de Outubro, a lista dos inscritos, que este convocará, com dez dias de antecedência, pelo menos, por meio de editais afixados nos lugares do estilo e publicados em jornais locais, se os houver, realizando-se o acto eleitoral sob a presidência do presidente da câmara, ou seu delegado

§ 4º Nos concelhos em que não estejam constituídos grêmios, os vogais designados no n.º 7º serão substituídos pelos dois maiores contribuintes da contribuição industrial, grupo C, com domicílio na circunscrição

§ 5º Nos concelhos em que os organismos corporativos sejam em número superior ao do máximo dos representantes que a lei lhes concede, a designação destes competirá aos organismos de maior população associativa

§ 6º As sociedades e empresas civis ou comerciais são excluídas do rol dos contribuintes elaborado para o efeito do disposto nos n.ºs 8º e 9º e no § 3º.

§ 7º Se entre os maiores contribuintes a que se referem os n.ºs 8º e 9º e o § 3º houver dois ou mais em igualdade de circunstâncias, serão preferidos os mais velhos e, se aqueles não puderem fazer parte do conselho municipal, serão chamados os que se lhes seguirem no respectivo rol.

Art 17º O conselho municipal é renovado de três em três anos

§ único Nos casos de falecimento, afastamento ou impedimento de qualquer vogal do conselho municipal, o presidente da câmara providenciará imediatamente no sentido de serem indicados pelas entidades competentes os nomes dos vogais que hão-de substituí-los

Art 18º Não podem ser eleitos para o conselho municipal .

1º Os que não estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos ou não saibam ler e escrever

2º Os Ministros e Sub-Secretários de Estado ,

3º Os juizes dos tribunais ordinários e especiais e respectivos agentes do Ministério Público, e os funcionários seus subordinados ,

4º Os magistrados administrativos e funcionários seus subordinados ,

5º Os funcionários dependentes dos corpos administrativos ,

6º Os funcionários policiais ,

7º Os funcionarios remunerados do serviço de lançamento, arrecadação e fiscalização das contribuições do Estado ;

8º Os funcionários do corpo diplomatico e consular português ,

9º Os funcionários da sanidade marítima ,

10º Os membros das direcções, conselhos de administração ou fiscais de empresas, sociedades ou companhias que tenham contrato com o municipio ,

11º Os directamente interessados em contrato com o municipio, e os respectivos fiadores ,

12º Os que tenham com o presidente ou com o chefe de secretaria da câmara parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em qualquer grau da linha recta ou no segundo grau da linha colateral

13º Os vereadores da câmara municipal imediatamente anterior a eleição, se aquela tiver sido dissolvida e os mesmos não tiverem protestado contra a deliberação ou deliberações que motivaram a dissolução ,

14º Os que tiverem sido demitidos da presidência da câmara em consequência de processo disciplinar, mas só nos seis anos subsequentes à demissão ,

15º Os que tiverem deixado relaxar as contribuições devidas ao Estado ou aos corpos administrativos, emquanto as não pagarem integralmente ,

16º Os que tiverem sido condenados criminalmente por sentença com trânsito em julgado, emquanto não cumprirem a respectiva pena

§ 1º Não são compreendidos nas disposições dos n.ºs 3º, 4º e 6º a 9º os funcionarios na situação de licença ilimitada, aposentados ou reformados

§ 2º Não podem fazer parte do conselho municipal os contribuintes referidos nos n.ºs 8º e 9º e § 4º do artigo 16º, desde que estejam feridos de inelegibilidade

Art 19º As funções de vogal do conselho municipal são obrigatórias e gratuitas

§ único Constituem motivos de escusa

1º Idade superior a sessenta anos a data da eleição ,

2º Moléstia crónica de que resulte impossibilidade ou grave dificuldade para o exercício do cargo

Art 20º Perdem o mandato os vogais do conselho municipal .

1º Que aceitem cargos ou adquiram situações que os tornem inelegíveis nos termos do artigo 18º ;

2º Que sejam eleitos procuradores ao conselho provincial, não o sendo pela câmara de que fazem parte, desde que até à constituição daquele não optem pelo serviço desta

Art 21° A exclusão do lugar ou perda do mandato de vogal do conselho municipal será declarada pelo presidente, com recurso para o tribunal competente

Art 22° As funções de vogal do conselho municipal não estão sujeitas a quaisquer outras ineligibilidades ou incompatibilidades, além das expressamente designadas nos artigos anteriores

Art 23° O conselho municipal tem presidente, que sera o presidente da câmara, e dois secretarios eleitos de entre os seus vogais na primeira reunião, preferindo, quando haja empate na votação, os mais velhos dos votados

§ unico Na falta do presidente da câmara e do seu substituto, assume a presidência o mais velho dos vogais presentes e, na falta dos secretários, desempenharão as respectivas funções os mais novos

Art 24° O presidente do conselho municipal pode convocar o delegado de saúde, o chefe da repartição de finanças, o professor delegado do director do distrito escolar, o advogado síndico da câmara e o veterinario municipal, onde os houver, ou qualquer munícipe diplomado com um curso superior, a fim de assistirem a certa ou certas sessões, mas com voto consultivo sômente

Art 25° Os vereadores da câmara municipal podem assistir as sessões do conselho e tomar parte nas discussões, mas sem voto

Art 26° Nos anos em que deva proceder-se à constituição do conselho municipal, as juntas de freguesia, os organismos corporativos e as Misericórdias do concelho indicarão ao presidente da câmara, até 15 de Novembro, os nomes dos seus representantes

Art 27° Nos anos a que se refere o artigo anterior, o chefe da repartição de finanças remeterá ao presidente da câmara, até 1 de Novembro, o rol dos contribuintes necessario para execução do artigo 16°, mencionando as colectas de cada um, líquidas de adicionais O rol sera afixado nos Paços do Concelho durante oito dias, a fim de serem feitas quaisquer reclamações, que o presidente da câmara, ouvido o chefe da repartição de finanças, resolvera até 5 de Novembro

SECÇÃO II

Competência

Art 28° Compete ao conselho municipal

1° Eleger trienalmente os vereadores e respectivos substitutos,

2° Revogar o mandato aos vereadores, quando, em face de exposição fundamentada do presidente da câmara, o julgue conveniente à boa marcha da administração municipal,

3° Requerer ao Governo inquérito aos actos do presidente da câmara,

4° Discutir e votar o relatório de gerência e o plano anual da actividade da câmara,

5° Fixar as percentagens adicionais as contribuições do Estado, nos termos deste Código,

6° Discutir e votar, sob proposta do presidente da câmara, as bases do orçamento ordinario do município e as dos orçamentos suplementares nos casos não exceptuados no artigo 650°,

7° Fixar o numero de partidos médicos e veterinários municipais, nos termos deste Código

8° Pronunciar-se sôbre as deliberações da câmara que, nos termos deste Codigo, dependam da sua aprovação para se tornarem executorias,

9° Sancionar a remuneração ao presidente da câmara nos concelhos de 1ª ordem, conforme o disposto no § 1° do artigo 74°

SECÇÃO III

Constituição, sessões, reuniões e deliberações

Art 29° Nos anos em que deva proceder-se à constituição de novo conselho municipal, reunir-se-á este no dia 25 de Novembro, para o efeito da verificação dos poderes dos seus membros e da eleição dos secretarios e da câmara municipal, continuando porem o antigo concelho, para tudo o mais, em exercício de funções até 31 de Dezembro

§ 1° A convocação da reunião será feita pelo presidente da câmara com cinco dias de antecedência, pelo menos, por meio de avisos enviados pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, e publicados em jornais locais, se os houver

§ 2° Os poderes dos vogais do conselho municipal serão verificados pelo presidente, considerando-se aquele constituído e podendo deliberar, desde que esteja verificada a legitimidade dos poderes da maioria dos vogais

Art 30° O conselho municipal reúne em sessão ordinária no dia 2 de Novembro de cada ano

§ 1° A sessão ordinaria durará o máximo de quinze dias

§ 2° Durante a sessão ordinária celebrar-se-ão as reuniões que forem necessárias, devendo o presidente anunciar, no final de cada reunião, o dia e hora da seguinte

Art 31° O conselho municipal reúne extraordinariamente todas as vezes que o presidente o convocar

§ unico As sessões extraordinárias não podem durar mais de oito dias

Art 32° A convocação quer das sessões ordinárias, quer das sessões extraordinárias do conselho municipal será feita pelo

presidente, dentro do prazo e pela forma estabelecidos no § 1º do artigo 29º

Art 33º O plano anual da actividade municipal, o plano de urbanização e expansão e as bases dos orçamentos so poderão ser integralmente rejeitados por maioria de três quartos dos votos do número legal dos vogais

Art 34º As actas das reuniões do conselho municipal serão lavradas e subscritas pelo chefe da secretaria da câmara e assinadas pelos membros da mesa

§ único A acta da ultima reunião de cada sessão do conselho será aprovada no final da mesma reunião

Art 35º O conselho municipal delibera por levantados e sentados, salvo se um terço dos vogais presentes requerer votação nominal

Art 36º Em tudo o que sobre constituição, reuniões e deliberações do conselho municipal não fica especialmente regulado, aplicar-se-á o disposto sobre constituição e funcionamento dos corpos administrativos

CAPÍTULO III

Da câmara municipal

SECÇÃO I

Composição

Art 37º A câmara municipal é o corpo administrativo do concelho e compõe-se de um presidente, nomeado pelo Governo, e de vereadores eleitos trienalmente pelo conselho municipal, nos termos do artigo 29º, em lista completa e por escrutínio secreto

§ 1º O numero de vereadores é de seis nos concelhos de 1ª ordem, quatro nos de 2ª e dois nos de 3ª

§ 2º O presidente da câmara e substituído, nas suas faltas e impedimentos, por um substituto nomeado pelo Governo e, na falta de substituto nomeado, por quem o governador civil designar

§ 3º Os concelhos de Lisboa e Pôrto regem-se pelo disposto nos artigos 83º e seguintes

Art 38º O conselho municipal elegerá tantos vereadores substitutos quantos os efectivos

§ 1º Nos casos de licença, impedimento temporario ou cessação de funções dos vereadores efectivos, serão chamados pelo presidente da câmara os substitutos mais votados, ou os mais velhos, quando tenha havido empate na votação

§ 2º Quando, esgotada a lista dos substitutos, ainda não ficar completo o número dos vereadores, serão chamados, como

suplentes, os vogais do conselho municipal que o presidente designar

Art 39º Podem ser eleitos vereadores os munícipes no gozo dos seus direitos civis e politicos, que saibam ler e escrever

§ único Exceptuam-se os funcionários e demais entidades referidas nos n.ºs 2º e seguintes do artigo 18º

Art 40º As funções de vereador são obrigatorias e gratuitas

§ único Constituem motivos de escusa

1º Exercício das funções de vereador efectivo da mesma câmara no trienio anterior, ou de substituto ou suplente, quando tenha servido na maior parte do trienio

2º Os referidos no § único do artigo 19º

Art 41º Perdem o mandato os vereadores

1º Que aceitem cargos ou adquiram situações que os tornem inelegiveis nos termos do § único do artigo 39º;

2º Que sejam eleitos procuradores ao conselho provincial, não o sendo pela câmara de que fazem parte, desde que até à constituição daquela não optem pelo serviço desta,

3º Que contraiam com outro vereador mais votado, ou, no caso de igualdade de votação, mais velho, o parentesco a que se refere o n.º 12º do artigo 18º

§ único Não podem ser chamados a servir efectivamente os substitutos ou suplentes em relação aos quais se verifique alguma das incompatibilidades previstas neste artigo

Art 42º A exclusão do lugar ou perda do mandato de vereador será declarada pelo presidente da câmara

Art 43º As funções de vereador não estão sujeitas a quaisquer outra ineligibilidades ou incompatibilidades, além das expressamente designadas nos artigos anteriores

SECÇÃO II

Atribuições e competência

SUB-SECÇÃO I

Disposições gerais

Art 44º As câmaras municipais têm atribuições

1º De administração dos bens comuns e próprios do concelho,

2º De fomento,

3º De abastecimento público,

4º De cultura e assistência;

5º De salubridade publica;

6º De policia

Art 45º No uso das atribuições de administração dos bens comuns e proprios do concelho, pertence às câmaras deliberar

1° Sobre a fruição e exploração dos bens, pastos e frutos do logradouro comum dos povos de mais de uma freguesia do concelho,

2° Sobre a divisão, por sua iniciativa ou a requerimento de dois terços dos chefes de família utentes, dos baldios municipais dispensáveis ao logradouro comum e próprios para cultura, que não sejam destinados, pela Junta de Colonização Interna, do Ministério da Agricultura, ao estabelecimento de casais agrícolas,

3° Sobre a passagem ao domínio privado, para conveniente fruição ou aproveitamento, dos baldios municipais dispensáveis ao logradouro comum e impróprios para cultura, ou fora do logradouro comum,

4° Sobre o arroteamento e sementeira de terrenos municipais incultos por meio de arrendamento ou concessão, cujas cláusulas de ordem técnica devem ser submetidas à aprovação dos serviços competentes do Ministério da Agricultura,

5° Sobre a plantação e corte de matas e arvoredos municipais com a assistência técnica dos serviços florestais, quando for julgada conveniente,

6° Sobre o esgoto de pântanos existentes em terrenos do município,

7° Sobre tudo o que respeite à conservação, uso e fruição dos bens próprios do concelho

Art 46° No uso das atribuições de fomento, pertence às câmaras deliberar

1° Sobre a construção, reparação e conservação das estradas e caminhos a seu cargo, nos termos das leis especiais,

2° Sobre a abertura de novas ruas e praças, nas povoações,

3° Sobre a pavimentação das ruas das povoações, adequando-a ao trânsito automóvel, quando necessário;

4° Sobre a construção e reparação de pontes e viadutos de interesse municipal,

5° Sobre o estabelecimento de serviços públicos de transporte colectivo,

6° Sobre o estabelecimento de barcas de passagem nos rios que atravessam o concelho,

7° Sobre o inventario das riquezas naturais do concelho,

8° Sobre a experiência e introdução de novas culturas, de acordo com os serviços agrónomicos regionais,

9° Sobre a realização de exposições agrícolas, pecuárias e industriais de interesse para o concelho,

10° Sobre a fruição e aproveitamento das águas públicas que por lei estejam na sua administração,

11° Sobre a instalação de geradoras de energia eléctrica e distribuição desta pelo concelho, para fins industriais e domésticos,

12° Sobre a limpeza das povoações e asseio exterior dos edificios,

13° Sobre a criação e conservação de parques, jardins, miradouros e outros lugares de aprazimento público

14° Sobre a propaganda das belezas naturais e artísticas do concelho,

Art 47° No uso das atribuições referentes ao abastecimento público, pertence às câmaras deliberar.

1° Sobre a captação de águas potáveis, construção e conservação, limpeza e desobstrução de fontes, reservatórios, aquedutos e condutas,

2° Sobre a construção e conservação de redes de distribuição pública da água para consumo domiciliário;

3° Sobre a venda de carnes verdes, podendo estabelecer o exclusivo do seu fornecimento, para o dar de arrematação,

4° Sobre o estabelecimento, duração, mudança e supressão das feiras e mercados

Art 48° No uso das atribuições de cultura e assistência, pertence às câmaras deliberar.

1° Sobre a construção, conservação, reparação ou arrendamento de edificios escolares, aquisição de mobiliário e material didáctico e criação de instituições de assistência escolar, nos termos das leis especiais,

2° Sobre o auxilio a conceder a estabelecimentos particulares de educação e instrução, existentes no concelho;

3° Sobre a conveniência da criação de institutos secundários municipais e sua manutenção no termos da lei;

4° Sobre a criação e conservação de bibliotecas populares, arquivos e museus municipais;

5° Sobre a publicação de documentos inéditos, que interessem à história do município, e de anais ou boletins destinados à divulgação, entre os munícipes, dos factos notáveis da vida passada e presente do concelho,

6° Sobre a instalação e exploração de teatros e cinemas educativos,

7° Sobre a construção e administração de gymnásios e campos de jogos,

8° Sobre a realização de festas populares;

9° Sobre a erecção e conservação de monumentos destinados ao embelezamento das povoações e à consagração de varões ilustres ou de acontecimentos memoráveis do concelho,

10° Sobre a administração dos expostos e crianças desvalidas ou abandonadas;

11° Sobre o internamento dos alienados e hospitalização dos doentes do concelho,

12° Sobre a extinção da mendicidade;

13° Sobre a fixação do dia de feriado anual no concelho.

escolhido entre as datas das suas festas tradicionais e características,

14° Sobre a escolha e modificação do brasão de armas, selo e bandeira, de harmonia com o disposto no § único do artigo 13°

Art 49° No uso das atribuições respeitantes à salubridade pública, pertence às câmaras deliberar

1° Sobre a protecção da água potável destinada ao consumo público, contra as causas de inquinação e conspurcação,

2° Sobre o estabelecimento de redes de esgotos, a dentro das povoações,

3° Sobre a remoção, despejo e tratamento de lixos, detritos e imundícies domesticas,

4° Sobre o estabelecimento e administração de cemitérios na sede do concelho, na conformidade das leis e regulamentos sanitários, e sobre o auxilio a prestar às juntas de freguesia para estabelecimento dos paroquais,

5° Sobre a criação de serviços de desinfecção pública e a adopção de outras medidas tendentes a concorrer para a prevenção e combate às epidemias;

6° Sobre a defesa do ar atmosférico contra os fumos, poeiras e gases tóxicos que o poluam nas povoações,

7° Sobre a criação de dispensários antirábicos e antituberculosos e de postos antimaláricos nas regiões sazonáticas, ou sobre o subsídio a conceder aos institutos públicos, ou de utilidade pública, que tiverem a seu cargo o combate a esses males,

8° Sobre a divagação de animais nocivos, especialmente cães vadios, e construção do canil municipal;

9° Sobre a extinção dos ratos na canalização pública e a destruição de mosquitos nas regiões palustres,

10° Sobre a construção e conservação de matadouros municipais,

11° Sobre a instalação e manutenção de laboratórios municipais;

12° Sobre a construção e conservação de lavadouros,

13° Sobre a construção e administração de estabelecimentos de banhos publicos e de águas medicinais,

14° Sobre a instauração de obras de saneamento,

15° Sobre a construção de casas económicas,

16° Sobre a fiscalização dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos ou tóxicos, nos termos da lei

Art 50° No uso das atribuições de policia, pertence às câmaras deliberar

1° Sobre tudo o que interesse à segurança e comodidade do trânsito nas ruas, praças, cais e mais lugares públicos, e não seja das atribuições de outras autoridades;

2° Sobre o estacionamento de veículos nas ruas, praças e

cais, e condições em que devem prestar os seus serviços ao público,

3° Sobre a iluminação pública nas povoações e vias publicas sujeitas à sua jurisdição,

4° Sobre a denominação das ruas e praças das povoações;

5° Sobre a segurança, elegância e salubridade das edificações junto das ruas e lugares públicos,

6° Sobre a numeração dos edificios, nas cidades e vilas;

7° Sobre a atenuação ou supressão dos ruídos incómodos, adentro das povoações,

8° Sobre a organização de serviços para prevenção e extinção de incendios e sobre subvenções a bombeiros voluntários,

9° Sobre o regime interno das feiras e mercados;

10° Sobre a fiscalização de pesos e medidas,

11° Sobre o descanso semanal, nos termos da lei;

12° Sobre o estabelecimento e manutenção das cadeias municipais e comarcas;

13° Sobre a criação e sustentação de uma policia municipal e a instalação de postos ou construção de quartéis destinados ao serviço de policia urbana ou rural,

14° Sobre a apascentação de gados nas propriedades particulares

Art 51° Para o desempenho das suas atribuições, compete as câmaras

1° Fazer, interpretar, modificar e revogar os regulamentos necessarios à boa ordem dos serviços e estabelecimentos municipais,

2° Fazer, interpretar, modificar e revogar posturas e os regulamentos policiais permitidos ou impostos por lei ou decreto,

3° Elaborar o tombo da sua propriedade urbana e o cadastro da sua propriedade rústica,

4° Proceder ao inventário dos baldios existentes no concelho e à respectiva classificação,

5° Registar os manifestos de jazigos minerais e nascentes de aguas minerais do concelho;

6° Alienar ou aforar, nos termos da lei, os baldios divididos;

7° Adquirir bens mobiliários e imobiliários necessários para serviço do municipio, e alienar os que forem dispensáveis;

8° Conceder servidões sobre os bens municipais, sempre com a natureza de precárias,

9° Aceitar heranças, legados e doações feitos ao municipio ou a estabelecimentos municipais, contanto que a aceitação das heranças seja a beneficio de inventário;

10° Celebrar contratos de arrendamento, activa e passivamente, e de prestação de serviços,

11° Contratar com empresas individuais ou colectivas os fornecimentos necessários ao funcionamento dos serviços e à execução das obras municipais;

12° Efectuar seguros contra quaisquer riscos em companhias nacionais devidamente autorizadas ;

13° Instaurar pleitos e defender-se nêles, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa de direitos de terceiro ,

14° Mandar elaborar o plano geral de urbanização e expansão da sede e de outras aglomerações populacionais onde esta necessidade se faça sentir e promover o levantamento das plantas topograficas respectivas ,

15° Executar obras públicas por administração directa, empreitada ou concessão ,

16° Propor ao Govêrno a expropriação por utilidade pública dos imóveis necessários a realização dos seus fins ;

17° Ordenar, precedendo vistoria, a demolição ou beneficiação dos edificios que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública ,

18° Ordenar o despejo sumário dos prédios cuja demolição ou expropriação por utilidade pública tenham sido deliberadas ou decretadas ;

19° Conceder licenças para edificações ou reedificações junto das ruas e mais lugares públicos sujeitos à sua jurisdição ou à das juntas de freguesia, e aprovar os respectivos projectos, fixando o alinhamento de acôrdo com o respectivo plano geral, dando as cotas de nível e cedendo ou adquirindo por venda, compra ou troca, com prévia louvação, mas independentemente de hasta pública, os terrenos necessários ao referido alinhamento ,

20° Embargar quaisquer obras, construções ou edificações iniciadas pelos particulares sem licença ou com inobservância das condições desta, dos regulamentos ou das posturas municipais ;

21° Conceder licenças policiaes e fiscaes, de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas, e conceder alvarás de licença aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, nos termos da lei ,

22° Municipalizar serviços ,

23° Arrendar a exploração de serviços municipalizados ,

24° Conceder a exploração de serviços e resgatar a concessão, quando o julgue conveniente, nos termos do respectivo contrato, o qual tera sempre por base um caderno de encargos aprovado pelo Govêrno ,

25° Estabelecer exclusivos de fornecimentos ao público ;

26° Conceder a particulares o aproveitamento das aguas públicas na sua administração ,

27° Conceder, nos termos da lei, o estabelecimento e exploração de instalações eléctricas de interesse publico, dentro da área da sua jurisdição ,

28° Pedir ao Govêrno a concessão de aguas publicas para

aproveitamento de energia hidráulica, abastecimento das povoações, regas e melhoramentos agrícolas ,

29° Estabelecer taxas pela ocupação temporária de lugares e terrenos de uso e logradouro público, pelo aproveitamento dos bens, pastos e frutos do logradouro comum de que sejam administradoras, e pela concessão de licenças ,

30° Lançar impostos, directos e indirectos, e regulamentar a sua cobrança ,

31° Contrair empréstimos, estabelecer a sua dotação e estipular as condições de amortização ;

32° Requerer a comparticipação financeira do Estado para a realização de melhoramentos urbanos e rurais, obras de águas e saneamento ,

33° Aprovar o orçamento ordinário e os orçamentos suplementares ;

34° Criar empregos e partidos para médicos, veterinários, farmacêuticos, parteiras, enfermeiras e agrónomos, e dotá-los, remodela-los e extingui-los, nos termos da lei ,

35° Nomear, contratar ou assalariar, promover, transferir, louvar, punir, aposentar e exonerar os funcionários e assalariados municipais ,

36° Modificar e revogar os actos praticados pelos funcionários e assalariados municipais ,

37° Subsidiar estabelecimentos de assistência ou instrução, de utilidade para o concelho ,

38° Subsidiar as juntas de freguesia para a realização de melhoramentos rurais e cabal desempenho das suas atribuições de assistência

39° Associar-se com outras câmaras para a realização de interesses comuns dos respectivos concelhos

§ 1° A vistoria a que se refere o n° 17° dêste artigo sera realizada por três peritos nomeados pela câmara, sendo um o delegado de saúde, nos casos em que a demolição tenha por motivo a salubridade publica. A deliberação tomada pela câmara sera immediatamente intimada ao proprietário do prédio e dela cabe apenas recurso contencioso por incompetência, excesso de poder ou violação de lei

§ 2° O despejo sumario permitido pelo n° 18° só poderá ser ordenado depois de a câmara entrar na posse do prédio expropriado ou destinado a demolição, devendo executar-se dentro do prazo de sessenta dias, salvo no caso de risco iminente ou perigo para a segurança pública

§ 3° A louvação determinada na parte final do n° 19° será feita por três louvados, um nomeado pela câmara, outro pelo proprietário interessado e o terceiro pelo juiz de direito da comarca

Art 52° As deliberações das câmaras municipais podem revestir a forma de postura ou regulamento policial, sempre

que contenham disposições preventivas de carácter genérico e execução permanente

§ 1º Não é permitido as camaras fazer posturas sobre matérias estranhas às suas atribuições, ou já reguladas por lei, decreto ou regulamento do Governo. Os regulamentos policiaes deverão conter-se dentro dos limites assignados pela lei ou decreto que os permitir ou impuser, não podendo cominar sanções que não sejam por estes estabelecidas

§ 2º As posturas podem cominar as seguintes penas

1º Prisão ate um mês, applicável por sentença do juiz competente,

2º Multa ate 500\$, acrescida de um térço por cada reincidência,

3º Apreensão dos instrumentos da contravenção, móveis ou semoventes, os quaes caucionarão a responsabilidade civil e penal do contraventor

Art 53º Os regulamentos e posturas locais serão afixados em todas as freguesias do concelho nos lugares do estilo, começando a vigorar na data por elles designada, a qual não podera ser anterior a oito dias, contados da afixação

Art 54º As disposições dos regulamentos e posturas locais que contrariarem as leis gerais da Nação serão consideradas nulas e de nenhum efeito pelos tribunais

Art 55º Carecem de aprovação do conselho municipal, para se tornarem executórias, as deliberações das câmaras

1º Que revistam a forma de postura ou regulamento policial, exceptuados os respeitantes a policia sanitária e ao trânsito na via publica,

2º Que envolvam alienação de bens próprios do concelho,

3º Que adjudiquem fornecimentos por prazo superior a um ano,

4º Que impliquem a realização de obras publicas, quando o seu custo provavel seja superior a 50 contos, nos concelhos rurais de 2ª e 3ª ordem, a 100 contos, nos concelhos rurais de 1ª ordem e urbanos de 2ª e 3ª, e a 200 contos nos concelhos urbanos de 1ª ordem,

5º Que municipalizem serviços,

6º Que concedam serviços públicos, ou obras públicas de valor superior a 50 contos, nos concelhos rurais de 2ª e 3ª ordem, a 100 contos, nos concelhos rurais de 1ª ordem e urbanos de 2ª e 3ª, e a 200 contos, nos concelhos urbanos de 1ª ordem

7º Que estabeleçam exclusivos de fornecimentos ao público,

8º Que respeitem a instalação de geradoras de energia eléctrica

9º Que lancem novos impostos ou taxas, ou aumentem os existentes;

10º Que digam respeito a empréstimos,

11º Que impliquem criação, dotação, remodelação e extinção de empregos ou partidos municipais,

12º Que respeitem a criação ou adesão a uma federação de municípios, ou a sua dissolução e destino a dar aos respectivos bens

§ 1º As posturas e regulamentos relativos a policia sanitaria e ao trânsito na via publica carecem de aprovação do Governo, pelos Ministérios do Interior e das Obras Publicas e Comunicações, respectivamente

§ 2º As deliberações que respeitem a municipalização de serviços ou concessão de exclusivos, depois de aprovadas pelo conselho municipal, carecem de aprovação do Governo, pelo Ministerio do Interior

§ 3º As deliberações sobre instalação de geradoras de energia electrica, depois de aprovadas pelo conselho municipal, carecem da aprovação do Governo, pelo Ministério das Obras Publicas e Comunicações

§ 4º As deliberações sobre empréstimos, depois de aprovadas pelo conselho municipal, carecem de aprovação do Governo, pelo Ministerio das Finanças

§ 5º A aprovação a que se referem os paragrafos anteriores sera pedida pelo presidente da câmara aos Ministérios respectivos, por intermedio do governador civil

§ 6º Quanto à matéria dos §§ 1º e 2º, considerar-se-á aprovada a deliberação, se dentro do prazo de trinta dias, contados da data da entrada do officio do presidente da câmara no Ministério a que tenha sido solicitada a aprovação, não fôr publicada portaria concedendo-a ou negando-a

Art 56º Além das atribuições referidas nos artigos 45º e seguintes, pertencem as câmaras municipais atribuições deliberativas e consultivas em todos os casos declarados nas leis, e bem assim atribuições consultivas em todos os assuntos sobre que forem ouvidas pelo Governo

Art 57º As atribuições deliberativas das câmaras municipais são umas de exercicio facultativo e outras de exercicio obrigatório

§ unico As câmaras não poderão instituir serviços ou realizar obras e melhoramentos facultativos sem que estejam criados ou dotados os serviços, obras e melhoramentos obrigatórios, salvo se a respectiva deliberação tiver sido tomada por quatro quintos dos vereadores, nos concelhos de Lisboa e Pôrto, ou aprovada por três quartos dos vogais do respectivo conselho municipal, nos restantes concelhos. Esta deliberação deve ser comunicada ao Governo e só se tornará executória se éste, dentro do prazo de trinta dias, contados da data da comunicação, não lhe opuser o seu veto

Art 58º Os serviços das câmaras municipais, com excepção das de Lisboa e Pôrto, serão divididos em pelouros geridos pelo presidente e pelos vereadores

§ 1º Nos concelhos de 1ª ordem haverá sete pelouros

1º Serviços municipais e polícia ;

2º Finanças ,

3º Serviços municipalizados e fomento ;

4º Obras municipais ,

5º Urbanização e turismo ;

6º Saúde pública e assistência ,

7º Cultura

§ 2º Nos concelhos de 2ª ordem haverá cinco pelouros

1º Serviços municipais, finanças e polícia ;

2º Serviços municipalizados e fomento ,

3º Obras municipais ,

4º Urbanização, cultura e turismo ,

5º Saúde pública e assistência

§ 3º Nos concelhos de 3ª ordem os pelouros serão três

1º Serviços municipais, finanças, polícia e serviços municipalizados ,

2º Obras municipais, urbanização e fomento ;

3º Saúde pública, cultura e assistência

§ 4º Os pelouros a que se referem os n.ºs 1º dos parágrafos anteriores são anexos à presidência

§ 5º Compete aos vereadores, nos seus pelouros, estudar os problemas relativos aos respectivos serviços e preparar a execução das deliberações camarárias que lhes disserem respeito, sem prejuízo dos poderes de direcção, coordenação e execução do presidente da câmara

§ 6º A distribuição dos pelouros pelos vereadores será feita pelo presidente da câmara na primeira sessão de cada ano

Art 59º O presidente da câmara, poderá distribuir os serviços por pelouros com designação diferente da indicada no artigo anterior quando circunstâncias especiais da vida municipal assim o exijam

SUB-SECÇÃO II

Concelhos urbanos

Art 60º Nos concelhos urbanos de qualquer ordem, incumbe às câmaras o exercício obrigatório das atribuições

1º Dos n.ºs 1º, 3º, 4º e 12º do artigo 46º ,

2º Dos n.ºs 1º e 2º do artigo 47º ,

3º Dos n.ºs 1º, 10º e 11º do artigo 48º ,

4º Dos n.ºs 1º, 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 10º e 16º do artigo 49º ,

5º Dos n.ºs 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 10º, 11º e 12º do artigo 50º

§ único A atribuição do n.º 2º do artigo 47º é de exercício obrigatório apenas nos concelhos cujas sedes sejam centros de grandes aglomerados populacionais ou de zonas de turismo

Art 61º Nos concelhos urbanos de 1ª e 2ª ordem incumbe

as câmaras, além do exercício obrigatório das atribuições enumeradas no artigo anterior, mais o das seguintes

1º Do n.º 4º do artigo 48º ,

2º Dos n.ºs 5º e 6º do artigo 49º ,

3º Do n.º 7º do artigo 50º ,

Art 62º As licenças municipais para edificações e reedificações nas sedes dos concelhos urbanos só poderão ser concedidas mediante a prévia aprovação de um projecto elaborado de harmonia com o plano de urbanização e expansão e subscrito por architecto, engenheiro ou construtor civil devidamente habilitado

§ 1º As licenças a que este artigo se refere podem ser recusadas com o fundamento de as construções projectadas prejudicarem a estética urbana

§ 2º Sempre que se trate de avenida como tal classificada no plano de urbanização e expansão, podem as câmaras condicionar a concessão das licenças pela obrigação imposta aos proprietários de deixarem jardins fechados, entre a frente dos prédios e o alinhamento

Art 63º Compete às câmaras dos concelhos urbanos ordenar a demolição de pequenas casas abarracadas e quaisquer construções ligeiras, desde que estejam situadas dentro da área da sede, ou de lugar de turismo, e o seu projecto não tenha sido aprovado, nem concedida a licença municipal

SUB-SECÇÃO III

Concelhos rurais

Art 64º Nos concelhos rurais de qualquer ordem incumbe às câmaras o exercício obrigatório das atribuições

1º Dos n.ºs 1º, 4º e 12º do artigo 46º ,

2º Do n.º 1º do artigo 47º ,

3º Dos n.ºs 1º, 10º e 11º do artigo 48º ,

4º Dos n.ºs 1º, 4º, 8º, 9º, 14º e 16º do artigo 49º ,

5º Dos n.ºs 1º, 10º, 11º e 12º do artigo 50º

Art 65º Nos concelhos rurais de 2ª ordem incumbe às câmaras, além do exercício obrigatório das atribuições enumeradas no artigo anterior, mais o das seguintes

1º Do n.º 2º do artigo 47º ,

2º Dos n.ºs 5º, 10º e 12º do artigo 49º ,

3º Do n.º 5º do artigo 50º

Art 66º Nos concelhos rurais de 1ª ordem incumbe às câmaras, além do exercício obrigatório das atribuições enumeradas nos artigos anteriores, mais o das seguintes

1º Do n.º 4º do artigo 48º, na parte respeitante a bibliotecas populares ,

2º Do n.º 3º do artigo 49º ;

3º Do n.º 8º do artigo 50º

SECÇÃO III

Constituição, reuniões e deliberações

Art 67° Nos anos em que deva proceder-se à constituição de nova câmara municipal, reunir-se-a esta no dia 5 de Dezembro, para o efeito da verificação dos poderes dos seus membros e da eleição do procurador ao conselho provincial, continuando porém a antiga câmara, para tudo o mais, em exercício de funções até 31 de Dezembro

§ 1° A convocação da reunião sera feita pelo presidente da câmara dentro do prazo e pela forma estabelecidos no § 1° do artigo 29°

§ 2° Os poderes dos vogais da câmara municipal serão verificados pelo presidente e aquela dir-se-á constituída e poderá deliberar, desde que esteja verificada a legitimidade dos poderes da maioria dos vogais, nos concelhos de 1ª e 2ª ordem, e de pelo menos um, nos concelhos de 3ª ordem

Art 68° As câmaras municipais reúnem ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente sempre que o presidente as convocar por imperiosa necessidade de serviço publico.

Art 69° Quando as câmaras não reünam por falta de número, os presidentes deverão logo designar o dia para nova reunião, annunciando-o por aviso afixado à entrada dos paços do concelho

Art 70° Em tudo o mais respeitante a constituição, reuniões e deliberações das câmaras observar-se-a o que vai disposto sobre constituição e funcionamento dos corpos administrativos

CAPÍTULO IV

Do presidente da câmara

Art 71° O presidente da câmara, bem como o seu substituto, serão nomeados de entre os respectivos munícipes, de preferência vogais do conselho municipal, antigos vereadores ou membros das comissões administrativas municipais, ou diplomados com um curso superior

§ 1° Não podem ser nomeados os que, nos termos dos n.ºs 1º e 2º e 10º a 16º do artigo 18º, não puderem ser eleitos vogais do conselho municipal

§ 2° Quando circunstâncias excepcionais o justifiquem, poderá o Governo nomear o presidente da câmara, e o respectivo substituto, sem sujeição a qualquer das restrições indicadas no corpo deste artigo e no parágrafo anterior

Art 72° O presidente da câmara e o substituto são nomeados por seis anos, findos os quais poderão ser reconduzidos por

periodos sucessivos de igual duração, e tomam posse perante o governador civil do distrito, prestando o compromisso de honra e as declarações de fidelidade exigidas aos funcionários públicos

Art 73° O presidente da câmara pode ser demittido pelo Governo, livremente ou em consequência de sindicância ou processo disciplinar.

Art 74° As funções de presidente da câmara são remuneradas nos concelhos de Lisboa e Pôrto e nos de 1ª ordem.

§ 1° Os presidentes das câmaras municipais de Lisboa e Pôrto são remunerados conforme a tabela anexa a este Código e os das câmaras dos concelhos de 1ª ordem segundo proposta da respectiva câmara, sancionada pelo conselho municipal e aprovada pelo Ministro do Interior.

§ 2° Em materia de vencimentos os presidentes das câmaras ficam sujeitos ao regime dos funcionarios administrativos

Art 75° As funções de presidente da câmara, nos concelhos de Lisboa e Pôrto e nos de 1ª ordem, são incompatíveis com o exercício de quaisquer outras funções públicas remuneradas pelo Estado

§ único Os funcionarios remunerados pelo Estado, que sejam nomeados presidentes das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto ou dos concelhos de 1ª ordem, serão considerados em comissão extraordinária de serviço publico e com direito a optar pelo seu vencimento ou pelo de presidente da câmara, competindo porém a esta, em qualquer caso, o respectivo pagamento

Art 76° O presidente da câmara orienta e coordena a acção municipal, superintende na execução das deliberações da câmara e e o magistrado administrativo do concelho

Art 77° Na sua função de orientar e coordenar a acção municipal e de executar as deliberações da câmara, compete ao presidente

1° Convocar as reuniões extraordinarias da câmara e as sessões extraordinárias do conselho municipal ;

2° Dirigir os trabalhos nas reuniões da câmara e do conselho municipal ,

3° Elaborar o relatório anual da gerência camarária, para ser presente à sessão ordinária do conselho municipal ,

4° Elaborar, de acôrdo com a vereação, o plano anual da actividade da câmara ,

5° Preparar as bases do orçamento ordinário e as dos suplementares, nos casos não exceptuados no artigo 650º, elaborá-los sobre as que tenham sido aprovadas pelo conselho municipal e submetê-los, bem como os orçamentos suplementares que não careçam da intervenção do conselho municipal, a aprovação da câmara ,

6° Autorizar as despesas orçamentadas, liquidadas de harmonia com as deliberações municipais ;

7° Submeter a julgamento as contas de gerência ,
 8° Dirigir e superintender nos serviços municipais e no respectivo pessoal ,

9° Inspeccionar os serviços municipalizados ,

10° Conceder as licenças policiais da competência da câmara, salvo recurso das suas decisões para a própria câmara ,

11° Representar a câmara em juízo ou fora d'ele, precedendo, no primeiro caso, deliberação municipal sobre o pleito, e escolher os advogados que forem necessários ,

12° Executar e fazer executar as deliberações da câmara, expedindo os diplomas e alvaras necessários ,

13° Publicar as posturas, regulamentos e avisos, e vigiar a sua execução ,

14° Assinar a correspondência expedida pela câmara com destino a quaisquer autoridades, corpos administrativos e repartições públicas

Art 78° O presidente da câmara pode praticar quaisquer actos da competência desta, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e não seja possível reuni-la extraordinariamente, ficando porém os actos praticados sujeitos a subsequente ratificação da câmara

Art 79° Como magistrado administrativo, compete ao presidente da câmara

1° Informar o governador civil, com diligência e exactidão, sobre todos os assuntos de interesse público que esse magistrado deva conhecer ,

2° Executar e fazer executar no concelho as leis e regulamentos administrativos ,

3° Responder a inqueritos económicos ou administrativos de character official, colaborar na sua realização e auxiliar o desempenho dos serviços de estatística ,

4° Tomar conta do cumprimento dos legados pios ou de assistência ou destinados a applicações pias ou de utilidade publica, nos termos da respectiva legislação ,

5° Exercer, em relação as pessoas colectivas de utilidade publica administrativa, as funções de inspecção que lhe forem confiadas pelo governador civil ,

6° Designar o segundo ou terceiro domingo do mês de Outubro para a eleição das juntas de freguesia do concelho ,

7° Convocar a reunião constitutiva do conselho municipal, da câmara municipal e das juntas de freguesia ;

8° Declarar a exclusão do lugar ou perda do mandato dos vereadores, na forma da lei ,

9° Inspeccionar a administração paroquial ;

10° Passar os atestados de bom comportamento moral e civil que lhe sejam requeridos, e lavrar termos de identidade, idoneidade ou justificação administrativa

Art 80° O presidente da câmara, salvo o disposto nos §§ 1.º e 2.º, é também autoridade policial e compete-lhe .

1.º Tomar as providências necessárias para que se cumpram as leis e regulamentos de policia geral, distrital e municipal, urbana e rural, zelando pela manutenção da ordem e tranquillidade pública e protegendo a liberdade, propriedade e segurança dos habitantes do concelho ,

2.º Impedir e reprimir quaisquer actos contrários à ordem, à moral e a decência pública ;

3.º Prestar às autoridades sanitárias todo o auxilio que lhe fôr solicitado e exercer as atribuições que sobre policia sanitária lhe sejam conferidas nas leis e regulamentos ;

4.º Exercer a policia sobre os estrangeiros, nos termos das leis e regulamentos ,

5.º Exercer a policia dos espectaculos, nos termos das leis e regulamentos ,

6.º Vigiar os mendigos, vadios, vagabundos, músicos ambulantes e menores em perigo moral, propondo superiormente as medidas que julgar necessárias e convenientes ;

7.º Fiscalizar as casas publicas de jôgo, hospedarias, estalagens, cafés, botequins e semelhantes ,

8.º Exercer a policia sobre as reuniões publicas e solenidades religiosas, nos termos da lei ;

9.º Exercer a policia relativa às prostitutas ,

10.º Colaborar, no que lhe fôr requerido ou por sua iniciativa, com a policia de vigilância e defesa do Estado ;

11.º Exercer, por si ou seus agentes, as atribuições da policia judiciária relativa à investigação dos crimes públicos e à captura dos criminosos, sem prejuizo da competência dos tribunais ordinários e de outras autoridades da mesma policia ,

12.º Conceder licenças de uso e porte de arma de caça e quaisquer outras licenças policiais que não sejam da competência de outra autoridade ;

13.º Registrar e fiscalizar a lavra das pedreiras existentes no concelho ;

14.º Exercer as atribuições policiais que lhe sejam confiadas pelo governador civil em matéria da competência d'este § 1.º A competência conferida por este artigo ao presidente da câmara pertence :

1.º Nos concelhos que forem sede de distrito, ao comandante distrital da policia de segurança pública ,

2.º Nos concelhos em que haja secção de policia de segurança pública, ao respectivo comandante

§ 2.º Quando o julgar conveniente, poderá o Governo nomear, para os concelhos não compreendidos nos n.ºs 1.º e 2.º do paragrafo anterior, um delegado especial, ao qual competirão as atribuições policiais enumeradas neste artigo

§ 3.º A concessão de licenças para uso e porte de arma de

defesa pertence em toda a área dos distritos aos comandantes de policia de segurança pública

Art 81° Os presidentes das câmaras, bem como as autoridades policiaes referidas nos §§ 1° e 2° do artigo antecedente, gozam da garantia administrativa e das isenções a que se refere o artigo 349°, nos mesmos termos que os governadores civis

Art 82° As decisões do presidente da câmara podem ser por ele ratificadas, revogadas, reformadas ou convertidas, quando da ratificação, revogação, reforma ou conversão não resulte ofensa de lei, regulamento ou contrato, nos termos seguintes

1° Se não forem constitutivas de direitos, em todos os casos e a todo o tempo,

2° Se forem constitutivas de direitos, apenas quando ilegais e dentro do prazo fixado na lei para o recurso contencioso ou até a interposição d'este

§ 1° Das decisões do presidente da câmara, quando tomadas em execução de deliberações municipais, pode recorrer-se para a câmara, sem prejuizo do recurso contencioso contra a deliberação executada

§ 2° Das decisões definitivas e executórias do presidente da câmara, quando tomadas no exercício da sua competência de magistrado administrativo e superior autoridade municipal, só pode interpor-se recurso contencioso e com fundamento em incompetência, excesso de poder ou violação de lei, regulamento ou contrato administrativo.

§ 3° Das decisões do presidente da câmara, como autoridade policial, e do delegado especial a que se refere o § 2.º do artigo 80°, e bem assim das decisões das autoridades mencionadas no § 1° do mesmo artigo, quando tomadas por delegação do governador civil, cabe recurso hierárquico para este magistrado, de cuja decisão se poderá recorrer contenciosamente. O prazo do recurso hierárquico é de vinte dias.

CAPÍTULO V

Dos concelhos de Lisboa e Pôrto

SECÇÃO I

Câmara municipal e seu presidente

Art 83° As câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto são constituídas por um presidente, nomeado pelo Governo, e doze vereadores, eleitos pelas juntas de freguesia e organismos corporativos do concelho

§ 1° O presidente tem substituto igualmente nomeado pelo Governo

§ 2° A eleição dos vereadores sera regulada em lei especial

Art 84° As câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto não poderão instituir novos serviços de assistência.

Art 85° Nos concelhos de Lisboa e Pôrto dependem de deliberação tomada em reunião da Câmara

1° A aprovação de posturas ou regulamentos policiaes,

2° A aquisição e alienação de bens imobiliários;

3° A acertação de heranças, doações ou legados;

4° A adjudicação de fornecimentos por prazo superior a um ano,

5° A instauração de pleitos ou sua defesa, e a confissão, desistência ou transacção judicial,

6° A aprovação do plano de urbanização e expansão,

7° A realização de obras públicas cujo valor exceda 3 000 contos,

8° O pedido ao Governo da declaração da utilidade pública e urgência das expropriações,

9° A municipalização de serviços;

10° A concessão de exclusivos,

11° A concessão de serviços publicos, ou de obras públicas de valor superior a 5 000 contos,

12° O lançamento de novos impostos ou taxas, ou o aumento dos existentes,

13° A realização de empréstimos,

14° A aprovação dos orçamentos ordinários e suplementares,

15° A organização interna dos serviços municipais

Art 86° Carecem da aprovação do Governo, para se tornarem executórias, as deliberações.

1° Que revistam a forma de postura ou regulamento relativos à policia sanitária ou ao trânsito na via pública,

2° Que impliquem a realização de obras públicas cujo valor exceda 3 000 contos,

3° Que concedam serviços públicos, ou obras públicas de valor superior a 5 000 contos,

4° Que municipalizem serviços,

5° Que estabeleçam exclusivos de fornecimento ao público,

6° Que respeitem à instalação de geradoras de energia eléctrica;

7° Que digam respeito a empréstimos;

8° Que visem a organização interna dos serviços municipais

§ 1° A aprovação será pedida pelo presidente da câmara ao Ministro do Interior, nos casos dos n.ºs 1°, 1ª parte, 4°, 5° e 8°, ao Ministro das Obras Publicas e Comunicações, nos casos dos n.ºs 1°, 2ª parte, 2°, 3° e 6°, e ao Ministro das Finanças, no caso do n.º 7°

§ 2° Se dentro do prazo de trinta dias, contados da data da entrada do officio do presidente da câmara no Ministério

competente, não fôr publicada portaria concedendo ou negando a aprovação pedida, considerar-se-á aprovada a deliberação, quanto à matéria dos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 4.º

§ 3.º A aprovação tutelar pode ser concedida ou negada no todo ou em parte e sob condição suspensiva ou resolutiva.

Art 87.º As câmaras municipais de Lisboa e Pôrto têm uma reunião ordinaria em cada mês e as extraordinarias que forem convocadas pelo presidente. Nas reuniões ordinarias podem discutir todos os actos praticados pelo presidente no exercício da sua competência, e os votos que dessa discussão resultem serão submetidos a apreciação do Ministro do Interior.

Art 88.º Os presidentes das câmaras de Lisboa e Pôrto decidem, por despacho, todos os negócios da competência das câmaras municipais, salvo os indicados no artigo 85.º

§ 1.º O relatório e o plano anuais da gerência municipal serão presentes a câmara.

§ 2.º Na elaboração do orçamento, o presidente da câmara só deve obediência às disposições legais e as instruções do Governo.

Art 89.º Na preparação das suas decisões e na execução de todos os actos de gerência municipal, o presidente da câmara, nos concelhos de Lisboa e Pôrto, sera coadjuvado pelos directores de serviços.

Cada director de serviços terá a seu cargo os serviços municipais que lhe forem atribuídos pelo presidente.

Art 90.º O presidente da câmara, nos concelhos de Lisboa e Pôrto, não é magistrado administrativo, competindo-lhe porém as obrigações consignadas nos n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 8.º do artigo 79.º

Art 91.º Em tudo o que não está especialmente previsto para os concelhos de Lisboa e Pôrto observar-se-á o disposto para os concelhos urbanos.

SUB-SECÇÃO II

Administrações dos bairros

Art 92.º Nos concelhos de Lisboa e Pôrto, à frente de cada bairro haverá um magistrado administrativo, com a designação de administrador de bairro, nomeado e demittido livremente pelo Ministro do Interior.

§ único. Os administradores de bairro são substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos secretários das respectivas administrações.

Art. 93.º Competem aos administradores de bairro, sob a immediata direcção e inspecção do governador civil do distrito :

1.º Os poderes e deveres enumerados no artigo 79.º, com excepção dos constantes dos n.ºs 6.º e 7.º, que pertencem ao governador civil, e dos do n.º 8.º, que incumbem ao presidente da câmara ;

2.º As atribuições policiaes que por lei lhes forem conferidas e a concessão de licenças de uso e porte de arma de caça ;

3.º Os actos de inspecção administrativa ao funcionamento das juntas de freguesia, que lhes forem incumbidos pelo governador civil ;

4.º O julgamento, com recurso para o governador civil, dos despejos sumários das casas que tiverem de ser totalmente demolidas, ou que forem consideradas inhabitáveis, e dos indivíduos que nas casas de hóspedes não paguem os respectivos aluguéis, ou, pelo seu porte, se tornem importunos ou incómodos.

CAPÍTULO VI

Dos órgãos municipais consultivos

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art 94.º São órgãos consultivos da administração municipal.

1.º A comissão municipal de hygiene,

2.º A comissão municipal de arte e arqueologia,

3.º A comissão venatória concelhia,

4.º A comissão municipal de turismo,

5.º Os grêmios e sindicatos nacionais e quaisquer outros organismos corporativos do concelho,

6.º Outras comissões ou conselhos, permanentes ou transitórios, criados por deliberação da câmara e com a constituição por esta determinada, para fins relativos ao exercício das atribuições municipais.

§ único. As comissões ou conselhos consultivos instituídos pela câmara serão sempre presididos por um vereador nomeado pelo presidente.

SECÇÃO II

Comissão municipal de hygiene

Art 95.º Em cada concelho funciona uma comissão de hygiene, constituída pelo vereador do pelouro de saúde pública, que será o presidente, pelo inspector ou delegado de saúde, pelo veterinário e pelo engenheiro municipal, onde os houver, ou, havendo mais de um, aquele que o presidente da câmara designar, e por um contribuinte eleito pelo conselho municipal, de entre os seus vogais.

§ único. Nos concelhos de Lisboa e Pôrto a comissão municipal de hygiene é constituída por um vereador e um engenheiro municipal, ambos designados pelo presidente da câmara,

pelo delegado de saúde, pelo engenheiro sanitario da inspecção de saúde e pelo intendente de pecuária ou seu representante

Art 96° Compete à comissão municipal de hygiene

1° Dar parecer sobre todos os projectos de posturas e regulamentos sanitários, os quais não poderão ser aprovados sem o seu voto favorável

2° Dar parecer sobre todas as questões de salubridade pública a respeito das quais seja consultada pela câmara ou pelo seu presidente,

3° Sugerir à câmara, ou ao seu presidente, todas as medidas que entenda oportunas e convenientes ao perfeito exercício das respectivas atribuições sanitarias,

4° Coadjuvar o presidente da câmara na execução das deliberações ou decisões tomadas em matéria sanitaria, quando lhe seja determinado

§ único Se a comissão der parecer desfavorável à aprovação de um projecto de regulamento ou postura sanitária, o presidente da câmara, o delegado de saúde e o inspector municipal de sanidade pecuária poderão recorrer para o Conselho Superior de Hygiene ou para a Junta Sanitária de Águas, conforme os casos

SECÇÃO III

Comissão municipal de arte e arqueologia

Art 97° Nos concelhos em que existam monumentos naturais, artisticos, históricos ou arqueológicos a conservar, defender ou valorizar, funcionará uma comissão municipal de arte e arqueologia, composta por um vereador designado pelo presidente da câmara, que será o presidente, pelo director do museu da sede do concelho, onde o houver, por um professor oficial de ensino primario ou liceal nomeado pelo Ministro da Educação Nacional, por um representante das associações culturais ou grupos de amigos dos monumentos ou museus do concelho e pelos párocos ou sacerdotes encarregados do culto em monumentos religiosos de valor reconhecido

§ 1° Nos concelhos urbanos é obrigatória a constituição de comissões de arte e arqueologia, que serão presididas pelo vereador do pelouro de cultura

§ 2° Nos concelhos de Lisboa e Pôrto as comissões a que este artigo se refere serão constituídas por um vereador, que será o presidente, pelo director do museu municipal, por um architecto municipal e mais quatro pessoas peitas, nomeados pela câmara

Art 98° Compete à comissão municipal de arte e arqueologia

1° Dar parecer sobre a parte do plano de urbanização e

expansão relativa à conservação e valorização dos monumentos artisticos, históricos, naturais e arqueológicos,

2° Dar parecer sobre quaisquer projectos de construção, reintegração ou valorização de monumentos, a respeito dos quais seja consultada pela câmara ou pelo seu presidente,

3° Sugerir às câmaras tudo o que entender conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem, e ao desenvolvimento do turismo,

4° Colaborar com os órgãos da administração central na defesa dos interesses artisticos, progresso da cultura e educação do gosto popular, exercendo as atribuições que a lei lhe conferir

SECÇÃO IV

Comissão venatória concelhia

Art 99° A comissão venatória concelhia compete dar parecer sobre todos os assuntos da administração municipal que possam relacionar-se com o exercício e policia da caça e a respeito dos quais seja consultada pelo presidente da câmara

SECÇÃO V

Grémios e sindicatos nacionais

Art 100° Os grémios, os sindicatos nacionais e as secções destes e quaisquer outros organismos corporativos do concelho são obrigados a dar o seu parecer sobre todos os assuntos da administração municipal que tenham relação com os interesses económicos e profissionais por eles representados e a respeito dos quais sejam consultados pelos presidentes das câmaras municipais dos concelhos em que tenham sede

CAPÍTULO VII

Das zonas de turismo

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art 101° Nos concelhos em que existam praias, estâncias hidrológicas ou climatéricas, de altitude, de repouso ou de recreio, ou monumentos e lugares de nomeada, poderão ser criadas zonas de turismo

§ 1° A criação de zonas de turismo dependerá de requerimento da respectiva câmara, precedendo deliberação apro-

vada pelo conselho municipal, ou de proposta do Conselho Nacional de Turismo, e efectuar-se-á por meio de decreto referendado pelos Ministros do Interior e das Finanças, ouvido, no primeiro caso o referido Conselho

§ 2º O decreto a que se refere o paragrafo anterior delimitará a área que deve constituir a zona de turismo e fixará a respectiva sede

Art 102º As zonas de turismo com sede em cabeça de concelho serão directamente administradas pelas respectivas câmaras municipais e as restantes por juntas de turismo

Art 103º As câmaras municipais e as juntas de turismo submeterão à aprovação do Conselho Nacional de Turismo o plano anual da sua actividade turística

Art 104º As receitas especiais das zonas de turismo ficam consignadas às respectivas despesas, devendo umas e outras ser anualmente avaliadas pelas câmaras ou juntas de turismo, conforme os casos, em orçamento separado, mas anexo ao orçamento municipal

SECÇÃO II

Zonas de turismo administradas pelas camaras municipais

Art 105º Nas zonas de turismo directamente administradas pela câmara municipal e para o efeito de colaborar com esta no estudo dos problemas turísticos, haverá uma comissão municipal de turismo presidida pelo vereador do respectivo pelouro e com a seguinte composição:

1º Um representante da comissão municipal de arte e arqueologia, onde a houver;

2º O delegado de saúde;

3º Um hoteleiro, eleito pelos proprietários dos hotéis existentes na zona;

4º Um comerciante estabelecido na zona e um proprietário, ambos designados pelo presidente da câmara municipal;

5º O capitão do porto ou delegado marítimo, onde os houver

§ único Quando na zona não haja hotéis, será o hoteleiro substituído por pessoa designada pelo presidente da câmara municipal

Art 106º As câmaras municipais que administrem zonas de turismo incumbem, pelo menos, as atribuições do exercício obrigatório impostas às câmaras dos concelhos urbanos de 3º ordem

Art 107º A comissão municipal de turismo compete

1º Colaborar na preparação do plano anual de actividade turística;

2º Dar parecer sobre quaisquer projectos de obras de interesse turístico,

3º Sugerir o que entender por conveniente ao melhoramento das condições turísticas da zona,

4º Dar parecer sobre o orçamento dos serviços de turismo;

5º Deliberar sobre propaganda, despendendo as verbas que para esse efeito lhe sejam atribuídas no orçamento

Art 108º O pessoal dos serviços de turismo, nas zonas directamente administradas pelas câmaras municipais, será destacado dos restantes serviços municipais.

SECÇÃO III

Zonas de turismo administradas pelas juntas de turismo

Art 109º As juntas de turismo terão a seguinte composição:

1º Um presidente designado pelo presidente da câmara municipal;

2º O médico municipal, ou, havendo mais de um, aquele que o presidente da câmara designar;

3º Um hoteleiro, eleito pelos proprietários dos hotéis existentes na zona;

4º Um comerciante estabelecido na zona e um proprietário, ambos designados pelo presidente da câmara;

5º O capitão do porto ou delegado marítimo, onde os houver

§ único As juntas de turismo elegerão de entre os seus vogais um administrador delegado

Art 110º As juntas de turismo pertence deliberar:

1º Sobre o inventário das riquezas naturais, arqueológicas e históricas da zona;

2º Sobre a realização de exposições, conservação e divulgação dos traços regionais;

3º Sobre a propaganda das belezas naturais e artísticas da região;

4º Sobre a criação e conservação de bibliotecas populares;

5º Sobre a divulgação de factos notáveis da vida passada e presente da região;

6º Sobre a exploração de teatros e cinemas;

7º Sobre a construção e administração de ginásios e campos de jogos;

8º Sobre a realização de festas populares;

9º Sobre a erecção e conservação de monumentos;

10º Sobre a criação e conservação de parques e jardins, miradouros e outros lugares de aprazimento público;

11º Sobre a iluminação pública das povoações sujeitas à sua jurisdição;

12º Em geral, sobre tudo o que possa contribuir para o melhoramento da zona

§ único Para a realização de obras e melhoramentos que aproveitem às respectivas zonas, e que nos termos deste Código incumbam exclusivamente às câmaras municipais, poderão as

juntas de turismo concorrer com quaisquer verbas disponíveis

Art 111° As deliberações das juntas de turismo, que tenham por objecto algum dos assuntos enumerados no artigo antecedente e não estejam previstas no plano anual de actividade turística, serão comunicadas, nos dez dias imediatos, ao presidente da câmara municipal, que poderá, dentro de igual período, suspender a sua execução e submetê-las à apreciação da câmara, de cuja deliberação cabera recurso, dentro dos dez dias imediatos, para o Conselho Nacional de Turismo

Art 112° É vedado as juntas de turismo

- 1° Elaborar posturas ou regulamentos policiaes ,
- 2° Conceder obras ou serviços públicos ;
- 3° Municipalizar serviços ;
- 4° Estabelecer exclusivos ;
- 5° Lançar impostos ou taxas, devendo limitar-se a arrecadar o produto dos instituídos por lei ;
- 6° Contrair empréstimos

Art 113° Compete ao presidente da junta de turismo

- 1° Orientar a acção da junta, coordenando-a com a da câmara municipal ;
- 2° Elaborar o relatório anual de gerência ;
- 3° Preparar o plano anual de actividade turística e submetê-lo à apreciação da junta ;
- 4° Elaborar o projecto do orçamento

Art 114° Ao administrador delegado da junta de turismo compete ;

- 1° Executar e fazer executar as deliberações da junta ;
- 2° Exercer as funções de inspecção que pela junta lhe forem confiadas ;
- 3° Autorizar as despesas orçamentadas, liquidadas de harmonia com as deliberações da junta, e efectuar os pagamentos ,
- 4° Organizar e submeter à apreciação da junta as contas de gerência

Art 115° O plano elaborado pela junta de turismo só será aprovado pelo Conselho Nacional de Turismo depois de sobre ele haver emitido parecer a respectiva câmara municipal

Art 116° O pessoal das juntas de turismo poderá ser contratado por estas com autorização do Ministro do Interior, ouvido o Conselho Nacional de Turismo

CAPÍTULO VIII

Dos serviços municipais

Art 117° Os serviços municipais compreendem

- 1° Secretaria e tesouraria ,
- 2° Serviços especiais

SECÇÃO I

Secretaria e tesouraria

SUB-SECÇÃO I

Secretaria

Art 118° Cada câmara municipal tem uma secretaria privativa, por onde correrá todo o seu expediente e a qual compete assegurar a execução das deliberações camarárias e dos despachos e ordens do presidente

§ único O expediente da secretaria da câmara, quando as necessidades o exijam, pode distribuir-se por serviços

Art 119° A secretaria é dirigida por um chefe de secretaria, sob a inspecção e superintendência do presidente da câmara

Art 120° Compete ao chefe de secretaria

1° Assistir às reuniões do conselho municipal e da câmara municipal e lavrar e subscrever as respectivas actas ,

2° Assistir, ou fazer-se substituir por um funcionário da secretaria, às reuniões dos conselhos de administração dos serviços municipalizados e das comissões ou conselhos consultivos municipais e lavrar, ou mandar lavrar pelo mesmo funcionário e, em qualquer caso, subscrever as respectivas actas ,

3° Certificar, mediante despacho do presidente, os factos e actos que constem dos arquivos municipais e, independentemente de despacho, a matéria das actas das reuniões do conselho municipal, câmara municipal, serviços municipalizados e comissões ou conselhos consultivos ,

4° Autenticar todos os documentos e actos oficiais da câmara ;

5° Preparar o expediente e as informações necessárias para resolução da câmara ;

6° Submeter a despacho do presidente da câmara os negócios da competência deste ,

7° Levar à assinatura do presidente da câmara a correspondência e documentos que dela careçam ;

8° Dirigir os trabalhos da secretaria em conformidade com as deliberações da câmara e ordens do presidente, distribuindo o serviço pelos funcionários como fôr mais conveniente ;

9° Conservar sob a sua guarda e responsabilidade, nos paços do concelho, o arquivo municipal, quando não haja conservador privativo, e manter em dia o registo da correspondência recebida e expedida pela câmara, feito em livros próprios, abertos, rubricados e encerrados pelo presidente ;

10° Organizar o cadastro de todo o pessoal da câmara, centralizar as informações respectivas, executar as deliberações sobre nomeação, promoção, transferência, louvor, castigo, aposen-

tação e exoneração dos funcionários e assalariados municipais e assegurar o expediente dos concursos para o seu recrutamento ;

11° Organizar os mapas de lançamento das contribuições e impostos ;

12° Exercer as funções de notário em todos os actos e contratos em que a câmara fôr outorgante ;

13° Fiscalizar a responsabilidade do tesoureiro ;

14° Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sôbre contabilidade municipal ;

15° Manter o presidente da câmara ao corrente do estado dos serviços da tesouraria e da caixa municipal ;

16° Organizar as contas de gerência até ao dia 1 de Março de cada ano, ou dentro do prazo de trinta dias contados do dia de transição de um para outro tesoureiro, da renovação total da câmara ou da substituição de algum dos seus vogais por motivo de presunção ou apuramento de irregularidades na administração municipal ;

17° Remeter ao agente do Ministério Público junto da auditoria administrativa competente, dentro de quarenta e oito horas e independentemente de despacho, cópias das actas de todas as reuniões do conselho municipal, da câmara municipal, serviços municipalizados e comissões e conselhos consultivos municipais, que lhe sejam requisitadas ;

18° Desempenhar todas as mais funções que as leis e regulamentos lhe impuserem

Art 121° Nos concelhos em que a secretaria da câmara estiver dividida em serviços, as atribuições e competência de cada um dêles serão discriminadas em regulamento municipal

SUB-SECÇÃO II

Tesouraria

Art 122° A arrecadação das receitas, a guarda dos fundos e valores, o pagamento das despesas e quaisquer movimentos dos dinheiros do município incumbem à tesouraria da câmara

Art 123° O serviço de tesouraria da câmara municipal está a cargo de um tesoureiro e é exercido sob a fiscalização do chefe de secretaria e superintendência do presidente da câmara

§ único As funções de tesoureiro das câmaras municipais, cuja receita, apurada pela média arrecadada nas últimas três gerências, não exceda 600 contos, serão desempenhadas pelos tesoureiros da Fazenda Pública dos respectivos concelhos, mediante a gratificação mensal de 150\$, 200\$ e 300\$, conforme se tratar de concelhos com receitas ordinárias até 200, entre 200 e 400 e entre 400 e 600 contos

Art 124° Compete ao tesoureiro municipal .

1° Promover, logo que esteja habilitado com os respectivos documentos, e dentro dos prazos regulamentares, a arrecadação das receitas virtuais e eventuais, receber dos exatores da Fazenda Publica as que forem cobradas por estes, entregar aos contribuintes, com o respectivo recibo, os documentos de cobrança e liquidar os juros de mora que pelos mesmos forem devidos ;

2° Efectuar o pagamento das autorizações e de todos os mais documentos de despesa, depois de visados pelo chefe de secretaria e selados com o sêlo branco do município ;

3° Transferir, para as tesourarias da Fazenda Pública, ou serviços autonomos do Estado, e independentemente de ordem ou deliberação municipal, mas por meio de guia passada pela secretaria, as importâncias que por lei pertençam ao Tesouro ou aos serviços do Estado ,

4° Entregar ao chefe de secretaria balancetes da caixa, diários e semanais, e bem assim, no primeiro dia de cada mês, mas com guia datada do dia anterior, os documentos de despesa pagos no decurso do mês findo, e a relação de cobrança com a colecção dos documentos de receita e títulos de anulação ,

5° Prestar ao presidente da camara todas as informações pedidas por este ,

6° Cumprir as disposições legais regulamentares sobre contabilidade municipal ;

7° Desempenhar as demais funções que as leis e regulamentos lhe impuserem.

Art 125° Nos concelhos em que o movimento da tesouraria o exija, é permitido às câmaras criar o lugar de proposto do tesoureiro, que será provido, por contrato, em pessoa da confiança do mesmo tesoureiro e remunerado pelo orçamento municipal.

SECÇÃO II

Serviços especiais

SUB-SECÇÃO I

Disposições gerais

Art 126° Os serviços especiais das câmaras municipais compreendem :

1° Os partidos médicos ;

2° Os partidos veterinários ;

3° Os demais partidos autorizados por lei ;

4° Os serviços de incêndios ;

5° Os demais serviços que as câmaras estiverem autorizadas a criar

SUB-SECÇÃO II

Partidos médicos

Art. 127º Em todos os concelhos, com excepção dos de Lisboa e Porto, existirá pelo menos um partido médico municipal

§ 1º O numero de partidos medicos municipais sera fixado pelo conselho municipal, tendo em atenção as necessidades dos povos e do serviço publico, no maximo de cinco para os concelhos de 1ª ordem, de quatro para os concelhos de 2ª ordem e de três para os concelhos de 3ª ordem

§ 2º Sempre que as necessidades dos povos o justifiquem, podera o conselho municipal ultrapassar os maximos fixados no paragrafo antecedente, carecendo porem essa deliberação da homologação do Ministro do Interior

§ 3º As vagas de médicos municipais que ocorrerem posteriormente à publicação deste Código so serão preenchidas se couberem nos quadros fixados em conformidade com o estabelecido nos §§ 1º e 2º.

Art. 128º Se houver mais de um partido no concelho, a câmara delimitara as respectivas areas de modo que so um tenha sede na cabeça do concelho e os restantes a tenham em sede de freguesia rural

§ único Se o concelho fôr constituído por menos de três freguesias, a delimitação das areas dos partidos sera feita tendo em atenção a comodidade dos povos e a facilidade de comunicações, sem subordinação as sedes das freguesias

Art. 129º Não poderão criar-se partidos exclusivamente de medicina ou exclusivamente de cirurgia

Art. 130º Dois ou mais municípios contiguos podem associar-se para estabelecer partidos comuns que abranjam povoações limítrofes das suas circunscrições

§ único A sede dos partidos comuns será fixada no acôrdo que os criar, competindo a nomeação dos respectivos serventuários a uma comissão constituída como as comissões administrativas das federações dos municípios

Art. 131º Em cada partido médico sera provido um facultativo municipal

Art. 132º Os médicos municipais terão residência obrigatória permanente na sede do seu partido, podendo os da sede do concelho acumular as suas funções com as de delegado de saúde.

Art. 133º Incumbe obrigatoriamente aos médicos municipais

1º Curar gratuitamente os pobres, os expostos, as crianças desvalidas e abandonadas e os presos, e acudir às chamadas de urgência que, a qualquer hora, lhes sejam feitas,

2º Fazer a verificação de óbitos, quando não tenha havido assistência médica ;

3º Proceder as vacinações e revacinações ;

4º Fiscalizar a hygiene escolar ,

5º Verificar e certificar a aptidão física das amas nomeadas pela câmara, vigiar a aleitação e o bom tratamento das crianças expostas, abandonadas ou subsidiadas, e desempenhar as obrigações que os regulamentos lhes imponham quanto a fiscalização medica e hygiene dos serviços da infância desvalida ,

6º Inspeccionar, nos armazéns, depósitos e lugares de venda, os generos alimenticios e bebidas ,

7º Proceder à inspecção e revisão médicas que devam ser feitas a individuos providos de portos e lugares infeccionados,

8º Tomar parte nos exames, visitas e diligências sanitárias em que o seu concurso seja necessário ou imposto pelas leis, regulamentos, ou posturas municipais ,

9º Auxiliar o delegado de saúde, cooperando com êle para o cabal desempenho dos serviços sanitários ;

10º Auxiliarem-se e substituirem-se reciprocamente os do mesmo concelho ,

11º Exercer todas as demais atribuições que lhes sejam conferidas pelas leis e regulamentos

§ único As câmaras determinarão, de acôrdo com os médicos municipais, as condições de assistência clinica gratuita aos pobres da area dos respectivos partidos, fixando horas de consulta especial, que serão tornadas públicas, por tabuleta ou letreiro, à porta do consultório ou posto sanitario onde devam realizar-se.

SUB-SECÇÃO III

Partidos veterinários

Art. 134º Nos concelhos em que a riqueza pecuaria o justifique poderão ser criados partidos medicos veterinários

§ 1º O número de partidos em cada concelho sera fixado pelo conselho municipal, tendo em atenção as condições do território e do povoado e a importância da riqueza pecuária na respectiva economia

§ 2º São applicaveis aos partidos veterinários as disposições do artigo 128º e da primeira parte do artigo 132º

Art. 135º Em cada partido veterinário municipal será provido um veterinário

§ 1º Podem as câmaras municipais de dois ou mais concelhos vizinhos de 3ª ordem prover, precedendo acôrdo, um mesmo veterinário nos seus partidos

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o vencimento do veterinario sera fixado por acôrdo entre as câmaras, não podendo porém exceder em mais de um sexto, por cada partido além de um, o máximo estabelecido no mapa VIII, anexo a

este Código O vencimento total assim obtido sera dividido igualmente pelos concelhos interessados, salvo acôrdo especial

§ 3º A residência do veterinario municipal de mais de um concelho sera fixada por acôrdo entre as câmaras, atendendo a área de cada concelho, a sua importância pecuária e à facilidade de comunicações

Art 136º Compete obrigatoriamente aos veterinários municipais

1º A inspecção sanitaria dos matadouros municipais;

2º A inspecção sanitaria dos talhos, salsicharias e quaisquer outros estabelecimentos ou locais onde se preparem, armazenem ou exponham a venda produtos alimentares de origem animal;

3º A inspecção dos animais, seus despojos e alojamentos;

4º A fiscalização dos leites e laticínios e dos respectivos locais de produção, preparação, armazenagem e venda;

5º A informação de todos os projectos de construção e instalação dos alojamentos dos animais e dos estabelecimentos de fabrico, preparação, armazenagem ou venda de produtos de origem animal;

6º A fiscalização das feiras e mercados municipais de gado;

7º A assistência veterinaria gratuita aos gados dos habitantes pobres do concelho, quando estes não possuam um número de cabeças de gado superior ao que, para este efeito, a câmara fixar;

8º A colaboração com o intendente de pecuária do distrito em tudo o que respeite a saúde pecuária do concelho, nos termos das leis e regulamentos respectivos;

9º A colaboração com os delegados de saúde e médicos municipais nas medidas que devam ser adoptadas em comum para defesa da saúde pública

10º Auxiliarem-se e substituirem-se reciprocamente os do mesmo concelho;

§ unico. As câmaras determinarão, de acôrdo com os veterinários municipais, as condições de assistência veterinaria gratuita e elaborarão tabela de preços respeitantes aos demais serviços.

Art 137º Na ausência ou no impedimento dos veterinários municipais de um concelho, substitui-los-á um veterinário do concelho próximo, designado pela câmara, ou o delegado de saúde, quando não seja possível aquela substituição

SUB-SECÇÃO IV

Outros partidos

Art 138º Sempre que as necessidades locais o justifiquem poderão as câmaras municipais criar partidos para agrónomos, parteiras ou enfermeiras, elaborando os respec-

tivos regulamentos e observando, na parte applicável, o que fica disposto nos artigos anteriores

SUB-SECÇÃO V

Serviços de incêndios

Art 139º Para prevenção e extinção de incêndios poderão existir nos concelhos os seguintes corpos de bombeiros

1º Batalhão de sapadores bombeiros;

2º Corpo de bombeiros municipais;

3º Associações de bombeiros voluntarios

§ 1º Os batalhões de sapadores bombeiros só podem ser instituídos pela câmara em concelhos com sede em cidade de mais de 100 000 habitantes e com prévio acôrdo dos Ministérios do Interior e da Guerra

§ 2º Haverá obrigatoriamente corpos de bombeiros municipais nos concelhos de 1ª ordem, se não existirem organizações de bombeiros voluntários ou estas, só por si, não preencherem a função a que se destinam

Art 140º As associações de bombeiros voluntários, com estatutos devidamente aprovados, são consideradas pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e, quando não haja no concelho serviço municipal de incêndios, têm direito à verba que, nos termos da lei, fôr anualmente distribuída às câmaras municipais

Art 141º Em tudo o que respeita a aquisição, conservação e utilização de material e a instrução do pessoal combatente, os corpos de bombeiros municipais e as associações subsidiadas de bombeiros voluntários ficam sujeitas à inspecção técnica dos comandantes dos batalhões de sapadores bombeiros de Lisboa e Porto

§ unico Para o efeito deste artigo, será o País dividido em duas zonas, norte e sul, nos termos do mapa V, anexo a este Código

Art 142º Os batalhões de sapadores bombeiros e os corpos de bombeiros municipais ou de voluntarios subsidiados são obrigados a acorrer a todos os incêndios que se verifiquem na área do concelho e para que seja pedido o seu auxilio

Art 143º Nos concelhos em que não exista corpo de bombeiros, a prevenção e extinção dos incêndios ficam a cargo das autoridades policiaes, que poderão requisitar os serviços de quaisquer homens validos, para as coadjuvar, e pedir as câmaras dos concelhos mais próximos a comparência dos seus bombeiros, ou dos voluntarios, mediante o pagamento das despesas a que a deslocação dê lugar e sem prejuizo da segurança desses concelhos

§ unico Fora das sedes dos concelhos e quando na localidade não haja corpo de bombeiros, compete ao regedor e aos

cabos de polícia prestar os primeiros socorros, sendo obrigação de todos os vizinhos concorrer em união de esforços para debelar o sinistro, independentemente de requisição

Art 144° As autoridades policiais e os comandantes dos corpos de bombeiros podem, em caso de incêndio

1° Requisitar os serviços de quaisquer homens válidos e as viaturas indispensáveis para socorro de vidas e bens,

2° Ocupar os prédios rústicos e urbanos necessários ao estabelecimento dos serviços de salvação pública,

3° Requisitar a utilização imediata de quaisquer águas públicas e, na falta delas, a das particulares necessárias para conter ou evitar o dano, tendo neste último caso os requisitados o direito a indemnização pela câmara, quando da utilização resulte prejuízo de difícil reparação,

4° Utilizar quaisquer serventias que facultem o acesso ao local do sinistro;

5° Ordenar as destruições, demolições, remoções e cortes nos prédios contíguos ao sinistrado, quando sejam necessários ao desenvolvimento das manobras da extinção ou para impedir o alastramento do fogo

SUB-SECÇÃO VI

Outros serviços

Art 145° Para assegurar o exercício de atribuições que, por exigirem conhecimentos especiais de qualquer ciência ou arte, não possam ser exercidas por intermédio das secretarias ou tesourarias, poderão as câmaras municipais instituir serviços dirigidos por diplomados com o correspondente curso superior ou especial

§ 1° Os aferidores de pesos e medidas ficam subordinados, para efeitos administrativos e disciplinares, aos chefes das secretarias das câmaras

§ 2° Os serviços especiais a que este artigo se refere terão regulamento próprio elaborado pela câmara, no qual se atenderá às suas relações com os demais serviços municipais

CAPÍTULO IX

Dos serviços municipalizados

SECÇÃO I

Instituição, objecto e fim

Art 146° É permitido às câmaras, com a aprovação dos respectivos conselhos municipais, explorar, sob forma industrial, por sua conta e risco, serviços públicos de interesse local, que tenham por objecto

1° A captação, condução e distribuição de água potável,

2° O transporte e distribuição de energia eléctrica e de gás de iluminação;

3° O aproveitamento, depuração e transformação das águas de esgoto, lixos, detritos e imundícies,

4° A construção e funcionamento de mercados, frigoríferos, balneários, estabelecimentos de águas minero-medicinais e lavadouros públicos,

5° A matança de reses e o transporte, distribuição e venda de carnes verdes,

6° A higienização de produtos alimentares, designadamente o leite,

7° O transporte colectivo de pessoas e mercadorias

Art 147° Os serviços municipalizados visarão a satisfazer necessidades colectivas da população do concelho a que a iniciativa privada não proveja de modo completo e deverão fixar as tarifas de modo a cobrir os gastos de exploração, o serviço dos empréstimos e amortização do capital e a constituição das reservas

§ único Nos casos em que os serviços municipalizados prestem ao público algumas utilidades acessórias do seu objecto principal, que normalmente se obtenham da indústria particular, deverão os respectivos preços ser calculados de modo que não se estabeleça concorrência com esta

Art 148° A deliberação tendente à municipalização de qualquer serviço será sempre precedida da elaboração de projecto em que se tenham em conta os aspectos económicos, técnicos e financeiros da empresa

SECÇÃO II

Administração

Art 149° Os serviços municipalizados têm organização autónoma a dentro da administração municipal, nos termos deste Código, dos regulamentos e das deliberações das câmaras

Art 150° Os serviços municipalizados são geridos por um conselho de administração presidido pelo vereador do respectivo pelouro e composto por mais dois administradores designados pela câmara, de preferência de entre os vogais do conselho municipal

§ 1° Quando forem vários os serviços municipalizados e a sua importância o justifique, poderá o presidente da câmara instituir mais de um conselho de administração, indicando os serviços que devem competir-lhes. A composição destes conselhos será idêntica à estabelecida no corpo deste artigo

§ 2° Os conselhos de administração servem pelo período de um ano, podendo ser reconduzidos e substituídos, total ou parcialmente, por deliberação da câmara.

cabos de polícia prestar os primeiros socorros, sendo obrigação de todos os vizinhos concorrer em união de esforços para debelar o sinistro, independentemente de requisição

Art 144° As autoridades policiais e os comandantes dos corpos de bombeiros podem, em caso de incêndio :

1° Requisitar os serviços de quaisquer homens válidos e as viaturas indispensáveis para socorro de vidas e bens ,

2° Ocupar os prédios rústicos e urbanos necessários ao estabelecimento dos serviços de salvação pública ;

3° Requisitar a utilização imediata de quaisquer águas públicas e, na falta delas, a das particulares necessárias para conter ou evitar o dano, tendo neste último caso os requisitados o direito a indemnização pela câmara, quando da utilização resulte prejuízo de difícil reparação ;

4° Utilizar quaisquer serventias que facultem o acesso ao local do sinistro ;

5° Ordenar as destruições, demolições, remoções e cortes nos prédios contíguos ao sinistrado, quando sejam necessários ao desenvolvimento das manobras da extinção ou para impedir o alastramento do fogo

SUB-SECÇÃO VI

Outros serviços

Art 145° Para assegurar o exercício de atribuições que, por exigirem conhecimentos especiais de qualquer ciência ou arte, não possam ser exercidas por intermédio das secretarias ou tesourarias, poderão as câmaras municipais instituir serviços dirigidos por diplomados com o correspondente curso superior ou especial

§ 1° Os aferidores de pesos e medidas ficam subordinados, para efeitos administrativos e disciplinares, aos chefes das secretarias das câmaras

§ 2° Os serviços especiais a que este artigo se refere terão regulamento próprio elaborado pela câmara, no qual se atenderá às suas relações com os demais serviços municipais

CAPÍTULO IX

Dos serviços municipalizados

SECÇÃO I

Instituição, objecto e fim

Art 146° É permitido às câmaras, com a aprovação dos respectivos conselhos municipais, explorar, sob forma industrial, por sua conta e risco, serviços públicos de interesse local, que tenham por objecto

1° A captação, condução e distribuição de água potável ,

2° O transporte e distribuição de energia eléctrica e de gás de iluminação ,

3° O aproveitamento, depuração e transformação das águas de esgôto, lixos, detritos e imundícies ,

4° A construção e funcionamento de mercados, frigoríferos, balneários, estabelecimentos de águas minero-medicinais e lavadouros públicos ,

5° A matança de reses e o transporte, distribuição e venda de carnes verdes ,

6° A higienização de produtos alimentares, designadamente o leite ,

7° O transporte colectivo de pessoas e mercadorias

Art 147° Os serviços municipalizados visarão a satisfazer necessidades colectivas da população do concelho a que a iniciativa privada não proveja de modo completo e deverão fixar as tarifas de modo a cobrir os gastos de exploração, o serviço dos empréstimos e amortização do capital e a constituição das reservas

§ único Nos casos em que os serviços municipalizados prestem ao público algumas utilidades acessórias do seu objecto principal, que normalmente se obtenham da indústria particular, deverão os respectivos preços ser calculados de modo que não se estabeleça concorrência com esta

Art 148° A deliberação tendente à municipalização de qualquer serviço será sempre precedida da elaboração de projecto em que se tenham em conta os aspectos económicos, técnicos e financeiros da empresa.

SECÇÃO II

Administração

Art 149° Os serviços municipalizados têm organização autónoma a dentro da administração municipal, nos termos deste Código, dos regulamentos e das deliberações das câmaras

Art 150° Os serviços municipalizados são geridos por um conselho de administração presidido pelo vereador do respectivo pelouro e composto por mais dois administradores designados pela câmara, de preferência de entre os vogais do conselho municipal

§ 1° Quando forem vários os serviços municipalizados e a sua importância o justifique, poderá o presidente da câmara instituir mais de um conselho de administração, indicando os serviços que devem competir-lhes A composição destes conselhos será idêntica a estabelecida no corpo deste artigo.

§ 2° Os conselhos de administração servem pelo período de um ano, podendo ser reconduzidos e substituídos, total ou parcialmente, por deliberação da câmara

§ 3º Cessando o conselho as suas funções sem que tenha sido reconduzido ou imediatamente substituído, ficará a gerência do serviço entregue ao presidente da câmara até nomeação dos novos administradores, a qual deverá realizar-se dentro do prazo máximo de um mês

Art 151º Compete aos conselhos de administração

1º Preparar e submeter a aprovação da câmara o regulamento do serviço ,

2º Fixar o quadro do pessoal e arbitrar-lhe a remuneração ,

3º Contratar, assalariar, punir e dispensar do serviço os respectivos serventuários ,

4º Fixar tarifas ,

5º Preparar o projecto do orçamento e apresentá-lo ao presidente da câmara ,

6º Examinar os balancetes quinzenais e conferir mensalmente a contabilidade e tesouraria ,

7º Elaborar as contas de gerência para serem presentes à câmara ,

8º Fiscalizar e superintender em todos os actos do director delegado e mais pessoal superior ,

9º Propor a câmara todas as medidas tendentes a melhorar a organização e o funcionamento do serviço

§ único As deliberações a que se referem os n.ºs 2º e 4º serão, imediatamente depois de tomadas, comunicadas, pelo presidente do conselho de administração, ao presidente da câmara, o qual poderá suspender a sua execução e submetê-las, dentro dos dez dias seguintes, a sanção da câmara municipal

Art 152º O conselho de administração terá uma reunião ordinária quinzenal e as extraordinárias que o presidente entenda dever convocar para o bom funcionamento dos serviços

§ unico De tudo o que ocorrer nas reuniões será lavrada acta, a qual deverá ser assinada por todos os administradores presentes

Art 153º Das deliberações do conselho de administração ha sempre recurso hierarquico para a respectiva câmara, sem prejuizo do recurso contencioso que da deliberação desta se possa interpor nos termos ordinarios

Art 154º A orientação técnica e a direcção administrativa do serviço poderão ser confiadas pelo conselho de administração, em tudo o que não seja da sua exclusiva competência, a um director delegado

§ 1º O director delegado sera responsável perante o conselho de administração, a cujas reuniões assistira para efeitos de informação e consulta, por tudo o que diga respeito à disciplina e regular funcionamento do serviço

§ 2º Compete ao director delegado apresentar anualmente ao conselho de administração o relatório da exploração e resul-

tados do serviço, instruído com o inventario, balanço e contas respectivas

Art 155º Os serviços municipalizados têm orçamento privativo, que será anexo ao orçamento municipal, inscrevendo-se neste os totais das suas receitas e despesas

§ 1º A escrituração dos serviços municipalizados sera montada nos moldes da contabilidade industrial

§ 2º É obrigatória a constituição de fundos de reserva para prejuizos eventuais e amortizações, aos quais será atribuída uma percentagem dos lucros de cada exercicio, quando os haja

§ 3º As perdas que porventura resultem da exploração do serviço serão cobertos pela câmara, a esta pertencendo igualmente quaisquer saldos positivos

§ 4º O relatório, o balanço e as contas dos serviços municipalizados serão anualmente publicados, depois de aprovados pela câmara

Art 156º É privativa das camaras municipais, nos termos estabelecidos por este Código, a competência para contrair empréstimos, quando as necessidades da exploração ou o desenvolvimento dos serviços o exijam.

Art 157º O pessoal dos serviços municipalizados será todo contratado ou assalariado

CAPÍTULO X

Das federações de municípios

SECÇÃO I

Disposições comuns

Art 158º Diz-se federação de municípios a associação de câmaras municipais, voluntária ou imposta por lei, para realização de interesses comuns dos respectivos concelhos

Art 159º A federação de municípios pode ter por objecto

1º O estabelecimento, unificação e exploração de serviços susceptíveis de serem municipalizados nos termos deste Código ,

2º A elaboração e execução de um plano comum de urbanização e expansão ,

3º A administração de bens ou direitos comuns que convenha manter indivisos

Art 160º São órgãos da federação de municípios

1º Uma comissão administrativa ;

2º As câmaras municipais associadas

Art 161º A comissão administrativa da federação de municípios, salvo o que vai disposto no artigo 173º, e constituída pelos presidentes das câmaras associadas e por um procurador

ao conselho provincial, designado pela junta de provincia, que será o presidente.

§ único. Se os municípios federados pertencerem a mais de uma provincia, o procurador a que se refere a parte final deste artigo sera substituido por um representante do Governo, nomeado pelo Ministro do Interior

Art 162° Cabe à comissão administrativa da federação de municípios exercer, relativamente aos serviços federados, a competência que por este Código fôr atribuida à câmara municipal do concelho federado de maior categoria

Art 163° As câmaras dos municípios federados exercem, na federação, as atribuições que são conferidas pelo artigo 55.º aos conselhos municipais no concelho federado de maior categoria

§ 1° A aprovação dos planos comuns de urbanização e expansão é da competência dos conselhos municipais, excepto nos concelhos de Lisboa e Pôrto, em que pertence às respectivas câmaras

§ 2° As câmaras podem deliberar separadamente ou em sessão conjunta, contando-se, neste caso, um voto por cada câmara

Art 164° A comissão administrativa da federação de municípios nomeara livremente os conselhos de administração dos seus serviços municipalizados, devendo os administradores ser escolhidos de preferência entre os vogais dos conselhos municipais interessados.

§ único O mandato dos conselhos de administração durara um ano, podendo os administradores ser reconduzidos

Art 165° As federações de municípios terão secretaria privativa

§ único O pessoal das secretarias privativas das federações de municípios sera destacado das secretarias das câmaras associadas, sem abrir vaga nos respectivos quadros

Art 166° O orçamento da federação é elaborado pela comissão administrativa e aprovado pelas câmaras e nêle se estabelecerá a cota de cada concelho para as despesas da federação

Art 167° O julgamento das contas das federações de municípios e da competência do Tribunal de Contas

SECÇÃO II

Federações voluntárias

Art 168° A federação voluntaria de municípios dissolve-se pelo preenchimento do fim a que se destinava, pela expiração do respectivo prazo e por deliberação da maioria das câmaras federadas

§ único Quando se dissolver uma federação voluntária, o destino dos bens será determinado por acôrdo entre as câmaras, ou, na falta de acôrdo, pelos tribunais

SECÇÃO III

Federações obrigatórias

Art 169° É obrigatória

1° A federação dos concelhos de Lisboa e Pôrto com os concelhos vizinhos em que a sua influência se faça sentir intensamente ;

2° A federação de concelhos limitrofes de um concelho urbano, de qualquer ordem, com este, quando seja considerada útil para o efeito da elaboração e execução de um plano de urbanização e expansão

Art 170° A federação obrigatória é decretada pelo Ministro do Interior, ouvido o Conselho Nacional de Turismo e o Conselho Superior de Obras Públicas

Art 171° Além dos objectivos que podem ser prosseguidos pelas federações em geral, e permitido especialmente às federações impostas pelo n° 1° do artigo 169°

1° Conceder a realização de obras e a exploração de serviços da sua competência ;

2° Uniformizar as clausulas dos contratos de concessão de obras ou serviços públicos em que outorgue ou tenha outorgado cada uma das câmaras associadas ,

3° Exercer uma fiscalização comum sobre os actos dos concessionários de obras ou serviços que interessem aos municípios federados ,

4° Contratar em comum os fornecimentos necessarios a administração dos respectivos municípios ;

5° Elaborar regulamentos e posturas sobre segurança, salubridade e estética das construções nas cidades, povoações ou zonas determinadas dos concelhos ;

6° Criar serviços e instituições e realizar obras comuns destinadas ao fomento do turismo

Art 172° Nenhum serviço publico pode ser municipalizado ou concedido por qualquer dos municípios obrigatoriamente federados nos termos do n° 1° do artigo 169° sem que previamente a comissão administrativa da federação se pronuncie sobre a conveniência de esta o explorar ou conceder

§ único O Governo pode decretar que determinado serviço seja explorado ou concedido pela federação

Art 173° A comissão administrativa das federações a que se refere o n° 1° do artigo 169° sera composta pelos presidentes das câmaras associadas, por um delegado do Ministério das Finanças e por outro do Ministério das Obras Publicas e Comu-

ficações, devendo a nomeação dêste recair em architecto ou engenheiro especializado nos problemas de urbanismo

§ 1º A presidência da comissão sera exercida, em Lisboa e Porto, pelos presidentes das respectivas câmaras municipais

§ 2º Pertence a comissão exercer, nas matérias das suas atribuições, a competência conferida por este Código aos presidentes das camaras dos concelhos mencionados no parágrafo anterior

Art 174º Pertence às câmaras municipais, nas federações indicadas no nº 1º do artigo 169º, o exercício da competência conferida por este Código às câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Porto

Art 175º O Governo exercerá, pelo que diz respeito às federações referidas no nº 1º do artigo 169º, as mesmas atribuições tutelares que este Código lhe confere em relação aos concelhos de Lisboa e Porto

Art 176º Consideram-se constituídas as seguintes federações

1º Do concelho de Lisboa, com os concelhos de Oeiras, Cascais, Loures, Sintra e Almada;

2º Do concelho do Porto, com os concelhos de Vila Nova de Gaia, Valongo, Matosinhos, Maia e Gondomar

TÍTULO III

Da freguesia

CAPÍTULO I

Dos órgãos da administração paroquial

Art 177º Freguesia e o agregado de famílias que, dentro do territorio municipal, desenvolve uma acção social comum

Art 178º A freguesia, com seus órgãos próprios, é pessoa moral de direito publico

Art 179º São órgãos da administração paroquial

1º As famílias, representadas pelos seus chefes na forma estabelecida na lei,

2º A junta de freguesia

Art 180º Em cada freguesia haverá um regedor, representante da autoridade municipal e directamente dependente do presidente da câmara

§ único Nas freguesias dos concelhos de Lisboa e Porto, o regedor depende directamente do governador civil

CAPÍTULO II

Das famílias na administração paroquial

SECÇÃO I

Eleição da junta de freguesia

Art 181º Pertence privativamente as famílias, representadas pelos respectivos chefes, o direito de eleger as juntas de freguesia

Art 182º Para os efeitos dêste Código considera-se chefe de família

1º O cidadão português com família legitimamente constituída que com elle viva em comunhão de mesa e habitação e sob a sua autoridade,

2º A mulher portuguesa, viuva, divorciada ou judicialmente separada de pessoa e bens, ou solteira, maior ou emancipada, quando de reconhecida idoneidade moral, que viva inteiramente sobre si e tenha a seu cargo ascendentes, descendentes ou colaterais,

3º O cidadão português, maior ou emancipado, com mesa, habitação e lar próprios

Art 183º Compete a junta elaborar, conservar e rever anualmente o recenseamento dos chefes de família da freguesia

§ 1º Só serão inscritos no recenseamento os chefes de família residentes na freguesia ha mais de um ano e que declarem ser sua intenção permanecer nela

Exceptuam-se os funcionários públicos com domicilio necessario, que serão inscritos em seguida à nomeação ou transferência

§ 2º A inscrição no recenseamento tera lugar officiosamente ou a requerimento do interessado, podendo, num e noutro caso, qualquer chefe de família recorrer da inscrição, ou da falta desta, para o presidente da câmara e da decisão dêste para o auditor administrativo

§ 3º Ninguém pode estar inscrito no recenseamento de mais de uma freguesia

§ 4º A inscrição voluntaria no recenseamento de uma freguesia implica a escolha de domicilio nessa freguesia

§ 5º Serão eliminados officiosamente os que se inscrevem no recenseamento de outra freguesia e os que se ausentem por tempo superior a um ano, salvo os casos de serviço militar, prisão ou hospitalização

§ 6º A forma, elementos de identificação, publicidade e processo de recurso dos recenseamentos serão regulados na lei eleitoral

SECÇÃO II

Intervenção na administração paroquial

SUB-SECÇÃO I

Assembleia paroquial

Art 184° Nas freguesias de 3ª ordem, não situadas em cidades ou vilas, as deliberações das juntas de freguesia, que não sejam por si executórias, carecem da aprovação de uma assembleia paroquial, composta pelo presidente e vogais da junta de freguesia e por todos os chefes de família maiores de 40 anos de idade

§ 1° A assembleia reúne sob a presidência do presidente da junta, assistido pelos dois vogais, e com a presença da maioria dos seus membros, convocados por meio de editais afixados em lugares bem públicos, com quinze dias de antecedência, pelo menos

§ 2° Aberta a sessão, o presidente exporá o fim da reunião e ouvirá depois as opiniões dos presentes que desejarem emitil-a, dando preferência aos mais velhos, e, finda a consulta, formulará uma proposta de deliberação, submetendo-a à votação da assembleia, que resolverá por votação nominal

§ 3° A acta da assembleia será lavrada pelo secretário da junta e assinada pelo presidente e vogais da mesa e pelos chefes de família que o queiram fazer

§ 4° O presidente da câmara municipal pode assistir à reunião da assembleia paroquial, mas sem intervir nas deliberações, limitando-se a garantir a genuinidade do sufrágio

SUB-SECÇÃO II

«Referendum»

Art 185° Nas freguesias de 3ª ordem, situadas em cidades ou vilas, e nas de 2ª ordem, as deliberações das juntas de freguesia, que não sejam por si executórias, carecem de ser aprovadas pela maioria dos chefes de família recenseados

Art 186° O *referendum* sera anunciado por meio de editais afixados em lugares bem públicos, com quinze dias de antecedência, pelo menos

§ unico Os editais devem formular em termos claros e precisos a pergunta em que se concretiza a deliberação submetida ao *referendum*

Art 187° O acto do *referendum* terá lugar num domingo ou no dia do descanso semanal do concelho, sob a presidência do presidente da câmara ou de um vereador seu delegado

§ 1° Cada chefe de família eleitor depositará numa urna

um boletim de voto em que previamente tenha escrito «sim» ou «não», podendo porém estas palavras ser substituídas por sinais convencionais constantes do edital convocatório, que só deverá indicar os que forem bem conhecidos dos eleitores alfabetos

§ 2° Finda a votação, o presidente da câmara procederá a escrutínio, a que deverão assistir o pároco, um professor de instrução primária e dois chefes de família, dos mais velhos, pelo mesmo presidente designados

§ 3° As reclamações e protestos formulados no decurso da operação do *referendum* serão julgados nos termos da lei eleitoral

SUB-SECÇÃO III

Conselho paroquial

Art 188° A aprovação das deliberações das juntas de freguesia, que não sejam por si executórias, compete, nas freguesias de 1ª ordem, ao conselho paroquial

Art 189° O conselho paroquial é constituído por sete membros, designados pelo presidente da câmara municipal, ou, nos concelhos de Lisboa e Porto, pelo governador civil, de entre os chefes de família recenseados na freguesia, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos, e saibam ler e escrever, preferindo, quanto possível, os que pertençam a alguma das seguintes categorias

- 1° Antigos vereadores municipais,
- 2° Antigos vogais da junta de freguesia,
- 3° Antigos magistrados administrativos,
- 4° Funcionários públicos, civis ou militares, na situação de licença ilimitada, na reserva, aposentados ou reformados,
- 5° Diplomados com algum curso superior, médio ou especial,
- 6° Proprietários, industriais ou comerciantes que gozem de boa reputação

7° Párocos ou coadjutores da freguesia

Art 190° Os conselhos paroquiais são renovados de três em três anos, podendo os seus vogais ser reconduzidos, e tomam posse no dia 2 de Janeiro, perante o presidente da Câmara, ou o governador civil, em Lisboa e Porto, ou delegados seus

Art 191° Não podem ser nomeados vogais do conselho paroquial os que não puderem ser eleitos para a junta de freguesia

Art 192° O conselho paroquial tem presidente, que servirá durante o triénio e sera escolhido, de entre os vogais, pelo presidente da câmara municipal, ou pelo governador civil, conforme os casos, e dois secretários, que serão os mais novos dos vogais presentes a cada reunião

§ 1º Na falta ou impedimento do presidente, desempenhará as respectivas funções o mais velho dos vogais do conselho

§ 2º O presidente do conselho paroquial pode, a todo o tempo, ser demitido pela autoridade que o nomeou

Art 193º Sempre que a junta de freguesia tome alguma deliberação que dependa de aprovação do conselho paroquial, o presidente da junta comunica-la-a, por officio, ao presidente daquele conselho, no prazo de dez dias. Recebida a comunicação, o presidente do conselho paroquial manda-lo-a logo convocar, devendo os avisos de convocação conter o teor da deliberação a aprovar

Art 194º O expediente do conselho paroquial corre pela secretaria da junta de freguesia, a cargo da qual ficam as respectivas despesas

Art 195º Em tudo o mais que respeite as reuniões e deliberações do conselho paroquial observar-se-a o que vai disposto para os corpos administrativos

CAPÍTULO III

Da junta de freguesia

SECÇÃO I

Composição

Art 196º A junta de freguesia e o corpo administrativo da freguesia e compõe-se de três vogais eleitos trienalmente pelos chefes de família, em lista completa e por escrutínio secreto.

§ 1º A eleição realizar-se-a no segundo ou terceiro domingo do mês de Outubro, conforme o presidente da câmara designar, e sera anunciada com quinze dias de antecedência, pelo menos, por meio de editais afixados nos lugares do estilo e publicados em jornais locais, se os houver

§ 2º Nos concelhos de Lisboa e Pôrto, a eleição realizar-se-a num domingo do mês de Outubro, designado pelo governador civil dos respectivos distritos, nos termos do parágrafo anterior

Art 197º As juntas têm presidente, secretario e tesoureiro, eleitos na primeira reunião posterior a sua eleição

§ único O presidente é substituído nos seus impedimentos pelo secretário

Art 198º São applicaveis às juntas de freguesia as disposições dos artigos 38º e §§ 1º e 2º, 39º e seu paragrafo, 40º e 41º e seus números e parágrafos e 42º

§ único Onde, nas disposições a que se refere este artigo, se disser conselho municipal, câmara, presidente da câmara, vereador e chefe da secretaria da câmara, devera entender-se,

na sua applicação as juntas de freguesia, chefes de família, junta, presidente da junta, vogal da junta e vogal secretario da junta, salvo o disposto no artigo 42º

SECÇÃO II

Atribuições e competência

Art 199º É das atribuições das juntas de freguesia deliberar

1º Sobre a organização, conservação e revisão anual do recenseamento dos chefes de família,

2º Sobre a organização, conservação e revisão anual do recenseamento dos pobres e dos indigentes da freguesia,

3º Sobre o modo de fruição dos bens, pastos e quaisquer frutos do logradouro comum e exclusivo da freguesia ou dos moradores de parte dela,

4º Sobre adivisão, por sua iniciativa ou a requerimento de dois terços dos chefes de família utentes, dos baldios paroquiais dispensaveis ao logradouro comum e próprios para cultura, que não sejam destinados pela Junta de Colonização Interna, do Ministério da Agricultura, ao estabelecimento de cultivos agrícolas,

5º Sobre a passagem ao domínio privado, para conveniente fruição ou aproveitamento, dos baldios paroquiais dispensaveis ao logradouro comum e impróprios para cultura, ou fora do logradouro comum,

6º Sobre a administração dos bens próprios da freguesia,

7º Sobre a plantação de matas, arvoredos e corte de lenhas nos terrenos paroquiais, com a assistência técnica dos serviços florestais, quando fôr julgada conveniente,

8º Sobre a fruição e aproveitamento das aguas públicas que por lei estejam na sua administração,

9º Sobre a construção, conservação e reparação de fontes para o abastecimento dos moradores da freguesia,

10º Sobre a construção, conservação e reparação dos caminhos que não estejam a cargo das câmaras municipais;

11º Sobre o estabelecimento, ampliação e administração de cemitérios fora da sede do concelho,

12º Sobre a fundação e administração de instituições de utilidade paroquial, sua dotação e extinção, e auxilio às de iniciativa particular,

13º Sobre a administração e conservação dos templos e objectos mobiliarios que os guarnece, quando não haja corporação fabriqueira legalmente constituída,

14º Sobre a passagem de atestados para que a lei lhes dê competência

Art 200º Em materia de assistência, e das atribuições das juntas

1° Promover, solicitar e distribuir socorros pelas pessoas necessitadas da freguesia, previamente inscritas no respectivo recenseamento,

2° Promover o repatriamento dos indigentes estranhos da freguesia;

3° Instituir comissões de beneficência,

4° Proteger as crianças pobres na primeira infância, criando postos de puericultura, lactários e creches,

5° Estabelecer cantinas junto das escolas primarias, aulas de gymnastica infantil e colónias de férias, e subsidiar as existentes,

6° Fiscalizar o tratamento dos expostos, desvalidos e abandonados entregues a amas da sua freguesia, participando às câmaras e as autoridades sanitárias de quem haja recebido instruções as faltas que notar,

7° Solicitar das autoridades providências para os casos de calamidade pública, internamento de alienados e condução de enfermos para os hospitais quando não tenham recursos para ser tratados em casa;

8° Subsidiar, de harmonia com a informação dos respectivos professores, estudantes pobres da freguesia que pretendam frequentar escolas técnicas, mas somente emquanto revelem zêlo e aptidão

Art 201° Para o desempenho das suas atribuições, compete às juntas de freguesia

1° Fazer, interpretar, modificar e revogar posturas sobre os objectos compreendidos nos n.ºs 3°, 7° e 8° do artigo 199° e os regulamentos necessarios à administração paroquial;

2° Alienar ou aforar, nos termos da lei, os baldios divididos,

3° Adquirir bens mobiliarios e imobiliarios necessarios para os serviços da freguesia, e alinear os dispensáveis,

4° Conceder servidões sobre os bens paroquiais, sempre com a natureza de precárias,

5° Aceitar heranças, legados e doações feitos às freguesias ou a estabelecimentos paroquiais, contanto que a aceitação das heranças seja a beneficio de inventário,

6° Celebrar contratos de arrendamento, activa e passivamente, e de prestação de serviços;

7° Contratar com empresas individuais ou colectivas os fornecimentos necessários ao funcionamento dos serviços e à execução das obras paroquiais,

8° Efectuar seguros, contra quaisquer riscos, em companhias nacionais devidamente autorizadas,

9° Instaurar pleitos e defender-se nêles, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver offensa de direitos de terceiro,

10° Executar obras públicas por administração directa ou empreitada,

11° Propor ao Governo a expropriação por utilidade pública dos imóveis necessarios à realização dos seus fins;

12° Estabelecer taxas pelo uso dos bens, pastos e frutos do logradouro comum, de que sejam administradoras;

13° Requerer a comparticipação financeira do Estado para a realização de melhoramentos rurais, obras de aguas e saneamentos,

14° Aprovar o orçamento elaborado pelo presidente;

15° Providenciar sobre a arrecadação das receitas paroquiais;

16° Autorizar as despesas de harmonia com o orçamento,

17° Contratar, assalariar, louvar, punir e exonerar os seus funcionarios e assalariados

§ 1° As deliberações das juntas de freguesia que digam respeito aos n.ºs 1.º, 3.º e 4.º e a aquisição onerosa, ou gratuita com encargos, de bens imobiliarios serão submetidas à aprovação da assemblea paroquial, ao *referendum* ou à aprovação do conselho paroquial, conforme as freguesias

§ 2° As posturas paroquiais serão sempre submetidas à aprovação do presidente da câmara, que examinará a sua legalidade e conformidade com os interesses do municipio. Da decisão do presidente da câmara que julgar da legalidade das posturas podera a junta de freguesia recorrer para o governador civil e da decisão dêste para o tribunal competente, e da decisão que as julgar pouco conformes com os interesses do municipio podera a mesma junta recorrer para o conselho municipal ou, tratando-se dos concelhos de Lisboa e Porto, para a câmara municipal

§ 3° As juntas de freguesia podem cominar, nas posturas que elaborarem, a pena de multa até 100\$

§ 4° São applicáveis as juntas de freguesia as disposições dos artigos 53° e 54°, salvo, quanto ao primeiro, no que respeita à afixação dos regulamentos e posturas em todas as freguesias do concelho

Art 202° A pobreza ou indigência de qualquer morador da freguesia so podera ser provada por meio de certidão extraída do respectivo recenseamento paroquial

§ 1° Consideram-se indigentes os individuos de qualquer sexo ou idade impossibilitados de trabalhar e sem recursos para viver nem familia que possa mantê-los ou prestar-lhes alimentos nos termos da lei civil

§ 2° Consideram-se pobres os individuos de qualquer sexo ou idade cujo salario seja insufficiente para a sua sustentação e dos seus, em harmonia com a classe social a que pertençam, e os individuos doentes ou de avançada idade, ou do sexo feminino de qualquer idade, cujos rendimentos sejam manifestamente insufficientes para a sua manutenção e que não tenham

possibilidade de trabalhar em actividade compativel com a sua situação especial

§ 3º Os individuos transitoriamente desempregados são inscritos em cadastro a parte, nos termos da respectiva legislação

§ 4º Da recusa de inscrição pela junta de freguesia pode o interessado recorrer para o presidente da câmara municipal

§ 5º A qualquer paroquiano é permitido recorrer fundamentadamente para o presidente da câmara municipal contra as inscrições no recenseamento a que se refere este artigo

Art 203º A residencia prova-se por atestado assinado pelo presidente da junta de freguesia, precedendo deliberação desta sobre informações prestadas, em documento que ficará arquivado na secretaria, por dois chefes de familia de reconhecida probidade, inscritos no respectivo recenseamento

§ único Se a pessoa que necessita fazer prova de residência fôr chefe de família inscrito no recenseamento paroquial, pode o atestado ser substituído por certidão extraída do recenseamento

SECÇÃO III

Constituição, reuniões e deliberações

Art 204º Nos anos em que deva proceder-se a constituição de nova junta de freguesia, reunir-se-a esta no dia 5 de Novembro, para o efeito da verificação dos poderes dos seus membros, da eleição do presidente, secretario e tesoureiro e do representante da junta ao conselho municipal, nos casos indicados na primeira parte do § 1º do artigo 16º, continuando porém a antiga junta para tudo o mais, em exercício e funções até 31 de Dezembro

§ 1º A convocação da reunião sera feita pelo presidente da câmara com cinco dias de antecedência, pelo menos, por meio de avisos enviados aos vogais pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, e publicados nos jornais locais, se os houver

§ 2º Os poderes dos vogais das juntas de freguesia serão verificados pelo presidente da câmara municipal, ou seu delegado, e a junta dir-se-a constituída e podera delibear, desde que esteja verificada a legitimidade dos poderes da maioria dos vogais

Art 205º As juntas de freguesia têm uma reunião ordinaria de quinze em quinze dias e as extraordinarias que o presidente convocar por imperiosa necessidade de serviço publico

Art 206º Quando as juntas de freguesia não reúnam por falta de numero, o presidente devera logo designar nova reunião, annunciando-a por aviso afixado a entrada do edificio onde se realizarem as sessões da junta

Art 207º Em tudo o mais respeitante as reuniões e deliberações das juntas de freguesia, observar-se-a o que vai disposto sobre constituição e funcionamento dos corpos administrativos

SECÇÃO IV

Presidente da junta

Art 208º Compete ao presidente da junta de freguesia

1º Convocar as reuniões extraordinárias da junta,

2º Convocar as reuniões da assemblea paroquial e solicitar do presidente da câmara a designação do dia para realização do *referendum* e do presidente do conselho paroquial a convocação d'este,

3º Dirigir os trabalhos nas reuniões da junta e da assemblea paroquial,

4º Elaborar o orçamento,

5º Organizar as contas de gerência,

6º Executar e fazer executar as deliberações da junta,

7º Inspeccionar os serviços paroquiais,

8º Prover a desobstrução das ruas e caminhos da freguesia,

9º Representar a junta em juizo ou fora d'ele, precedendo, no primeiro caso, deliberação sobre o pleito, e escolher os advogados que forem necessários,

10º Publicar as posturas e regulamentos paroquiais,

11º Assinar toda a correspondência da junta,

12º Colaborar com o presidente da câmara municipal em tudo o que seja de interesse para a freguesia

SECÇÃO V

Serviços paroquiais

Art 209º As juntas de freguesia têm secretaria privativa a cargo do vogal secretario ou de um escrivão contratado, com os demais funcionarios que forem necessários. Quando as suas receitas anuais forem superiores a 250 contos, poderão contratar um fiel de tesoureiro, sob proposta e responsabilidade d'este

Art 210º Compete ao vogal secretario da junta de freguesia

1º Assistir as reuniões da junta e da assemblea ou conselho paroquial e lavrar as respectivas actas,

2º Certificar, mediante despacho do presidente, os factos e actos que constem dos arquivos paroquiais e, independentemente de despacho, a materia das actas das reuniões da junta, assemblea ou conselho,

3º Subscrever os atestados que devam ser assinados pelo presidente ,

4º Preparar o expediente e as informações necessárias para resolução da junta ,

5º Submeter a despacho do presidente da junta os negócios da competência dêste ,

6º Levar a assinatura do presidente da junta a correspondência e documentos que dela careçam ,

7º Dirigir os trabalhos da secretaria em conformidade com as deliberações da junta ,

8º Conservar sob a sua guarda e responsabilidade, na sede da junta, o arquivo paroquial ,

9º Desempenhar todas as mais funções que as leis e regulamentos lhe impuserem

§ único O escrivão contratado tem a competência do vogal secretario

Art 211º Ao vogal tesoureiro compete promover a arrecadação das receitas, efectuar o pagamento das autorizações de despesa e escriturar o movimento da tesouraria, apresentando mensalmente a junta o balancete da caixa

§ único O fiel do tesoureiro, quando o haja, praticara os actos de que fôr incumbido pelo vogal tesoureiro dentro da competência dêste e sob a sua directa e immediata fiscalização

Art 212º As juntas de freguesia terão os funcionários e assalariados indispensáveis ao desempenho dos serviços paroquiais

SECÇÃO VI

Unões de freguesias

Art 213º É permitido às juntas de freguesia, compreendidas dentro dos limites de uma cidade ou vila, associarem-se para a prossecução em comum dos fins de assistência que por lei lhes competirem

Art 214º Cada união de freguesias é dirigida por uma comissão central das juntas de freguesia associadas, composta de um presidente, designado pelo presidente da câmara municipal, e dois vogais eleitos anualmente pelas juntas

Art 215º É obrigatória a união das freguesias dos concelhos de Lisboa e Pôrto

§ único Nas uniões a que êste artigo se refere, a comissão central das juntas de freguesia é constituída pelo governador civil do distrito ou seu delegado, como presidente, e por quatro representantes das juntas de freguesia. Farão parte da comissão, como membros consultivos, um representante da Direcção Geral da Assistência e outro das Misericórdias locais

Art 216º As uniões de freguesias terão orçamento privativo em que se inscreverão os subsidios das juntas associadas e as receitas próprias

Art 217º Para a eleição dos vogais da comissão central, aprovação e discussão do orçamento por esta elaborado e apreciação e julgamento das contas terão as juntas de freguesia associadas uma assemblea anual

§ 1º Se as juntas associadas não forem mais de cinco, delegara cada uma em dois vogais a sua representação na assemblea , sendo em número superior a cinco, terá cada junta um representante

§ 2º A assemblea tem presidente e dois secretarios, por ela eleitos

§ 3º Quanto à constituição da mesa, reuniões e deliberações da assemblea observar-se-á o disposto para as juntas de freguesia

§ 4º Da decisão da assemblea sobre julgamento de contas cabe recurso para o Tribunal de Contas.

§ 5º Sempre que as contas da união de freguesias acusem despesa total superior a 250 contos, serão julgadas pelo Tribunal de Contas

Art 218º As juntas de freguesia associadas exercerão as suas atribuições de assistência em conformidade com as instruções da comissão central e segundo o plano por esta traçado de harmonia com as indicações da Direcção Geral da Assistência

CAPÍTULO IV

Do regedor

Art 219º Em cada freguesia haverá um regedor e um substituto dêste, ambos nomeados pelo presidente da câmara municipal e por êle livremente demitidos, salvo nos concelhos de Lisboa e Pôrto, em que a sua nomeação e demissão pertencem ao governador civil

Art 220º Só pode ser nomeado regedor o individuo que tiver residência na freguesia, saiba ler, escrever e contar e goze de boa reputação

Art 221º O cargo de regedor é obrigatório, mas o nomeado não pode ser compelido a servir por mais de um ano e só depois de um ano decorrido sobre a exoneração poderá ser de novo nomeado

Art 222º O regedor não vence ordenado, mas é isento de aboletamentos em tempo de paz, do imposto municipal de prestação de trabalho e de todo e qualquer serviço obrigatório, não militar ou judicial

Art 223º As funções de regedor são incompatíveis com quaisquer outras funções públicas, excepto as de juiz de paz

Art 224º Incumbe ao regedor de freguesia .

1º Executar e fazer executar todas as ordens e deliberações

municipais que lhe forem comunicadas pelo presidente da câmara,

2° Velar pela observância das posturas municipais e paróquias e regulamentos de policia, levantando autos de transgressão, que remeterá a junta de freguesia ou à secretaria da câmara,

3° Participar ao presidente da câmara todas as faltas e irregularidades que notar na administração paroquial,

4° Dar parte as autoridades policiaes do concelho dos crimes de que tiver noticia e das provas que obtiver para a descoberta dos criminosos,

5° Coadjuvar as autoridades judiciais e policiaes em todos os actos de investigação criminal para que o seu concurso seja requerido,

6° Tomar providências para assegurar a ordem, segurança e tranquilidade pública, segundo instruções recebidas das autoridades policiaes do concelho, ou por sua iniciativa, nos casos urgentes,

7° Prestar as autoridades sanitarias todo o auxilio de que carecerem para o exercicio das suas funções,

8° Participar immediatamente ao delegado de saúde e ao presidente da câmara os factos perturbadores da saúde pública, de que tenha conhecimento, a aparição de moléstias epidémicas ou suspeitas e as transgressões das leis, regulamentos e posturas sanitárias,

9° Impedir que se enterrem cadaveres fora dos cemiterios públicos,

10° Impedir que se faça a inumação de cadáveres sem guia de enterramento passada pela competente conservatória ou pósto do registo civil,

11° Atestar gratuitamente, na impossibilidade absoluta da comparência de facultativo para a verificação do óbito e caso não haja suspeitas de crime, que viu o cadáver e quais as informações dadas por pessoas idóneas sobre as causas possiveis da morte,

12° Convocar os vizinhos para a extinção de incêndios e dirigir os respectivos serviços, quando não estiver presente algum técnico,

13° Exercer quaisquer outras funções de que seja encarregado pelo presidente da câmara ou que as leis e os regulamentos lhe confirmam

Art 225° O escrivão da junta de freguesia, havendo-o, sera encarregado do expediente da regedoria e, quando não haja escrivão, o presidente da câmara designara pessoa que exerça as funções, mediante remuneração arbitrada pela junta, de acôrdo com o regedor

Art 226° O escrivão privativo da regedoria pode ser suspenso pelo regedor, mas so pelo presidente da câmara pode ser

demitido A suspensão e demissão a que este artigo se refere não dependem de prévio processo

Art 227° O regedor pode ser coadjuvado, no exercicio das suas funções, por cabos de policia

§ 1° A nomeação dos cabos de policia compete ao presidente da câmara, sob proposta do respectivo regedor

§ 2° Os cabos de policia só podem ser nomeados

1° De entre os soldados licenciados para a reserva, que residam na freguesia, mas sem prejuizo do serviço militar a que sejam eventualmente chamados,

2° De entre os mancebos residentes na freguesia, apurados definitivamente para o serviço militar e que tenham sido remidos ou dispensados do seu cumprimento,

3° Na falta de individuos das duas classes precedentes, de entre quaisquer outros da freguesia, que sejam varões válidos, de idade não excedente a cinquenta anos

§ 3° O serviço de cabo de policia, para os individuos referidos no n° 1° do parágrafo antecedente, e obrigatório durante o tempo que permanecerem na mesma classe; para os referidos no n° 2°, sê-lo-á ate prefazerem a idade de quarenta e cinco anos, e para os referidos no n° 3°, durante um ano

§ 4° O serviço de cabo de policia pode ser prestado por substituto oferecido pelo próprio, desde que também seja cabo ou satisfaça às condições exigidas em qualquer dos números do § 2°

§ 5° Os cabos de policia não podem ser obrigados a prestar serviço fora da freguesia, excepto para a captura de criminosos dentro dos limites do respectivo concelho e para a condução de presos até à sede da freguesia mais próxima do concelho confinante

§ 6° As freguesias poderão, para melhor organização dos serviços de policia, ser divididas em secções, a frente das quais houvera um cabo de ordens

§ 7° O numero de cabos de policia para cada freguesia e para cada secção será fixado pelo presidente da câmara, segundo as conveniências do serviço

§ 8° As nomeações dos cabos de policia e dos cabos de ordens, quando a elas haja lugar, efectuar-se-ão no mês de Janeiro de cada ano, excepto para preenchimento de quaisquer vacaturas

§ 9° Os cabos de policia são immediatamente subordinados ao cabo de ordens e ao regedor e dêles recebem instruções para a execução dos serviços de que forem incumbidos

§ 10° Os cabos de policia podem ser suspensos pelo regedor ou pelo presidente da câmara municipal, mas só por este podem ser demitidos e independentemente de processo disciplinar

Art 228° O escrivão privativo da regedoria e os cabos de policia tomam posse perante o respectivo regedor

Art 229° Os regedores, cabos de ordens e cabos de policia

gozam da garantia administrativa nos mesmos termos que os governadores civis

Art 230 ° Das decisões do regedor cabe recurso hierárquico, dentro do prazo de três meses, para o presidente da câmara ou para a autoridade policial em cumprimento de cujas ordens tenha sido tomada a decisão recorrida, havendo recurso das decisões destes, em idêntico prazo, para a auditoria administrativa

TÍTULO IV

Da província

CAPÍTULO I

Dos órgãos da administração provincial

Art 231 ° Província é a associação de concelhos com afinidades geograficas, económicas e sociais

Art 232 ° A provincia, com os seus órgãos proprios, é pessoa moral de direito público.

Art 233 ° São órgãos da administração provincial

1 ° O conselho provincial ,

2 ° A junta de provincia

CAPÍTULO II

Do conselho provincial

SECÇÃO I

Composição

Art 234 ° Compõem o conselho provincial

1 ° Um procurador eleito por cada uma das câmaras municipais da provincia ,

2 ° Um procurador eleito por cada federação de grêmios ou sindicatos nacionais existentes na provincia, entendendo-se que, no caso de a federação ser nacional ou abranger mais de uma provincia, só são eleitores os grêmios e os sindicatos com sede na área de jurisdição do conselho a constituir ;

3 ° Três procuradores eleitos pelos provedores ou presidentes das mesas, administrações ou direcções das associações e institutos de utilidade local referidos no artigo 359 °, existentes na provincia ,

4 ° Dois procuradores eleitos pelo senado de cada Universidade existente na provincia ,

5 ° Um procurador eleito pelos professores efectivos dos liceus e institutos secundarios municipais da provincia ,

6 ° Um procurador eleito pelos professores efectivos das escolas de ensino técnico da provincia ,

7 ° Os directores dos distritos escolares da provincia

§ 1 ° Os procuradores a que se refere o n ° 3 ° serão eleitos pelos delegados das associações e institutos de utilidade local de cada concelho, convocados, para êsse efeito, até ao dia 5 de Dezembro, pelo provedor da Misericórdia da sede da provincia, com oito dias de antecedência, pelo menos, por meio de avisos enviados pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, realizando-se o acto eleitoral sob a presidência do mesmo provedor, que comunicara imediatamente o resultado ao respectivo governador civil

Os delegados de cada concelho serão eleitos, até 20 de Novembro, pelos provedores e presidentes das associações e institutos de utilidade local, convocados, para êsse efeito, com oito dias de antecedência, pelo menos, pelo provedor da Misericórdia da sede do concelho, ou pelo presidente da camara, se não houver Misericórdia, que presidirão ao acto e comunicarão imediatamente o resultado da eleição ao provedor da Misericórdia da sede da provincia

§ 2 ° Os procuradores a que se referem os n °s 5 ° e 6 ° serão eleitos por delegados dos professores dos estabelecimentos de ensino nêles mencionados, convocados, para êsse efeito, até ao dia 5 de Dezembro, pelo reitor do liceu da sede da provincia e pelo director da escola de ensino técnico de mais elevada categoria, que presidirão ao acto eleitoral e comunicarão imediatamente o resultado da eleição ao respectivo governador civil

Os delegados serão eleitos, em cada estabelecimento de ensino, até 20 de Novembro, pelos respectivos professores, convocados, para êsse efeito, pelo reitor ou director, que presidirão ao acto eleitoral e comunicarão imediatamente o resultado às entidades atras designadas

Art 235 ° Podem ser eleitos procuradores ao conselho provincial os cidadãos no gozo dos seus direitos civis e politicos, domiciliados na circunscrição provincial, que saibam ler e escrever e pertençam ao corpo, classe ou instituição que representem

§ 1 ° Exceptuam-se

1 ° Os funcionários, assalariados e demais entidades referidas nos n °s 2 ° a 9 °, 15 ° e 16 ° do artigo 18 ° ,

2 ° Os membros das direcções, conselhos de administração ou fiscais de quaisquer emprêsas, sociedades ou companhias que tenham contrato com a provincia ,

3 ° Os que sejam directamente interessados em contrato com a provincia, e os respectivos fiadores ,

4 ° Os vogais da junta de provincia imediatamente anterior a eleição, se aquela tiver sido dissolvida e os mesmos não tiverem protestado contra a deliberação ou deliberações que motivaram a dissolução

§ 2º Não são compreendidos no n.º 1º do parágrafo anterior os funcionários públicos na situação de licença ilimitada, aposentados ou reformados

§ 3º As funções de procurador ao conselho provincial são acumuláveis com as de presidente ou vogal de outro corpo administrativo, com as de qualquer cargo do Estado e com as legislativas

Art 236º O conselho provincial é eleito por três anos

§ único Nos casos de falecimento, afastamento ou impedimento de qualquer vogal do conselho provincial, o presidente da junta de provincia tomara immediatas providências no sentido de serem indicados pelas entidades competentes os nomes dos vogais que hão-de substituí-los

Art 237º As funções de procurador ao conselho provincial são obrigatorias e gratuitas, sem prejuízo do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º

§ 1º Constituem motivos de escusa

1º Idade superior a sessenta anos a data da eleição ,

2º Moléstia crónica de que resulte impossibilidade ou grave dificuldade para o exercício do cargo.

§ 2º Os procuradores que recebam vencimentos pagos pelo Estado conservam-nos integralmente durante as sessões e têm direito ao abono de transportes até à capital da provincia, e regresso, e à ajuda de custo legal, pagos pelo Estado

§ 3º Os procuradores eleitos pelas câmaras municipais têm direito a ser indemnizados por estas das despesas de deslocação e de permanência na sede da provincia durante a sessão

§ 4º Os restantes procuradores têm direito a ser indemnizados pela provincia das despesas a que se refere o parágrafo anterior

Art 238º Perdem o mandato

1º Os procuradores que aceitem cargos ou adquiram situações que os tornem inelegíveis nos termos do § 1º do artigo 235º,

2º Os procuradores referidos no n.º 2º do artigo 20º que optem pelo serviço da câmara

Art 239º A exclusão ou perda do mandato de procurador ao conselho provincial será declarada pelo governador civil da sede da provincia

Art 240º O conselho provincial tem presidente, vice-presidente e dois secretários, eleitos de entre os procuradores na primeira reunião, preferindo, quando haja empate na votação, os mais velhos dos votados

§ único Na falta do presidente e do vice-presidente, assume a presidência o mais velho dos procuradores presentes e, na falta dos secretários, desempenharão as respectivas funções os mais novos

Art 241º Nos anos em que deva proceder-se a constituição do conselho provincial, as câmaras municipais, os organismos corporativos, a Misericórdia da capital da provincia e os esta-

belecimentos de ensino deverão comunicar ao governador civil do distrito, com sede na capital de provincia, até ao dia 8 de Dezembro, os nomes dos seus representantes

SECÇÃO II

Competência

Art 242º Compete ao conselho provincial

1º Eleger trienalmente os vogais da junta de provincia e respectivos substitutos ,

2º Discutir e votar o relatório de gerência e o plano anual de actividade da junta de provincia ,

3º Discutir e votar, sob proposta do presidente, as bases do orçamento ordinário da provincia ,

4º Pronunciar-se sobre as deliberações da junta de provincia que, nos termos deste Código, dependam da sua aprovação para se tornarem executórias

SECÇÃO III

Constituição, sessões, reuniões e deliberações

Art 243º Nos anos em que deva proceder-se à constituição de novo conselho provincial, reunir-se-á este no dia 15 de Dezembro, para o efeito da verificação dos poderes dos seus membros e da eleição do presidente, vice-presidente e secretários e da junta de provincia, continuando porém o antigo conselho, para tudo o mais, em exercício de funções até 31 de Dezembro

§ 1º A convocação da reunião será feita pelo governador civil da sede da provincia com oito dias de antecedência, pelo menos, por meio de avisos enviados pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, e publicados em dois jornais da sede da provincia, se os houver

§ 2º Os poderes dos procuradores serão verificados pelo magistrado instalador, considerando-se aquele constituído e podendo deliberar, desde que esteja verificada a legitimidade dos poderes da maioria dos procuradores

Art 244º O conselho provincial reúne em sessão ordinária no dia 2 de Dezembro de cada ano

§ único É applicavel ao conselho provincial o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 30º

Art 245º A convocação da sessão ordinária do conselho provincial sera feita pelo presidente dentro do prazo e pela forma estabelecidos no § 1º do artigo 243º

Art 246º As sessões extraordinarias durarão o máximo de oito dias e serão convocadas pelo presidente, quando o julgue necessario ou quando o requeira um terço dos procuradores em exercício

§ unico As sessões devem ser sempre convocadas com cinco dias de antecedência, pelo menos, e, quando requeridas pelos procuradores, dentro de trinta dias contados da data do requerimento

Art 247° As reuniões do conselho provincial poderá assistir o governador civil do distrito com sede na capital da provincia, tomando lugar a direita do presidente

Art 248° As actas das reuniões dos conselhos provinciais são lavradas e subscritas pelo chefe da secretaria da junta de provincia e assinadas pelos membros da mesa

§ unico A acta da ultima reunião de cada sessão sera aprovada no final da mesma reunião

Art 249° Os conselhos provinciais deliberam por levantados e sentados, salvo se um terço dos vogais presentes requerer a votação nominal

Art 250° Em tudo o que sobre constituição, reuniões e deliberações do conselho provincial não fica especialmente regulado, aplicar-se-á o que vai disposto sobre constituição e funcionamento dos corpos administrativos

CAPÍTULO III

Da junta de provincia

SECÇÃO I

Composição

Art 251° A junta de provincia é o corpo administrativo da provincia e compõe-se de presidente e vice-presidente, que serão o presidente e o vice-presidente do conselho provincial, e de três vogais eleitos por este, na sua reunião de constituição, nos termos do artigo 243°

Art 252° O conselho provincial elegera tantos substitutos quantos os efectivos

§ 1° Nos casos de licença, impedimento temporário ou cessação de funções dos efectivos serão chamados pelo presidente da junta os substitutos mais votados, ou os mais velhos, quando tenha havido empate na votação

§ 2° Quando, esgotada a lista dos substitutos, ainda não ficar completo o número dos vogais da junta, serão chamados, como suplentes, os procuradores ao conselho provincial que o presidente designar

Art 253° Podem ser eleitos vogais da junta de provincia os que podem ser eleitos procuradores ao conselho provincial

§ unico Exceptuam-se os que tenham com o presidente, vice-presidente, ou outro vogal mais votado, ou, no caso de igualdade de votação, mais velho, ou com o chefe de secretaria, o parentesco a que se refere o n° 12° do artigo 18°

Art 254° As funções de vogal da junta de provincia são obrigatórias e gratuitas

§ unico Constituem motivo de recusa

1° Idade superior a sessenta anos a data da eleição ,

2° Moléstia crónica de que resulte impossibilidade ou grave dificuldade para o exercicio do cargo ,

3° Exercicio de funções de vogal efectivo da junta no triénio anterior, ou de substituto ou suplente, quando tenha servido na maior parte do triénio

Art 255° Perdem o mandato os vogais da junta de provincia

1° Que contraiam com o presidente, vice-presidente ou outro vogal mais cotado, ou, no caso de igualdade de votação, mais velho, ou com o chefe de secretaria, o parentesco a que se refere o n° 12° do artigo 18° ,

2° Que aceitem cargos ou adquiram situações que, nos termos deste Código, os tornem inelegíveis ,

3° Que sejam presidente ou vereador de qualquer câmara municipal e declarem, até a constituição da junta, que optam pelo serviço da câmara

§ unico Não pode ser chamado a servir efectivamente o substituto ou suplente em relação ao qual se verifique qualquer das incompatibilidades a que este artigo se refere

Art 256° A exclusão do lugar ou perda do mandato de vogal da junta de provincia sera declarada pelo governador civil da sede da provincia

Art 257° As funções de vogal da junta de provincia não estão sujeitas a quaisquer outras inelegibilidades ou incompatibilidades além das expressamente designadas nos artigos anteriores

SECÇÃO II

Atribuições e competência

Art 258° As juntas de provincia têm atribuições

1° De fomento e coordenação económica ;

2° De cultura ,

3° De assistência

Art 259° No uso das atribuições de fomento e coordenação económica, pertence as juntas de provincia deliberar

1° Sobre a realização de inquéritos relativos à vida económica da provincia e seu incremento ,

2° Sobre o aproveitamento e divulgação de estatísticas que interessem a economia regional ,

3° Sobre o estudo de planos de melhoramentos que, em seu entender, devam ser executados pelo Estado, na provincia, ou pelas câmaras municipais, nos respectivos concelhos ;

4° Sobre a conveniência de harmonizar os interesses económicos das indústrias e actividades de maior importância para a provincia ;

5° Sobre a realização de exposições regionais ,

6° Sobre a instituição de prémios destinados a estimular a agricultura e a pecuária ,

7° Sobre a instituição de bolsas de estudo para a aprendizagem das técnicas uteis ao progresso da economia regional ;

8° Sobre a criação e conservação de escolas técnicas destinadas a restaurar, manter e desenvolver as indústrias regionais tradicionais

Art 260° No uso das atribuições de cultura, pertence às juntas de provincia deliberar

1° Sobre a criação e manutenção de museus de arte regional e arquivos provinciais ,

2° Sobre a recolha, inventariação e publicação das tradições populares regionais e mais folclore da provincia ,

3° Sobre o inventário das reliquias arqueológicas e históricas, dos monumentos artísticos e das belezas naturais existentes na provincia ,

4° Sobre a conservação e divulgação dos trajes e costumes regionais ,

5° Sobre o auxilio a conceder a associações ou institutos culturais da provincia ,

6° Sobre o estudo das formas dialectais existentes na provincia ou em parte dela

Art 261° No uso das atribuições de assistência, pertence às juntas de provincia deliberar

1° Sobre a construção e manutenção, pelas forças do seu orçamento ou com participação do Estado, de hospitais regionais ,

2° Sobre a construção e manutenção de dispensários centrais, preventórios e sanatórios

Art 262° Incumbe as juntas de provincia deliberar sobre o arrendamento, aquisição ou construção, e conservação dos edificios indispensaveis para as repartições distritais, incluindo os tribunais de trabalho, e sobre o respectivo mobiliário

Art 263° Para o desempenho das suas atribuições, compete às juntas de provincia

1° Fazer, interpretar, modificar e revogar os regulamentos necessários a administração provincial ,

2° Elaborar o tombo da sua propriedade urbana e o cadastro da sua propriedade rustica ,

3° Adquirir bens mobiliários e imobiliários para serviço da provincia, e alienar os que forem dispensáveis ,

4° Aceitar heranças, legados e doações feitos a provincia ou a estabelecimentos provinciais, contanto que a aceitação das heranças seja a beneficio de inventário ;

5° Celebrar contratos de arrendamento, activa e passivamente, e de prestação de serviços ;

6° Contratar com empresas, individuais ou colectivas, os

fornecimentos necessários ao funcionamento dos serviços e a execução das obras provinciais ,

7° Efectuar seguros contra quaisquer riscos, em companhias nacionais devidamente autorizadas ,

8° Instaurar pleitos e defender-se nêles, podendo confessar, desistir ou transigir, quando não haja ofensa de direitos de terceiro

9° Executar obras publicas por administração directa, empreitada ou concessão ,

10° Propor ao Governo a expropriação por utilidade pública dos imóveis indispensáveis a realização dos seus fins ,

11° Votar os adicionais às contribuições do Estado autorizados neste Código ,

12° Contrair empréstimos, estabelecer a sua dotação e estipular as condições de amortização ,

13° Aprovar o orçamento ordinário, elaborado pelo presidente sobre as bases sancionadas pelo conselho provincial, e os orçamentos suplementares elaborados de harmonia com a lei ,

14° Providenciar sobre a arrecadação das receitas provinciais ,

15° Preparar as contas de gerência e remetê-las para julgamento ,

16° Nomear, contratar ou assalariar, promover, transferir, louvar, punir, aposentar e exonerar os funcionarios e assalariados provinciais e modificar e revogar os respectivos actos

Art 264° Carecem da aprovação do conselho provincial, para se tornarem executórias, as deliberações das juntas de provincia respeitantes

1° A empreitadas de obras de valor superior a 50 contos ,

2° Ao lançamento de impostos ou taxas, ou aumento dos existentes ,

3° A realização de empréstimos ,

4° A contratos de fornecimento por tempo superior a um ano

Art 265° Serão submetidas a aprovação do Governo, depois de sancionadas pelo conselho provincial, as deliberações das juntas de provincia que impliquem a execução, por administração directa ou por empreitada, de obras públicas de valor superior a 3 000 contos e as respeitantes a empréstimos e a lançamento de impostos

§ 1° A aprovação sera pedida pelo presidente da junta de provincia ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações, tratando-se de obras, e ao Ministro das Finanças, tratando-se de empréstimos ou lançamentos de impostos

§ 2° As contas das juntas de provincia são julgadas pelo Tribunal de Contas

Art 266° Compete ao presidente da junta

1º Convocar as reuniões extraordinárias da junta e as sessões extraordinárias do conselho provincial,

2º Dirigir os trabalhos das reuniões da junta e do conselho provincial,

3º Elaborar o relatório anual da gerência da junta, para ser submetido a apreciação do conselho provincial,

4º Elaborar, de acordo com a junta, o plano anual de actividade desta, submetendo-o a discussão e votação do conselho provincial,

5º Preparar as bases do orçamento ordinario e as dos suplementares, nos casos não exceptuados no artigo 650º, elabora-los sobre as que tenham sido aprovadas pelo conselho provincial e submetê-los, bem como os orçamentos suplementares que não careçam da intervenção do conselho provincial, a aprovação da junta,

6º Autorizar as despesas orçamentadas de harmonia com as deliberações da junta,

7º Submeter a julgamento as contas de gerência,

8º Dirigir e inspecionar os serviços de secretaria e tesouraria provinciais,

9º Representar a provincia, em juizo e fora d'ele, precedendo, no primeiro caso, deliberação da junta de provincia sobre o pleito, e escolher os advogados que forem necessários,

10º Executar e fazer executar as deliberações da junta de provincia e do conselho provincial,

11º Assinar a correspondência expedida pela junta com destino a quaisquer autoridades, corpos administrativos e repartições publicas

SECÇÃO III

Constituição, reuniões e deliberações

Art 267º A junta de provincia constitue-se no dia 2 de Janeiro e, verificados os poderes dos seus membros, entra immediatamente em exercicio

§ 1º A convocação da reunião sera feita pelo governador civil do distrito com sede na capital da provincia, com cinco dias de antecedência, pelo menos, e pela forma estabelecida no § 1º do artigo 243º

§ 2º Os poderes dos vogais da junta de provincia serão verificados pelo governador civil, dizendo-se aquella constituída e podendo deliberar, desde que esteja verificada a legitimidade dos poderes da maioria dos vogais

Art 268º As juntas de provincia têm uma reunião ordinaria quinzenal e as extraordinárias que forem convocadas pelo presidente

Art 269º As reuniões da junta de provincia e applicavel o disposto no artigo 247º

Art 270º Em tudo o mais respeitante à constituição, reu-

niões e deliberações da junta de provincia applicar-se-a o que vai disposto sobre constituição e funcionamento dos corpos administrativos

CAPÍTULO IV

Dos serviços provinciais

Art 271º Os serviços provinciais compreendem

1º Secretaria e tesouraria,

2º Serviços especiais

Art 272º Em tudo o que diz respeito a serviços provinciais observar-se-á, na parte applicavel, o disposto neste Código quanto a serviços municipaes

§ único As funções de tesoureiro provincial, quando a receita arrecadada pela media das últimas três gerências não exceda 1 500 contos, serão desempenhadas pelo tesoureiro da Fazenda Publica do concelho da capital da provincia, mediante a gratificação de 200\$ ou 300\$, conforme se tratar de provincias com receitas ordinárias ate 600 ou entre 600 e 1 500 contos

TÍTULO V

Da constituição e funcionamento dos corpos administrativos em geral

CAPÍTULO I

Da constituição dos corpos administrativos

Art 273º Os corpos administrativos constituem-se nas datas fixadas neste Código, entram em exercicio de funções no dia 2 de Janeiro e funcionam além do tempo por que foram eleitos, emquanto não estiverem legalmente substituidos

§ 1º Os magistrados administrativos que não convocarem os corpos administrativos nos prazos e pela forma estabelecidos neste Código serão demittidos

§ 2º O magistrado administrativo que tiver convocado a reunião, desde que julgue legitima a eleição de, pelo menos, metade e mais um dos eleitos, conferirá posse aos presentes e declarará constituído o corpo administrativo

§ 3º As dúvidas que sobre a legitimidade da eleição de algum ou alguns vogais forem levantadas pelo magistrado instalador serão, após a constituição do corpo administrativo, submetidas ao julgamento d'este Da deliberação tomada cabe recurso contencioso, que podera ser interposto pelo referido magistrado administrativo ou pelo interessado, sem prejuizo dos recursos interpostos no processo eleitoral

§ 4º Se ao magistrado instalador parecer ilegal a eleição de todos ou da maioria dos vogais do corpo administrativo,

continuarão em exercício os que serviam a data da eleição e será o processo eleitoral remetido, dentro de vinte e quatro horas, ao agente do Ministério Público junto da competente auditoria administrativa, a fim de, com promoção deste magistrado, serem decididas pelo auditor, no prazo de trinta dias, as dúvidas suscitadas

Art 274° No acto da posse, os vogais dos corpos administrativos prestarão declaração de honra nas mãos do magistrado administrativo competente ou seu delegado

§ unico Os vogais que não tiverem tomado parte na reunião de constituição dos respectivos corpos administrativos e os substitutos e suplentes prestarão declaração de honra nas mãos do presidente, quando se apresentarem ou forem chamados a servir

Art 275° Os vogais dos corpos administrativos que sem motivo justificado deixarem de tomar posse ou abandonarem as suas funções antes de substituídos nelas incorrem na perda de direitos políticos por cinco anos e na multa de 2 000\$, uma e outra aplicadas por sentença do juiz de direito da respectiva comarca

§ 1° Justificam a falta de posse, no dia designado para esta, doença do vogal, que impeça a sua presença, e qualquer caso fortuito ou de força maior, que o corpo administrativo apreciará

§ 2° São competentes para participar os factos puníveis por este artigo o presidente do corpo administrativo e o magistrado instalador, dentro do prazo de trinta dias decorridos sobre a constituição do corpo administrativo, ou depois de cinco faltas seguidas, não justificadas, às reuniões

Art 276° Tudo o que, em matéria de eleições, não esteja especialmente previsto neste Código será regulado pela lei eleitoral

CAPÍTULO II

Do funcionamento dos corpos administrativos

SECÇÃO I

Reuniões

Art 277° Os corpos administrativos reúnem-se nos edifícios e salas para tal especialmente destinados Qualquer novo local de reuniões será anunciado, com antecipação nunca inferior a oito dias, por editais afixados nos lugares do estilo

Art 278° Os corpos administrativos não podem deliberar sem que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros

Art 279° As deliberações dos corpos administrativos só podem ser tomadas depois de a reunião haver sido declarada aberta pelo presidente e antes de haver sido encerrada

Art 280° As reuniões dos corpos administrativos são públi-

cas, mas a nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas

§ único Aquele que violar o disposto neste artigo será preso, autuado e imediatamente entregue aos tribunais ordinários, incorrendo em multa até 5 000\$, sem prejuízo da aplicação de qualquer outra pena, quando haja acumulação de crimes

Art 281° As reuniões dos corpos administrativos são ordinárias e extraordinárias

Art 282° Nas reuniões ordinárias podem os corpos administrativos deliberar sobre todos os assuntos das suas atribuições e competência, nas extraordinárias, somente acerca dos assuntos para que tenham sido expressamente convocados

Art 283° As câmaras municipais, as juntas de freguesia e as juntas de provincia celebram as suas reuniões ordinárias periodicamente, nos termos deste Código, em dias, horas e local fixados na primeira reunião realizada após a eleição

§ único Qualquer alteração que se faça posteriormente, quer do dia, quer da hora das reuniões, será previamente anunciada por editais afixados nos lugares do estilo, com a antecipação de oito dias, pelo menos

Art 284° Os corpos administrativos terão as reuniões extraordinárias que forem convocadas pelos presidentes

§ 1° Aos presidentes pertence a decisão sobre a oportunidade da convocação extraordinária, mesmo quando esta lhes seja requerida pelos vogais do corpo administrativo

§ 2° Na convocação devem mencionar-se, expressa e especificadamente, os assuntos a tratar

Art 285° Aos presidentes dos corpos administrativos pertence abrir e encerrar as reuniões, dirigir as discussões, dar e palavra aos vogais, submeter os assuntos a votação, regular a ordem dos trabalhos e tomar providências necessárias para que as reuniões não sejam perturbadas

Art 286° É da competência dos corpos administrativos conceder licenças aos seus membros e julgar justificadas, ou não, as suas faltas

§ 1° As licenças aos vogais dos corpos administrativos não poderão exceder três meses em cada ano

§ 2° Por cada falta não justificada incorrerão os vogais na multa de 20\$

SECÇÃO II

Deliberações

Art 287° Os corpos administrativos são independentes dentro da órbita das suas atribuições e as suas deliberações só podem ser suspensas, modificadas ou anuladas pela forma e nos casos previstos neste Código

Art 288° Os corpos administrativos só podem deliberar no exercício da sua competência e para realização das respectivas atribuições

Art 289° E nulo todo o acto ou contrato que tenha por objecto a transferência, para qualquer indivíduo ou entidade, pública ou privada, do exercício da competência conferida pela lei aos corpos administrativos

Art 290° Os corpos administrativos são obrigados a deliberar sobre os assuntos da sua competência dentro do prazo de trinta dias contados da data em que lhe requeiram quaisquer interessados

§ 1° A falta de deliberação dentro do prazo estabelecido neste artigo equivale, para efeitos de recurso contencioso, ao indeferimento do requerimento apresentado

§ 2° Se interposto recurso contencioso este for julgado procedente, o auditor condenará solidariamente, nas perdas e danos causados pela abstenção, os vogais do corpo administrativo em exercício ao tempo do requerimento.

Art 291° As deliberações dos corpos administrativos são tomadas à pluralidade absoluta de votos dos vogais presentes.

§ 1° No caso de empate, o presidente tem voto de qualidade, observando-se, quanto ao escrutínio secreto, o disposto no § 1° do artigo 293°

§ 2° Se no primeiro escrutínio não houver maioria absoluta de votos nem empate, proceder-se-á imediatamente a nova votação, e, se nesta suceder o mesmo, será a deliberação adiada para a reunião seguinte, bastando então maioria relativa

Art 292° As deliberações dos corpos administrativos são tomadas por votação nominal, salvo o disposto no artigo seguinte

Art 293° As deliberações respeitantes à nomeação, promoção, louvor, castigo ou demissão de funcionários e, em geral, as que envolvam apreciação do mérito ou demérito de qualquer pessoa serão tomadas por escrutínio secreto

§ 1° Quando haja empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, ficará o assunto adiado para a reunião seguinte; mas, se na primeira votação que nesta se realizar ainda houver empate, proceder-se-á a votação nominal

§ 2° A votação por escrutínio secreto pode recair sobre uma proposta e ser precedida de discussão.

Art 294° Nenhum vogal pode escusar-se de votar sobre assunto tratado em reunião a que assista, salvo estando por lei inibido de o fazer

§ 1° O voto com lista branca, nas votações por escrutínio secreto, equivale à escusa de votar e, se esta puder influir no resultado da deliberação, considerar-se-a nula a votação, que se

repetira, na mesma ou em ulteriores reuniões, tantas vezes quantas as necessárias para que a deliberação seja válida.

§ 2° Os vogais dos corpos administrativos podem justificar resumidamente o seu voto, salvo se a votação for por escrutínio secreto

§ 3° Os vogais dos corpos administrativos que violem o disposto neste artigo são considerados como tendo faltado às respectivas reuniões sem motivo justificado

Art 295° Os vogais dos corpos administrativos não podem assistir a reuniões ou a parte daquelas em que forem tratadas questões que lhes digam respeito, ou a seus parentes consanguíneos ou afins até ao terceiro grau, ou ainda a pessoa, singular ou colectiva, de que sejam mandatários ou representantes legais

Art 296° Os vogais dos corpos administrativos não podem tomar parte ou interesse nos contratos por estes celebrados, sob pena de nulidade do contrato e perda do mandato

Art 297° De tudo o que ocorrer nas reuniões dos corpos administrativos se lavrará acta em livro especial, numerado e rubricado em todas as folhas pelo presidente, que assinara os termos de abertura e encerramento.

Art 298° A acta de cada reunião será lavrada pelo chefe de secretaria ou escrivão e submetida à aprovação do corpo administrativo na reunião seguinte.

§ 1° Nos casos em que o corpo administrativo assim o deliberar, a acta será aprovada no final da reunião a que cisser respeito e lançada no respectivo livro

§ 2° As actas serão subscriptas pelos chefes de secretaria e assinadas pelos presidentes e pela maioria, pelo menos, dos vogais presentes à reunião de aprovação

Art 299° As deliberações dos corpos administrativos só se tornam executórias depois de lavradas nos respectivos livros as actas de onde constarem, e só por estas poderão ser provadas, salvos os casos de extravio ou falsidade, em que serão admitidos todos os meios de prova

§ 1° As certidões das actas devem ser passadas, independentemente de despacho, pelo chefe de secretaria ou escrivão do corpo administrativo, ou quem suas vezes fizer, dentro dos oito dias seguintes à entrada do respectivo requerimento

§ 2° Se as actas de que se pedir certidão respeitarem a gerência finda há mais de cinco anos, o prazo a que se refere o parágrafo anterior será de quinze dias.

§ 3° A infracção do disposto nos parágrafos anteriores constitui falta disciplinar e é punível com a multa de 100\$, aplicada pelo juiz de direito da comarca, a requerimento, fundamentado e instruído, do interessado.

Art 300° As deliberações dos corpos administrativos podem ser por estes ratificadas, revogadas, reformadas ou con-

vertidas, nos termos previstos no artigo 82°, para as decisões do presidente da câmara

Art 301° As deliberações dos corpos administrativos, bem como as decisões dos seus órgãos executivos, quando nulas e de nenhum efeito, podem, a todo o tempo, ser por eles declaradas inexistentes, mas não ratificadas, reformadas ou convertidas

SECÇÃO III

Especialidades de algumas deliberações

SUB-SECÇÃO I

Alienação dos bens próprios

Art 302° As deliberações que envolvam alienação de bens próprios imobiliários dos corpos administrativos so serão validas quando tomadas por unanimidade dos vogais que os constituem.

§ 1° A alienação será feita em hasta pública, independentemente das leis de desamortização, precedendo edital de, pelo menos, vinte dias

§ 2° O produto da alienação deverá converter-se em fundos ou outros bens que constituam patrimonio do corpo administrativo

§ 3° Exceptuam-se do disposto neste artigo e parágrafos anteriores as cessões para alinhamento permitidas às câmaras municipais, a venda dos terrenos que sobrem das expropriações por utilidade pública e quaisquer outras alienações exceptuadas por lei

SUB-SECÇÃO II

Empreitadas e fornecimentos

Art 303° As deliberações definitivas sobre contratos de empreitada ou de fornecimento so podem ser tomadas após concurso público, precedendo edital de pelo menos vinte dias

§ 1° O corpo administrativo deliberará primeiramente a abertura do concurso, aprovando os respectivos programa e caderno de encargos, que serão patenteados a todos os interessados durante o prazo do edital

§ 2° Se no concurso não tiver havido licitantes, abrir-se-a nova licitação com o aumento de 5 por cento sobre a base da licitação primitiva e, se ainda assim os não houver, poder-se-á recorrer ao concurso limitado ou ao ajuste particular, ou optar pela administração directa

§ 3° Em tudo o que diga respeito ao processo do concurso, observar-se-ão, na parte applicavel, as instruções aprovadas pelo Governo para a arrematação e adjudicação de obras públicas e suas respectivas liquidações

Art 304° As obras serão de preferência feitas por empreitada, e, em todos os casos, precedendo os necessários estudos e orçamentos

§ 1° Poderão ser feitas por administração directa

1° As obras municipais cujo valor não exceda 10 contos, nos concelhos rurais, 20 contos, nos concelhos urbanos, e 50 contos, nos concelhos de Lisboa e Porto, as paroquiais, cujo valor não exceda 1 conto, e as provinciais de valor inferior a 10 contos,

2° As obras de construção e grande reparação, quando haja extrema urgência,

3° As obras que ficariam mais caras se fôsem realizadas por empreitada,

4° As obras que, postas a concurso publico, não tenham tido licitantes em segunda praça;

5° As obras para que o corpo administrativo disponha de materiais, direcção e mão de obra fornecida pelo seu pessoal ordinario, desde que não tenha de fazer novas aquisições ou admissões e os projectos sejam devidamente aprovados

§ 2° As obras e fornecimentos a que se refere o n° 1°, quando de valor superior a metade das importâncias nelle fixadas, só poderão ser adjudicadas precedendo consulta a três empreiteiros ou fornecedores, pelo menos

§ 3° Não poderão fazer-se desdobramentos de empreitadas, contratos ou fornecimentos que no conjunto atinjam verba superior à fixada no corpo deste artigo

Art 305° Poderão fazer-se independentemente de concurso público

1° Os contratos de fornecimento ate metade do valor fixado no n° 1° do artigo anterior,

2° Os fornecimentos avulsos de artigos de expediente ordinario das repartições;

3° Os fornecimentos de artigos cuja fabricação e comércio constituam exclusivo legal,

4° Os contratos para aquisição de obras de arte, objectos e instrumentos que só possam ser fornecidos por artista ou técnico de valor comprovado;

5° Os contratos que se reconheça, por deliberação do corpo administrativo, ser inconveniente sujeitar à concorrência

§ único Os contratos a que se refere o n° 1° deste artigo deverão ser feitos em concurso limitado

SUB-SECÇÃO III

Concessão de obras ou serviços

Art 306° As deliberações dos corpos administrativos que tiverem por objecto conceder a exploração de obras ou serviços publicos deverão obedecer aos seguintes princípios

1º Nenhuma concessão poderá ser feita, salvo disposição de lei especial, por período superior a vinte anos;

2º A concessão, depois de competentemente aprovada a deliberação do corpo administrativo que a resolva, será adjudicada mediante concurso publico, cujos programa e caderno de encargos ficarão sujeitos à aprovação das competentes repartições técnicas do Estado;

3º As concessões adjudicadas são intransmissíveis, total ou parcialmente, ainda mesmo por arrendamento, sem prévia autorização da entidade concedente e do Governo,

4º Em todos os contratos de concessão deve ser previsto o direito de resgate pela entidade concedente ou pelo Estado, a partir do décimo ano de exploração

SECÇÃO IV

Sanção das deliberações ilegais

Art 307º São nulas e de nenhum efeito, independentemente de declaração pelos tribunais, as deliberações dos corpos administrativos

1º Que forem estranhas as suas atribuições,

2º Que forem tomadas tumultuosamente ou com infracção do disposto nos artigos 277º, 278º, 279º, 282º, 291º e 295º,

3º Que transgredirem as disposições legais respeitantes ao lançamento de impostos;

4º Que prorrogarem os prazos de pagamento voluntário dos seus impostos, taxas ou multas e da remessa de autos ou certidões de relaxe para os tribunais;

5º Que carecerem absolutamente de forma legal

§ único As deliberações nulas e de nenhum efeito são contenciosamente impugnáveis sem dependência de prazo, por via de acção ou de excepção

Art 308º São anuláveis pelos tribunais as deliberações dos corpos administrativos viciadas de incompetência, excesso de poder e violação de lei, regulamento ou contrato administrativo

§ único As deliberações anuláveis só podem ser contenciosamente impugnadas dentro do prazo legal

Art 309º As deliberações dos corpos administrativos, das quais se haja recorrido contenciosamente, podem ser suspensas pelo tribunal, a requerimento dos recorrentes, quando delas possa resultar prejuizo irreparavel ou de difficil reparação

Art 310º O concelho, a freguesia e a provincia respondem civilmente pelas perdas e danos resultantes das deliberações dos respectivos corpos administrativos ou dos actos e decisões que os seus órgãos executivos, funcionários, assalariados ou representantes tomarem ou praticarem, quando aquelas hajam sido tomadas e estes praticados com ofensa de lei, mas dentro

das respectivas atribuições e competência, com observância das formalidades essenciaes e para a realização dos fins legais

§ único Os concelhos respondem ainda, nos termos estabelecidos neste artigo, pelas deliberações ou actos dos administradores e gerentes dos serviços municipalizados, e os concelhos e as freguesias pelos actos e decisões dos órgãos das federações de municípios e das uniões de freguesias, respectivamente

Art 311º Os vogais, funcionarios, assalariados ou representantes dos corpos administrativos, e bem assim os administradores e gerentes dos serviços municipalizados, federações de municípios e uniões de freguesias, são pessoalmente responsáveis pelos actos e decisões em que intervenham e de que resultem para outrem perdas e danos, sempre que aqueles não tenham sido praticados e estas tomadas dentro das suas atribuições e competência, com observância das formalidades essenciaes e para a realização dos fins legais

SECÇÃO V

Acções em que os corpos administrativos tenham interesse

Art 312º O Ministério Público junto dos tribunais ordinários é competente para propor ou seguir, como parte principal, as acções que tenham por fim

1º Fazer valer quaisquer direitos dos corpos administrativos,

2º Fazer entrar no cofre dos corpos administrativos quaisquer quantias em que os seus vogais tiverem sido condenados, ou por que forem responsáveis,

3º Cobrar coercivamente as multas impostas aos vogais dos corpos administrativos

§ unico Sempre que na acção ou processo intervenha o Estado, será este representado pelo Ministerio Público, podendo porém o corpo administrativo constituir procurador, nos termos legais

Art 313º Qualquer contribuinte, no gozo dos seus direitos civis e politicos, pode intentar, em nome e no interesse das autarquias locais em que tiver domicilio ha mais de dois anos, as acções judiciais necessárias para manter, reivindicar e reaver bens ou direitos do corpo administrativo, que hajam sido usurpados ou de qualquer modo lesados

§ 1º As acções referidas neste artigo só podem ser intentadas quando o corpo administrativo as não tiver proposto nos três meses posteriores à entrega de uma exposição circunstanciada acerca do direito que se pretende fazer valer e dos meios probatórios de que se dispõe para o tornar efectivo

§ 2º Os que obtiverem vencimento, no todo ou em parte, nas acções de que trata este artigo, terao direito ao reembolso

das quantias que houverem gasto com os pleitos, até dois terços do valor real dos bens ou direitos mantidos ou readquiridos

Art 314° Em todas as acções judiciais em que seja autor ou reu um corpo administrativo, podera qualquer contribuinte, residente ha mais de dois anos na respectiva circunscricao, constituir-se assistente, oferecendo e produzindo prova que aquele aproveite e prosseguindo com isencao de custas e selos até final

CAPÍTULO III

Da intervenção do Governo no funcionamento dos corpos administrativos

SECÇÃO I

Inspecção administrativa

Art 315° O Governo, pelos Ministérios do Interior e das Finanças, exerce inspecção sobre os corpos administrativos, a fim de averiguar se cumprem as obrigações impostas por lei e se os seus serviços funcionam regularmente e no interesse do público

Art 316° A inspecção a exercer pelo Ministério do Interior competira

1° Averiguar as possibilidades económicas e financeiras das autarquias locais, a obra por elas realhada, o modo como são desempenhadas as atribuições de exercicio obrigatório, o sistema de colaboração e coordenação da actividade provincial com a municipal e desta com a paroquial, e receber e procurar dar satisfação as queixas e reclamações dos povos,

2° Orientar os presidentes das juntas de provincia e das câmaras municipais, uniformizando a interpretação e a applicação dos textos legais e chamando a sua atenção para as lacunas e deficiências notadas na administração;

3° Realizar inquéritos e sindicâncias aos presidentes das câmaras e instruir processos disciplinares;

4° Proceder a estudos sobre a administração local,

5° Desempenhar-se das demais funções que lhes sejam conferidas por lei

Art 317° A inspecção do Ministério das Finanças exerce-se pela forma prescrita no artigo 568°

Art 318° Em matéria de inspecção administrativa, compete aos governadores civis

1° Pedir aos presidentes das câmaras informações e esclarecimentos sobre os serviços municipais e paroquiais e, aos presidentes das juntas provinciais, sobre os serviços da provincia, quando dêles careçam,

2° Informar o Governo de todas as irregularidades de que

tenham conhecimento, ocorridas no funcionamento dos corpos administrativos, e dos rumores publicos que porventura corram a tal respeito,

3° Enviar ao Governo, no final de cada ano civil, um relatório sobre a vida administrativa no distrito;

4° Auxiliar, por si e pelos funcionarios e agentes sob as suas ordens, os inspectores em serviço no distrito

Art 319° Ao presidente da câmara cumpre, em matéria de inspecção administrativa

1° Fiscalizar o funcionamento das juntas de freguesia e serviços paroquiais, dando indicações e transmitindo instruções aos presidentes, no sentido de se obter o melhor rendimento e a mais perfeita coordenação da actividade de todos os corpos administrativos do concelho, dentro dos limites estabelecidos na lei,

2° Participar ao governador civil todas as irregularidades verificadas no funcionamento das juntas.

§ unico Nos concelhos de Lisboa e Porto, as atribuições de inspecção sobre as juntas de freguesia pertencem ao governador civil do distrito, com a cooperação dos administradores dos bairros

Art 320° O Governo pode transmitir aos corpos administrativos instruções destinadas a uniformizar a execução das leis e o funcionamento dos respectivos serviços

SECÇÃO II

Dissolução

Art 321° Os corpos administrativos podem ser dissolvidos pelo Governo

1° Quando, por via de inquérito, se mostre que a sua gerência é nociva aos interesses das respectivas autarquias,

2° Quando, depois de advertidos, deixem de tomar as deliberações indispensaveis ao desempenho das atribuições de exercicio obrigatório ou se recusem a satisfazer as despesas obrigatórias,

3° Quando se recusem a prestar a inspecção todas as informações e esclarecimentos que lhes forem pedidos e a facultar aos inspectores o exame dos serviços e a consulta dos documentos necessários,

4° Quando se recusem a dar cumprimento as decisões definitivas dos tribunais,

5° Quando não tenham os orçamentos aprovados de forma a entrarem em vigor no dia 1 de Janeiro de cada ano;

6° Quando não apresentem a julgamento, nos prazos legais, as respectivas contas

§ único Nos casos dos n.ºs 3.º e 4.º, os corpos administrativos só podem ser dissolvidos depois de ouvidos por escrito

Art. 322.º A dissolução será ordenada por decreto fundamentado, do qual constem os factos ou omissões que lhe deram causa

§ único No decreto de dissolução das câmaras declarar-se-á se os presidentes são ou não abrangidos, determinando-se, no caso afirmativo, a sua suspensão preventiva e a imediata instauração de processo disciplinar

Art. 323.º A dissolução não prejudica o emprêgo dos meios administrativos para corrigir os abusos que a motivaram, nem o procedimento judicial pelos actos que envolvam responsabilidade civil ou criminal

Art. 324.º No decreto de dissolução declarar-se-a se tem ou não lugar o regime de tutela. Em caso afirmativo, procede-se pela forma prescrita nos artigos seguintes e, em caso negativo, a nova eleição realizar-se-á dentro dos vinte dias seguintes a publicação do decreto e em data neste fixada

§ único Na hipótese de não se estabelecer o regime de tutela, a gerência dos interesses a cargo do corpo dissolvido incumbirá, nos concelhos, ao presidente da câmara, nas freguesias, ao regedor e, nas provincias, ao governador civil do distrito com sede na capital da provincia.

SECÇÃO III

Regime de tutela

Art. 325.º O Governo declarara o regime de tutela

1.º Se não fôr possível constituir o conselho municipal ou o conselho provincial por insuficiência do numero de vogais eleitos ;

2.º Se, por falta de número, devida a culpa dos respectivos vogais, não se realizar a sessão ordinaria do conselho municipal ou do conselho provincial ;

3.º Se as câmaras municipais, juntas de freguesia ou de provincia não forem eleitas, por impossibilidade de realização do acto eleitoral ,

4.º Se as irregularidades que derem causa à dissolução dos corpos administrativos forem de molde a comprometer gravemente os interesses locais a seu cargo, e em especial .

1) Se os encargos da dívida absorverem a terça parte das receitas ordinarias ,

2) Se as contas de gerência, incluindo os lucros ou subsídios aos serviços municipalizados ou federações de municipios, apresentarem saldo negativo em três anos economicos sucessivos ,

3) Se os encargos com o pessoal excederem a percentagem das receitas ordinarias consentida por lei ;

4) Se ja tiver sido decretada outra dissolução dentro dos últimos três anos

Art. 326.º Decretado o regime de tutela, será a gerência dos interesses municipais, paroquiais ou provinciais confiada a uma comissão administrativa de nomeação do Governo, composta de um presidente e de tantos vogais quantos os que constituem o quadro do corpo administrativo substituido e com as atribuições e competência que a lei a este confere

§ 1.º Da comissão administrativa municipal fará parte o presidente da câmara, se não tiver sido suspenso pelo decreto de dissolução

§ 2.º Os vogais das comissões administrativas devem ser escolhidos de preferência entre os residentes ou contribuintes da circunscrição

§ 3.º Os vogais das comissões administrativas têm as mesmas incompatibilidades, direitos e obrigações dos vogais dos corpos administrativos substituidos

Art. 327.º As comissões administrativas dependem do Governo, a cujas ordens e instruções devem obediência, quando transmitidas por escrito

§ 1.º O Governo pode livremente demitir e substituir os vogais das comissões administrativas

§ 2.º Durante o periodo de tutela não reunirá o conselho municipal, cuja competência será exercida pelo governador civil, com recurso para o Ministro do Interior

Art. 328.º As comissões administrativas servem até ao fim do ano civil seguinte àquele em que forem nomeadas, salvo se o decreto que estabelece o regime de tutela fixar prazo mais curto.

Art. 329.º Ao findar o periodo de tutela, o presidente da comissão administrativa tomará as necessárias providências para a constituição e reunião dos órgãos colectivos da administração municipal, paroquial ou provincial

§ único Eleito e empossado o corpo administrativo, o presidente da comissão fará entrega da gerência, considerando-se desde esse momento findo o regime de tutela e dissolvida a comissão administrativa

Art. 330.º Se, terminado o periodo de tutela, não fôr possível reunir os órgãos colectivos da administração do concelho, freguesia ou provincia, ou se, dentro dos três anos imediatamente posteriores à expiração desse periodo, houver de novo fundamento para a aplicação do mesmo regime, proceder-se-á do seguinte modo

1.º Tratando-se de concelho ou de freguesia, serão extintos e anexados aos concelhos e freguesias vizinhos ,

2.º Tratando-se de provincia, sera a respectiva capital mudada para a sede de outro distrito da circunscrição, ou, se na provincia houver um só distrito, para outra cidade, ou ainda, na impossibilidade de aplicação de qualquer destas sanções, será estabelecido o regime de tutela por cinco anos

TÍTULO VI

Dos baldios

CAPÍTULO ÚNICO

Da classificação e aproveitamento dos baldios

SECÇÃO I

Classificação e inventário

Art 331 ° Dizem-se baldios os terrenos não individualmente apropriados, dos quais so é permitido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos indivíduos residentes em certa circunscrição ou parte dela

§ único Os terrenos baldios são prescritíveis

Art 332 ° Os baldios, para efeitos de regulamentação do seu uso e fruição e os demais consignados na lei, são municipais ou paroquiais

§ 1 ° Presumem-se municipais os baldios que, ha pelo menos trinta anos, estejam no logradouro comum e exclusivo dos moradores de um concelho ou de mais de uma freguesia dêle

§ 2 ° Presumem-se paroquiais os baldios que, ha pelo menos trinta anos, estejam no logradouro comum e exclusivo dos moradores de uma freguesia ou de parte dela

Art 333 ° Os baldios, quanto à sua utilidade social e aptidão cultural, classificam-se em

1 ° Baldios indispensaveis ao logradouro comum ,

2 ° Baldios dispensaveis ao logradouro comum e próprios para cultura ,

3 ° Baldios dispensaveis ao logradouro comum e impróprios para cultura ,

4 ° Baldios arborizados ou destinados à arborização

Art 334 ° As câmaras municipais farão organizar ou completar, nos termos do parágrafo seguinte, o inventario de todos os terrenos baldios existentes no concelho

§ unico Deverão constar do inventario os seguintes dados

1 ° Situação, area e confrontações ,

2 ° Os lugares de cujos moradores são logradouro e o número de chefes de família utentes ,

3 ° Se são municipais ou paroquiais ,

4 ° A parte aproveitada, a desaproveitada, a indispensável e a dispensavel ao logradouro comum ,

5 ° A aptidão cultural das diversas partes do terreno e se alguma delas está arborizada ou deve ser destinada a arborização

Art 335 ° Elaborado o inventario dos baldios do concelho, será o mesmo exposto ao publico, na secretaria da câmara, pelo

prazo de trinta dias, o que se annunciara por editais afixados nos lugares do estilo e publicados nos jornais locais

§ 1 ° Qualquer chefe de familia morador no concelho ou junta de freguesia interessados na elaboração do inventário, e bem assim as pessoas singulares e colectivas que disputem a propriedade ou posse de terrenos nêle incluídos, poderão recorrer para a câmara dentro do prazo estabelecido neste artigo

§ 2 ° A petição de recurso e os documentos que a instruírem serão entregues ao chefe da secretaria da câmara, mediante recibo

§ 3 ° O recurso sera decidido nos trinta dias seguintes ao termo do prazo para a sua apresentação Da deliberação da câmara poder-se-a recorrer contenciosamente, salvo se versar sobre o direito de propriedade ou posse dos terrenos, cujo conhecimento e da competência dos tribunais ordinarios

SECÇÃO II

Baldios indispensaveis ao logradouro comum

Art 336 ° Os baldios que sejam aproveitados como logradouro comum pelos moradores de algum concelho ou freguesia e se considerem indispensaveis, sob essa forma de utilização, à economia local, continuarão a ter o mesmo caracter e destino

§ unico Considera-se logradouro comum a apascentação de gados, a produção e corte de matos, combustível ou estrume, a cultura e outras utilizações, quando não se verifique apropriação individual de qualquer parcela dos terrenos e a fruição pertença de modo efectivo aos moradores vizinhos

Art 337 ° O modo e o tempo de fruição dos baldios, aproveitados como logradouro comum, serão regulados, de harmonia com o direito consuetudinario e as conveniências da economia local, pelo corpo administrativo a quem competir a sua administração

SECÇÃO III

Baldios dispensaveis ao logradouro comum

SUB-SECÇÃO I

Disposições comuns

Art 338 ° São considerados dispensaveis ao logradouro comum

1 ° Os baldios que, por deliberação da câmara municipal ou junta de freguesia que os administrem, e precedendo parecer da Junta de Colonização Interna, do Ministério da Agricultura, assum forem classificados e como tal inscritos no respectivo inventario ,

2º Os baldios no logradouro comum que dêe forem dispensados a requerimento de dois terços, pelo menos, dos chefes de família utentes, apresentado à câmara municipal ou à junta de freguesia que os administrarem;

3º Os baldios abandonados e desaproveitados que ha mais de dez anos não sirvam de logradouro comum ou nos quais durante o mesmo período se tenham produzido somente actos isolados de aproveitamento

Art 339º Deliberada a classificação dos baldios como dispensáveis ao logradouro comum, os corpos administrativos solicitarão ao Ministério da Agricultura que seja verificada a aptidão dos terrenos para cultura e, de harmonia com o que lhes fôr comunicado, procederão nos termos dos artigos seguintes

§ único Os baldios a que se refere o nº 3º do artigo anterior são considerados impróprios para cultura, independentemente da verificação determinada neste artigo.

SUB-SECÇÃO II

Baldios próprios para cultura

Art 340º Os baldios dispensáveis ao logradouro comum e próprios para cultura, não reservados a Junta de Colonização Interna, do Ministério da Agricultura, serão divididos em glebas com o mínimo de 1 hectare e estas aforadas ou vendidas em hasta publica a chefes de família que tenham sido compartes, por mais de um ano, na fruição dêes

§ 1º O Governo publicara os regulamentos necessários sobre o processo de divisão, preferências, condições de aforamento e remição do fôro, se as glebas forem aforadas, ou da alienação, se forem vendidas, sobre os direitos e obrigações do enfiteuta ou adquirente e sobre os títulos de concessão e transmissão

§ 2º Enquanto não forem publicados os regulamentos previstos no paragrafo anterior, podem os corpos administrativos dar de arrendamento, por prazo não superior a seis anos, os terrenos a que se refere este artigo

Art 341º Os baldios que, pela sua pequena área, não sejam susceptíveis de divisão em glebas de 1 hectare, pelo menos, serão encorporados no domínio privado disponível do concelho ou freguesia e alienados pela forma estabelecida para os baldios impróprios para cultura

SUB-SECÇÃO III

Baldios impróprios para cultura

Art 342º Os baldios dispensáveis ao logradouro comum e impróprios para cultura são considerados bens do domínio privado disponível do concelho ou da freguesia

Art 343º Os baldios integrados no domínio privado disponível são alienáveis em hasta publica, independentemente das leis de desamortização, e por inteiro ou em glebas de mais de 1 hectare

§ 1º Os chefes de família e quaisquer moradores vizinhos da freguesia ou freguesias com direito à fruição do baldio terão preferência na adjudicação.

§ 2º A alienação será sempre condicionada pelo aproveitamento dos terrenos sob qualquer forma

SECÇÃO IV

Baldios destinados à arborização

Art. 344º Os corpos administrativos em cuja circunscrição existam baldios arborizáveis são obrigados a promover a respectiva arborização por força do seu orçamento ou em participação com o Estado, no prazo de vinte anos e segundo o plano estabelecido pelo Ministério da Agricultura.

Art. 345.º Os baldios arborizados ou que por utilidade pública o devam ser, especialmente para fixação das dunas na proximidade do mar, não são divisíveis entre os compartes, nem desamortizáveis por qualquer forma

Art 346º Os baldios arborizados ficarão sujeitos ao regime florestal

§ único Continuará a ser permitido aos compartes o aproveitamento de lenhas, matos e combustível dos baldios arborizados, mas nos termos das posturas municipais e paroquiais elaboradas de acôrdo com as autoridades dos serviços florestais e em conformidade com as leis e regulamentos de policia florestal.

TÍTULO VII

Do distrito

CAPÍTULO I

Do governador civil

Art 347º Em cada distrito haverá um magistrado administrativo, imediato representante do Governo, com a designação de governador civil, e um substituto dêste, ambos nomeados pelo Ministro do Interior, ao qual ficam imediatamente subordinados, podendo ser por êle livremente exonerados ou demitidos.

§ 1º No impedimento simultâneo do efectivo e do substituto exercerá as funções o secretário do govêrno civil

§ 2º No caso de o governador civil se ausentar da sede do distrito com curta demora e por motivo de serviço público, poderá delegar as suas atribuições, ou parte delas, no secretario do governo civil

Art. 348º Só pode ser nomeado governador civil o cidadão português originario, no gozo dos seus direitos civis e politicos, compreendido nalguma das seguintes categorias

1ª Diplomados com um curso superior,

2ª Funcionarios civis com categoria igual ou superior à de chefe de repartição,

3ª Officiaes do exercito ou da armada, com patente não inferior a capitão ou primeiro tenente,

4ª Antigos governadores civis,

5ª Antigos presidentes de câmara;

6ª Antigos vereadores ou vogais de junta de provincia, que tenham exercido o mandato durante três anos, pelo menos

§ unico O cargo de governador civil é incompatível com qualquer outro cargo público e com o exercicio da advocacia

Art. 349º Os governadores civis são isentos de imposto de prestação de trabalho e de qualquer outro serviço pessoal do concelho onde residam, podem usar arma de fogo de qualquer modelo, independentemente de licença, gozam das honras militares de general ou contra-almirante e têm direito a flâmula própria, com as côres nacionais, nos automóveis ao seu serviço

§ 1º Os governadores civis que sejam officiaes do exercito ou da armada de patente inferior a general ou contra-almirante não podem usar farda nas cerimónias em que concorram com officiaes de patente superior à sua, ou em que lhes sejam prestadas honras militares

§ 2º Os officiaes do exercito ou da armada em exercicio das funções de governador civil usarão, abaixo dos galões, duas estrelas do modelo adoptado para os officiaes em serviço na policia de segurança

Art. 350º Compete ao governador civil

1º Informar o Governo sobre quaisquer assuntos de interesse publico, ou de interesse particular que com aquele tenham relação,

2º Enviar aos Ministros a quem sejam dirigidos, e devidamente informados, quando o possa fazer, os requerimentos, exposições e petições que sejam entregues no governo civil;

3º Chamar a atenção dos presidentes das câmaras municipais para as leis e regulamentos, e transmitir-lhes as ordens superiores, dando-lhes as instruções convenientes para a sua execução,

4º Exercer as atribuições de inspecção que lhe são conferidas por este Código e demais legislação,

5º Prestar todo o auxilio e cooperação aos funcionarios encarregados de inspecção aos corpos administrativos, em serviço no seu distrito,

6º Mandar proceder às eleições dos corpos administrativos nos prazos legais,

7º Providenciar para que as sessões dos conselhos municipais e provinciais tenham lugar na época própria;

8º Exercer tutela sobre as pessoas colectivas de utilidade publica administrativa, nos termos da lei,

9º Superintender nos serviços da secretaria do governo civil e conceder aos respectivos funcionarios licença ate quinze dias em cada ano,

10º Regular a distribuição e utilização de todas as dependências do governo civil e tomar as medidas necessárias para a sua conservação e reparação,

11º Dar posse aos funcionarios públicos e administrativos, nos casos designados na lei,

12º Levantar conflitos de atribuições entre as autoridades administrativas e judiciais, nos termos das leis e regulamentos respectivos

§ unico Compete aos governadores civis dos distritos com sede em capital de provincia convocar a reunião constitutiva do conselho provincial e da junta de provincia, nos termos dos artigos 243º, § 1º, e 267º, § 1º

Art. 351º Compete ao governador civil, como autoridade policial do distrito

1º Tomar as providências necessarias para manter a ordem e tranquillidade publica, proteger as pessoas e a propriedade e fazer reprimir os actos contrários à moral e à decência pública,

2º Exercer, como inspector distrital, a policia dos espectáculos,

3º Exercer, quanto a reuniões públicas, as atribuições que lhe forem conferidas por lei,

4º Exercer a fiscalização necessaria sobre os estrangeiros residentes no seu distrito,

5º Conceder passaportes nos termos das leis e regulamentos visar os que para esse fim lhe forem apresentados, depois de informados pela secretaria, e tomar providências para obstar à emigração clandestina,

6º Providenciar sobre lotarias e rifas autorizadas pelo Governo, casas públicas de jogo, hotéis, hospedarias, estalagens, pensões, botequins e semelhantes,

7º Providenciar sobre músicos ambulantes e filarmónicas, fogueiras e fogos de artifício,

8º Superintender na policia dos cultos,

9º Providenciar acerca dos estabelecimentos e agências onde se inculquem quaisquer serviços,

10º Providenciar acerca de leilões em lugares públicos e de corretores de hotéis, pensões ou estabelecimentos semelhantes, criados de servir e moços de fretes,

11º Tomar providências policiaes sobre mendigos, vadios e vagabundos.

12° Conceder licenças para o estabelecimento de casas de empréstimo sobre penhores nas localidades onde não existam agências da Caixa de Crédito Popular e quando não sejam estabelecidas por bancos, casas bancárias ou associações de socorros mútuos,

13° Exercer as atribuições de policia sanitaria que lhe sejam cometidas pelas leis e regulamentos e, em especial, perseguir o exercicio ilegal da medicina e profissões sanitárias;

14° Conceder licenças policiaes que não sejam da competência do Governo ou dos administradores de bairro, nem das câmaras municipais ou seus presidentes,

15° Requisitar aos comandantes distritais de policia o que tiver por conveniente para a manutenção da ordem e segurança do distrito,

16° Exercer quaisquer outras atribuições policiaes que as leis e regulamentos lhe confiram

§ unico O governador civil pode elaborar regulamentos obrigatórios em todo o distrito sobre as matérias das atribuições policiaes que não sejam objecto de lei ou regulamento geral de administração pública. Estes regulamentos carecem de aprovação do Governo, serão publicados no *Diário do Governo*, entrarão em vigor nos prazos fixados para a vigência das leis, se outros eles próprios não fixarem, e não poderão cominar multas superiores a 300\$

Art 352° Nos casos de extrema urgência e necessidade pública, pode o governador civil tomar todas as providências administrativas indispensáveis, solicitando, logo que lhe seja possível, a ratificação pelo Governo dos actos que tiver praticado fora da sua competência normal

Art 353° O governador civil pode ser encarregado de inspecção e fiscalizar qualquer serviço publico dependente do Governo, seja qual for o Ministerio em que o serviço esteja integrado, e corresponder-se directamente com todos os Ministros, cumprindo as ordens e instruções que nas matérias da respectiva competência deles receber

Art 354° O governador civil pode ratificar, revogar, reformar ou converter as suas decisões, nos termos previstos no artigo 82°, para as decisões do presidente da câmara

§ 1° Dos actos do governador civil cabe recurso hierárquico para o Governo, sem prejuizo do recurso contencioso, quando a este haja lugar, e dentro do mesmo prazo

§ 2° Dos actos do governador civil arguidos de incompetência, excesso de poder ou violação de lei, regulamento ou contrato administrativo, pode recorrer-se contenciosamente, nos termos e prazos legais

Art 355° O governador civil não podera ser, sem previa autorização do Governo, demandado criminalmente por actos relativos às suas funções, ainda que estas hajam cessado

§ 1° Constituido o corpo de delicto, enviar-se-a certidão das

peças do processo ao Ministro do Interior, com o pedido de autorização

§ 2° A autorização sera concedida ou denegada em portaria, publicada na fôlha official dentro de trinta dias a contar daquele em que o respectivo pedido der entrada no Ministerio do Interior. Não sendo denegada neste prazo, entender-se-á concedida para todos os efeitos

§ 3° Concedida a autorização exigida neste artigo, o governador civil fica, desde logo, suspenso do exercicio das suas funções

CAPITULO II

Da secretaria do governo civil

Art 356° O expediente do governo civil corre por uma secretaria privativa dirigida por um secretario

Art 357° Compete ao secretário

1° Dirigir, sob as ordens do governador civil e em conformidade com o regulamento interno, o expediente e trabalhos da secretaria,

2° Preparar os processos que tenham de ser resolvidos pelo governador civil, interpondo parecer ou informando, nos termos das leis e regulamentos,

3° Receber e dar andamento a toda a correspondência e mais papéis que entrarem na secretaria, apresentando ao governador civil, fechada, a correspondência que tiver a indicação de confidencial ou reservada,

4° Autenticar todos os documentos e assinar todas as certidões expedidas pela secretaria e subscrever quaisquer termos officiais,

5° Conservar sob a sua responsabilidade o arquivo do governo civil,

6° Corresponder-se com todos os funcionarios e repartições subordinados ao governador civil e, em nome e de ordem deste, com quaisquer magistrados, funcionários e corpos administrativos do distrito,

7° Substituir o governador civil nos termos dos §§ 1° e 2° do artigo 347°,

8° Resolver, no impedimento accidental do governador civil e quando este não possa ser prevenido, os negócios que exigirem pronta resolução,

9° Dar parecer relativo à interpretação e applicação das leis, nas consultas que pelos presidentes dos corpos administrativos sejam submetidas à apreciação do Governo, por intermédio do governador civil,

10° Exercer quaisquer outras atribuições que lhe sejam impostas por lei, regulamento ou decisão do Governo

Art 358° Em cada governo civil existirá um regulamento

interno da respectiva secretaria, elaborado de harmonia com as leis, regulamentos e instruções do Governo e aprovado pelo Ministro do Interior

TÍTULO VIII

Das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa

CAPÍTULO I

Disposições comuns

SECÇÃO I

Tutela

Art 359 ° Consideram-se pessoas colectivas de utilidade pública administrativa as associações beneficentes ou humanitárias e os institutos de assistência ou educação, tais como hospitais, hospícios, asilos, creches, lactários, albergues, dispensários, sanatórios, bibliotecas e estabelecimentos análogos, fundados por particulares, desde que umas e outros aproveitem em especial aos habitantes de determinada circunscrição e não sejam administrados pelo Estado ou por um corpo administrativo

Art 360 ° As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa estão submetidas à tutela do Estado, em conformidade com as leis, decretos, portarias, instruções e ordens emanadas do Governo

SECÇÃO II

Inspecção e aprovação tutelares

Art 361 ° Compete ao governador civil, por si ou por intermédio dos presidentes das câmaras municipais e sem prejuízo de qualquer inspecção superior organizada por lei, fiscalizar a administração das associações e institutos a que se refere o artigo 359 °, e coordenar em todo o distrito a sua acção, harmonizando-a com a dos corpos administrativos de modo a obter-se o máximo rendimento dos esforços conjugados

§ único O governador civil pode solicitar aos Ministérios do Interior e das Finanças a inspecção dos serviços de determinadas associações ou institutos

Art 362 ° As mesas, direcções ou administrações das associações e institutos referidos no artigo 359 ° remeterão ao governador civil cópia do teor de todas as suas deliberações

Art 363 ° Não são executórias sem aprovação do Governo, pela Direcção Geral de Assistência, as deliberações que aprovem

orçamentos ordinarios ou suplementares, ou fixem quadros, forma de provimento e vencimentos do pessoal

§ único A cópia das deliberações a que este artigo se refere será informada pelo governador civil, sobre parecer fundamentado do secretário do governo civil

Art 364 ° Dependem de autorização do Governo, dada pelo Ministro do Interior

1 ° A aquisição de bens immobiliarios por titulo oneroso, e a sua alienação por qualquer titulo ,

2 ° A aceitação de heranças, legados ou doações, quando onerados com encargos que as associações ou institutos devam satisfazer ou cumprir ,

3 ° A realização de empréstimos

Art 365 ° O governador civil remeterá ao agente do Ministério Publico competente

1 ° Cópia das deliberações executórias que, tendo sido tomadas com violação das leis, regulamentos, compromissos ou estatutos, devam ser anuladas contenciosamente ,

2 ° Os elementos necessarios para efectivar, pelos meios judiciais competentes, a responsabilidade solidaria das mesas, direcções ou administrações, por haverem mutuado capitais sem as necessárias garantias ou haverem praticado outros actos inconvenientes aos interesses da associação ou instituto ;

3 ° A participação de quaisquer actos ou omissões por que sejam responsáveis os gerentes das associações ou institutos e que dêem lugar a aplicação de sanções penais.

SECÇÃO III

Orçamento, contabilidade e tesouraria

Art 366 ° A elaboração e execução do orçamento e o funcionamento dos serviços de contabilidade e tesouraria das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa serão regulados pelo Governo em moldes quanto possível semelhantes aos estabelecidos neste Código para os corpos administrativos e tendo em atenção as diferenças que caracterizam as diversas categorias de associações e institutos

Art 367 ° As contas e gerência das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa serão julgadas pela junta de provincia, com recurso para o Tribunal de Contas, ou por este, se a despesa total acusada fôr superior a 500 contos

SECÇÃO IV

Dissolução e extinção

Art 368 ° Compete ao governador civil dissolver, depois de ouvidas, as mesas, direcções ou administrações das pessoas colec-

tivas de utilidade pública administrativa, quando se prove, em inquérito ou sindicância a que previamente se proceda, algum dos seguintes factos

1º Falta de elaboração e apresentação dos orçamentos nos prazos legais, por motivos que lhes sejam imputáveis,

2º Falta de organização e apresentação das contas de gerência sem motivo justificado,

3º Inobservância das instruções legalmente dadas pelo Governo ou pelo governador civil, e opposição ao exercício das faculdades de fiscalização das entidades competentes,

4º Prática seguida de actos de gerência nocivos aos interesses da associação ou instituto,

5º Desvio dos fins estatutarios

Art 369º Dissolvida a mesa, direcção ou administração, o governador civil nomeará, no próprio alvara de dissolução, uma comissão administrativa de três membros por elle livremente escolhidos, à qual ficam pertencendo as atribuições e competência dos corpos dissolvidos, excepto quanto à admissão de irmãos ou sócios com direito de voto. O alvará de dissolução designará também o dia da eleição da nova mesa, direcção ou administração, compreendido nos sessenta dias seguintes, sem o que será nulo e de nenhum efeito

§ 1º São inelegíveis para a nova mesa, direcção ou administração os membros da que tiver sido dissolvida

§ 2º Quando a gerência de um instituto não se constitua por processo eleitoral, o governador civil providenciara pela forma que em seu entender mais se harmonize com a vontade do instituidor e o interesse publico

Art 370º Serão extintas pelo governador civil, precedendo autorização do Governo

1º As associações legalmente erectas que não tenham o dôbro do numero de irmãos ou sócios necessários para constituirem mesa, ou que não elejam as suas mesas nos prazos legais,

2º As associações ilegalmente erectas,

3º Os institutos que tenham preenchido o seu fim e que seja impossivel, ou socialmente inútil, conservar

Art 371º Os bens e valores das associações ou institutos extintos serão arrolados e entregues à Misericórdia do lugar onde tiverem sede ou, não a havendo, à da sede do concelho e, na falta de uma e outra, reverterão a favor da Direcção Geral de Assistência, que os utilizará de preferência na criação ou sustentação de alguma obra local

CAPÍTULO II

Das associações beneficentes ou humanitarias

SECÇÃO I

Misericórdias

Art 372º A Santa Casa da Misericórdia da sede do concelho é o órgão central da assistência concelhia, cumprindo-lhe congregar a acção beneficente de todos os estabelecimentos e associações de assistência pública e privada, de acôrdo com os corpos administrativos e casas do povo e em harmonia com as instruções transmitidas pelo governador civil

§ único Os compromissos das Misericórdias carecem da aprovação do Governo

Art 373º São atribuições de exercício obrigatório das Misericórdias

1º A criação e sustentação de postos hospitalares, especialmente para socorros urgentes,

2º O socorro às grávidas e a protecção aos recém-nascidos, podendo, por acôrdo com as câmaras, encarregar-se da assistência aos expostos e desamparados,

3º O enterramento dos pobres e indigentes que não tenham família ou meios para o funeral

§ unico Os governadores civis fiscalizam o cumprimento das obrigações impostas às Misericórdias, auxiliando-as na obtenção dos recursos necessários e sugerindo superiormente as medidas indispensáveis para as dotar dos meios materiais e financeiros que de outro modo não se possam conseguir

Art 374º É da competência das mesas das Misericórdias propor ao Governo a expropriação, por utilidade pública e urgente, de quaisquer prédios, rusticos ou urbanos, indispensáveis à realização dos seus fins beneficentes

Art 375º As certidões extraídas dos livros e documentos existentes nas secretarias e arquivos das Misericórdias, subscritas pelos secretarios e devidamente autenticadas, fazem prova plena em juizo

Art 376º São applicaveis às Misericórdias as disposições dos artigos 302º a 305º relativas à alienação de bens próprios, empreitadas e fornecimentos dos corpos administrativos

§ unico O limite do valor das obras e fornecimentos dispensados de hasta publica sera o correspondente à classe e ordem do concelho em que a Misericórdia tenha a sua sede

Art 377º O pessoal das Misericórdias sera de preferência contratado ou assalariado

§ unico Os governadores civis informar-se-ão, antes de remeterem a aprovação superior os quadros ou modificações dos quadros, sobre a forma por que foram organizados, procurando

averiguar se neles existem cargos dispensáveis ou cujo provimento deva fazer-se por processo menos oneroso

Art 378 ° As disposições deste Código não são applicáveis a Misericórdia de Lisboa

SECÇÃO II

Outras associações de beneficência

Art 379 ° A tutela das associações de beneficência será exercida pelo governador civil nos termos deste Código e de acordo com as instruções da Direcção Geral de Assistência

Art 380 ° As associações de beneficência carecem, para se constituírem, de autorização do Ministro do Interior, pela Direcção Geral de Assistência, que ouvirá o governador civil e condicionará a autorização por forma a garantir a cooperação com a Misericórdia local e a acção comum de todas as associações e institutos de assistência no mesmo concelho

SECÇÃO III

Associações humanitárias

Art 381 ° As associações humanitárias (socorros a feridos e doentes, bombeiros voluntários, socorros a naufragos e análogos) carecem, para se constituírem, de autorização do governador civil, que só a concederá com prévia consulta à câmara municipal do concelho onde pretendam estabelecer-se e quando ofereçam garantias de viabilidade e eficácia

Art 382 ° Os haveres das associações extintas reverterão para o município, que os applicará em serviços que prossigam o mesmo fim Se estes não existirem, seguirão o destino prescrito no artigo 371 °

CAPÍTULO III

Dos institutos de utilidade local

Art 383 ° Na fundação dos institutos de utilidade local e organização dos respectivos estatutos e regulamentos, respeitar-se-a a vontade expressa do fundador ou fundadores, em tudo o que não contrariar as leis de interesse e ordem pública e os princípios da moral e da ordem social, por forma a realizar-se o fim de utilidade pública por elles visado, salva a hipótese de manifesta impossibilidade de direito ou de facto

Art 384 ° Quando os fundadores não tenham providenciado sobre a organização e administração do instituto, competirá ao governador civil do distrito regulá-las por meio de estatutos e regulamentos adequados

§ único Os estatutos e regulamentos poderão ser outorgados pelo governador civil ou propostos pelos testamentários ou administradores da herança ou legado e por aquele homologados

Art 385 ° Se, preenchido o fim do instituto ou tornada impossível a sua prossecução, o governador civil achar inconveniente extinguir o estabelecimento, poderá modificar os estatutos e destinar o respectivo património a outros fins de utilidade pública semelhantes aos visados pelo fundador

Art 386 ° Os haveres dos institutos de utilidade local que sejam extintos reverterão para o Estado, que, pela Direcção Geral de Assistência, lhes dará destino tanto quanto possível conforme com a vontade do instituidor

TÍTULO IX

Da actividade beneficente ou de assistência das associações religiosas

Art 387 ° As associações religiosas, organizadas de harmonia com as normas da hierarquia e disciplina da religião a que pertencem, podem dispor livremente dos seus bens e receitas para a realização dos fins que se propõem, mas, se se propuserem fins de assistência ou beneficência, em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações por elas aceites, devem provar documentalmente, até ao fim do mês de Fevereiro de cada ano, perante a junta de província, com recurso para o Tribunal de Contas, que cumpriram integralmente uns e outros

Art 388 ° Os institutos de assistência ou beneficência fundados, dirigidos ou sustentados por associações religiosas ficam sujeitos ao regime legal dos restantes institutos de utilidade local de fins análogos, sem prejuízo da disciplina e espírito religiosos que os informam

PARTE II

Dos funcionários administrativos e dos assalariados

TÍTULO I

Dos funcionários administrativos

CAPÍTULO I

Do pessoal maior das secretarias e tesourarias

SECÇÃO I

Categorias e quadros

Art 389 ° O pessoal maior das secretarias dos governos civis e administrações de bairro e das secretarias e tesourarias das câmaras municipais e juntas de provincia constitue três categorias, compreendendo cada uma delas três classes

§ único A distribuição dos funcionários pelas diferentes categorias e classes faz-se pela forma constante do mapa VI, anexo a este Código

Art 390 ° Os funcionários da 1.ª e 2.ª categoria constituem um quadro, com a designação de quadro geral administrativo dos serviços externos do Ministerio do Interior

Art 391 ° Os funcionarios da 3.ª categoria constituem quadros privativos de cada governo civil, administração de bairro, câmara municipal e junta de provincia

§ unico Os funcionarios dos quadros privativos dos governos civis e administrações de bairro podem ser transferidos de um para outro distrito ou bairro

Art 392 ° O quadro do pessoal de cada secretaria e tesouraria é o descrito no mapa VII, anexo a este Código

Art 393 ° Os quadros do pessoal de secretaria e tesouraria das câmaras de Lisboa e Porto serão constituídos pela forma a estabelecer nas respectivas organizações internas dos serviços municipais, dentro dos principios fixados neste Código quanto a categorias e vencimentos

SECÇÃO II

Recrutamento e provimento dos funcionários dos quadros privativos

SUB-SECÇÃO I

Disposições gerais

Art 394 ° O recrutamento dos funcionários dos quadros privativos dos governos civis, administrações de bairro, câmaras municipais e juntas de provincia é feito por concurso

Art 395 ° Os concursos para as vagas que ocorrerem nos quadros privativos dos governos civis e administrações de bairro serão abertos por despacho do Ministro do Interior e realizar-se-ão no respectivo Ministério, os concursos para as vagas que ocorrerem nos quadros privativos dos corpos administrativos serão abertos por deliberação destes e realizar-se-ão nas respectivas sedes

§ único Os concursos serão anunciados no *Diário do Governo* com trinta dias de antecedência, pelo menos, declarando-se sempre o motivo da vacatura

Art 396 ° Os concursos constarão de provas documentais e práticas, regulando o Governo uniformemente o programa e modo de prestação destas

Art 397 ° O júri das provas dos concursos será constituído

1 ° Para os governos civis e administrações de bairro, por um funcionario superior da Direcção Geral de Administração Política e Civil e dois secretarios de governos civis, todos designados pelo Ministro do Interior,

2 ° Para as câmaras municipais, pelo presidente da câmara, um vereador por esta designado e o chefe da secretaria,

3 ° Para as juntas de provincia, pelo presidente da junta de provincia, um procurador por esta designado e o chefe da secretaria

Art 398 ° São requisitos essenciais para a admissão aos concursos

1 ° Ter a nacionalidade portuguesa, originária ou adquirida por naturalização ou casamento sobre os quais tenham já passado dez anos, pelo menos,

2 ° Ter dezoito anos de idade, pelo menos, mas não mais de trinta e cinco, exceptuados, quanto a este limite, os que já forem funcionários públicos ou administrativos,

3 ° Não estar interdito judicialmente, nem suspenso do exercício dos direitos políticos,

4 ° Possuir a robustez fisica necessaria para o exercício do cargo, não sofrer de doença contagiosa, particularmente tuberculose contagiosa ou evolutiva, e ter sido vacinado ou haver sofrido ataque de varíola nos últimos sete anos,

5 ° Haver cumprido os deveres militares que, nos termos das leis sobre recrutamento, tenham cabido ao concorrente até à data do concurso,

6 ° Estar quite com a Fazenda Nacional,

7 ° Ter bom comportamento atestado pelo presidente das câmaras municipais dos concelhos onde tiver residido nos últimos três anos,

8 ° Estar livre de culpa no respectivo registo criminal e policial e não ter sofrido anteriormente pena que importe demissão de funções públicas, salvo tendo sido reabilitado em revisão de sentença,

9º Estar integrado na ordem social e constitucional vigente, com activo repúdio do comunismo e doutrinas subversivas,

10º Não fazer parte de associações ou instituições de carácter secreto,

11º Ter sido aprovado no exame do 2º ciclo dos liceus, ou equivalente

Art 399º Prestadas as provas praticas por todos os concorrentes admitidos ao concurso, o júri elaborará a proposta graduada dos candidatos aprovados, adoptando a classificação de *muito bom, bom e suficiente*, e apresentá-la-a ao Ministro do Interior ou ao respectivo corpo administrativo, conforme os casos

Art 400º Os candidatos aprovados com a nota de *muito bom* tem preferência sobre os classificados com a nota de *bom* e estes sobre os classificados com a nota de *suficiente*, mas, dentro de cada grupo, pode o Ministro ou o corpo administrativo nomear livremente

Art 401º O candidato nomeado para qualquer vaga de um quadro privativo fica definitivamente provido nas correspondentes funções

§ único A primeira nomeação para o cargo de escriptorário tem character provisório durante um ano, findo o qual poderá converter-se em definitiva

SUB-SECÇÃO II

Ingresso no quadro

Art 402º O ingresso nos quadros privativos da-se pelo cargo de escriptorario de 3ª classe, ou de 2ª classe, se no quadro não houver escriptorário de 3ª, salvo se se tratar de diplomados com um curso superior, que poderão ingressar por qualquer das classes

SUB-SECÇÃO III

Promoção

Art 403º A promoção de uma para outra classe dentro dos quadros privativos faz-se mediante concurso realizado entre os funcionários do mesmo quadro e da classe imediatamente inferior, salvo o disposto no artigo antecedente, quanto aos diplomados com um curso superior

§ 1º Se nenhum dos candidatos obtiver aprovação, ou se o concurso ficar deserto, abrir-se-á novo concurso, a que poderão ser admitidos os funcionarios de qualquer classe do respectivo quadro

§ 2º Se o segundo concurso a que se refere o parágrafo antecedente ficar igualmente deserto ou não der resultados positivos, abriu-se-a terceiro concurso, a que poderão concorrer

quaisquer funcionarios, ainda que estranhos ao quadro, tendo preferência, em igualdade de classificação, os de classe mais elevada

SECÇÃO III

Recrutamento e provimento dos funcionários do quadro geral administrativo

SUB-SECÇÃO I

Disposições Gerais

Art 404º O recrutamento dos funcionarios do quadro geral administrativo é feito sempre mediante concurso de habilitação e concurso de provimento

Art 405º O candidato nomeado para qualquer vaga do quadro geral administrativo fica definitivamente provido nas correspondentes funções

SUB-SECÇÃO II

Ingresso no quadro

Art 406º Para a admissão no quadro geral administrativo realizar-se-ão no Ministério do Interior, quando o Ministro o determinar, concursos de habilitação, válidos por três anos

§ único Os concursos serão anunciados no *Diário do Governo*, com trinta dias de antecedência, pelo menos

Art 407º O concurso de habilitação constará de provas praticas, consistindo estas em exercicios de redacção, elaboração de orçamentos e resolução de casos de direito administrativo

§ único O regulamento do concurso e respectivo programa, bem como as alterações que se pretenda introduzir nêles, serão publicados pelo Governo três meses antes, pelo menos, da prestação das provas

Art 408º O júri do concurso de habilitação para o quadro geral administrativo será constituído pelo director geral de Administração Política e Civil, presidente, e por um chefe de secretaria da câmara municipal e um secretario de governo civil, ambos nomeados pelo Ministro do Interior

Art 409º Só podem ser admitidos ao concurso de habilitação para o quadro geral administrativo

1º Os funcionarios da Direcção Geral de Administração Política e Civil com boas informações dos seus chefes,

2º Os aspirantes e escriptorários com mais de três anos de bom e efectivo serviço,

3º Os diplomados com qualquer curso superior

§ único Os candidatos deverão satisfazer aos requisitos enumerados no artigo 398º

Art 410° Findas as provas práticas, o júri elaborara a lista graduada dos concorrentes aprovados, adoptando a classificação de *muito bom, bom e suficiente* A lista será publicada no *Diário do Governo*

§ unico Consideram-se aptos a ser providos nas vagas que venham a dar-se em qualquer dos cargos da 3ª classe da 2ª categoria todos os candidatos aprovados, tendo porém os candidatos classificados com *muito bom* preferência sobre os classificados com *bom* e estes sobre os classificados com *suficiente*

Art 411° Os candidatos aprovados no concurso de admissão ao quadro geral administrativo ingressarão nelle à medida que forem sendo providos em cargos da 3ª classe da 2ª categoria

§ unico Os licenciados ou bacharéis em direito podem ingressar no quadro pela 2ª ou 1ª classe da 2ª categoria, nos termos do n.º 1º do artigo 416º

SUB-SECÇÃO III

Promoção

Art 412° A promoção de uma para outra categoria ou de uma para outra classe depende sempre de concurso de habilitação

Art 413° Os concursos de habilitação para promoção, annunciados no *Diário do Governo* com trinta dias de antecedência, pelo menos, realizar-se-ão no Ministerio do Interior, quando o Ministro o determinar, e serão validos por três anos

Art 414° Os concursos de promoção constarão de provas documentais e práticas adequadas à natureza dos cargos

§ unico Os regulamentos dos concursos e os respectivos programas, bem como as alterações que se pretenda introduzir nêles, serão publicados pelo Governo três meses antes, pelo menos, da prestação das provas

Art 415° Os juris dos concursos de promoção serão constituidos

1º Tratando-se de concurso de promoção de uma para outra classe, dentro da 2ª categoria, pelo director geral de Administração Política e Civil, presidente, e por um funcionário superior da mesma Direcção Geral e um secretário de governo civil, ambos nomeados pelo Ministro do Interior,

2º Tratando-se de concurso de promoção à 3ª classe da 1ª categoria ou de promoção de uma para outra classe dentro da 1ª categoria, pelo director geral de Administração Política e Civil, presidente, e por um juiz do Supremo Tribunal Administrativo, ou professor de qualquer das Faculdades de Direito, e um funcionário da 1ª categoria, nomeados pelo Ministro do Interior

Art 416° Só podem ser admitidos aos concursos de habilitação para promoção

1º Tratando-se de promoção à 2ª ou 1ª classe da 2ª categoria, os funcionários do quadro pertencentes as classes imediatamente inferiores e os licenciados em direito, ainda que estranhos ao quadro,

2º Tratando-se de promoção a 3ª classe da 1ª categoria

a) Os funcionários da 1ª classe da 2ª categoria que sejam licenciados em direito e tenham um ano, pelo menos, de bom e efectivo serviço,

b) Os funcionários da 2ª ou 3ª classe da 2ª categoria que sejam licenciados em direito e tenham três anos, pelo menos, de bom e efectivo serviço

3º Tratando-se de promoção à 2ª ou 1ª classe da 1ª categoria, os funcionarios pertencentes às classes imediatamente inferiores

Art 417° Findas as provas praticas, o júri elaborará a lista graduada dos concorrentes aprovados, adoptando a classificação de *muito bom, bom e suficiente* A lista será publicada no *Diário do Governo*

§ unico Consideram-se aptos a ser promovidos todos os candidatos aprovados, tendo porém os candidatos classificados com *muito bom* preferência sobre os classificados com *bom* e estes sobre os classificados com *suficiente*

SUB-SECÇÃO IV

Provizimento

Art 418° Logo que se verifique uma vaga de cargo pertencente ao quadro geral administrativo, o governador civil, o administrador do bairro ou o presidente do corpo administrativo, conforme os casos, comunicarão o facto ao director geral de Administração Política e Civil, que, dentro de oito dias, annunciara o respectivo concurso de provizimento no *Diário do Governo*, declarando sempre o motivo da vacatura

§ unico O concurso sera aberto por quinze dias perante a Direcção Geral

Art 419° Podem concorrer os funcionario da mesma categoria e classe, com mais de um ano de serviço no cargo que ocupem, e os candidatos aprovados no concurso de admissão ao quadro ou no concurso de promoção, conforme os casos, e declarados aptos para provizimento

§ 1º Os concorrentes terão apenas de requerer o provizimento, indicando nos seus requerimentos as condições que lhes dão direito a concorrer

§ 2º Se a vaga a prover pertencer aos governos civis ou administrações de bairro, o processo de concurso será apresentado ao Ministro do Interior, e se a vaga pertencer a um corpo

administrativo, será aquele remetido ao respectivo presidente pelo director geral

Art 420° O Ministro do Interior e os corpos administrativos farão as nomeações atendendo a ordem de classificação dos concorrentes

§ unico A deliberação dos corpos administrativos sera comunicada ao director geral de Administração Política e Civil dentro do prazo de quarenta e oito horas, a fim de a nomeação ser publicada no *Diario do Governo*

Art 421° O funcionario nomeado simultaneamente para mais de um cargo deverá optar por um deles, comunicando a sua resolução à Direcção Geral de Administração Política e Civil dentro do prazo de três dias contados da data em que tenha conhecimento official do facto, sob pena de serem consideradas sem efeito todas as nomeações

SECÇÃO IV

Posse

Art 422° A nomeação dos funcionários para cargos administrativos só produzirá efeitos desde a data da posse

§ unico Aos tesoureiros dos corpos administrativos só poderá ser conferida posse após a prestação da caução que tiver sido arbitrada

Art 423° A posse é acto público e pessoal, que em caso algum poderá ser praticado por procuração

§ unico A identidade do empossado provar-se-á pela apresentação do bilhete de identidade passado pelo Arquivo de Identificação

Art 424° Os funcionários administrativos são obrigados a apresentar-se pessoalmente a servir os cargos para que forem nomeados, promovidos ou transferidos, no prazo de trinta dias contados da publicação dos despachos

§ 1° As nomeações, promoções ou transferências para o continente de individuos residentes na ilhas adjacentes, ou *vice versa*, somente obrigam à posse no prazo de sessenta dias contados da publicação dos despachos

§ 2° A autoridade ou corpo administrativo que fizer a nomeação, promoção ou transferência pode, havendo motivo justificado, prorrogar o prazo para a posse por mais trinta dias, ou pelo tempo que fôr necessário, se houver impedimento por motivo de moléstia

§ 3° A prorrogação de prazo por tempo superior a noventa dias só poderá ser concedida pelo Governo

§ 4° No caso de reintegração de algum funcionario por decisão dos tribunais ou do Governo, o prazo de trinta dias

para a nova posse conta-se desde a intimação ou publicação da decisão

§ 5° As prorrogações de prazo para a posse são, para efeitos fiscaes, equiparadas as licenças

Art 425° No acto da posse o funcionario prestará declaração de honra nos termos decretados pelo Governo e apresentará diploma de funções públicas passado pela autoridade competente para a nomeação

Art 426° De tudo quanto ocorrer no acto da posse se lavrara auto em livro próprio, subscrito pelo chefe da secretaria, ou por quem suas vezes fizer, e assinado pela autoridade que conferir a posse, pelo empossado e pelas testemunhas presentes

Art 427° São competentes para conferir a posse

1° O Ministro do Interior ou delegado seu, aos governadores civis,

2° Os governadores civis ou delegados seus, aos presidentes das câmaras, aos administradores de bairro, aos regedores, nos concelhos de Lisboa e Pôrto, e aos secretários e mais funcionarios dos governos civis,

3° Os administradores de bairro, aos secretários e mais funcionarios da administração do bairro;

4° Os presidentes das câmaras municipais, aos regedores, salvo o disposto no n° 2°, e aos chefes de secretaria e mais funcionarios da câmara,

5° Os presidentes das juntas de provincia, aos chefes de secretaria e mais funcionarios da junta

§ unico Quando qualquer funcionario provido em novo cargo de que deva ser empossado, se encontre, por motivo de serviço, afastado do local onde deva exercê-lo, tomará posse perante o governador civil do distrito em que se encontrar, devendo o respectivo auto ser remetido, nas quarenta e oito horas seguintes, a autoridade que, nos termos dêste artigo, a devesse conferir

Art 428° A antiguidade, os vencimentos e o tempo para a aposentação contam-se sempre desde a posse

SECÇÃO V

Serviço dos funcionários e sua aposentação

SUB-SECÇÃO I

Deveres dos funcionarios

Art 429° Os funcionarios administrativos estão ao serviço da colectividade e não de qualquer partido ou organização de interesses particulares, incumbindo-lhes acatar e fazer respeitar a autoridade do Estado

Art 430° São deveres comuns a todos os funcionários administrativos

1° Exercer com competência, zelo e actividade o cargo que lhes estiver confiado,

2° Observar e fazer observar rigorosamente as leis e regulamentos, defendendo em todas as circunstâncias os direitos e legítimos interesses da Fazenda Pública,

3° Cumprir as ordens de serviço, escritas ou verbais, dos funcionários a que estiverem hierarquicamente subordinados,

4° Honrar os seus superiores na hierarquia administrativa, tratando-os, em todas as circunstâncias, com deferência e respeito,

5° Guardar o segredo profissional sobre todos os assuntos que por lei não estejam expressamente autorizados a revelar;

6° Desempenhar, com pontualidade e assiduidade, o serviço que lhes estiver confiado,

7° Auxiliar o Governo por todas as formas no prosseguimento da sua política administrativa,

8° Zelar pelos interesses do Estado, participando às autoridades superiores os actos ou negligências que os lesarem e de que tenham conhecimento;

9° Proceder na sua vida pública e particular de modo a prestigiarem sempre a função publica;

10° Dar o exemplo de acatamento pelas instituições vigentes e de respeito pelos seus símbolos e autoridades representativas;

11° Punir com justiça as faltas profissionais praticadas pelos seus subordinados, participando superiormente todas as que exijam a intervenção de outras autoridades, e louvar e propor os louvores e recompensas merecidos,

12° Concorrer aos actos e solenidades oficiais para que sejam convidados pelas autoridades superiores,

13° Usar de urbanidade nas relações com o público, com as autoridades e com os funcionarios seus subordinados,

14° Informar com escrúpulo, isenção e justiça a respeito dos seus inferiores hierárquicos,

15° Aumentar a sua cultura geral e, em especial cuidar da sua instrução no que respeita às materias que interessam a administração pública,

16° Opor-se com decisão a todas as tentativas ou actos de alteração da ordem pública e aos de insubordinação ou indisciplina dentro dos serviços

Art 431° As ordens e instruções a que se refere o n° 3° do artigo anterior devem ser cumpridas exacta, imediata e lealmente

§ 1° Se uma ordem de carácter excepcional fôr dada verbalmente, pode o funcionario, usando de linguagem respeitosa,

solicitar que, para salvaguarda da sua responsabilidade, lhe seja transmitida por escrito, nos casos seguintes

1° Quando haja motivo plausível para se duvidar da sua autenticidade;

2° Quando seja ilegal,

3° Quando com evidência se mostre que foi dada em virtude de qualquer procedimento doloso ou errada informação;

4° Quando da sua execução se devam recear graves males que o superior não houvesse podido prever

§ 2° Se o pedido de transmissão da ordem por escrito não fôr satisfeito dentro do tempo em que, sem prejuízo, o cumprimento desta possa ser demorado, o inferior comunicará, também por escrito ao seu imediato superior hierarquico os termos exactos da ordem recebida e do pedido formulado, bem como a não satisfação dêste, executando a ordem seguidamente

§ 3° Se a nenhuma demora a ordem verbal puder estar sujeita, ou se fôr ordenado o seu imediato cumprimento, o inferior fará a comunicação referida no parágrafo antecedente logo depois de executada a ordem

§ 4° Considerando ilegal a ordem recebida, o inferior fará expressa menção dêste facto ao pedir a sua transmissão por escrito, ou na declaração que se seguir ao cumprimento.

Art 432° São consideradas ilegais, para o efeito do seu cumprimento por inferior hierarquico, apenas as seguintes ordens

1° As que emanarem de autoridade incompetente,

2° As que forem manifestamente contrarias à letra da lei

§ único O inferior que cumprir ordem ilegal sem haver satisfeito ao preceituado no § 4° do artigo 431° será solidariamente responsável com quem a houver dado pelas consequências que da sua execução resultarem

Art 433° Os funcionários de secretaria e tesouraria deverão comparecer diariamente nas secretarias respectivas e aí permanecer durante as horas determinadas para os serviços do Estado

§ 1° O trabalho das secretarias dos governos civis, das administrações de bairro e dos corpos administrativos, em casos de urgente necessidade ou de acumulação de expediente, poderá prolongar-se, sem direito a qualquer remuneração especial

§ 2° Chegada a hora de saída em cada dia, nenhum funcionario se retirará sem que o secretario ou chefe da secretaria, ou quem suas vezes fizer, declare terminado o trabalho do dia

§ 3° O pessoal menor terá horário especial

Art 434° Em cada secretaria ou divisão dela haverá um livro de ponto de modelo uniforme, numerado e devidamente rubricado nas suas folhas, no qual os funcionários assinarão a entrada e a saída

§ 1.º Os livros de ponto devem ser encerrados, pelo secretário, chefe da secretaria ou chefe do serviço, quinze minutos depois da hora da entrada e, seguidamente, enviados ao gabinete do governador civil, do administrador de bairro ou do presidente do corpo administrativo, conforme os casos, onde permanecerão até à hora de saída do pessoal

§ 2.º Depois de assinado o livro do ponto, nenhum funcionário pode ausentar-se sem licença do respectivo chefe, a qual só poderá ser concedida por motivo justificado e pelo tempo estritamente necessário. A contravenção a este preceito equivalerá a falta injustificada.

Art 435.º No livro do ponto lançar-se-ão as notas relativas à frequência dos funcionários, das quais se extrairá no fim de cada mês uma relação em duplicado, cujo original será remetido ao governador civil, administrador do bairro ou presidente da câmara municipal ou junta de província, conforme os casos, ficando a cópia arquivada na secretaria, para servir de base à elaboração das folhas de vencimento.

§ único Trimestralmente, será enviada pelo secretário ou chefe da secretaria ao Ministério do Interior a relação de frequência relativa aos funcionários do quadro geral administrativo.

SUB-SECÇÃO II

Faltas e licenças

DIVISÃO I

Faltas ao serviço

Art 436.º Os funcionarios administrativos podem faltar ao serviço dois dias em cada mês, seguidos ou intervalados, desde que no próprio dia da falta a participem aos respectivos chefes, declarando por escrito o motivo que a justifica.

§ 1.º A participação e declaração a que este artigo se refere poderão ser feitas por pessoa de família do funcionário, quando elle próprio não possa fazê-las.

§ 2.º O secretário ou chefe de secretaria poderão considerar insuficiente a justificação da falta, cabendo em tal caso recurso para o governador civil, administrador do bairro ou presidente do corpo administrativo, que definitivamente resolverão se a falta deve ou não ser tida por justificada.

Art 437.º Os funcionarios podem tambem faltar até três dias seguidos por motivo de falecimento de parentes por consanguinidade ou afinidade em qualquer grau da linha recta e no segundo e terceiro da linha transversal, desde que justifiquem as faltas quando se apresentarem ao serviço.

§ único Os funcionários do sexo feminino podem faltar até quinze dias no periodo da maternidade.

Art 438.º As faltas justificadas nos termos dos artigos anteriores não implicam perda de vencimentos.

Art 439.º Se as faltas forem dadas por motivo de doença e esta exceder os dois dias fixados no artigo 436.º, a justificação deverá ser feita por atestado médico, sob compromisso de honra e com a assinatura devidamente reconhecida, em que se declare a necessidade de ausência para tratamento.

§ 1.º O atestado será enviado à secretaria competente no prazo improrrogável de três dias, a contar do terceiro dia da doença. Se porém a doença demorar mais de um mês, deverá ser enviado novo atestado em cada mês, até ao dia 3, em relação ao mês anterior, e se exceder o periodo de dois meses, será o funcionario, findos estes, mandado examinar pelo delegado de saúde, para efeitos de licença.

§ 2.º No atestado médico far-se-a menção do número do bilhete de identidade do funcionário.

§ 3.º O estado de doença do funcionario, comunicado por participação ou comprovado por atestado médico, será, em qualquer momento, mandado verificar por um médico municipal, ou pelo delegado de saúde, quando o governador civil ou o presidente do corpo administrativo o julgarem conveniente.

§ 4.º Se, no caso do parágrafo anterior, o funcionário não fôr encontrado no seu domicílio ou no lugar onde tiver indicado estar doente, ou o resultado da verificação da doença fôr negativo, serão as faltas havidas como injustificadas, independentemente da acção disciplinar que ao caso couber.

§ 5.º Se, ordenada a verificação da doença, nos termos do § 3.º, o resultado fôr confirmativo e esta continuar, o funcionário terá direito ao abono de todos os seus vencimentos até trinta dias, perdendo porém o vencimento de exercício, se a doença exceder este limite, salvo o que está ou vier a ser estabelecido para os funcionarios tuberculosos.

§ 6.º A doença superior a oito dias será obrigatoriamente mandada verificar nos termos do § 3.º.

Art 440.º As faltas não justificadas, ou assim consideradas, produzirão a perda total dos vencimentos, na parte correspondente ao dia ou dias de ausência. Trinta faltas não justificadas, quando seguidas, constituem presunção de abandono do lugar e, quando interpoladas, mas dadas dentro do mesmo ano civil, infracção disciplinar punivel nos termos deste Código.

DIVISÃO II

Licenças

Art 441.º Considera-se situação de licença a interrupção temporária do exercício de funções com autorização dos competentes superiores hierárquicos.

Art 442° Os funcionarios administrativos podem utilizar as seguintes licenças

- 1° Licença graciosa ,
- 2° Licença por doença ;
- 3° Licença ilimitada

Art 443° A licença graciosa só pode ser concedida aos funcionarios com mais de um ano de serviço efectivo, que tenham boas informações dos seus chefes e cuja ausência não prejudique o serviço das secretarias O seu limite maximo é de trinta dias em cada ano

§ 1° A licença referida neste artigo não produz a perda de vencimentos, nem está sujeita ao pagamento de emolumentos

§ 2° Na licença graciosa serão descontadas as faltas dadas no ano civil anterior, salvo as justificadas por motivo de doença, até trinta dias, e as dadas nos termos do artigo 437° e seu § único

§ 3° Nenhum pedido de licença graciosa poderá ser submetido a despacho da entidade hierarquica competente sem estar devidamente informado e nitidamente esclarecida a situação do funcionario no que diz respeito às faltas dadas, justificadas ou não

§ 4° Não poderão gozar das regalias garantidas no presente artigo e seus parágrafos os funcionarios que há menos de um ano tiverem sofrido pena disciplinar superior à de repreensão verbal ou escrita

§ 5° As licenças graciosas são sempre revogaveis por conveniência de serviço

Art 444° A licença por doença só poderá ser concedida por periodo não superior a dois meses e mediante parecer fundamentado do delegado de saúde.

§ único Este prazo, mediante parecer do mesmo delegado, poderá prorrogar-se, mês a mês, até seis meses, findos os quais o funcionario passará, conforme desejar, à situação de aposentado, se a ela tiver direito, ou à de licença sem vencimento durante três meses Se, decorrido este prazo, ainda não puder apresentar-se ao serviço, passará à situação de licença ilimitada

Art 445° A licença ilimitada só pode ser concedida aos funcionarios com mais de três anos de efectivo serviço, é uma licença sem vencimento e determina vacatura no cargo

§ 1° Se o funcionario que obtiver a licença ilimitada pertencer a um quadro privativo, abre vaga no quadro, ao qual so poderá regressar um ano pós a concessão da licença, pertencendo-lhe a primeira vaga da sua categoria que se produzir depois de requerida a readmissão ao serviço

§ 2° Os funcionarios do quadro geral administrativo, que obtenham licença ilimitada, passam à situação de inactividade fora do quadro, abrindo vaga no cargo e no quadro Se, passado

pelo menos um ano sobre a concessão da licença, requererem o reingresso no quadro, entrarão na primeira vaga que ocorrer, ficando na situação de inactividade no quadro ate serem promovidos nalgum cargo

Art 446° Têm competência para conceder as licenças a que se referem os artigos antecedentes

1° Quanto aos funcionarios dos governos civis

a) O governador civil, até quinze dias em cada ano ,

b) O director geral de Administração Política e Civil, até trinta dias ,

c) O Ministro do Interior, por mais de trinta dias ou quando a licença deva ser gozada interpoladamente

2° Quanto aos funcionarios das administrações de bairro .

a) O director geral de Administração Política e Civil, até trinta dias em cada ano ,

b) O Ministro do Interior, por mais de trinta dias ou quando a licença deva ser gozada interpoladamente

3° Quanto aos funcionarios dos corpos administrativos

a) Os presidentes, até quinze dias em cada ano ,

b) Os corpos administrativos, por mais de quinze dias

Art 447° Os delegados de saúde e, na sua ausência ou impedimento, os médicos municipais são obrigados a verificar as doenças dos funcionarios administrativos, nos termos deste Código

§ único Sempre que o delegado de saúde julgue necessário ou o competente superior hierarquico tenha por conveniente submeter o funcionario a uma junta médica, será esta constituída pelo referido delegado de saúde e mais dois facultativos designados pelo governador civil ou presidente do corpo administrativo, conforme os casos.

SUB-SECÇÃO III

Situações dos funcionarios

DIVISÃO I

Quadro geral

Art 448° Os funcionarios do quadro geral administrativo podem encontrar-se, em relação à função pública que exercem, nas seguintes situações

1ª Actividade no quadro ,

2ª Inactividade no quadro ,

3ª Inactividade fora do quadro ;

Art 449° Consideram-se na situação de actividade no quadro os funcionarios legalmente providos em cargos administrativos correspondentes as suas categorias, desde que se verifique alguma das seguintes condições

1ª Estarem no desempenho efectivo das suas funções,

2ª Encontrarem-se no gozo de licença graciosa, ou com parte de doente, ou na situação de licença por doença, até seis ou nove meses, nos termos do § único do artigo 444º,

3ª Terem sido competentemente incumbidos do desempenho de comissões extraordinárias de serviço público, no País ou fora d'ele.

Art 450º Consideram-se na situação de inactividade no quadro os funcionários que, legalmente investidos numa categoria, se encontram transitória e desprovidos de cargo, e em especial:

1º Os que, tendo estado no gozo de licença ilimitada e reingressando no quadro, aguardem o provimento em cargo administrativo,

2º Os que forem disciplinarmente punidos com suspensão de exercício e vencimentos

§ único Os funcionários na situação de inactividade no quadro não abrem vaga neste

Art. 451º Consideram-se na situação de inactividade fora do quadro os funcionários no gozo de licença ilimitada

§ unico A passagem do funcionario a situação de inactividade fora do quadro abre vaga neste.

DIVISÃO II

Quadros privativos

Art 452º Os funcionarios dos quadros privativos podem encontrar-se, em relação à função publica que exercem, nas seguintes situações.

1ª Actividade no quadro;

2ª Inactividade no quadro;

3ª Inactividade fora do quadro

Art 453º É applicavel aos funcionarios dos quadros privativos o disposto para os funcionarios do quadro geral quanto à situação de actividade no quadro e à inactividade no quadro ou fora do quadro, salvo o preceituado no nº 1º do artigo 450º

SUB-SECÇÃO IV

Vencimentos

Art 454º Os funcionarios de secretaria e tesouraria têm os vencimentos fixados no mapa VI, anexo a este Código

§ 1º Os vencimentos dos funcionarios dos concelhos urbanos de 2ª e 3ª ordem, quando estes reunam os requisitos de população ou de rendimento exigidos para os concelhos rurais de 1ª ou 2ª ordem, serão os fixados para estes concelhos

§ 2º Os vencimentos dos funcionarios administrativos são isentos do imposto de rendimento

Art 455º O vencimento corresponde ao efectivo exercício das funções dos cargos em que os funcionarios estejam providos, salvo nos casos expressamente exceptuados por lei

Art 456º O vencimento dos funcionarios administrativos divide-se em vencimento de categoria e vencimento de exercício

§ 1º Considera-se vencimento de categoria 5/6 do ordenado atribuído ao cargo

§ 2º Considera-se vencimento de exercício o sexto restante do ordenado

Art 457º Os ordenados fixados no mapa anexo a este Código só por lei podem ser alterados e em caso algum podera qualquer funcionario perceber mais de 95 por cento do vencimento fixo que competir aos funcionarios de categoria ou classe imediatamente superior do respectivo quadro

§ 1º Não serão considerados, para os efeitos deste artigo, as participações nas multas, as ajudas de custo, os abonos para transportes e para falhas, os emolumentos pessoais e quaisquer outros proventos de idêntica natureza

§ 2º As contravenções ao disposto neste artigo obrigam a reposição da quantia indevidamente recebida

Art 458º Os corpos administrativos poderão determinar que os vencimentos dos seus funcionarios que vivam em estado de solteiros e sem encargos de família fiquem sujeitos a uma dedução cujo produto se destinara exclusivamente a constituir um fundo para sustento e educação dos filhos dos funcionarios que tiverem numerosa família

Art 459º O ordenado será pago em duodécimos, no final de cada mês, mediante recibo assinado pelo funcionario

§ único O direito ao ordenado adquire-se pelo facto da prestação de serviços durante um ou mais dias, mesmo que não prefacem um mês, devendo ser paga ao funcionario ou a seus herdeiros a parte proporcional do duodécimo em curso, quando o serviço seja interrompido antes de decorridos trinta dias, por falecimento, demissão, exoneração, transferência ou licença

Art 460º Não haverá emolumentos gerais destinados a serem distribuídos uniformemente pelos funcionarios, revertendo para o Estado ou corpos administrativos, conforme os casos, a receita emolumentar estabelecida na lei

Art 461º O tesoureiros dos corpos administrativos, além do ordenado, perceberão mais um abono mensal para falhas, a fixar pelo corpo administrativo, mas que não podera exceder 150\$, 100 ou 50\$, conforme se trate de concelhos de 1ª, 2ª ou 3ª ordem

§ único Os tesoureiros da Fazenda Pública que nos concelhos de receita inferior a 600 contos exerçam as funções de

exactores municipais receberão, como única remuneração, a gratificação mensal a que se refere o § único do artigo 123°

Art 462° O funcionário que, por motivo de serviço público e em obediência a ordens superiores, se deslocar, perceberá a ajuda de custo e o abono para transportes, estabelecidos na lei

Art 463° Os funcionarios administrativos que tenham a seu cargo serviço de fiscalização ou policia têm direito a participar das multas cobradas, nos termos da lei

Art 464° Têm direito aos vencimentos de categoria e exercício

1° Os funcionários no exercício efectivo dos cargos em que estiverem legalmente providos,

2° Os funcionarios no gozo de licença graciosa, ou com parte de doente ou na situação de licença por doença, até trinta dias,

3° Os funcionarios no desempenho de comissões extraordinárias de serviço público de duração até três meses, ordenadas pelo respectivo corpo administrativo,

4° Os funcionarios reintegrados nos seus cargos por sentença que anule a decisão que os demitiu, em relação ao tempo em que estiveram ilegalmente afastados do cargo

Art 465° Têm direito ao vencimento de categoria, perdendo o de exercício, os funcionários com parte de doente ou na situação de licença por doença, por mais de trinta dias

Art 466° Não têm direito a vencimentos

1° Os funcionarios que faltarem sem motivo justificado, em relação aos dias em que tenham faltado,

2° Os funcionários nas situações de inactividade no quadro ou fora do quadro,

3° Os funcionários na situação de licença ilimitada

Art 467° Os vencimentos de exercício que deixarem de ser temporariamente recebidos pelos funcionarios administrativos pertencerão ao funcionário ou funcionários que tenham desempenhado o cargo em substituição do que os perdeu

Art 468° É applicavel aos funcionarios administrativos assistidos na tuberculose o regime de vencimentos estabelecido na lei para os funcionários tuberculosos

SUB-SECÇÃO V

Incompatibilidades e acumulações

Art 469° Os funcionários de secretaria e tesouraria providos efectivamente em qualquer cargo não podem

1° Exercer qualquer lugar em sociedade ou empresa que explore serviços por contrato ou concessão do corpo administrativo;

2° Exercer qualquer actividade ou emprego, accidental ou

permanentemente, com ou sem remuneração, em serviços privados que tenham de ser desempenhados dentro das horas normais do serviço público;

3° Ser editores, directores ou proprietários de jornais ou publicações periódicas de caracter não exclusivamente científico ou literário

Art 470° O exercício efectivo de qualquer cargo administrativo é incompativel com o exercício, não imposto por lei, de outro qualquer cargo ou função pública remunerada

Art 471° Os funcionarios administrativos não podem, sob pena de nulidade, outorgar, por si ou interposta pessoa, em contratos de obras e fornecimento com os corpos administrativos sob cuja dependência servirem

Art 472° O funcionario administrativo que exercer profissão ou função publica ou privada incompativel com o seu cargo será processado disciplinarmente e demitido dêste

Art 473° O funcionario administrativo nomeado para outro cargo ou função pública não acumulavel deverá declarar, dentro dos dez dias imediatos ao da data da nomeação, por qual opta, e, não o declarando, será demitido dos quadros administrativos

SUB-SECÇÃO VI

Antiguidade e informações

Art 474° A antiguidade dos funcionários administrativos conta-se

1° Desde a data da nomeação, quando seguida de posse no prazo legal, para efeitos da antiguidade na sua categoria ou classe,

2° Desde a data da posse do primeiro cargo do quadro a que pertencem, para efeitos da antiguidade neste,

3° Desde a data da posse do primeiro cargo público, para efeitos da antiguidade no serviço publico

Art 475° A contagem do tempo para a antiguidade é feita atendendo-se exclusivamente ao tempo de serviço efectivo

Art 476° Não se conta, para efeitos de antiguidade

1° O tempo passado nas situações de inactividade no quadro e fora do quadro,

2° O tempo que, por virtude de disposições disciplinares, fôr considerado perdido para efeitos de antiguidade,

3° O tempo de ausência ilegítima do serviço público

4° O tempo com parte de doente ou de licença por doença, que, num periodo de três anos, exceder seis meses seguidos ou nove interpolados

Art 477° Conta-se, para efeitos de antiguidade

1° Todo o tempo de actividade do serviço prestado com provimento provisório, seguido de provimento definitivo,

2° O tempo de suspensão preventiva em processo disciplinar que tenha terminado por decisão de improcedência ou absolvição, e bem assim o que exceder a pena,

3° O tempo gasto no cumprimento dos deveres militares,

4° O tempo de duração das comissões extraordinárias de serviço publico para que o funcionario tenha sido legalmente requisitado e nomeado;

5° O tempo de exercício de funções de Ministro, de chefe de gabinete ou secretário de Ministro e de governador civil

Art 478° Anualmente, a Direcção Geral de Administração Política e Civil elaborará e publicará no *Diário do Governo* a lista de antiguidade dos funcionarios do quadro geral administrativo, e os secretários ou chefes de secretaria elaborarão as listas dos quadros privativos, as quais serão publicadas em *Ordem de Serviço*

§ 1° Nos trinta dias que se seguirem à publicação das listas, podera, quem se julgar prejudicado, recorrer para o Ministro do Interior, tratando-se da lista do quadro geral, ou para o governador civil, presidente da câmara municipal ou da junta de provincia, conforme os casos, tratando-se das listas dos quadros privativos

§ 2° A autoridade que receber o recurso resolvê-lo-á dentro de trinta dias, ouvida a Direcção Geral ou o funcionario que tiver elaborado a lista

§ 3° Do despacho que resolver o recurso, ou da falta daquele no prazo legal, cabe recurso contencioso

§ 4° Os despachos do Ministro do Interior serão publicados no *Diário do Governo* e os das outras entidades em *Ordem de Serviço*

Art 479° Cada funcionario terá um processo individual, do qual constarão todos os dados e informações respeitantes à sua carreira no serviço publico

§ 1° Os processos individuais dos funcionarios do quadro geral serão organizados na Direcção Geral de Administração Política e Civil e os dos funcionarios dos quadros privativos, nas respectivas secretarias

§ 2° A organização dos processos individuais será uniformemente regulada pelo Ministro do Interior, para todos os funcionarios administrativos

Art 480° Os funcionarios incumbidos do serviço de inspecção darão informações concretas sobre o mérito e moralidade dos funcionarios do quadro geral que desempenhem cargos nos serviços por eles vistoriados. Essas informações serão fundamentadas e, sempre que possível, documentadas, e implicarão, quando prestadas com falsidade intencional, a demissão do funcionario que as prestar

SUB-SECÇÃO VII

Aposentações

Art 481° Os funcionarios de secretaria e tesouraria têm direito a aposentação nos termos e pela forma estabelecida para os funcionarios públicos

Art 482° A aposentação dos funcionarios de secretaria e tesouraria que de futuro sejam nomeados competirá à Caixa Geral de Aposentações, na qual obrigatoriamente serão inscritos como subscritores

Art 483° A aposentação obrigatória ou compulsiva dos funcionarios do quadro geral administrativo e dos quadros privativos dos governos civis e administrações de bairro é da exclusiva competência do Governo e a dos funcionarios dos quadros privativos dos corpos administrativos, da exclusiva competência destes, observadas, na parte applicavel, as disposições legais relativas aos funcionarios públicos

SECÇÃO VI

Da disciplina

SUB-SECÇÃO I

Responsabilidade disciplinar

Art 484° Todos os funcionarios administrativos, qualquer que seja a sua situação, são responsáveis disciplinarmente pelos seus actos e omissões, perante as autoridades que hierarquicamente lhe forem superiores

Art 485° Considera-se falta profissional, para efeitos disciplinares, a violação, pelo funcionario, de qualquer das obrigações inerentes às funções que exerce

Art 486° O direito de exigir a responsabilidade disciplinar em que qualquer funcionario administrativo haja incorrido prescreve passados cinco anos sobre a data em que a falta tiver sido cometida, salvo o disposto nos parágrafos seguintes

§ 1° Se a acção ou omissão contrária aos deveres profissionais do funcionario for também considerada infracção penal e os prazos de prescrição do procedimento criminal forem superiores a cinco anos, applicar-se-ão ao procedimento disciplinar os prazos estabelecidos no Código Penal

§ 2° É imprescritivel o direito de exigir a responsabilidade disciplinar por qualquer das infracções a que se referem os n.ºs 2º, 6º, 7º e 11º do artigo 504º

Art 487° Os funcionarios administrativos ficam sujeitos ao poder disciplinar desde a data da posse

Art 488° O despacho de pronúncia, com trânsito em julgado,

pelos crimes enunciados no § único do artigo 71º do Código Penal determina a suspensão de exercício e vencimento do funcionário até julgamento final

§ único A perda de vencimento a que este artigo se refere será reparada somente no caso de absolvição

Art 489º Subsistem em vigor as disposições do Código Penal quanto à suspensão ou demissão por efeito de pena sofrida nos tribunais criminais competentes e quaisquer disposições especiais não revogadas pelo presente Código

SUB-SECÇÃO II

Penas disciplinares e seus efeitos

Art 490º As penalidades aplicáveis aos funcionários administrativos pelas faltas disciplinares que cometerem são

- 1º Advertência ,
- 2º Repreensão verbal ou por escrito ;
- 3º Multa, correspondente aos vencimentos de exercício, de cinco até trinta dias ,
- 4º Suspensão de exercício e vencimentos de dez até sessenta dias ;
- 5º Suspensão de exercício e vencimentos de noventa até cento e oitenta dias ,
- 6º Aposentação compulsiva ,
- 7º Demissão

Art 491º As penas dos n.ºs 3º e seguintes do artigo anterior serão sempre registadas no processo individual do funcionário

§ único As amnistias não implicam o cancelamento do registro de qualquer penalidade, que servirá para apreciação da conduta do funcionário, mas nêle se averbará que, por virtude de amnistia, a pena deixou de produzir os efeitos legais

Art 492º As penas disciplinares têm unicamente os efeitos declarados na lei

§ único Os efeitos das penas estabelecidas neste Código são os seguintes

1º A pena de multa implica a perda, para efeitos de antiguidade, de tantos dias quantos aqueles a que corresponderem os vencimentos perdidos ,

2º As penas de suspensão de exercício e vencimentos implicam

- a) A perda da faculdade de gozar licença graciosa no período de um ano contado desde o termo da expiação da pena ,
- b) A perda, para efeitos de antiguidade e aposentação, de tantos dias quantos tenha durado a suspensão ,
- c) A impossibilidade de promoção durante um ano contado do termo da expiação da pena ,
- d) Para os funcionários do quadro geral, a passagem à si-

tuação de inactividade no quadro, abrindo vaga nos cargos em que estejam providos e que não poderão voltar a exercer

3º A pena de demissão importa a perda de todos os direitos de funcionário e a impossibilidade de ingressar novamente nos quadros e de ser contratado ou provido interinamente em quaisquer cargos, salva a hipótese de reabilitação obtida em revisão do processo disciplinar

Art 493º O funcionário que, dentro de cinco anos contados da data da primeira condenação, fôr por três vezes condenado na pena de multa, ou duas vezes na de suspensão de exercício e vencimentos por tempo que, somado, exceda cento e vinte dias, passará a ocupar o último lugar na escala de antiguidade do quadro a que pertencer

Art 494º Pela mesma infracção disciplinar não pode a cada funcionário ser aplicada mais de uma pena

§ único O procedimento disciplinar é independente do procedimento criminal, no que respeita à aplicação das penas

Art 495º Para os funcionários aposentados, as penas de multa ou suspensão serão substituídas pela perda da pensão por igual tempo e a pena de demissão, pela perda definitiva da pensão

SUB-SECÇÃO III

Competência disciplinar

Art 496º As penas de advertência e repreensão são da competência de todos os funcionários em relação aos que lhes estejam subordinados

Art 497º Os corpos administrativos têm competência .

1º Para a aplicação, aos funcionários dos seus quadros privativos, das penas dos n.ºs 1º a 7º do artigo 490º ,

2º Para a aplicação, aos funcionários do quadro geral que se encontrem ao seu serviço, das penas dos n.ºs 1º a 5º do mesmo artigo 490º

§ único O presidente da câmara municipal tem competência para advertir e repreender qualquer funcionário municipal

Art 498º Compete aos governadores civis a aplicação, aos funcionários dos quadros privativos dos respectivos governos civis, das penas dos n.ºs 3º a 5º do artigo 490º e, aos funcionários do quadro geral, da pena dos n.ºs 3º e 4º do mesmo artigo

Art 499º É da competência do Ministro do Interior a aplicação das penas

1º Dos n.ºs 6º e seguintes do artigo 490º , aos funcionários dos quadros privativos dos governos civis ,

2º Dos n.ºs 4º e seguintes do artigo 490º , aos funcionários do quadro geral

Art 500º A competência disciplinar dos superiores envolve sempre a dos seus inferiores hierárquicos dentro do serviço

§ único Nenhum superior poderá delegar em subordinado a sem competência de punir

SUB-SECÇÃO IV

Aplicação das penas

Art 501º As penas dos n.ºs 1º e 2º do artigo 490º serão aplicadas por faltas leves de serviço e sempre no intuito do aperfeiçoamento profissional do funcionário

Art 502º A pena do n.º 3º do artigo 490º será aplicada, em geral, nos casos de negligência ou má compreensão dos deveres profissionais

§ único Esta pena será especialmente aplicável aos funcionários

1º Que na arrumação dos livros e documentos a seu cargo não observarem a ordem estabelecida superiormente ou que na escrituração cometerem erros por falta de atenção, se destes factos não tiver resultado prejuízo para o serviço;

2º Que desobedecerem às ordens dos seus chefes, sem consequências importantes,

3º Que deixarem de participar às autoridades competentes transgressão de que tiverem conhecimento,

4º Que cometerem falta de respeito, considerada leve, para com superior hierárquico,

5º Que discutirem publicamente actos de superior hierárquico,

6º Que, pelo defeituoso cumprimento ou desconhecimento das disposições legais e regulamentares ou das ordens superiores, demonstrarem falta de zelo pelo serviço,

7º Que nas relações com o publico faltarem aos deveres de cortesia

Art 503º As penas dos n.ºs 4º e 5º do artigo 490º são, em geral, aplicáveis nos casos

1º De negligência grave e demonstrativa de falta de zelo pelo serviço,

2º De incompetência profissional,

3º De procedimento atentatório da dignidade e prestígio do funcionário ou da função

§ único As penas referidas neste artigo serão especialmente aplicáveis aos funcionários

1º Que, dentro do mesmo ano civil, derem trinta faltas interpoladas e não justificadas;

2º Que, por falta de cuidado, derem informação errada a superior hierárquico, em matéria de serviço,

3º Que cometerem inconfidência, se do facto não resultar prejuízo para as entidades de que forem serventuários, ou para terceiros,

4º Que demonstrarem falta de conhecimento de normas

essenciais reguladoras do serviço, da qual haja resultado prejuízo importante para as entidades de que forem serventuários, ou para terceiros,

5º Que deixarem de passar, dentro dos prazos legais, as certidões que lhes sejam requeridas;

6º Que, por virtude de promessa ou dádiva, não punirem ou não participarem transgressões ou falta disciplinar grave de que tenham conhecimento,

7º Que desobedecerem de modo escandaloso, ou em público, às ordens superiores,

8º Que, fora do serviço, agredirem, injuriarem ou desrespeitarem gravemente superior hierárquico,

9º Que com má fé derem participação de que resulte a injusta punição de inferior hierárquico,

10º Que se apresentarem em repartição publica em estado de embriaguez,

11º Que aceitarem dádiva ou participação em lucro provenientes da marcha ou resolução de negócios pendentes em repartição pública,

12º Que aceitarem presentes de subordinados ou de pessoas sujeitas à sua autoridade,

13º Que fizerem ou minutarem requerimentos ou petições que tenham de ser informados, resolvidos ou expedidos pelas secretarias em que prestem serviço;

14º Que frequentarem, com escândalo, tabernas ou prostíbulos, ou que permanecerem em tabernas, cafés ou outros lugares públicos durante as horas destinadas ao serviço,

15º Que realizarem despesas não previstas nos orçamentos, ou excederem as autorizações orçamentais, sem a existência de receitas que garantam o seu pagamento,

16º Que receberem fundos, cobrarem receitas ou recolherem verbas, de que não prestem contas,

17º Que convocarem ou promoverem reuniões ou manifestações politicas contrárias à orientação politica do Estado,

18º Que praticarem, em relação a eleições politicas ou administrativas, actos que a lei não imponha,

19º Que se manifestarem, pela imprensa, em comício publico ou em mensagens individuais ou colectivas, sobre a orientação, os actos ou as decisões do Governo, ou dos corpos administrativos, discordando deles ou censurando-os,

20º Que divulgarem boatos destinados a perturbar a tranquillidade ou a ordem publica, ou susceptíveis de as perturbarem, ou que espalharem noticias que prejudiquem o crédito público;

21º Que discutirem publicamente os actos do Presidente da República, dos Ministros, dos Sub-Secretários de Estado e dos governadores civis, ou de quaisquer outros funcionários superiores da administração pública, com animo de injuriar as suas pessoas ou de deturpar a verdade, ou que ofenderem por qualquer forma ou meio o prestígio do Estado, a honra e considera-

ção devidas ao seu Chefe e ao Governo, e o respeito à bandeira e ao hino nacional

Art 504 ° As penas dos n.ºs 6 ° e 7 ° do artigo 490 ° são applicaveis, em geral, às infracções disciplinares que revelem impossibilidade de adaptação ou inconveniente permanência do funcionário no serviço

§ 1 ° Estas penas serão especialmente applicaveis aos funcionarios

1 ° Que agredirem, injuriarem ou desrespeitarem gravemente superior hierarquico, nos locais de serviço ou em serviço publico ,

2 ° Que violarem segredo profissional ou cometerem infidencia de que resultem prejuizos materiais ou morais para as entidades de que forem serventuários, ou para terceiros ,

3 ° Que incitarem á indisciplina ou a insubordinação os seus inferiores hierarquicos, ou que aconselharem, incitarem, ou por qualquer forma provocarem ao não cumprimento dos deveres inerentes á função pública, a desharmonia entre elementos da força armada ou a desobediência as leis, decretos e ordens das autoridades ,

4 ° Que praticarem, durante o serviço publico, actos de grave insubordinação ou indisciplina ,

5 ° Que soffrerem condenação a pena maior ou correccional, por collaborarem, por qualquer forma, em perturbações de ordem pública ou em conjuração e aliciamento, que com elas andem ligados ,

6 ° Que participarem em oferta ou negociações de emprego publico ,

7 ° Que tomarem parte ou interesse em contrato celebrado pela entidade de que sejam serventuários ,

8 ° Que recusarem, sob qualquer pretexto, a declaração de fidelidade a Constituição, segundo a fórmula adoptada ,

9 ° Que abandonarem o seu lugar ou dolosamente participarem abandono de lugar de algum funcionario, dando lugar a demissão d'este ,

10 ° Que se concertarem com outros funcionarios para a cessação simultânea do serviço publico, ou que entrarem em coligação para esse efeito ,

11 ° Que forem encontrados em alcance de dinheiros públicos ou por elle possam ser responsabilizados ,

12 ° Que praticarem em publico actos deshonorosos ,

13 ° Que publicamente professarem opiniões contrarias a existência e integridade de Portugal como pais independente, ou favoraveis á subversão violenta da ordem politica e social existentes

§ 2 ° A pena de aposentação compulsiva so podera ser applicada aos funcionarios que reünam os requisitos legais para lhes ser concedida a aposentação facultativa

Art 505 ° Para o efeito da graduação das penas, serão sem-

pre tomadas em conta todas as circunstâncias em que a infracção tiver sido cometida e as responsabilidades do cargo occupado pelo infractor

Art 506 ° São circunstancias atenuantes da infracção disciplinar, em especial

1 ° O bom desempenho anterior dos deveres profissionais ,

2 ° A confissão espontânea da infracção ,

3 ° A prestação de serviços relevantes a Pátria ,

4 ° A provocação de superior hierarquico

Art 507 ° São circunstancias agravantes da infracção disciplinar, em especial

1 ° A premeditação ,

2 ° A combinação com outros individuos para a pratica da falta ,

3 ° O facto de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar ,

4 ° A acumulação de infracções ,

5 ° A reincidência ,

6 ° A intenção dolosa

§ 1 ° A premeditação consiste no designio formado vinte e quatro horas antes, pelo menos, da pratica da infracção

§ 2 ° A acumulação dá-se quando duas ou mais infracções são cometidas na mesma occasião, ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior

§ 3 ° A reincidência dá-se quando a infracção é cometida antes de passado um anno sobre o dia em que tiver findado o cumprimento de pena imposta em consequência de infracção anterior

SUB-SECÇÃO V

Processo disciplinar

DIVISÃO I

Disposições gerais

Art 508 ° A applicação das penas dos n.ºs 3 ° e seguintes do artigo 490 ° deve ser sempre applicada em processo disciplinar

Art 509 ° O processo disciplinar é sempre sumario não dependendo de formalidades especiais, e deve ser conduzido de modo a levar rapidamente ao apuramento da verdade, empregando-se todos os meios necessarios para a sua pronta conclusão A instrução do processo não deve demorar mais de trinta dias, so podendo ser excedido este prazo mediante despacho do Ministro do Interior

Art 510 ° Em processo disciplinar, a única nulidade insuportavel é a não audição do arguido, se ella dever realizar-se

Art 511 ° Nenhuma falta deixará de merecer a atenção do

superior hierárquico, para que a disciplina dos serviços seja mantida em termos justos, tendo-se sempre presente que o exemplo do inteiro cumprimento do dever e o espírito de sacrifício no exercício das funções públicas são os maiores factores da disciplina e da boa ordem dos serviços

Art 512° Os processos disciplinares serão isentos de custas e selos, mas, no caso de condenação, as despesas do processo correrão por conta do infractor, no todo ou em parte, conforme a decisão da autoridade ou corpo administrativo que punir, incluindo-se nestas despesas a importância do selo devido pelos requerimentos e documentos juntos pelo arguido

Art 513° Será admitido condicionalmente às provas de qualquer concurso o arguido em processo disciplinar que tenha direito de a elas concorrer, mas as provas serão anuladas, se a pena for imposta e a condenação tiver o efeito de fazer perder ao candidato a antiguidade precisa para a admissão ao concurso

DIVISÃO II

Instrução do processo

Art 514° Sempre que chegue ao conhecimento de qualquer autoridade ou corpo administrativo que um funcionario seu subordinado praticou infracção disciplinar punível, sera pela mesma autoridade ou corpo administrativo instaurado o competente processo

§ 1° Os processos instaurados por infracção verificada no decorrer de inspecção administrativa terão por base o auto levantado pelos funcionarios inspectores, ainda que a infracção seja cometida na presença de superior hierárquico ou vogal do corpo administrativo de que o funcionario dependa

§ 2° As participações, queixas ou denuncias contra qualquer funcionario deverão merecer sempre toda a atenção à autoridade ou corpo administrativo a quem forem dirigidas, os quais so deixarão de lhes dar seguimento quando fundamentamente se convençam da sua improcedência

Art 515° Tornando-se necessário averiguar factos ou apurar circunstâncias para determinação da responsabilidade disciplinar, podera a autoridade ou corpo administrativo, em cuja immediata dependência se encontre o funcionario arguido, nomear um instrutor do processo

§ 1° O instrutor do processo deverá ser escolhido de entre funcionarios de categoria ou classe superior à do arguido ou mais antigos do que ele na mesma categoria e classe

§ 2° A faculdade de nomeação de instrutor não exclue, nos casos em que não seja usada, a competência das próprias autoridades e dos corpos administrativos para procederem à instrução do processo, por intermedio dos seus presidentes ou de um dos vogais

Art 516° As autoridades e os corpos administrativos podem ordenar inquéritos a certos factos ocorridos nos serviços na sua dependência, ou sindicâncias aos mesmos serviços As infracções disciplinares nêles verificadas darão lugar a instauração de tantos processos disciplinares quantos os funcionarios infractores, mediante decisão ou deliberação da autoridade ou corpo administrativo competente, que poderá dispensar a instrução dêles, ordenando que se extraiam logo os artigos de acusação.

Art 517° Os instrutores, sindicantes ou inquiridores tomarão, desde a sua nomeação, todas as providências precisas para que se não possa alterar o estado dos factos e dos documentos ou livros em que se descobriu alguma irregularidade, nem subtrair as provas desta

Art 518° O funcionario implicado em qualquer processo disciplinar podera ser, sob proposta do instrutor, sindicante ou inquiridor, preventivamente suspenso do exercício das suas funções, sem vencimento ou com parte dêle, ate decisão do processo, mas nunca por mais de noventa dias

§ 1° A suspensão preventiva sera ordenada pela autoridade ou corpo administrativo sob cujas ordens immediatas servir o funcionario arguido, salvo se este pertencer à 1ª categoria do quadro geral, caso em que essa competência pertencerá ao Ministro do Interior

§ 2° A perda do vencimento de exercício será reparada, confirmada ou levada em conta na decisão final do processo

Art. 519° Os instrutores procurarão averiguar as circunstâncias em que a falta foi cometida, ouvindo o participante, as testemunhas por este indicadas e as pessoas que dos factos possam ter conhecimento, reunindo e examinando todos os elementos de prova

§ único As diligências que tiverem de ser feitas fora da localidade onde correr o processo podem ser requisitadas, por officio ou telegrama, à respectiva autoridade administrativa

Art 520° Concluída a instrução do processo, o instrutor deduzira a acusação do arguido ou arguidos, sob a forma de artigos

§ único Os artigos de acusação devem enunciar precisa e concretamente, com todas as circunstâncias conhecidas de modo, lugar e tempo, os factos imputados ao arguido e as infracções disciplinares que dêles derivem

DIVISÃO III

Defesa do arguido

Art 521° Os artigos de acusação serão remetidos ou entregues ao arguido, marcando-se-lhe um prazo, não inferior a

cinco dias nem superior a vinte, para apresentar a sua defesa por escrito

§ 1º A remessa dos artigos de acusação pelo correio será feita por meio de carta registada com aviso de recepção

§ 2º Se o arguido estiver ausente em parte incerta, será publicado aviso no *Diário do Governo* citando-o para apresentar a sua defesa no prazo que lhe fôr designado

Art 522º Durante o prazo marcado para a apresentação da defesa pode o arguido examinar o processo disciplinar, por si ou por advogado constituído

§ 1º Com a resposta pode o arguido juntar quaisquer documentos e indicar ate três testemunhas para cada facto, mas não mais de vinte, residentes ou que apresente na localidade onde se estiver a proceder a instauração do processo

§ 2º As testemunhas só podem depor sobre os factos para que foram precisamente indicadas

Art 523º Não podem ser juntas aos autos respostas que contenham materia estranha a acusação e desnecessaria a defesa

§ 1º Se a resposta do acusado estiver redigida em termos desrespeitosos, sera considerada e punida como falta grave de respeito a superior

§ 2º Se a resposta revelar factos puniveis estranhos à acusação e que não interessem a defesa, não sera aquela junta ao processo, mas ser-lhe-a dado seguimento e, se os factos respeitarem a superior hierarquico do acusado, sera a resposta considerada, para efeitos legais, queixa contra superior hierarquico

DIVISÃO IV

Decisão disciplinar e sua execução

Art 524º Apresentada a defesa do arguido e inquiridas as testemunhas por ele indicadas, o instrutor, se não fôr a propria autoridade com competência para decidir o processo, relata-lo-a, propondo a pena que entender justa, e entregara os autos à autoridade ou corpo administrativo que o tiver nomeado

Art 525º Sempre que a autoridade ou corpo administrativo que tiver mandado instaurar o processo julgue que a pena a aplicar excede a sua competência, remetera os autos, com despacho ou deliberação, à autoridade competente

Art 526º Tratando-se de pena da competência do Ministro do Interior, será o processo submetido a apreciação do conselho disciplinar do Ministerio, que, dentro do prazo de trinta dias contados da entrega dos autos ao seu presidente, interporá parecer sobre os seguintes pontos

1º Regularidade formal do processo disciplinar,

2º Existência material dos factos imputados ao funcionario,

3º Qualificação dos factos como infracção disciplinar,

4º Circunstâncias atenuantes e agravantes,

5º Natureza pouco grave, grave ou muito grave da infracção

Art 527º As penas da competência do Ministro do Interior e do governador civil serão applicadas por despacho e as da competência dos corpos administrativos, em deliberação exarada na respectiva acta As penas serão notificadas aos arguidos ou, não sendo possível, publicadas por extracto no *Diário do Governo*

§ único Exceptuam-se do disposto neste artigo as penas de advertência e de repreensão

Art 528º As penas disciplinares começarão a produzir os seus efeitos legais no dia seguinte ao da notificação do arguido ou ao da publicação no *Diário do Governo*

DIVISÃO V

Processos especiais por abandono de lugar e por falta de assiduidade

Art 529º Sempre que um funcionario administrativo deixe de comparecer ao serviço durante cinco dias, depois de expressamente ter manifestado a sua intenção de abandonar o cargo, ou faltar durante trinta dias uteis, seguidos e sem justificação, sera pelo seu immediato superior hierarquico levantado auto de abandono de lugar

Art 530º A presunção de abandono de lugar constituida pelos factos a que se refere a parte final do artigo anterior só poderá ser destruida, após o levantamento do auto, por meio de documentos autênticos que justifiquem as faltas e o motivo delas

Art 531º Sera levantado auto por falta de assiduidade ao funcionario que, dentro do mesmo ano civil, der trinta faltas, interpoladas, sem justificação

Art 532º Os autos de abandono de lugar, ou por falta de assiduidade, serão remetidos a autoridade ou corpo administrativo competente para a applicação da respectiva pena

Art 533º Recebido o auto, a autoridade competente applicara logo a pena que ao caso couber, e, se tratar de um corpo administrativo, sera a deliberação tomada na primeira reunião

DIVISÃO VI

Revisão dos processos disciplinares

Art 534º A todo o tempo pode ser pedida a revisão dos processos disciplinares, quando se aleguem circunstâncias sus-

cinco dias nem superior a vinte, para apresentar a sua defesa por escrito

§ 1º A remessa dos artigos de acusação pelo correio sera feita por meio de carta registada com aviso de recepção

§ 2º Se o arguido estiver ausente em parte incerta, sera publicado aviso no *Diário do Governo* citando-o para apresentar a sua defesa no prazo que lhe fôr designado

Art 522º Durante o prazo marcado para a apresentação da defesa pode o arguido examinar o processo disciplinar, por si ou por advogado constituído

§ 1º Com a resposta pode o arguido juntar quaisquer documentos e indicar até três testemunhas para cada facto, mas não mais de vinte, residentes ou que apresente na localidade onde se estiver a proceder à instauração do processo

§ 2º As testemunhas só podem depor sobre os factos para que foram precisamente indicadas

Art 523º Não podem ser juntas aos autos respostas que contenham materia estranha à acusação e desnecessaria a defesa

§ 1º Se a resposta do acusado estiver redigida em termos desrespeitosos, sera considerada e punida como falta grave de respeito a superior

§ 2º Se a resposta revelar factos puníveis estranhos à acusação e que não interessem a defesa, não será aquela junta ao processo, mas ser-lhe-a dado seguimento e, se os factos respeitarem a superior hierarquico do acusado, sera a resposta considerada, para efeitos legais, queixa contra superior hierarquico

DIVISÃO IV

Decisão disciplinar e sua execução

Art 524º Apresentada a defesa do arguido e inquiridas as testemunhas por êle indicadas, o instrutor, se não fôr a propria autoridade com competência para decidir o processo, relata-lo-a, propondo a pena que entender justa, e entregara os autos a autoridade ou corpo administrativo que o tiver nomeado

Art 525º Sempre que a autoridade ou corpo administrativo que tiver mandado instaurar o processo julgue que a pena a aplicar excede a sua competência, remetera os autos, com despacho ou deliberação, à autoridade competente

Art 526º Tratando-se de pena da competência do Ministro do Interior, será o processo submetido a apreciação do conselho disciplinar do Ministerio, que, dentro do prazo de trinta dias contados da entrega dos autos ao seu presidente, interpora parecer sobre os seguintes pontos

1º Regularidade formal do processo disciplinar,

2º Existência material dos factos imputados ao funcionário,

3º Qualificação dos factos como infracção disciplinar,

4º Circunstâncias atenuantes e agravantes,

5º Natureza pouco grave, grave ou muito grave da infracção

Art 527º As penas da competência do Ministro do Interior e do governador civil serão applicadas por despacho e as da competência dos corpos administrativos, em deliberação exarada na respectiva acta. As penas serão notificadas aos arguidos ou, não sendo possível, publicadas por extracto no *Diário do Governo*

§ unico Exceptuam-se do disposto neste artigo as penas de advertência e de repreensão

Art 528º As penas disciplinares começarão a produzir os seus efeitos legais no dia seguinte ao da notificação do arguido ou ao da publicação no *Diário do Governo*

DIVISÃO V

Processos especiais por abandono de lugar e por falta de assiduidade

Art 529º Sempre que um funcionário administrativo deixe de comparecer ao serviço durante cinco dias, depois de expressamente ter manifestado a sua intenção de abandonar o cargo, ou faltar durante trinta dias úteis, seguidos e sem justificação, será pelo seu immediato superior hierarquico levantado auto de abandono de lugar

Art 530º A presunção de abandono de lugar constituída pelos factos a que se refere a parte final do artigo anterior só poderá ser destruída, após o levantamento do auto, por meio de documentos autênticos que justifiquem as faltas e o motivo delas

Art 531º Sera levantado auto por falta de assiduidade ao funcionário que, dentro do mesmo ano civil, der trinta faltas, interpoladas, sem justificação

Art 532º Os autos de abandono de lugar, ou por falta de assiduidade, serão remetidos à autoridade ou corpo administrativo competente para a applicação da respectiva pena

Art 533º Recebido o auto, a autoridade competente applicara logo a pena que ao caso couber, e, se tratar de um corpo administrativo, será a deliberação tomada na primeira reunião

DIVISÃO VI

Revisão dos processos disciplinares

Art 534º A todo o tempo pode ser pedida a revisão dos processos disciplinares, quando se aleguem circunstâncias sus-

ceptíveis de justificar a inocência dos que nêles tenham sido condenados

Art 535 ° O interessado na revisão de um processo disciplinar apresentará requerimento nesse sentido a autoridade ou corpo administrativo que tenha proferido a decisão condenatória

§ 1 ° O requerimento indicara os factos e circunstâncias, não consideradas no processo disciplinar, que ao requerente pareçam justificativos da sua inocência, e será instruído com os documentos que não existissem ou não pudessem ter sido utilizados à data da instrução e defesa e que posteriormente tivesse obtido.

§ 2 ° A simples alegação da ilegalidade, de forma ou de fundo, do processo e decisão disciplinar não constitue fundamento para a revisão

Art 536 ° Recebido o requerimento, a autoridade ou corpo administrativo a quem fôr dirigido resolvera sobre se deve ou não ser concedida a revisão do processo

§ único Do despacho ou deliberação que não conceder a revisão não cabe recurso contencioso

Art 537 ° Se fôr concedida a revisão, sera esta apensa ao processo disciplinar, nomeando-se instrutor diferente do primeiro e seguindo-se depois os trâmites estabelecidos nos artigos 514 ° e seguintes

Art 538 ° A revisão do processo não suspende o cumprimento da pena

Art 539 ° Provando-se a inocência do funcionario será revogada a decisão condenatória proferida no processo revisto

§ único A revogação a que se refere este artigo produzirá os seguintes efeitos

1 ° Cancelamento do registo da pena no processo individual do funcionario ,

2 ° Anulação dos efeitos da pena, com as excepções seguintes

a) Em nenhum caso serão pagos os vencimentos que o funcionario deixou de receber ;

b) Serão respeitadas as situações criadas a outros funcionarios pelo provimento nas vagas abertas no cargo ou no quadro em virtude do castigo imposto, mas sempre sem prejuizo da reconquista da antiguidade pelo rehabilitado ,

c) O rehabilitado ocupara a primeira vaga que ocorrer no seu quadro ou em classe ou categoria inferior do mesmo quadro, se, aberta a vaga, êle a requerer

CAPÍTULO II

Do pessoal maior dos serviços especiais

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art 540 ° Os funcionarios dos serviços especiais constituirão em cada corpo administrativo um quadro próprio

§ único Se para a execução dêstes serviços se tornarem necessários funcionarios de carteira, serão estes destacados do quadro do pessoal da secretaria e tesouraria

Art 541 ° As vagas que se abrirem nos quadros dos serviços especiais serão sempre providas por meio de concurso

§ unico O Governo publicará os regulamentos dos concursos, podendo incluir entre as condições de admissão, além da posse de habilitações determinadas, a aprovação em prévio concurso geral de habilitação

Art 542 ° O provimento dos cargos dos serviços especiais pode fazer-se por nomeação vitalícia ou por contrato, consoante a deliberação do corpo administrativo, salvo se a lei impuser uma ou outra.

§ único Tratando-se de cargos criados para ocorrer a necessidades transitórias, o provimento far-se-á sempre por contrato

Art 543 ° Os funcionarios dos serviços especiais dependem, quanto à disciplina, dos corpos administrativos a cujo serviço se encontrem , mas, quando a lei o permita ou imponha, poderão cooperar com outras autoridades e funcionarios, recebendo dêles as ordens e instruções de caracter profissional atinentes ao mais perfeito desempenho das funções que exercem

§ 1 ° Sempre que pelas autoridades ou funcionarios referidos neste artigo fôr verificada alguma falta grave no exercício profissional do funcionario, deverão participá-la por escrito ao corpo administrativo competente, instruindo a participação com todos os elementos de prova que possam obter

§ 2 ° O disposto no parágrafo anterior não prejudica o que estiver estabelecido em leis especiais quanto a disciplina dos funcionarios subordinados à direcção técnica de serviços do Estado

Art 544 ° Nos processos disciplinares instaurados a médicos, veterinários, engenheiros, advogados-síndicos e agrónomos, será sempre nomeado instrutor um funcionario superior da Direcção Geral de Administração Política e Civil ou um magistrado judicial requisitado ao Ministério da Justiça

§ único São applicaveis aos exames a que se proceda em processo disciplinar instruído nos termos do artigo anterior as disposições dos artigos 178 °, 179 °, 180 °, 182 °, 187 °, 188 °, 196 ° e 198 ° do Código do Processo Penal

Art 545 ° Os vencimentos do pessoal maior dos serviços especiais são os constantes do mapa VIII, anexo a este Código

SECÇÃO II

Funcionários de nomeação vitalícia

Art 546 ° São applicaveis aos funcionarios vitalicios dos serviços especiais as disposições deste Código sobre forma de nomeação, posse, deveres, faltas, licenças, situações, vencimentos, antiguidade, aposentações e disciplina dos funcionarios de secretaria e tesouraria, que forem compatíveis com a natureza das suas funções

§ único Os funcionarios dos serviços especiais que não sejam obrigados a permanência na secretaria não estão sujeitos às prescrições sobre faltas

SECÇÃO III

Funcionarios contratados

Art 547 ° Os contratos para provimento dos cargos dos serviços especiais constarão de instrumento lavrado pelo chefe da secretaria do respectivo corpo administrativo

Art 548 ° Os prazos de duração dos contratos não poderão em caso algum exceder três anos

Art 549 ° Os vencimentos totais attribuidos a um contratado não poderão ser superiores aos que por lei couberem aos funcionarios vitalicios de categoria correspondente

Art 550 ° Os funcionarios contratados dos serviços especiais, enquanto desempenharem o cargo, ficam sujeitos aos deveres gerais dos funcionarios de secretaria e tesouraria e respectivo regime de assiduidade, faltas, licenças e disciplina, podendo ser inscritos na Caixa Geral de Aposentações, quando ocupem lugares dos quadros permanentes

Art 551 ° São nulos e de nenhum efeito os contratos de locação de serviços celebrados com infracção das disposições legais ou em que se assumam encargos não previstos no orçamento em vigor

§ 1 ° A declaração da nulidade do contrato não obriga o funcionario a reposição dos vencimentos que tiver recebido por serviços efectivamente prestados, salvo provando-se que lhe é imputável a causa da nulidade

§ 2 ° Os vogais do corpo administrativo que tiverem intervindo na deliberação em execução da qual se celebrou o contrato nulo são solidariamente responsáveis pelos prejuizos resultantes da execução deste ate a declaração da nulidade A efectivação dessa responsabilidade será promovida pelo agente do Ministério Publico junto da auditoria administrativa competente

CAPÍTULO III

Do pessoal menor

Art 552 ° O quadro do pessoal menor de cada governo civil, administração de bairro ou corpo administrativo compreenderá todas ou algumas das seguintes categorias

1 ° Fiscais de impostos indirectos, condutores de automóveis, contínuos e oficiais de diligências,

2 ° Capatazes de obras, zeladores, olheiros, apontadores e carcereiros

Art 553 ° Os cargos do quadro do pessoal menor serão sempre preenchidos por meio de contrato

§ único Os prazos de duração dos contratos não poderão, em caso algum, exceder um ano

Art 554 ° Os contratados são da livre escolha da entidade a cujo serviço se destinam, de entre pessoas idoneas e aptas para o exercicio de funções publicas

Art 555 ° É applicável ao pessoal menor, e respectivos contratos, o disposto nos artigos 547 °, 550 ° e 551 °

Art 556 ° Os vencimentos do pessoal menor são os constantes da tabela III, anexa a este Código

CAPÍTULO IV

Dos interinos

Art 557 ° Sempre que haja necessidade de assegurar o regular desempenho das funções de um cargo vago pertencente a qualquer quadro privativo dos governos civis, administrações de bairro ou corpos administrativos, poderão as entidades competentes prover nêle interinamente individuo que reuna os requisitos indispensaveis para o seu exercicio

Art 558 ° O funcionario interino pode ser demittido a todo o tempo e pelo exercicio do cargo não adquire quaisquer direitos, salvo a percepção dos correspondentes vencimentos Incumbem-lhe porem, enquanto prestar serviço, todos os deveres, gerais e especiais, inerentes a função que desempenhe

Art 559 ° Os provimentos de caracter interino não podem ter duração superior a um ano

TÍTULO II

Dos assalariados

Art 560 ° Os corpos administrativos podem empregar os assalariados necessarios para a prestação de serviços eventuais e execução de obras

§ único Serão também assalariado os guardas, cantoneiros e serventes, e os ajudantes dos condutores de automóveis, cocheiros, carcereiros e jardineiros, cujos lugares constem dos quadros

Art 561° Aos assalariados de um e outro sexo, com bom comportamento, zelo e reconhecida assiduidade e mais de cinco anos de serviço efectivo, poderão ser concedidos, em cada ano civil e sem prejuizo do serviço, até doze dias de licença sem perda de salários

§ 1° Nestas licenças serão descontadas as faltas dadas no ano civil anterior por motivo de doença não causada pelo serviço.

§ 2° As licenças serão concedidas, a requerimento do interessado, pelo presidente do respectivo corpo administrativo, que poderá delegar a sua competência nos chefes de secretaria ou directores dos serviços

Art 562° Os assalariados de um e outro sexo com mais de três anos de bom e efectivo serviço, que faltarem por motivo de doença não provocada por acidente no trabalho, terão direito, em cada ano civil, aos seguintes abonos

1° Nos primeiros vinte dias de doença, o salario completo ,

2° Do 21° ao 40° dia de doença, 50 por cento do salario ,

3° Do 41° ao 60° dia de doença, 25 por cento do salario.

§ 1° As assalariadas parturientes receberão o salario completo durante quinze dias

§ 2° Para os efeitos do que dispõe este artigo, devera o assalariado ou pessoa de familia fazer a participação da doença ao respectivo chefe dos respectivos serviços, no prazo de vinte e quatro horas e por escrito, a fim de a mesma ser comprovada.

§ 3° O assalariado que tiver dado parte de doente e não fôr encontrado no seu domicilio ou no lugar onde tiver indicado estar doente, ou que dêles se ausentar sem licença de um médico da junta, além da perda do direito aos abonos a que se refere este artigo, será dispensado do serviço

Art 563° No assalariamento é permitido o mero ajuste verbal, quando não seja para lugares dos quadros, mas a remuneração será obrigatoriamente referida, em todos os casos, a cada dia útil de trabalho ou em relação a cada semana, considerando-se nesta hipótese como salario a cociente da divisão da retribuição acordada pelo numero de dias úteis

Art 564° Os assalariados que façam parte de quadros dos corpos administrativos têm direito a aposentação nos mesmos termos em que o tenham os dos quadros do Estado

Art 565° Em tudo o mais não previsto nos artigos anteriores aplicar-se-á o disposto no Código Civil

PARTE III

Das finanças locais

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

Da autonomia financeira dos corpos administrativos

Art 566° O concelho, a freguesia e a provincia gozam de autonomia financeira, sem prejuizo da fiscalização e tutela do Estado

Art 567° A gerência financeira dos corpos administrativos e regulada por anos económicos, correspondentes aos anos civis

Art 568° O Governo, por intermédio da Inspeção Geral de Finanças, inspeciona e fiscaliza todos os serviços de contabilidade, orçamento e tesouraria dos corpos administrativos

CAPÍTULO II

Da receita e despesa e sua classificação

Art 569° A receita dos corpos administrativos é ordinária e extraordinária

§ 1° Constituem receita ordinária

1° Os adicionais às contribuições e impostos gerais do Estado,

2° Os impostos especiais e os juros de mora ,

3° Os rendimentos dos bens próprios, mobiliários e imobiliários ,

4° As taxas ;

5° O produto das multas por transgressão de posturas e regulamentos ,

6° O produto da cobrança de créditos vincendos no ano económico ,

7° A importância das compensações de receitas, a receber do Estado ,

8° Os subsidios permanentes, as participações de lucros e os saldos positivos da exploração dos serviços industrializados

§ 2° Constituem receita extraordinária .

1° As heranças, legados, doações, donativos e subsidios eventuais ;

2° O produto de empréstimos ;

3° O produto da alienação de bens ,
 4° Os subsídios eventuais do Estado ou de outros corpos administrativos ,

5° O reembolso de capitais ,

6° Outros quaisquer rendimentos que por sua natureza não devam normalmente repetir-se em anos económicos sucessivos

Art 570° Os corpos administrativos só podem contrair empréstimos para amortização extraordinária de outros empréstimos, aquisição de imóveis absolutamente indispensáveis aos serviços e realização de obras e melhoramentos de utilidade pública, previamente estudados e projectados, que não seja possível custear pelas receitas ordinárias

Art 571° Os empréstimos dos corpos administrativos quando não contraídos na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência serão por forma que o encargo efectivo deles resultante não exceda o que proviria da taxa de juro exigida por aquele estabelecimento

Art 572° Os encargos da dívida de um corpo administrativo não poderão exceder a quinta parte da receita ordinária arrecadada no ano económico anterior àquele em que se efectue o empréstimo, salvo tratando-se de empréstimos para serviços municipalizados, os quais poderão ser autorizados sempre que os encargos deles resultantes tenham compensação suficiente no rendimento dos mesmos serviços

Art 573° As despesas dos corpos administrativos são

1° Ordinárias ou extraordinárias ,

2° Obrigatórias ou facultativas

§ 1° São despesas ordinárias todas as de carácter permanente e normal, incluindo os encargos da dívida , são despesas extraordinárias as que hajam de fazer-se com grandes melhoramentos públicos, reparação de prejuízos excepcionais ou para ocorrer a encargos transitórios

§ 2° São obrigatórias as despesas que resultem do pagamento dos vencimentos aos funcionários e assalariados dos quadros, ou da satisfação de encargos regularmente contraídos, e as demais cuja realização a lei imponha , são facultativas todas as outras

Art 574° As despesas orçamentadas para pessoal não podem exceder 50 por cento da receita ordinária efectivamente arrecadada no ano anterior

CAPÍTULO III

Do orçamento

Art 575° A previsão e cômputo das receitas e despesas devidamente autorizadas em cada ano económico constará do orçamento ordinário aprovado pelo corpo administrativo até 31 de Dezembro do ano anterior

§ 1° Nos orçamentos dos corpos administrativos classificar-se-ão as receitas e despesas em ordinárias e extraordinárias

§ 2° Todas as receitas e despesas serão inscritas pela sua importância total, sem dedução de quaisquer despesas ou receitas a que dêem lugar, inscrevendo-se estas, também pela totalidade, no lugar competente

§ 3° Existindo serviços autónomos, figurarão no orçamento ordinário as suas receitas e despesas globais, como simples contas de ordem, anexando-se-lhes, porém, os orçamentos próprios dos serviços Os lucros líquidos que pertençam ao corpo administrativo são levados à receita própria deste, bem como os encargos de empréstimos por que seja responsável, e, à despesa, os subsídios necessários para preencher os resultados negativos da exploração, se os houver

Art 576° Na organização do orçamento ordinário observar-se-ão as seguintes regras

1ª Só poderão ser dotadas despesas facultativas depois de dotadas as despesas obrigatórias , os encargos resultantes de disposição de execução permanente respeitantes a serviços já organizados têm preferência sobre quaisquer novas despesas com os mesmos serviços ou com outros que se pretenda criar ,

2ª Não é permitida a inclusão de verbas para despesas imprevistas ou eventuais, ou outras que não sejam suficientemente individualizadas ;

3ª As dívidas passivas que tenham transitado do ano anterior serão descritas pela importância de cada uma delas, nome do credor, natureza da dívida, data da liquidação e da autorização e declaração dos motivos por que não foram pagas no ano a que se referir a autorização ,

4ª As obras e melhoramentos públicos dotados serão especificados, juntando-se ao orçamento a estimativa ou o caderno de encargos para as que forem orçadas em mais de 5 contos ,

5ª As despesas obrigatórias não efectuadas no ano em que tiverem sido autorizadas serão inscritas no orçamento ordinário do ano seguinte juntamente com as respeitantes a este, se for caso disso ,

6ª Figurando no orçamento das receitas o produto de impostos indirectos, será obrigatória a junção, em anexo, da pauta dos mesmos impostos ,

7ª As dívidas activas não consideradas incobráveis serão descritas de modo que, em relação a cada uma delas, se conheça o responsável e a origem, importância e natureza do débito ,

8ª Os legados, donativos e quaisquer subsídios eventuais, cuja arrecadação não seja certa, serão inscritos no orçamento somente depois de recebidos ;

9ª As receitas que por lei, decreto ou contrato tenham

aplicação a certas e determinadas despesas não podem ser desviadas para outros fins,

10.ª Sòmente serão inscritas nas receitas extraordinarias as importâncias dos empréstimos cujo levantamento se considere provável no decurso do ano económico, de harmonia com o plano da sua aplicação,

11.º Os impostos ou taxas não se consideram criados pela simples inclusão na previsão orçamental

§ 1.º Não se consideram incluídos na regra 8.ª d'êste artigo os subsídios a receber do Estado para obras determinadas, os quais porem só podem ser inscritos quando no orçamento da despesa se incluam as importâncias que com os referidos melhoramentos devam ser despendidas. A inscrição orçamental será feita em verbas separadas para cada subsidio e obra, não podendo utilizar-se as dotações correspondentes senão à medida que os subsídios sejam autorizados

§ 2.º Quando um corpo administrativo se recuse a inscrever no orçamento, ou a satisfazer, uma despesa obrigatória, será o facto participado à Direcção Geral de Administração Política e Civil para que promova o cumprimento da lei, sob pena de dissolução do mesmo corpo administrativo

Art. 577.º Para o efeito da sua inscrição no orçamento, a importância das receitas será calculada pela forma seguinte

1.º As receitas certas, pelo seu quantitativo,

2.º As receitas variaveis, pela média da cobrança dos últimos três anos,

3.º As receitas cuja variação tenha carácter regular, pela importância da receita efectiva do último ano, corrigida por um coeeficiente de aumento ou diminuição, calculado em face da cobrança dêsse ano e dos dois anteriores

Art. 578.º Os corpos administrativos podem elaborar, no decurso do ano economico, orçamentos suplementares destinados a ocorrer a despesas imprevistas ou insufficientemente dotadas no orçamento ordinario

§ 1.º Salvo quando se trate de despesas a custear por meio de empréstimos ou de despesas urgentes e imprevistas por lei ou em casos de sinistro ou de calamidade pública, não pode ser aprovado mais de um orçamento suplementar em cada ano económico

§ 2.º Os orçamentos suplementares não têm caracter de previsão, devendo ser as despesas nêles inscritas custeadas exclusivamente por força de receitas certas

§ 3.º Nos orçamentos suplementares só podem servir de contrapartida, em receita, as novas verbas de despesa

1.º O produto de empréstimos,

2.º O produto das receitas expressamente criadas para aumentar o rendimento municipal ou para fins determinados;

3.º As sobras de verbas destinadas a outras despesas que se não realizem ou para as quais se reconheça excessiva a dotação orçamental, e os saldos apurados na gerência anterior

§ 4.º As receitas a que se referem os n.ºs 2.º e 3.º do paragrafo anterior, quando se verifique que a cobrança das receitas não atinge a importância da sua previsão no orçamento ordinario, não podem servir de base à elaboração de orçamentos suplementares na parte necessária para cobrir as diferenças previstas ate ao fim do ano económico

Art. 579.º Os orçamentos, quer ordinarios, quer suplementares, serão organizados de forma que as despesas não excedam as receitas

Art. 580.º Quando, por qualquer motivo, o orçamento ordinario não tiver sido aprovado ate ao começo do ano em que tem de reger, continuarão em vigor os orçamentos do ano anterior, mas sòmente quanto à receita ordinaria e quanto as despesas obrigatórias de realização continua ou periódica

CAPÍTULO IV

Da cobrança das receitas

Art. 581.º A cobrança dos impostos directos que não sejam constituídos por adicionais a impostos do Estado e em geral a dos rendimentos em relação aos quais seja adoptado o sistema de lançamento sera regida, na parte applicável, pelas regras estabelecidas para os rendimentos do Tesouro

Art. 582.º O lançamento e cobrança dos adicionais sòbre as contribuições do Estado serão feitos juntamente com o destas, pelas competentes secções de finanças e tesourarias da Fazenda Pública, ficando a entrega do produto aos corpos administrativos sujeita às deducções legais

Art. 583.º A todas as dívidas aos corpos administrativos, por impostos ou quaisquer rendimentos, quando pagas depois do prazo da sua cobrança à boca do cofre ou do seu vencimento, será adicionada a importância dos juros de mora estabelecida segundo as taxas em vigor para as contribuições do Estado, que será sempre liquidada por meses, qualquer que seja a quantia

§ 1.º Sòbre os juros de mora não recaem quaisquer adicionais.

§ 2.º Quando a importância liquidada não fôr múltipla de dezena de centavos sera arredondada por excesso para a dezena imediatamente superior, não podendo contudo cobrar-se menos de \$50

§ 3.º Os juros de mora prescrevem pelo lapso de cinco anos

Art. 584.º Os corpos administrativos não podem prorrogar os prazos para o pagamento voluntário dos seus impostos ou

taxas nem para a remessa ao tribunal das certidões de relaxe ou documentos exequíveis

Art 585° Os créditos por impostos, taxas e multas devidos aos corpos administrativos gozam dos privilégios que pelos artigos 885° e 887° do Código Civil pertencem a Fazenda Nacional, mas sem prejuízo desta

Art 586° As dívidas dos corpos administrativos por impostos, contribuições e mais rendimentos que não sejam cobrados cumulativamente com os do Estado aplicam-se as disposições estabelecidas para a cobrança coerciva das contribuições e impostos devidos a este

Art 587° Quando as dívidas não disserem respeito a impostos, contribuições ou outros rendimentos de liquidação virtual, serão debitadas aos tesoureiros para efeitos do procedimento executivo

Art 588° Nas execuções por dívidas aos corpos administrativos servirão de juizes os chefes das secretarias das câmaras municipais da respectiva circunscrição administrativa ou do concelho da capital da provincia, se se tratar de rendimentos provinciais

§ único Em cada concelho haverá escrivães e officiaes de diligências das execuções fiscaes, propostos pelo chefe da secretaria e nomeados por alvará do presidente da câmara, por quem poderão ser também exonerados depois de ouvidos por escrito

Art 589° Das decisões proferidas pelo chefe da secretaria cabe recurso para o juiz de direito e da decisão dêste para o respectivo Tribunal da Relação, das decisões proferidas, em 1ª instância, pelo juiz de direito cabe recurso para o Tribunal da Relação e da decisão dêste para o Supremo Tribunal de Justiça

§ único Exceptuam-se do disposto neste artigo as câmaras de Lisboa e Pôrto, cujas dívidas por impostos, contribuições e mais rendimentos serão cobradas coercivamente pelos competentes tribunais dos distritos fiscaes, nos termos da legislação em vigor, continuando o recursos a ser interpostos para os tribunais do contencioso das contribuições e impostos

Art 590° As certidões e relações de relaxe serão entregues pelo tesoureiro do corpo administrativo ao chefe da secretaria, dentro dos prazos estabelecidos para as dívidas do Estado.

§ 1° As custas e percentagens serão contadas de harmonia com as disposições vigentes para as dívidas por contribuições e impostos do Estado

§ 2° Nos concelhos fora de Lisboa e Pôrto pertencerá ao chefe da secretaria um emolumento pessoal correspondente a 20, 25 e 30 por cento da importância das taxas e percentagens que lhe forem liquidadas como juiz, conforme se tratar de concelhos de 1ª, 2ª ou 3ª ordem, revertendo para a câmara municipal o restante

Art 591° Aos processos executivos, na parte não especialmente regulada por este Código, serão applicadas as normas por que se regem as execuções fiscaes do Estado, ficando igualmente os respectivos funcionários sujeitos às sanções nas mesmas previstas

CAPÍTULO V

Do pagamento das despesas

Art 592° Nenhuma despesa poderá ser paga sem autorização da autoridade competente Só podem ser autorizadas e pagas as despesas previstas e dotadas no orçamento

Art 593° As ordens de pagamento serão assinadas pelo presidente do corpo administrativo e subscriptas pelo chefe da secretaria, indicarão o capitulo, artigo e alinea do orçamento em que estiverem dotadas as despesas, designando a totalidade da verba orçada e da verba já despendida por conta do artigo ou alinea a que se referem e mencionarão a data das deliberações que autorizaram o pagamento.

§ único Os funcionários que subscreverem ordens processadas com infracção do preceituado neste artigo e os tesourellos que as pagarem serão solidariamente responsáveis pelas importâncias pagas

Art 594° Até 5 de Janeiro de cada ano poderão ser pagas por conta do ano económico anterior as despesas já liquidadas à data de 31 de Dezembro, caducando todas as autorizações de pagamentos não effectuados

Art 595° Todos os depósitos dos corpos administrativos e seus serviços autónomos serão feitos na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

§ único Serão obrigatoriamente depositados na mesma Caixa todos os fundos que não tenham immediata applicação

CAPÍTULO VI

Da contabilidade e contas de gerência

Art 596° As contas serão prestadas por anos económicos.

§ 1° Se houver durante o ano substituições das gerências administrativas responsáveis, organizar-se-ão contas relativas ao tempo decorrido até à substituição, sem prejuízo da conta annual O encerramento das contas será naquella hipótese referido à data em que se effectuar a substituição

§ 2° A substituição parcial das gerências, quando se presumirem ou apurarem irregularidades, dará sempre lugar a prestação de contas

§ 3° Exceptuando as das câmaras de Lisboa e Pôrto, as

contas serão constituídas pelas dos tesoureiros depois de aprovadas pelas gerências, que serão as responsáveis

§ 4º Na organização das contas deverão observar-se as instruções aprovadas pelo Tribunal de Contas, sendo remetidas à Direcção Geral do mesmo Tribunal até 31 de Março do ano seguinte aquele a que respeitam

§ 5º Nos casos previstos nos §§ 1º e 2º, e bem assim quando haja substituição de tesoureiro, as respectivas contas serão enviadas ao Tribunal com a conta anual

Art 597º Os serviços de contabilidade dos corpos administrativos executar-se-ão segundo normas regulamentares que o Governo decretara pelos Ministerios do Interior e das Finanças

Art 598º O Ministerio Publico intentara as acções necessarias para fazer entrar nos cofres do concelho, da freguesia ou da provincia as quantias pelas quais os vogais dos corpos administrativos tenham sido julgados responsáveis

TÍTULO II

Das finanças municipais

CAPÍTULO I

Das receitas

SECÇÃO I

Impostos

Art 599º Os impostos municipais são directos e indirectos

§ unico Não é permitido às câmaras criar impostos diferentes dos previstos neste Código

SUB-SECÇÃO I

Impostos directos

Art 600º São impostos directos

- 1º Os adicionais às contribuições e impostos do Estado,
- 2º O imposto de prestação de trabalho,
- 3º O imposto para o serviço de incêndios,
- 4º O imposto sobre bilhares, sociedades e casas de recreio,
- 5º A licença de estabelecimento comercial ou industrial,
- 6º O imposto de turismo,
- 7º Os juros de mora

Art 601º As câmaras municipais poderão lançar uma percentagem adicional sobre as colectas da contribuição predial e industrial, do imposto profissional, imposto proporcional de

minas e imposto sobre aplicação de capitais, secção A, liquidadas para o Estado nos respectivos concelhos

Art 602º A percentagem adicional não poderá ser superior a

- 35 por cento sobre a contribuição predial rústica;
- 17 por cento sobre a contribuição predial urbana;
- 14 por cento sobre o imposto profissional;
- 14 por cento sobre a contribuição industrial, grupos A e C,
- 12 por cento sobre a contribuição industrial, grupo B,
- 25 por cento sobre o imposto de minas, parte proporcional,
- 10 por cento sobre o imposto de aplicação de capitais, secção A

§ unico A fixação das percentagens adicionais será feita pelo conselho municipal, anualmente, ao votar as bases do orçamento ordinario, e de modo uniforme para toda a circumscrição

Art 603º O imposto de prestação de trabalho, que poderá ser sempre remido a dinheiro, consiste no serviço das pessoas, animais e cousas do concelho em um dia do ano

§ 1º São obrigados ao pagamento do imposto de prestação de trabalho todos os chefes de família residentes ou proprietários na circumscrição municipal

1º Por si e por cada um dos membros da sua família ou domésticos de vinte e um a cinquenta anos de idade, que residirem na área do concelho e forem varões válidos;

2º Pelos carros, carretas, animais de carga, de tiro ou de sela que empregarem habitualmente na circumscrição

§ 2º Ficam isentos do imposto

1º Os chefes de família com mais de cinco filhos legítimos a seu cargo, quando paguem anualmente ao Estado menos de 300\$ de contribuições directas,

2º Os indigentes

§ 3º A tarifa da remição do imposto de prestação de trabalho será elaborada anualmente e junta ao orçamento ordinario do concelho

§ 4º O mapa do lançamento do imposto estará patente, durante quinze dias, na respectiva secretaria, para os contribuintes o poderem examinar, o que se anunciará por editais

Art 604º O imposto para o serviço de incêndios destina-se exclusivamente à manutenção dos serviços municipais de extinção e prevenção de incêndios e, em especial, à aquisição de material

§ 1º Os prédios urbanos e recheio de estabelecimentos comerciais e industriais da sede do concelho, não seguros em

sociedades legalmente autorizadas, serao colectados pelas câmaras que mantenham ou subsidiem serviços de extinção e prevenção de incêndios. A colecta será de 0,5 por mil sobre o valor matricial dos prédios ou do recheio determinado pela aplicação do factor 10 ao total das colectas da contribuição industrial ou imposto profissional. São responsaveis por este imposto os proprietários dos prédios e os donos dos estabelecimentos respectivamente.

§ 2º Nos seguros contra fogo, agricolas e pecuários, a Inspeção de Seguros cobrará anualmente, de 1 a 31 de Maio, das sociedades de seguros autorizadas, as percentagens de 6, nos seguros contra fogo, e 2, nos seguros agricolas e pecuários, sobre os prémios processados no ano immediatamente anterior, liquidados de estornos e anulações.

§ 3º A Inspeção de Seguros, tendo em atenção a receita de prémios de cada concelho e as despesas efectivas destes com serviço de extinção e prevenção de incêndios, sujeitará à aprovação do Ministro das Finanças a distribuição da colecta pelos varios concelhos.

§ 4º As câmaras de Lisboa e Pôrto nunca receberão menos de 35 e 18 por cento do total, respectivamente.

§ 5º São applicáveis ao imposto para serviço de incêndios, directamente lançado pelas câmaras, as disposições do § 4º do artigo anterior.

Art. 605º Os impostos sobre bilhares, sociedades e casas de recreio e pelo exercício de comércio ou indústria são cobrados por meio de licença requerida pelo interessado até 31 de Janeiro de cada ano, ou nos trinta dias seguintes àquele em que iniciar a actividade tributada.

Art. 606º A licença de estabelecimento comercial ou industrial é devida pelas empresas singulares ou colectivas ou suas sucursais, filiais, agências, delegações, correspondências ou estabelecimentos que exerçam qualquer ramo de comércio ou de indústria na circunscrição municipal.

Art. 607º As taxas de licença de estabelecimento comercial ou industrial não poderão exceder 10 por cento da importância da colecta da contribuição industrial paga pelo contribuinte ao Estado, ou 5 por cento, tratando-se de sociedades anónimas.

§ único. O disposto neste artigo não se applica ao Município de Lisboa, mas as taxas fixadas em caso algum poderão exceder a contribuição industrial devida ao Estado.

Art. 608º A liquidação da licença de estabelecimento comercial ou industrial terá por base o lançamento da contribuição industrial e as declarações dos contribuintes, quando se trate de sucursais, filiais, agências, delegações, correspondências ou estabelecimentos que sejam colectados por outro concelho.

§ único. As declarações compreenderão o ramo de comércio

ou indústria e o rendimento líquido presumível da sucursal, filial, agência, delegação, correspondência ou estabelecimento, devendo ser apresentadas na secretaria da câmara até 31 de Julho de cada ano.

Art. 609º É permitido às câmaras municipais dos concelhos em que existam zonas de turismo o lançamento do imposto de turismo.

§ 1º O imposto de turismo recairá sobre todos os rendimentos sujeitos às contribuições predial e industrial do concelho, não podendo exceder 3 por cento das respectivas colectas liquidadas para o Estado.

§ 2º Este imposto sera cobrado como adicional às contribuições do Estado.

Art. 610º Nos concelhos em que existam zonas de turismo ficam igualmente sujeitas ao imposto de turismo, lançado até ao máximo de 3 por cento.

1º As rendas das casas alugadas a pessoas que nelas residam por tempo inferior a seis meses;

2º A importância total das contas pagas nos hotéis, pensões, hospedarias, casas de hóspedes, restaurantes, sanatórios e casas de repouso, quando a diária seja superior a 10\$,

3º As despesas feitas nos estabelecimentos a que se refere o número anterior, cuja liquidação se não faça por diária.

§ 1º Se os hóspedes ou comensais permanecerem ininterruptamente nos estabelecimentos a que se refere o n.º 2º, exceptuados os sanatórios e casas de repouso, por mais de trinta dias, ser-lhes-á liquidado o imposto por metade da taxa no segundo periodo de trinta dias, e pela quarta parte no periodo que exceder sessenta dias.

§ 2º As familias compostas de quatro ou mais pessoas, excluidos os serviços, beneficiam da redução de 20 por cento no imposto, sem prejuizo do preceituado no paragrafo anterior.

§ 3º As casas cedidas gratuitamente ficam sujeitas ao imposto de turismo, que recairá sobre a renda determinada por avaliação.

§ 4º Os estabelecimentos onde se vendam bebidas ao público, e as pastelarias, confeitarias, confeitarias, casas de chá, cafés e leitarias pagarão de impoto de turismo a taxa anual fixa que fôr arbitrada pela câmara, entre 100\$ e 500\$.

Art. 611º Sobre o imposto de turismo não recairão quaisquer adicionais.

SUB-SECÇÃO II

Impostos indirectos

Art. 612º Os impostos indirectos consistem em determinadas taxas lançadas sobre os gados, géneros e artigos vendidos no concelho para consumo e devem constar de uma pauta estabelecida pela câmara.

§ 1º Não é permitida a cobrança de impostos indirectos por motivo de entrada ou trânsito, no concelho, de gados, géneros ou quaisquer artigos produzidos noutro, nem pela saída dos de produção local. As vendas para revenda não podem também ser tributadas.

§ 2º Ficam expressamente isentos de impostos indirectos municipais

- 1º As matérias primas,
- 2º A energia motriz ou para iluminação;
- 3º Os cereais panificáveis, as farinhas e o pão;
- 4º Os géneros ou artigos destinados ao fornecimento dos estabelecimentos de assistência pública, ou a fins de assistência prestada por pessoas colectivas de utilidade pública administrativa.

Art 613º As taxas dos impostos indirectos deverão ser fixadas em escudos ou centavos por unidade de conta, pêso ou medida, e não poderão em caso algum exceder 10 por cento do preço dos géneros constante da estiva camarária.

§ 1º Não poderá exceder 1 por cento do valor do género a taxa lançada sobre sêmeas, massas alimentícias, hortaliças, legumes e frutas verdes.

§ 2º Não poderá exceder 3 por cento do valor do género a taxa lançada sobre arroz, açúcar, azeite de 1 a 5 graus, azeitonas curtidas, banha, bacalhau, batatas, café, carnes verdes, fumadas e salgadas, carvão, leite, lenha, petróleo, sabão, sal, sardinha, cavala e carapau e queijo de cabra ou de ovelha.

§ 3º O imposto de consumo sobre carnes verdes é independente das taxas devidas pelo uso de matadouros municipais.

Art 614º São nulas e de nenhum efeito as deliberações que transgredirem o disposto nos artigos anteriores ou que lançarem sobre os géneros de fora do concelho algum imposto ou taxa que não seja lançado sobre os géneros do concelho, sendo responsáveis perante os contribuintes pelas receitas cobradas os que houverem tomado a deliberação.

Art 615º Sobre os impostos indirectos não recai qualquer adicional.

Art 616º A cobrança dos impostos indirectos não poderá de futuro ser feita por arrematação, mas apenas pelos serviços municipais e por meio de manifesto ou avença.

§ unico São expressamente abolidas a cobrança e fiscalização dos impostos de consumo nas barreiras.

Art 617º As disposições desta sub-secção não se aplicam ao concelho do Porto até a remodelação do seu sistema de impostos.

SECÇÃO II

Rendimento de bens próprios

Art 618º Constituem rendimentos de bens próprios

- 1º O rendimento de acções e obrigações na posse da câmara,
- 2º As participações de lucros,
- 3º As rendas, foros e pensões,
- 4º Os juros de depósitos,
- 5º Outros rendimentos de natureza análoga.

Art 619º (transitório) As câmaras municipais promoverão a remissão dos foros, censos e pensões, de que forem credoras, na forma estabelecida para o Estado e dentro do prazo de dez anos contados da data da publicação do presente Código.

SECÇÃO III

Taxas

Art 620º As câmaras municipais podem cobrar taxas:

- 1º Pelos enterramentos, concessão de terrenos nos cemitérios municipais e uso de jazigos municipais e casas mortuárias;
- 2º Pela aferição de pesos e medidas,
- 3º Pelo registo de câns,
- 4º Pela utilização dos locais reservados, aos mercados e feiras, por parte dos vendedores,
- 5º Pelas licenças aos vendedores ambulantes,
- 6º Pelas licenças de uso e porte de arma de caça,
- 7º Por quaisquer outras licenças policiais da sua competência, que não estejam isentas por lei,
- 8º Pelo aproveitamento do domínio público na administração do município ou dos bens do logradouro comum do concelho.

§ unico A licença referida no n.º 5º deste artigo substitue a licença de estabelecimento comercial ou industrial e fica sujeita aos limites desta.

Art 621º A importância máxima das taxas constantes da tabela IV, anexa a este Código, não poderá ser excedida nem sobre ela poderão recair quaisquer adicionais.

§ unico Com a importância das taxas serão cobrados, por meio de estampilha a colar no talão que fica arquivado na secretaria, 30 por cento para o Estado.

SECÇÃO IV

Multas

Art 622º De todas as multas cobradas pelas câmaras municipais pertencerá metade ao autuante.

§ único Sobre as multas recaem os seguintes adicionais
25 por cento para o Estado,
10 por cento para o Fundo de Socorros a Náufragos nos
concelhos limitados por costa marítima, enseadas, baías ou rios
navegáveis

SECÇÃO V

Contencioso dos impostos e outros rendimentos municipais

SUB-SECÇÃO I

Reclamações contenciosas

Art 623° As reclamações sobre impostos, taxas e quaisquer outros rendimentos municipais serão julgadas em 1ª instância pelo chefe de secretaria da câmara, servindo de escrivão e contador um funcionário da mesma secretaria por aquele designado

Art 624° As reclamações serão apresentadas na secretaria da câmara no prazo de sessenta dias, contados do início da cobrança, se se tratar de receitas virtuais, ou da liquidação, se se tratar de receitas eventuais

§ unico Se os contribuintes tiverem sido colectados sem fundamento algum para o serem, e não devessem presumir a liquidação do imposto, taxa ou rendimento, ou se tiver havido duplicação destes, poderão os interessados reclamar dentro de um ano depois de realizado o pagamento eventual ou, quando tenha havido lançamento, dentro de igual prazo a contar do início da cobrança voluntária do imposto, taxa ou rendimento Tendo havido cobrança coerciva, o prazo sera de seis meses contados da citação, se esta tiver sido feita na pessoa do próprio devedor, ou da penhora, se tiver sido feita por qualquer outra forma.

Art 625° As reclamações serão assinadas por advogado ou solicitador ou pelo interessado, mas neste caso a assinatura será reconhecida, ou o rôgo dado perante notário, quando o interessado não saiba escrever

Art 626° Os interessados podem reclamar com qualquer fundamento, designadamente os seguintes

- 1° Inexistência ou cessação dos factos tributários;
- 2° Erro na determinação da matéria colectavel e do seu valor,
- 3° Erro na designação das pessoas ou factos,
- 4° Duplicação ou omissão de contribuintes ou de descrição de factos tributarios,
- 5° Aplicação de taxa diferente da devida ou erro de cálculo na fixação do imposto, taxa ou rendimento;
- 6° Duplicação do imposto, taxa ou rendimento;
- 7° Illegalidade do imposto, taxa ou rendimento, quando

a deliberação que os houver instituido tenha sido anulada pelos tribunais do contencioso administrativo, ou nestes penda recurso interposto com fundamento na ilegalidade da mesma deliberação,

8° Incompetência do funcionario que fez a liquidação

§ único Quando se invoque a ilegalidade do imposto, taxa ou rendimento e haja recurso pendente nos tribunais do contencioso administrativo, sobrestar-se-á no julgamento da reclamação até definitivo julgamento do recurso

Art 627° Os reclamantes podem indicar até três testemunhas, as quais, depois de prestarem compromisso de honra perante o chefe da secretaria da câmara, serão por este inquiridas, lavrando-se auto dos seus depoimentos

§ único As testemunhas serão apresentadas pelos reclamantes, independentemente de intimação, no dia e hora marcados para a inquirição

Art 628° As decisões proferidas pelo chefe da secretaria serão sempre fundamentadas

§ único Antes de proferir qualquer decisão, deverá o chefe da secretaria ouvir os funcionários encarregados da fiscalização do serviço a que a reclamação disser respeito.

Art 629° As decisões de deferimento serão intimadas ao presidente da câmara e as de indeferimento, total ou parcial, ao presidente da câmara e aos interessados

Art 630° As reclamações deferidas produzem a anulação ou rectificação do imposto, taxa ou rendimento reclamados

Art 631° Nas reclamações não são devidas custas na 1ª instância, sendo, porém, devidos selos, se o reclamante fôr desatendido

§ 1° Se houver lugar ao pagamento de selos, ou de custas e selos, caso tenha sido interposto recurso, a conta será organizada na última instância, em relação a todas elas

§ 2° As custas serão contadas nos termos da parte cível da tabela dos emolumentos e salários judiciais

§ 3° Se as custas e selos não forem pagos dentro do prazo de dez dias, contado a partir da data da intimação, ao reclamante, da decisão condenatória, será o mesmo executado nos termos deste Código, servindo de base à execução uma certidão da qual conste a importância em divida

Art 632° Nestas reclamações as nulidades insupríveis são apenas as seguintes

- 1ª Ineptidão da reclamação,
- 2ª Falta de intimação da interposição de recurso ao recorrido, para contraminutar, querendo, no prazo de oito dias

Art 633° Da decisão proferida pelo chefe da secretaria cabe recurso para o juiz de direito da comarca e, da decisão deste, para o Tribunal da Relação, interpostos, um e outro, no prazo de oito dias, a contar da intimação da sentença recorrida

§ único É obrigatório o recurso por parte da câmara, quando a decisão lhe seja contrária e às informações oficiais.

SUB-SECÇÃO II

Julgamento de transgressões

Art 634 ° Quando, por motivos imputáveis aos contribuintes, a liquidação se não fizer nos prazos fixados nas posturas ou regulamentos, ou quando, tendo-se feito nesses prazos, venha a ser considerada, pelos mesmos motivos, manifestamente inexacta, será levantado o competente auto de transgressão, que fara fe até prova em contrario

§ unico O auto será lavrado perante duas testemunhas, mencionando-se nêle o objecto da transgressão e as disposições legais ou regulamentares infringidas, e sera assinado pelas ditas testemunhas, pelo transgressor, se éste, sendo o auto levantado na sua presença, o quizer e puder fazer, e pela entidade ou funcionario que efectuar a diligência

Art 635 ° Os autos de transgressão só podem ser levantados pelos funcionarios municipais encarregados da fiscalização, ou por agentes de policia ou da guarda nacional republicana, e serão remetidos, no prazo de três dias, ao chefe da secretaria da câmara, que, dentro de igual prazo, mandara avisar o transgressor para nos oito dias seguinte solicitar guias para pagamento, ou apresentar a sua defesa e o rol de testemunhas, até ao maximo de cinco

§ único Se findo éste prazo o pagamento não tiver sido ainda efectuado, o chefe da secretaria fará intimar o transgressor e o funcionario que tiver autuado a transgressão para no dia que fôr designado assistirem, querendo, ao julgamento

Art 636 ° O chefe da secretaria da câmara, ouvidas as testemunhas, cujos depoimentos serão escritos com a maior concisão possível, proferirá a sentença fundamentada, julgando subsistente ou insubsistente a transgressão, fixando, no primeiro caso, a importância da multa e do imposto e designando a pessoa ou pessoas responsáveis pelo seu pagamento

§ 1 ° A sentença sera intimada ao autuante e ao transgressor no prazo de cinco dias, para recorrerem, querendo

§ 2 ° Se o prazo do recurso terminar sem que éste tenha sido interposto ou sem que o transgressor tenha pago a importância em que houver sido condenado, o chefe da secretaria da câmara promovera a cobrança coerciva, nos termos dêste Código

Art 637 ° Nos processos de transgressão, as nulidades insuperáveis são apenas as seguintes :

1 ° Falta de 1 ° citação, intimação ou aviso

2 ° Não cumprimento das formalidades exigidas para o le-

vantamento dos autos de transgressão, exceptuada a indicação da lei ou regulamento infringidos

Art 638 ° Da decisão proferida pelo chefe de secretaria cabe recurso para o juiz de direito da comarca e, da decisão dêste, para o Tribunal da Relação, interpostos, um e outro, dentro do prazo de oito dias, a contar da intimação da sentença recorrida

CAPITULO II

Das despesas

Art 639 ° Constituem despesas obrigatorias da administração municipal

1 ° Os vencimentos e salarios do pessoal ,

2 ° As pensões de aposentação ou por desastres no trabalho ;

3 ° Os encargos dos empréstimos legalmente contraídos ,

4 ° As resultantes de contratos legalmente celebrados ,

5 ° As do pagamento de dívidas exigíveis, reconhecidas e liquidadas por sentença judicial ou do contencioso administrativo, ou confessadas pelas câmaras adentro das suas atribuições ,

6 ° As dos litígios das câmaras ,

7 ° As dos prémios de seguro dos bens municipais ;

8 ° As dos impostos, foros, pensões ou outros encargos a que estiverem sujeitos os bens próprios do concelho e o produto de adicionais ou percentagens devidas ao Estado ;

9 ° As do pagamento de emolumentos pelo julgamento das contas ;

10 ° As da assinatura do *Diario do Govêrno* ,

11 ° As de dotação dos serviços municipais e em geral as necessarias para o desempenho das atribuições de exercicio obrigatório da câmara

Art 640 ° Serão também satisfeitas obrigatoriamente

1 ° As despesas de renda ou construção, conservação e reparação dos edificios destinados aos tribunais judiciais da 1 ° instância com sede na circunscrição municipal ;

2 ° As despesas com renda, instalação e mobiliário, água e luz das secções de finanças, concelhias e dos bairros de Lisboa e Pôrto, tesourarias da Fazenda Pública, tribunais das execuções fiscaes, conservatórias do registo civil e delegações de saude, conservatórias do registo predial, nos concelhos que sejam sede de comarca, e das administrações de bairro, nos concelhos de Lisboa e Pôrto ,

3 ° As despesas de expediente das escolas primárias ,

4 ° As despesas da instalação dos carcereiros ,

5 ° As despesas de renda ou construção, conservação e reparação das casas para os magistrados judiciais ,

6 ° As despesas de transporte de doentes para tratamento

anti-rabico quando não sejam conhecidos ou não possuam recursos os donos dos cães raivosos ,

7° As despesas com o tratamento dos doentes pobres do concelho nos hospitais civis de Lisboa, hospital da Universidade de Coimbra, Hospital Escolar, Maternidade de Alfredo da Costa, Instituto de Oncologia e Instituto de Oftalmologia do Dr Gama Pinto, calculadas nos termos de lei especial ,

8° As despesas do recenseamento eleitoral, do recenseamento militar e do recenseamento escolar ,

9° As despesas do pagamento do subsídio por amparo, nos termos das leis de recrutamento militar ;

10° As despesas com as cotas que, por lei, hajam de pagar a associações e institutos nacionais ou internacionais

Art 641° As câmaras municipais dotarão obrigatoriamente as obras e melhoramentos das freguesias, de modo que todos os anos lhes sejam destinados, e gastos nelas conforme as necessidades mais urgentes, 25 por cento dos adicionais às contribuições do Estado arrecadados pela câmara nos concelhos rurais e 20 por cento nos urbanos, com preferência das freguesias ou povoações que não constituam a sede do concelho

§ único Em relação às freguesias com sede em cidades não ficam as câmaras sujeitas a obrigação prevista neste artigo, mas deverão conceder às respectivas juntas subsídios para fins de assistência ou outros semelhantes

CAPÍTULO III

Do orçamento

Art 642° O orçamento ordinário do município será elaborado de harmonia com as bases votadas pelo conselho municipal, sob proposta do presidente da câmara

§ único As bases conterão

a) O cômputo aproximado das despesas a efectuar ,

b) O critério de distribuição das dotações destinadas a obras e melhoramentos das freguesias ,

c) A discriminação das obras de interesse público a realizar pela câmara e sua dotação aproximada ;

d) Os novos lugares a criar ,

e) A indicação das economias a realizar na administração municipal ,

f) A aprovação das deliberações sobre criação de novas receitas e indicação de quais sejam ,

g) A aprovação das deliberações camarárias sobre empréstimos cuja realização se prevê ou sobre a parte de empréstimos a levantar no novo ano

Art 643° A receita ordinária dos municípios será classificada e distribuída pelos seguintes capítulos

1° Impostos directos ,

2° Impostos indirectos ;

3° Taxas Rendimentos de diversos serviços ;

4° Rendimento de bens próprios, dos serviços municipais e municipalizados ,

5° Reembolsos e reposições ,

6° Consignação de receitas

Art. 644° A receita extraordinária constituirá um único capítulo

Art 645° Os capítulos da receita ordinária e extraordinária serão divididos em artigos e estes em alíneas, correspondendo os artigos a grupos de rendimentos da mesma origem e natureza e as alíneas aos rendimentos singularmente considerados.

Art. 646° As despesas das câmaras serão também classificadas no orçamento em capítulos, cada um dos quais corresponderá a um serviço municipal, excepto o primeiro, destinado à inscrição dos encargos de empréstimos, o segundo às despesas com o pessoal aposentado e o último ao pagamento a diversas entidades por consignação de receitas.

Art 647° Em cada capítulo as despesas serão discriminadas por artigos, com numeração seguida, e repartidas pelas seguintes classes

1ª Despesas com o pessoal ,

2ª Despesas com o material ;

3ª Pagamento de serviços e diversos encargos

§ 1° Nas despesas com o pessoal e os artigos discriminarão as remunerações certas e as remunerações acidentais e, tanto em relação a umas como a outras, as despesas com o pessoal do quadro, com o pessoal adido e com o pessoal contratado ou assalariado

§ 2° Nas despesas com o material devem ser separadamente inscritas as verbas para construções e obras novas, aquisições de utilização permanente, conservação e aproveitamento de material e aquisições de material de consumo corrente, devendo individualizar-se o mais possível as obras a que as verbas se destinem

§ 3° As despesas de pagamento de serviços e diversos encargos devem ser discriminadas em despesas de higiene, saúde e conforto, seguros, foros e contribuições e outros serviços e encargos, subdividindo-se os respectivos artigos nas alíneas necessárias para suficiente individualização das despesas

Art 648° As verbas inscritas no capítulo «Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas» devem ser iguais às importâncias que lhes correspondem no capítulo «Consignação de receitas», considerando-as autorizadas, sem dependência de qualquer deliberação especial ou orçamento suplementar, a pagamentos até à concorrência das cobranças realizadas por cada rendimento.

Art 649 ° Em anexo ao orçamento geral do município figurarão

- a) Os orçamentos dos serviços municipalizados ,
- b) Os orçamentos das zonas de turismo

§ unico Os orçamentos anexos serão quanto possível elaborados segundo as regras prescritas para a elaboração do orçamento ordinário

Art 650 ° É permitido as câmaras, independentemente da aprovação do conselho municipal, elaborar os orçamentos suplementares quando seja necessário prover ao pagamento de despesas obrigatórias urgentes, insuficientemente dotadas no orçamento ordinário, ou à realização de despesas causadas por factos ou circunstâncias imprevisíveis no momento da elaboração do orçamento ordinário

§ unico Em hipótese diferente das previstas no corpo deste artigo compete ao conselho municipal aprovar as bases dos orçamentos suplementares

Art 651 ° Os eleitores e contribuintes da circunscrição municipal podem, singular ou colectivamente, reclamar para os tribunais administrativos contra as verbas orçamentais cuja inscrição ou dotação seja ilegal ou contrária as bases aprovadas pelo conselho municipal

CAPÍTULO IV

Da contabilidade municipal

Art 652 ° As normas regulamentares da contabilidade das câmaras municipais serão aplicadas a todos os concelhos, com excepção dos de Lisboa e Pôrto

Art 653 ° O regulamento da contabilidade municipal compreenderá

1 ° A indicação das obrigações dos chefes de secretaria e dos tesoureiros municipais ;

2 ° O processo a seguir na escrituração e cobrança de todas as receitas, a escrituração e pagamento de todas as despesas, o número, espécie e arrumação dos livros e os modelos dos impressos a adoptar ,

3 ° Os preceitos a seguir para a preparação dos orçamentos e organização das contas e na arrumação e arquivo dos documentos de receita e despesa

Art 654 ° A conta de gerência sera organizada, sob a direcção do presidente da câmara, pelo chefe da secretaria, por ambos assinada e submetida à aprovação da câmara municipal, pelo presidente, até 15 de Março do ano seguinte àquele a que respeite, e remetida ao Tribunal de Contas até 31 do mesmo mes

CAPÍTULO V

Disposições especiais para as zonas de turismo

Art 655 ° As juntas de turismo gozam de autonomia financeira adentro do município

Art 656 ° São receitas próprias das juntas de turismo .

1 ° O imposto de turismo ;

2 ° Os rendimentos de bens próprios ,

3 ° As participações de lucros e rendas fixas ,

4 ° O lucro de explorações comerciais ou industriais ;

5 ° Os subsídios permanentes ;

6 ° Os donativos ;

7 ° As heranças, legados ou doações que a câmara aceite em seu nome ;

8 ° O produto da alienação de bens e da amortização ou reembolso de quaisquer títulos ou capitais ,

9 ° O produto dos empréstimos que a câmara contraia com destino a aplicação na zona e para fins de turismo, caucionados pelos rendimentos da junta ,

10 ° Os saldos verificados na gerência anterior

§ 1 ° As receitas enumeradas nos n °s 1 ° a 5 ° são de carácter ordinário, as do n ° 6 ° a 10 ° de character extraordinario

§ 2 ° Do produto das receitas ordinarias entregarão as câmaras nas tesourarias da Fazenda Pública a importância correspondente a 20 por cento, que constitua receita do Estado.

Art 657.° A cobrança coerciva das receitas das juntas de turismo sera feita nos termos prescritos para as demais receitas municipais.

Art 658 ° Nos serviços de contabilidade e tesouraria das juntas de turismo, e em tudo o que respeita à elaboração de orçamentos e conta de gerência, observar-se-a na parte aplicável o disposto para as câmaras municipais

TÍTULO III

Das finanças paroquiais

CAPÍTULO ÚNICO

Das receitas, das despesas, do orçamento e das contas paroquiais

Art 659 ° Constituem receita ordinária das freguesias

1 ° Os subsídios do município ,

2 ° O rendimento dos bens próprios ,

3 ° As taxas pelo uso dos bens do logradouro paroquial ;

4 ° O rendimento dos cemiterios paroquiais ,

5° As multas impostas por lei, regulamento ou postura em benefício da freguesia ;

6° Quaisquer outros rendimentos permanentes estabelecidos por lei ou regulamento

Art 660° São despesas obrigatórias da freguesia

1° Os vencimentos do pessoal ;

2° As resultantes de contratos legalmente celebrados ,

3° As do pagamento de dívidas exigíveis ,

4° As dos litígios paroquiais ,

5° As dos prémios de seguro dos bens e edifícios paroquiais ;

6° As dos impostos, foros, pensões e outros encargos a que estejam sujeitos aos bens próprios da freguesia ,

7° As de dotação dos serviços paroquiais ,

8° As dos recenseamentos paroquiais

Art 661° O orçamento paroquial discriminará com precisão e clareza as diversas verbas de receita e despesa, cingindo-se quanto possível ao que vai disposto para os municípios, emquanto o Governo não decretar o regulamento da contabilidade paroquial

Art 662° As juntas de freguesia não podem em caso algum contrair empréstimos

Art 663° As contas das juntas de freguesia são julgadas pelo presidente da câmara, até 30 de Abril de cada ano, com recurso para o Tribunal de Contas

§ único Sempre que as contas das juntas de freguesia acusem uma despesa total superior a 250 contos serão julgadas pelo Tribunal de Contas

Art 664° As reclamações sobre taxas e quaisquer outros rendimentos paroquiais serão julgadas em 1.ª instância pelo chefe de secretaria da câmara, com recurso para o juiz de direito da comarca e, da decisão dêste, para o Tribunal da Relação, seguindo-se, na parte aplicável, o disposto nos artigos 623° e seguintes

TÍTULO IV

Das finanças provinciais

CAPÍTULO ÚNICO

Das receitas, despesas, orçamento e contas provinciais

Art 665° As juntas de província podem lançar o adicional de 2 por cento sobre as colectas das contribuições predial e industrial e do imposto profissional, liquidadas para o Estado na área da sua jurisdição

Art 666° Constituem despesas obrigatórias da administração provincial .

1° Os vencimentos do pessoal ;

2° As pensões de aposentação ,

3° Os encargos dos empréstimos legalmente contraídos ,

4° As resultantes de contratos legalmente celebrados ;

5° As do pagamento de dívidas exigíveis ,

6° As dos litígios da junta de província ;

7° As dos prémios de seguro dos bens provinciais ;

8° Os resultantes do arrendamento, aquisição ou construção e conservação de edifícios indispensáveis para as repartições distritais e respectivo mobiliário, considerando-se como tais os tribunais de trabalho ,

9° As dos impostos, foros e pensões ou outros encargos a que estiverem sujeitos os bens próprios da província ;

10° As de dotação dos serviços provinciais ;

11° As do pagamento de emolumentos pelo julgamento das contas

Art. 667° A receita ordinária das províncias será classificada e distribuída no orçamento pelos seguintes capítulos :

1° Adicionais às contribuições do Estado ;

2° Taxas Rendimentos de diversos serviços e de bens próprios ,

3° Reembolsos e reposições ;

4° Consignação de receitas

Art 668° Enquanto não for decretado o regulamento da contabilidade provincial são applicaveis, tanto quanto possível, ao orçamento e contabilidade da província os preceitos relativos ao orçamento e contabilidade municipal

Art 669° As contas das juntas de província são julgadas pelo Tribunal de Contas

Art 670° As reclamações sobre taxas e quaisquer outros rendimentos cobrados pela província serão julgadas em 1.ª instância pelo chefe de secretaria da junta, com recurso para o juiz de direito da comarca da sede da província, ou da 1.ª vara cível, e, da decisão dêste, para o Tribunal da Relação, seguindo-se na parte applicável, o disposto nos artigos 623° e seguintes.

PARTE IV

Do contencioso administrativo

TÍTULO I

Dos tribunais do contencioso administrativo

CAPÍTULO I

Da organização

Art 671 ° As questões contenciosas da administração local, que por lei não estejam sujeitas à jurisdição de outros tribunais, são julgadas pelos tribunais de contencioso administrativo, nos termos deste Código

Art 672 ° Os tribunais do contencioso administrativo são

1 ° As auditorias ,

2 ° O Supremo Tribunal Administrativo

Art 673 ° Na sede de cada distrito judicial do continente haverá uma auditoria administrativa, com jurisdição na respectiva área

Art 674 ° O julgamento das questões contenciosas pertence, em cada auditoria, a um auditor administrativo, com a categoria e vencimentos de juiz de direito de 1ª classe

§ único Na falta ou impedimento do auditor, será este substituído pelo juiz da 1ª vara judicial da comarca da sede da auditoria, ou por quem suas vezes fizer

Art 675 ° Os auditores administrativos, salvo o disposto no artigo seguinte, são nomeados de entre os agentes do Ministério Público junto das auditorias, aprovados em concurso de habilitação por provas públicas, escritas e orais

§ 1 ° Só podem ser admitidos a concurso os agentes do Ministério Público com o mínimo de seis anos de serviço efectivo

§ 2 ° Se ocorrer uma vaga e, por falta de aprovação em concurso, houver agentes do Ministério Público com seis anos de serviço, ou mais, que não estejam em condições de ser nomeados, abrir-se-á imediatamente concurso de habilitação e a vaga só será preenchida depois de realizado este

§ 3 ° Perde o lugar o agente do Ministério Público que não requeira a sua admissão ao primeiro concurso aberto depois de haver completado seis anos de serviço efectivo ou que nele não obtenha a classificação mínima de *bom*

§ 4 ° Os agentes do Ministério Público aprovados com a classificação de *multo bom* têm preferência sobre os classificados com *bom*, mas, dentro de cada grupo, podera o Presidente do Conselho nomear livremente

§ 5 ° Os agentes do Ministério Público aprovados com a classificação de *bom* podem ser admitidos, para o efeito de melhoria de classificação, ao primeiro concurso que venha a realizar-se posteriormente

Art 676 ° Se se der uma vaga de auditor administrativo sem que qualquer dos agentes do Ministério Público junto das auditorias tenha completado seis anos de serviço efectivo, abrir-se-á concurso a que poderão ser admitidos

1 ° Os agentes do Ministério Público junto das auditorias com três anos, pelo menos, de serviço efectivo ,

2 ° Os magistrados judiciais ,

3 ° Os licenciados em ciências económicas e políticas que tenham obtido a classificação final de 17 valores, pelo menos.

Art 677 ° Cumpre ao auditor

1 ° Tomar a declaração de honra e conferir a posse ao agente do Ministério Público ;

2 ° Manter a ordem dentro do tribunal, aplicando aos perturbadores as sanções da lei ;

3 ° Ordenar a instauração de processos disciplinares aos funcionários do governo civil em exercício na secretaria, remetendo-os àquele magistrado para julgamento ,

4 ° Informar sobre os pedidos de licença dos funcionários da secretaria ,

5 ° Cumprir os mandatos e as cartas de ordem e precatórias de outros tribunais do contencioso administrativo

Art 678 ° Os auditores administrativos são independentes nos seus julgamentos e gozam de inamovibilidade nos mesmos termos dos magistrados judiciais

Art 679 ° As infracções disciplinares dos auditores administrativos serão julgadas pela secção do contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo, a cujos acórdãos o Presidente do Conselho dara execução, salvo o recurso para o Tribunal Pleno

§ único O processo disciplinar será instruído por um juiz do Supremo Tribunal Administrativo designado pelo presidente, observando-se o disposto quanto à disciplina dos magistrados judiciais

Art 680 ° Junto de cada auditoria funcionará um agente do Ministério Público

§ 1 ° Os agentes do Ministério Público junto das auditorias estão imediatamente subordinados ao agente do Ministério Público junto da secção do contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo

§ 2 ° Na sua falta ou impedimento, os agentes do Ministério Público junto das auditorias serão substituídos pelos delegados do Procurador da República da 1ª vara judicial da sede da auditoria, ou por quem suas vezes fizer

Art 681 ° Os agentes do Ministério Público junto das auditorias são nomeados precedendo concurso por provas públicas,

escritas e orais, a que poderão concorrer os delegados do Procurador da República de 2ª classe, os funcionários da 1ª categoria do quadro geral administrativo dos serviços externos do Ministério do Interior, que tenham três anos, pelo menos, de exercício efectivo de funções, e os licenciados em ciências económicas e politicas com a informação final mínima de 16 valores

Art 682º Compete ao agente do Ministério Público junto das auditorias

1º Recorrer, por iniciativa própria ou no cumprimento de instruções superiores, de todas as deliberações ilegais dos corpos administrativos e mais entidades de cujas decisões conhece o auditor ,

2º Recorrer para o auditor contra as nulidades das eleições dos corpos administrativos e dos conselhos municipais e provinciais ;

3º Intervir em todos os processos, pugnando nêles pela reparação da lei ofendida e defendendo os legítimos interesses do Estado e das autarquias locais ,

4º Promover o andamento dos processos pendentes ,

5º Interpor os competentes recursos das decisões ilegais proferidas pelo auditor ,

6º Participar ao competente delegado do Procurador da República todas as infracções ou delitos de que tiver conhecimento pelos processos contenciosos pendentes ,

7º Prestar ao agente do Ministério Público junto da secção do contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo todas as informações officiaes que lhe forem pedidas ,

8º Fiscalizar a arrecadação, depósito e levantamento de multas, custas e outras receitas do tribunal ;

9º Escriurar e fazer escriurar os livros e expediente próprio, e organizar o arquivo ,

10º Corresponder-se directamente com todas as autoridades e repartições públicas ,

11º Praticar quaisquer outros actos que lhe sejam cometidos por lei ou ordens superiores

Art 683º As infracções disciplinares dos agentes do Ministério Público junto das auditorias são julgadas nos termos estabelecidos para as dos auditores

§ único O processo disciplinar será instruído pelo agente do Ministério Público junto da secção do contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo

Art 684º Em cada auditoria administrativa haverá uma secretaria, à qual competirá dar expediente a todos os processos e negócios que forem affectos ao tribunal, incluindo os privativos do agente do Ministério Público, e a guarda e arquivo dos respectivos livros, processos e mais papéis

Art 685º As secretarias das auditorias funcionam sob a immediata direcção de um chefe de secretaria e a superinten-

dência e fiscalização do auditor e do agente do Ministério Público

Art 686º As funções de chefe de secretaria das auditorias serão desempenhadas por um official da secretaria do governo civil, designado pelo governador civil

§ 1º O chefe da secretaria pode ter um ajudante por elle pago e nomeado pelo Ministro do Interior sob proposta sua e informação favorável do auditor

§ 2º Na falta ou impedimento do chefe da secretaria, será este substituído pelo ajudante, se o tiver, ou por um funcionario da secretaria do governo civil, requisitado pelo auditor ao governador civil

Art 687º Compete ao chefe da secretaria da auditoria ;

1º Registrar a entrada de todos os processos e demais papéis dirigidos à auditoria e apresentar diariamente ao auditor os que careçam de despacho ,

2º Assistir o auditor em todos os actos da sua função que não forem despachos ou sentenças ,

3º Escrever todos os termos e autos do processo a que assistir o auditor ou o agente do Ministério Público ;

4º Registrar as cartas precatórias expedidas ou devolvidas pela auditoria ;

5º Contar os processos ,

6º Registrar, pelo teor, toda a correspondência expedida pela auditoria e redigir a que não fôr minutada pelos magistrados ,

7º Executar o expediente próprio do agente do Ministério Público, de que fôr encarregado por este ,

8º Registrar as licenças, diplomas e posses dos magistrados ;

9º Superintender nos serviços de limpeza, arrumação e conservação do tribunal e suas dependencias ,

10º Exercer as attribuições de chefe de secretaria em tudo o que respeite a assiduidade e disciplina do respectivo pessoal ;

Art 688º Em cada auditoria haverá um official de diligências

§ unico. As funções de official de diligências serão desempenhadas por um contínuo do governo civil, designado pelo governador civil, ao qual incumbirão as attribuições dos funcionarios de igual categoria dos tribunais judiciais

Art 689º Junto da Presidência do Conselho funciona o Supremo Tribunal Administrativo

§ unico A organização do Supremo Tribunal Administrativo é regulada por lei especial

CAPÍTULO II

Do funcionamento

Art 690° As auditorias funcionam no edificio do governo civil do distrito em cuja sede existam

Art 691° Os recursos, requerimentos e alegações serão apresentados nas secretarias dos tribunais do contencioso administrativo dentro dos prazos legais e às horas regulamentares, mediante recibo, se fôr exigido. Os despachos, sentenças e acórdãos serão proferidos nos prazos legais e devidamente intimados. As diligências de produção de prova, quando as haja, realizar-se-ão em dias e horas previamente marcados e intimados as partes

Art 692° As secretarias dos tribunais do contencioso administrativo estarão abertas, para os respectivos serviços, todos os dias úteis, durante as horas normais do serviço publico

Art 693° Haverá nos tribunais do contencioso administrativo as mesmas férias que nos tribunais judiciais, mas os incidentes de pedido de suspensão das decisões e deliberações recorridas, bem como os processos eleitorais, correrão mesmo em férias

Art 694° O processo nos tribunais do contencioso administrativo constitue objecto de regulamentos especiais

TÍTULO II

Da competência contenciosa

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art 695° So são susceptíveis de impugnação contenciosa as deliberações e decisões definitivas e executórias da administração pública, quando arguidas de incompetência, excesso de poder ou violação de lei, regulamento ou contrato administrativo

§ único Para efeitos contenciosos, consideram-se contratos administrativos os contratos de empreitada ou concessão de obras publicas, de concessão de serviços públicos, de fornecimento contínuo e de prestação de serviços celebrados entre a administração e os particulares, para fins de serviço público

Art 696° Não é permitido aos tribunais do contencioso administrativo julgar, principal ou incidentemente, questões sobre o estado ou qualidade das pessoas, títulos de propriedade ou posse e validade de contratos civis ou direitos dêles emergentes

§ único Constituem objecto do contencioso administrativo as questões respeitantes à administração e policia dos bens do dominio publico

Art 697° Nos recursos de decisões proferidas em processos disciplinares, os tribunais do contencioso administrativo não poderão conhecer da gravidade da pena aplicada, nem da existência material das faltas imputadas aos arguidos, salvo quando se alegue desvio de poder ou quando a lei fixe expressamente, quer a pena, quer as condições de existência da infracção

§ unico O disposto neste artigo quanto à apreciação da existência material das faltas disciplinares não se aplica aos recursos da competência dos auditores nem aos recursos interpostos das respectivas sentenças

Art 698° A competência contenciosa é de ordem pública e não se altera nem se modifica por arbitrio das partes. A sua apreciação precederá o conhecimento de qualquer outra matéria

Art 699° Os juizes do contencioso administrativo não podem abster-se de julgar a pretexto de falta ou obscuridade da lei, carência de provas, inutilidade da decisão ou por qualquer outro motivo

CAPÍTULO II

Da competência contenciosa dos auditores

Art 700° Compete ao auditor julgar

1° Os recursos das decisões dos magistrados administrativos e dos presidentes das câmaras municipais, salvo, quanto a estes, o disposto nos §§ 1° e 3° do artigo 82°;

2° Os recursos das deliberações dos corpos administrativos, das comissões administrativas das federações de municípios e das comissões centrais das uniões de freguesias;

3° Os recursos das deliberações do conselho municipal e da assemblea ou do conselho paroquais,

4° Os recursos das deliberações das juntas de turismo, das juntas autónomas dos portos e das comissões venatórias, regionais e concelhias;

5° Os recursos das decisões dos concessionários de exploração de obras ou serviços municipais, que violem os regulamentos das obras ou dos serviços;

6° Os recursos das deliberações das mesas, direcções, gerências ou assembleas gerais das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, quando arguidas de violação de lei, regulamento, compromisso ou estatutos;

7° As acções para efectivação da responsabilidade civil das autarquias locais por facto dos respectivos corpos administrativos ou dos seus funcionários e assalariados;

8.º As acções de interpretação dos contratos administrativos celebrados entre o concelho, a freguesia ou a província e os particulares,

9.º Os recursos contra a inscrição ou omissão nos recenseamentos paroquiais dos chefes de família e dos pobres e indigentes;

10.º Os recursos contra a inscrição ou omissão no recenseamento eleitoral,

11.º Os recursos relativos às eleições dos órgãos da administração municipal, paroquial ou provincial e das mesas, direcções ou gerências das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, e ao acto do *referendum*,

12.º Os processos sobre inelegibilidades e escusas dos eleitos para os corpos administrativos e para os conselhos municipais e provinciais;

13.º Todos os demais recursos, processos ou acções entregues por lei ao seu julgamento

§ único Em todos os recursos ou acções pendentes na auditoria, compete ao auditor

1.º Condenar em custas e impor multas nos termos da lei,

2.º Mandar riscar nos papéis que lhe forem submetidos quaisquer expressões ofensivas ou menos respeitadas para o tribunal ou para os poderes públicos, ou que contenham matéria contrária à moral ou à ordem social e política existentes;

3.º Dar conhecimento ao Ministério Público de quaisquer ilegalidades ou irregularidades de que tenha conhecimento no decorrer dos processos, nos casos em que careça, para proceder, da promoção daquele magistrado;

4.º Requisitar, officiosamente ou a requerimento das partes, a todas as autoridades públicas, corpos administrativos e pessoas colectivas de utilidade pública administrativa as informações e documentos que julgue necessários para instrução dos processos;

5.º Expedir as cartas precatórias que lhe sejam requeridas para quaisquer tribunais administrativos e judiciais da 1.ª instância.

Art 701.º Os recursos a que se refere o artigo anterior podem ser interpostos

1.º Pelo Ministério Público,

2.º Pelos titulares de interesses directos, pessoais e legítimos ofendidos pela deliberação ou decisão recorrida

Art 702.º A qualquer eleitor, ou contribuinte das contribuições directas do Estado, no gozo dos seus direitos civis e políticos, e permitido recorrer das deliberações, que tenha por ilegais, tomadas pelos corpos administrativos das circunscrições em que se ache recenseado, ou por onde seja colectado, e pelas demais entidade referidas nos n.ºs 2.º, 3.º e 4.º do artigo 700.º, com jurisdição na mesma área

Art 703.º Os recursos a que se refere o n.º 6.º do artigo 700.º podem ser interpostos por qualquer gerente, irmão ou associado no pleno gozo dos seus direitos sociais

Art 704.º As acções de interpretação dos contratos administrativos só podem ser propostas pelas entidades contratantes

Art 705.º Pode qualquer eleitor, nos termos estabelecidos na lei eleitoral, interpor os recursos enumerados nos n.ºs 9.º, 11.º e 12.º do artigo 700.º

Art 706.º Salvos os recursos e processos eleitorais, o prazo para interposição de quaisquer recursos, cujo julgamento pertença aos auditores administrativos, é de três meses, contados da data em que a decisão ou deliberação tenha tido começo de execução, ou da data da sua intimação aos interessados

§ único Exceptuam-se do disposto neste artigo, podendo ser impugnada a sua legalidade a todo o tempo

1.º As deliberações e decisões nulas e de nenhum efeito;

2.º As posturas e regulamentos policiais;

3.º As deliberações que criem impostos não permitidos por lei

Art 707.º As acções de interpretação dos contratos administrativos podem ser interpostas a todo o tempo e as de responsabilidade civil dentro dos três anos seguintes à efectivação da ofensa que os legitimar

Art 708.º Os prazos para os recursos e processos eleitorais são estabelecidos na lei eleitoral

Art 709.º As sentenças proferidas pelos auditores administrativos, quando passadas em julgado, têm força executória

Art 710.º Na execução das sentenças proferidas pela auditoria, proceder-se-á do seguinte modo

1.º Se o exequendo for um corpo administrativo e este não deliberar dar execução à sentença no prazo de três meses contados da data do trânsito em julgado, assim o participará o exequente ao auditor administrativo Recebida a participação, o auditor remetê-la-á a Direcção Geral de Administração Política e Civil, para que se ordene a execução pedida, sob pena de dissolução do corpo administrativo,

2.º Se o exequente for uma pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, proceder-se-á nos mesmos termos do numero anterior, mas o processo será remetido ao governador civil respectivo,

3.º Em todos os outros casos em que a execução deva correr contra algum órgão da administração pública, remeterá o auditor o processo à entidade que sobre aquele exerça poder hierárquico ou de mera inspecção,

4.º Se o exequendo for algum particular, a execução será promovida pelos interessados nos tribunais comuns, com base na sentença do auditor

CAPÍTULO III

Da competência contenciosa do Supremo Tribunal Administrativo

Art 711º Compete ao Supremo Tribunal Administrativo, como tribunal do contencioso da administração local, julgar

1º Os recursos interpostos das decisões dos auditores,

2º Todos os demais recursos confiados por lei ao seu julgamento

Art 712º Em tudo o que sobre organização, funcionamento e competência das auditorias e do Supremo Tribunal Administrativo não se encontre regulado neste Código aplicar-se-ão as disposições das respectivas leis e regulamentos especiais

Ministério do Interior, 31 de Dezembro de 1936 — O Ministro do Interior, *Mário Pais de Sousa*

MAPA I

Classificação dos concelhos

Concelhos urbanos

1ª ordem — Com sede em cidade de 25 000 ou mais habitantes, ou de 20 000 ou mais, sendo capital de provincia, em que a população da sede corresponde a quarta parte, pelo menos, da população total do concelho (nº 1º do § 1º do artigo 2º)

Braga	26 962
Coimbra	27 333
Evora	22 061
Setubal	46 398

2ª ordem — Obrigatoriamente federados com Lisboa e Porto, com sede em vila de 20 000 ou mais habitantes ou em que o montante das contribuições directas anualmente liquidadas para o Estado é igual ou superior a 2 500 contos (nº 2º do § 1º do artigo 3º)

Lisboa

Cascais
Loures
Sintra

Porto

Matozinhos
Vila Nova de Gaia

3ª ordem — Obrigatoriamente federados com Lisboa e Porto, não compreendidos na 1ª e 2ª ordem (nº 3º do § 1º do artigo 3º)

Lisboa

Almada
Oeiras

Porto

Gondomar
Maia
Valongo

Concelhos rurais

1ª ordem — Com sede em capital de distrito (alínea a) do nº 1º do § 2º do artigo 3º)

Aveiro	31 043
Beja	36 729
Bragança	29 574

Castelo Branco	50 848
Faro	29 186
Guarda	43 654
Leiria	57 138
Portalegre	23 950
Santarem	54 817
Viana do Castelo	55 708
Vila Real	37 391
Viseu	60 074

Com 55 000 ou mais habitantes (alínea b) do nº 1º do § 2º do artigo 3º)

Braga

Barcelos	57 701
Gumarães	63 986

Em que o montante das contribuições directas anualmente liquidadas para o Estado é igual ou superior a 2 500 contos (alínea c) do nº 1º do § 2º do artigo 3º)

Castelo Branco

Covilhã	2 789 503 \$49
---------	----------------

Coimbra

Figueira da Foz	2 544 796 \$57
-----------------	----------------

2ª ordem — Com 20 000 ou mais habitantes e menos de 55 000 (alínea a) do nº 2º do § 2º do artigo 3º)

Aveiro

Águeda	25 624
Anadia	23 060
Arouca	20 443
Estarreja	22 158
Feira	51 793
Oliveira de Azemeis	32 966
Ovar	29 317

Beja

Mertola	25 512
Moura	23 723
Odemira	32 705
Serpa	29 344

Braga

Celorico de Basto	21 502
Fafe	32 894
Vila Nova de Famalicão	44 203
Vila Verde	35 211

Bragança		Santarem	
Mirandela	22 740	Abrantes	39 212
Castelo Branco		Tomar	39 346
Fundão	43 018	Tôres Novas	33 921
Idanha-a-Nova	27 952	Vila Nova de Ourem	34 584
Sertã	24 076	Setubal	
Coimbra		Barreiro	21 042
Arganil	20 691	Santiago do Cacem	26 172
Cantanhede	33 902	Viana do Castelo	
Montemor-o-Velho	25 378	Arcos de Valdevez	33 980
Oliveira do Hospital	27 465	Monção	24 808
Soure	23 422	Ponte do Lima	36 899
Évora		Vila Real	
Estremoz	21 412	Aljo	20 496
Montemor-o-Novo	29 354	Chaves	40 409
Faro		Montalegre	20 730
Loulé	45 475	Pêso da Regua	20 536
Olhão	28 425	Valpaços	25 981
Portimão	21 095	Viseu	
Silves	34 854	Castro Daire	23 200
Tavira	28 037	Lamego	34 220
Guarda		Mangualde	22 673
Gouveia	24 799	Resende	21 613
Sabugal	35 502	S Pedro do Sul	23 412
Seia	33 133	Sinfães	29 338
Leiria		Tondela	33 931
Alcobaça	38 718	Com menos de 20 000 habitantes, em que o montante das contribuições directas anualmente liquidadas para o Estado é igual ou superior a 1 000 e inferior a 2 500 contos (alinea b) do n.º 2.º do § 2.º do artigo 3.º)	
Caldas da Rainha	29 414	Lisboa	
Pombal	45 803	Azambuja	1 197 077 \$43
Lisboa		Santarem	
Alenquer	30 516	Cartaxo	1 269 862 \$99
Mafra	30 036	Chamusca	1 029 960 \$20
Tôres Vedras	47 953	Coruche	1 550 706 \$50
Vila Franca de Xira	24 390	Golegã	1 172 858 \$46
Portalegre		Setúbal	
Elvas	25 416	Alcácer do Sal	1 352 222 \$38
Pôrto		3.ª ordem — Não compreendidos nas ordens anteriores (n.º 3.º do § 2.º do artigo 3.º)	
Amarante	37 929	Aveiro	
Baião	26 885	Albergaria-a-Velha	
Felgueiras	25 506	Castelo de Paiva	
Marco de Canaveses	32 638		
Paredes	26 812		
Penafiel	37 629		
Póvoa de Varzim	28 951		
Santo Tirso	40 980		
Vila do Conde	34 762		

Espinho	Penela
Ilhavo	Poiães
Mealhada	Tábua
Murtosa	Évora
Oliveira do Bairro	Alandroal
S João da Madeira	Arraiolos
Sever do Vouga	Borba
Vagos	Mora
Vale de Cambra	Mourão
Beja	Portel
Aljustrel	Redondo
Almodôvar	Reguengos de Monsaraz
Alvito	Viana do Alentejo
Barrancos	Vila Viçosa
Castro Verde	Faro
Cuba	Albufeira
Ferreira do Alentejo	Alcoutim
Ourique	Aljezur
Vidigueira	Alportel
Braga	Castro Marim
Amares	Lagoa
Cabeceiras de Basto	Lagos
Esposende	Monchique
Póvoa de Lanhoso	Vila do Bispo
Terras do Bouro	Vila Real de Santo António.
Vieira	Guarda
Bragança	Aguar da Beira
Alfândega da Fe	Almeida
Carraceda de Anciães	Celorico da Beira
Freixo de Espada-à-Cinta	Figueira de Castelo Rodrigo
Macedo de Cavaleiros	Fornos de Algodres
Miranda do Douro	Manteigas
Mogadouro	Meda
Torre de Moncorvo	Pinhel
Vila Flor	Trancoso
Vimioso	Vila Nova de Fozcoia
Vinhais	Leiria
Castelo Branco	Alvaiázere
Belmonte	Ancião
Oleiros	Batalha
Penamacor	Bombarral
Proença-a-Nova	Castanheira de Pêra.
Vila de Rei	Figueiro dos Vinhos.
Vila Velha de Ródão	Marinha Grande
Coimbra	Nazaré
Condeixa-a-Nova	Óbidos
Góis	Pedrogão Grande
Lousã	Peniche
Mira	Pôrto de Mós.
Miranda do Corvo	Lisboa
Pampilhosa da Serra.	Arruda dos Vinhos.
Penacova	Cadaval

Bragança		Santarem	
Mirandela	22 740	Abrantes	39 212
Castelo Branco		Tomar	39 346
Fundão	43 018	Tôres Novas	33 921
Idanha-a-Nova	27 952	Vila Nova de Ourem	34 584
Sertã	24 076	Setubal	
Coimbra		Barreiro	21 042
Arganil	20 691	Santiago do Cacem	26 172
Cantanhede	33 902	Viana do Castelo	
Montemor-o-Velho	25 378	Arcos de Valdevez	33 980
Oliveira do Hospital	27 465	Monção	24 808
Soure	23 422	Ponte do Lima	36 899
Évora		Vila Real	
Estremoz	21 412	Alijo	20 496
Montemor-o-Novo	29 354	Chaves	40 409
Faro		Montalegre	20 730
Loulé	45 475	Pêso da Regua	20 536
Olhão	28 425	Valpaços	25 981
Portimão	21 095	Viseu	
Silves	34 854	Castro Daire	23 200
Tavira	28 037	Lamego	34 220
Guarda		Mangualde	22 673
Gouveia	24 799	Resende	21 613
Sabugal	35 502	S Pedro do Sul	23 412
Seia	33 133	Sinfães	29 338
Leiria		Tondela	33 931
Alcobaça	38 718	Com menos de 20 000 habitantes, em que o montante das contribuições directas anualmente liquidadas para o Estado é igual ou superior a 1 000 e inferior a 2 500 contos (alinea b) do n.º 2.º do § 2.º do artigo 3.º)	
Caldas da Rainha	29 414	Lisboa	
Pombal	45 803	Azambuja	1 197 077\$43
Lisboa		Santarem	
Alenquer	30 516	Cartaxo	1 269 862\$99
Mafra	30 036	Chamusca	1 029 960\$20
Tôres Vedras	47 953	Coruche	1 550 706\$50
Vila Franca de Xira	24 390	Golegã	1 172 858\$46
Portalegre		Setubal	
Elvas	25 416	Alcacer do Sal	1 352 222\$38
Pôrto		3.ª ordem — Não compreendidos nas ordens anteriores (n.º 3.º do § 2.º do artigo 3.º)	
Amarante	37 929	Aveiro	
Baião	26 885	Albergaria-a-Velha	
Felgueiras	25 506	Castelo de Paiva	
Marco de Canaveses	32 638		
Paredes	26 812		
Penafiel	37 629		
Póvoa de Varzim	28 951		
Santo Tirso	40 980		
Vila do Conde	34 762		

Espinho		Penela	
Ilhavo		Poiães	
Mealhada		Tábua	
Murtosa		Évora	
Oliveira do Bairro		Alandroal	
S João da Madeira		Arraiolos	
Sever do Vouga		Borba	
Vagos		Mora	
Vale de Cambra		Mourão	
Beja		Portel	
Aljustrel		Redondo	
Almodovar		Reguengos de Monsaraz	
Alvito		Viana do Alentejo	
Barrancos		Vila Viçosa	
Castro Verde		Faro	
Cuba		Albufeira	
Ferreira do Alentejo		Alcoutim	
Ourique		Aljezur	
Vidigueira		Alportel	
Braga		Castro Marim	
Amares		Lagoa	
Cabeceiras de Basto		Lagos	
Esposende		Monchique	
Póvoa de Lanhoso		Vila do Bispo	
Terras do Bouro		Vila Real de Santo Antonio	
Vieira		Guarda	
Bragança		Aguar da Beira	
Alfândega da Fe		Almeida	
Carrizada de Anciães		Celorico da Beira	
Freixo de Espada-à-Cinta		Figueira de Castelo Rodrigo	
Macedo de Cavaleiros		Fornos de Algodres	
Miranda do Douro		Manteigas	
Mogadouro		Meda	
Torre de Moncorvo		Pinhel	
Vila Flor		Trancoso	
Vimioso		Vila Nova de Fozcoia	
Vinhais		Leiria	
Castelo Branco		Alvaiázere	
Belmonte		Ancião	
Oleiros		Batalha	
Penamacor		Bombarral	
Proença-a-Nova		Castanheira de Pêra	
Vila de Rei		Figueiró dos Vinhos	
Vila Velha de Ródão		Marinha Grande	
Coimbra		Nazaré	
Condeixa-a-Nova		Óbidos	
Góis		Pedrogão Grande	
Lousã		Peniche	
Mira		Pôrto de Mós	
Miranda do Corvo		Lisboa	
Pampilhosa da Serra		Arruda dos Vinhos	
Penacova		Cadaval	

Lourinhã	Palmela
Sobral de Monte Agraço	Seixal
	Sezimbra
	Sines
Portalegre	
Alter do Chão	Viana do Castelo
Arronches	
Aviz	Caminha
Campo Maior	Melgaço
Castelo de Vide	Paredes de Coura
Crato	Ponte da Barca
Fronteira	Valença
Gavião	Vila Nova da Cerveira
Marvão	
Monforte	Vila Real
Nisa	
Ponte de Sor	Boticas
Sousel	Mesão Frio
	Mondim de Basto
Pôrto	Murça
	Ribeira de Pena
Lousada	Sabrosa
Paços de Ferreira	Santa Marta de Penaguião
	Vila Pouca de Aguiar
Santarem	
	Viseu
Alcanena	Armamar
Almeirim	Carregal do Sal
Alpiarça	Mouimenta da Beira
Benavente	Mortagua
Constância	Nelas
Ferreira do Zêzere	Oliveira de Frades
Mação	Penalva do Castelo
Rio Maior	Penedono
Salvaterra de Magos	Santa Comba Dão
Sardoal	S. João da Pesqueira
Vila Nova da Barquinha	Sátão
	Sernancelhe
Setubal	Tabuaço
	Tarouca
Alcochete	Vila Nova de Paiva
Grândola	Vouzela
Moita	
Montijo	

MAPA II

Classificação das freguesias

Distrito de AVEIRO		
Concelho de AGUEDA :		
	Ordem	
Agadão	3 ^a	Espinhel 2 ^a
Aguada de Baixo	2 ^a	Feimentelos 2 ^a
Aguada de Cima	2 ^a	Lamas do Vouga 3 ^a
Agueda	1 ^a	Maceira de Alcoba 3 ^a
Barrô	2 ^a	Macinhata do Vouga 2 ^a
Belazaima do Chão	3 ^a	Os da Ribeira 3 ^a
Castanheira do Vouga	2 ^a	Prestimo 2 ^a
		Recardães 2 ^a
		Segadães 3 ^a
		Travassô 2 ^a
		Trofa 2 ^a
		Valongo do Vouga 2 ^a

Concelho de ALBERGARIA-A-VELHA :		
Albergaria-a-Velha	2 ^a	Requeixo 2 ^a
Alquerubim	2 ^a	Vera Cruz 1 ^a
Angeja	2 ^a	
Branca	2 ^a	Concelho de CASTELO DE PAIVA :
Frossos	3 ^a	Bairros 2 ^a
Ribeira de Fragoas	2 ^a	Fornos 2 ^a
S. João de Lourc	2 ^a	Paraiso 2 ^a
Valmaior	2 ^a	Pedorido 2 ^a
		Raiva 2 ^a
		Real 2 ^a
		Santa Maria de Sardoura 2 ^a
		S. Martinho de Sardoura 2 ^a
		Sobrado 2 ^a
Concelho de ANADIA :		
Amoreira da Gândara	2 ^a	
Ancas	3 ^a	Concelho de ESPINHO :
Arcos	2 ^a	Anta 2 ^a
Avelãs de Caminho	2 ^a	Espinho 1 ^a
Avelãs de Cima	2 ^a	Guetim 2 ^a
Mogoiões	2 ^a	Paramos 2 ^a
Moita	2 ^a	Silvalde 2 ^a
Óis do Bairro	3 ^a	
Sangalhos	2 ^a	Concelho de ESTARREJA :
S. Lourenço do Bairro	2 ^a	Avanca 2 ^a
Tamengos	2 ^a	Canelas 2 ^a
Vila Nova de Monsarros	2 ^a	Bedudo 2 ^a
Vilavinho do Bairro	2 ^a	Fermelã 2 ^a
		Pardilho 2 ^a
		Salreu 2 ^a
		Veiros 2 ^a
Concelho de AROUCA :		
Albergaria das Cabras	3 ^a	Concelho da FEIRA :
Alvarenga	2 ^a	Argoncilhe 2 ^a
Arouca	2 ^a	Arrifana 2 ^a
Burgo	2 ^a	Canedo 2 ^a
Cabreiros	3 ^a	Escapães 2 ^a
Canelas	3 ^a	Espargo 2 ^a
Chave	2 ^a	Feira 2 ^a
Covelo de Paivo	3 ^a	Flães 2 ^a
Escariz	2 ^a	Fornos 2 ^a
Espunça	3 ^a	Grão 3 ^a
Fermido	2 ^a	Guisande 2 ^a
Janarde	3 ^a	Lamas 2 ^a
Mensores	2 ^a	Lobão 2 ^a
Moldes	2 ^a	Louredo 2 ^a
Rossas	2 ^a	Lourosa 2 ^a
Santa Eulália	2 ^a	Milheiros de Poiares 2 ^a
S. Miguel do Mato	2 ^a	Moselos 2 ^a
Tropêço	2 ^a	Mosteiro 2 ^a
Urrô	2 ^a	Nogueira da Regedoura 2 ^a
Varzea	3 ^a	Oleiros 2 ^a
		Paços de Brandão 2 ^a
		Pigeiros 3 ^a
		Rio Meão 2 ^a
		Romariz 2 ^a
		Sanfins 2 ^a
		Sanguedo 2 ^a
		S. João de Ver 2 ^a
Concelho de AVEIRO :		
Arada	2 ^a	
Cacia	2 ^a	
Eirol	3 ^a	
Eixo	2 ^a	
Esgueira	2 ^a	
Glória	1 ^a	
Nariz	2 ^a	
Oliveirinha	2 ^a	

S Jorge	2ª	Concelho de OVAR :	
Souto	2ª		
Travanca	2ª	Arada	2ª
Vale	2ª	Cortegaça	2ª
Vila Maior	2ª	Esmoriz	2ª
		Maceda	2ª
		Ovar	1ª
		S Vicente de Pereira Jusã	2ª
		Valega	2ª
Concelho de ILHAVO :		Concelho de S. JOÃO DA MADEIRA :	
Gafanha da Encarnação	2ª	S João da Madeira	1ª
Gafanha da Nazare	2ª		
ilhavo (S Salvador)	1ª		
Concelho da MEALHADA :		Concelho de SEVER DO VOUGA :	
Barcouço	2ª		
Casal Comba	2ª	Cedrim	2ª
Luso	2ª	Couto de Esteves	2ª
Pampilhosa	2ª	Paradela	3ª
Vacariça	2ª	Pessegueiro	2ª
Ventosa do Bairro	2ª	Rocas do Vouga	2ª
		Sever do Vouga	2ª
Concelho da MURTOSA :		Silva Escura	2ª
Bunheiro	2ª	Talhadas	2ª
Monte	2ª		
Murtosa	1ª	Concelho de VAGOS :	
Torreira	2ª		
		Calvão	2ª
Concelho de OLIVEIRA DE AZE- MEIS :		Covão do Lobo	2ª
		Sosa	2ª
		Vagos	1ª
		Concelho de VALE DE CAMBRA :	
Carregosa	2ª		
Cesar	2ª	Arões	2ª
Fajões	2ª	Castelões	2ª
Loureiro	2ª	Cepelos	2ª
Macieira de Sarnes	3ª	Codal	3ª
Macinhata de Seixa	2ª	Junqueira	2ª
Madail	3ª	Macieira	2ª
Nogueira do Cravo	2ª	Roge	2ª
Oliveira de Azeméis	2ª	Vila Chã	2ª
Ossela	2ª		
Palmar	2ª	Distrito de BEJA	
Pindelo	2ª		
Pinheiro de Bemposta	2ª	Concelho de ALJUSTREL :	
Santiago de Riba Ul	2ª		
S Martinho da Gândara	2ª	Aljustrel	1ª
Travanca	2ª	Ervidel	2ª
Ul	2ª	Messejana	2ª
Vila Chã de S Roque	2ª	S João de Negrilhos	2ª
Vila de Cucujães	2ª		
Concelho de OLIVEIRA DO BAIRRO :		Concelho de ALMODÓVAR :	
Bustos	2ª	Almodôvar	2ª
Mamarrosa	2ª	Gomes Aires	2ª
Oiã	2ª	Rosario	2ª
Oliveira do Bairro	2ª	Santa Clara-a-Nova	2ª
Palhaça	2ª	Santa Cruz	2ª
Troviscal	2ª	S Barnabe	2ª
		Senhora da Graça de Padrões	2ª

Concelho de ALVITO :		S Miguel do Pinheiro	2ª
		S Pedro de Solis	2ª
Alvito	2ª	S Sebastião dos Carros	2ª
Vila Nova da Baronia	2ª	Concelho de MOURA :	
Concelho de BARRANCOS :			
		Amareleja	1ª
Barrancos	2ª	Moura (Santo Agostinho)	2ª
		Moura (S João Baptista)	2ª
Concelho de BEJA :		Póvoa	2ª
		Safara	2ª
Albernoa	2ª	Santo Aleixo	2ª
Baleizão	2ª	Santo Amador	2ª
Bela (Salvador)	2ª	Sobral da Adiça	2ª
Beja (Santa Maria da Feira)	2ª	Concelho de ODEMIRA :	
Beja Santiago Maior)	2ª		
Beja (S João Baptista)	2ª	Çolos	2ª
Beringel	2ª	Odemira (Santa Maria)	2ª
Cabeça Gorda	2ª	Odemira (S Salvador)	2ª
Mombeja	2ª	Reliquias	2ª
Nossa Senhora das Neves	2ª	Saboia	2ª
Quintos	2ª	Santa Clara-a-Velha	2ª
Salvada	2ª	S Luz	2ª
Santa Clara de Louredo	2ª	S Martinho das Amoreiras	2ª
Santa Vitoria	2ª	S Teotónio	1ª
S Brissos	3ª	Vale de S Tiago	2ª
S Matias	2ª	Vila Nova de Milfontes	2ª
S Pedro de Pomares	3ª	Concelho de OURIQUE :	
Trindade	2ª		
Concelho de CASTRO VERDE :		Conceição	2ª
		Garvão	2ª
Casevel	2ª	Ourique	1ª
Castro Verde	1ª	Panoias	2ª
Entradas	2ª	Santa Luzia	2ª
Santa Barbara de Padrões	2ª	Santana da Serra	2ª
S Marcos de Ataboeira	2ª	Concelho de SERPA :	
Concelho de CUBA :			
		Aldeia Nova de S Bento	1ª
Cuba	1ª	Brinches	2ª
Faro do Alentejo	2ª	Pias	1ª
Vila Alva	2ª	Serpa (Salvador)	1ª
Vila Ruiva	2ª	Serpa (Santa Maria)	1ª
Concelho de FERREIRA DO ALENTEJO :		Vale de Vargo	2ª
		Vila Verde de Ficalho	2ª
Alfundão	2ª	Concelho da VIDIGUEIRA :	
Ferreira do Alentejo	1ª		
Figueira dos Cavaleiros	2ª	Pedrogão	2ª
Odivelas	2ª	Selmes	2ª
Peroguarda	2ª	Vidigueira	2ª
		Vila de Frades	2ª
Concelho de MÉRTOLA :		Distrito de BRAGA	
Alcaria Ruiva	2ª	Concelho de AMARES :	
Corte do Pinto	1ª		
Espírito Santo	2ª	Amares	3ª
Mértola	1ª	Barreiros	3ª
Santana de Cambas	2ª	Besteiros	3ª
S João dos Caldeireiros	2ª	Bico	3ª

S Jorge	2ª	Concelho de OVAR :	
Souto	2ª		
Travanca	2ª	Arada	2ª
Vale	2ª	Cortegaça	2ª
Vila Maior	2ª	Esmoriz	2ª
		Maceda	2ª
		Ovar	1ª
		S Vicente de Pereira Jusã	2ª
		Valega	2ª
Concelho de ILHAVO :		Concelho de S. JOÃO DA MA- DEIRA :	
Gafanha da Encarnação	2ª	S João da Madeira	1ª
Gafanha da Nazare	2ª		
ilhavo (S Salvador)	1ª	Concelho de SEVER DO VOUGA :	
Concelho da MEALHADA :			
Barcouço	2ª	Cedrim	2ª
Casal Comba	2ª	Couto de Esteves	2ª
Luso	2ª	Paradela	3ª
Pampilhosa	2ª	Pessegueiro	2ª
Vacariça	2ª	Rocas do Vouga	2ª
Ventosa do Bairro	2ª	Sever do Vouga	2ª
		Silva Escura	2ª
Concelho da MURTOSA :		Talhadas	2ª
Bunheiro	2ª	Concelho de VAGOS :	
Monte	2ª		
Murtosa	1ª	Calvão	2ª
Torreira	2ª	Covão do Lobo	2ª
		Sosa	2ª
Concelho de OLIVEIRA DE AZE- MEIS :		Vagos	1ª
Carregosa	2ª	Concelho de VALE DE CAMBRA :	
Cesar	2ª		
Fajões	2ª	Arões	2ª
Loureiro	2ª	Castelões	2ª
Macieira de Sarnes	3ª	Cepelos	2ª
Macinhata de Seixa	2ª	Codal	3ª
Madail	3ª	Junqueira	2ª
Nogueira do Cravo	2ª	Macieira	2ª
Oliveira de Azeméis	2ª	Roge	2ª
Ossela	2ª	Vila Chã	2ª
Palmaz	2ª		
Pindelo	2ª	Distrito de BEJA	
Pinheiro de Bemposta	2ª	Concelho de ALJUSTREL :	
Santiago de Ruba Ul	2ª		
S Martinho da Gândara	2ª	Aljustrel	1ª
Travanca	2ª	Ervidel	2ª
Ul	2ª	Messegana	2ª
Vila Chã de S Roque	2ª	S João de Negrilhos	2ª
Vila de Cucujães	2ª	Concelho de ALMODÓVAR :	
Concelho de OLIVEIRA DO BAIRRO :			
Bustos	2ª	Almodóvar	2ª
Mamarrosa	2ª	Gomes Aires	2ª
Oiã	2ª	Rosario	2ª
Oliveira do Bairro	2ª	Santa Clara-a-Nova	2ª
Palhaça	2ª	Santa Cruz	2ª
Troviscal	2ª	S Barnabe	2ª
		Senhora da Graça de Padrões	2ª

Concelho de ALVITO :		S Miguel do Pinheiro	2ª
		S Pedro de Solis	2ª
Alvito	2ª	S Sebastião dos Carros	2ª
Vila Nova da Baronia	2ª	Concelho de MOURA :	
Concelho de BARRANCOS :			
		Amareleja	1ª
Barrancos	2ª	Moura (Santo Agostinho)	2ª
Concelho de BEJA :		Moura (S João Baptista)	2ª
		Povoa	2ª
Albernoa	2ª	Safara	2ª
Baleizão	2ª	Santo Aleixo	2ª
Bela (Salvador)	2ª	Santo Amador	2ª
Beja (Santa Maria da Feira)	2ª	Sobral da Adiça	2ª
Beja Santiago Maior)	2ª	Concelho de ODEMIRA :	
Beja (S João Baptista)	2ª		
Beringel	2ª	Colos	2ª
Cabeça Gorda	2ª	Odemira (Santa Maria)	2ª
Mombeja	2ª	Odemira (S Salvador)	2ª
Nossa Senhora das Neves	2ª	Relíquias	2ª
Quintos	2ª	Sabóia	2ª
Salvada	2ª	Santa Clara-a-Velha	2ª
Santa Clara de Louredo	2ª	S Luiz	2ª
Santa Vitória	2ª	S Martinho das Amoreiras	2ª
S Brissos	3ª	S Teotónio	1ª
S Matias	2ª	Vale de S Tiago	2ª
S Pedro de Pomares	3ª	Vila Nova de Milfontes	2ª
Trindade	2ª	Concelho de OURIQUE :	
Concelho de CASTRO VERDE :			
		Conceição	2ª
Casevel	2ª	Garvão	2ª
Castro Verde	1ª	Ourique	1ª
Entradas	2ª	Panóias	2ª
Santa Barbara de Padrões	2ª	Santa Luzia	2ª
S Marcos de Ataboeira	2ª	Santana da Serra	2ª
Concelho de CUBA :		Concelho de SERPA :	
Cuba	1ª	Aldeia Nova de S Bento	1ª
Faro do Alentejo	2ª	Brinches	2ª
Vila Alva	2ª	Pias	1ª
Vila Ruiva	2ª	Serpa (Salvador)	1ª
Concelho de FERREIRA DO ALENTEJO :		Serpa (Santa Maria)	1ª
		Vale de Vargo	2ª
Alfundão	2ª	Vila Verde de Ficalho	2ª
Ferreira do Alentejo	1ª	Concelho da VIDIGUEIRA :	
Figueira dos Cavaleiros	2ª		
Odivelas	2ª	Pedrogão	2ª
Peroguarda	2ª	Selmes	2ª
Concelho de MÉRTOLA :		Vidigueira	2ª
		Vila de Frades	2ª
Alcaria Ruiva	2ª	Distrito de BRAGA	
Corte do Pinto	1ª	Concelho de AMARES :	
Espírito Santo	2ª		
Mértola	1ª	Amares	3ª
Santana de Cambas	2ª	Barreiros	3ª
S João dos Caldeireiros	2ª	Besteiros	3ª
		Bico	3ª

Bouro (Santa Maria)	2ª	Galegos (Santa Maria)	2ª
Bouro (Santa Marta)	2ª	Galegos (S Martinho)	3ª
Cares	2ª	Gamil	3ª
Caldelas	2ª	Gilmonde	3ª
Carracedo	3ª	Goios	3ª
Dornelas	3ª	Grimacelos	3ª
Ferreiros	2ª	Gueral	3ª
Figueiredo	3ª	Igreja Nova	3ª
Fiscal	3ª	Lama	3ª
Goáis	3ª	Lijo	2ª
Lago	2ª	Macieira de Rates	2ª
Paranhos	3ª	Manhente	3ª
Paredes Sêcas	3ª	Mariz	3ª
Portela	3ª	Martim	2ª
Prozelo	3ª	Midões	3ª
Rendufe	2ª	Milhazes	3ª
Sequeiros	3ª	Minhotães	3ª
Seramil	3ª	Monte de Fralães	3ª
Tôrre	3ª	Moure	3ª
Vilela	3ª	Negreiros	3ª

Concelho de BARCELOS :

Abade de Neiva	2ª	Oliveira	3ª
Aborim	3ª	Palme	2ª
Adães	3ª	Panque	3ª
Aguiar	3ª	Paradela	3ª
Airó	3ª	Pedra Furada	3ª
Aldreu	3ª	Perreira	3ª
Alheira	2ª	Pareihal	2ª
Alvelos	2ª	Pousa	2ª
Alvito (S Martinho)	3ª	Quintãos	3ª
Alvito (S Pedro)	3ª	Remelhe	3ª
Arcozelo	2ª	Rio Côvo (Santa Eugénia)	3ª
Areias	3ª	Rio Côvo (Santa Eulália)	3ª
Areias de Vilar	3ª	Roriz	2ª
Balugães	3ª	Sequeade	3ª
Barcelinhos	2ª	Silva	3ª
Barcelos	2ª	Silveiros	3ª
Barqueiros	2ª	Tamel (Santa Leocadia)	3ª
Bastuço (Santo Estêvão)	3ª	Tamel (S Pedro Fins)	3ª
Bastuço (S João)	3ª	Tamel (S Veríssimo)	2ª
Cambeses	2ª	Tregosa	3ª
Campo	3ª	Ucha	2ª
Carapeços	2ª	Varzea	3ª
Carreira	2ª	Viatodos	2ª
Carvalho	2ª	Vila Boa	3ª
Carvalhos	3ª	Vila Cova	2ª
Chavão	3ª	Vila Frescainha (S Martinho)	2ª
Choirente	3ª	Vila Frescainha (S Pedro)	3ª
Cossourado	2ª	Vila Sêca	2ª
Courel	3ª	Vilar de Figos	3ª
Couto	3ª	Vilar do Monte	3ª

Concelho de BRAGA :

Adaufe	2ª
Arcos	3ª
Arentim	3ª
Aveleda	3ª
Braga (Cividade)	2ª
Braga (Maximinos)	2ª
Braga (S João do Souto)	2ª
Braga (S José de S Lazaro)	1ª
Braga (S Vicente)	2ª

Braga (S Vitor)	1ª	Cabeceiras de Basto	2ª
Braga (Se)	2ª	Cavez	2ª
Cabreiros	2ª	Faia	3ª
Celeiros	2ª	Gondiaís	3ª
Crespos	2ª	Outeiro	2ª
Cunha	3ª	Painzela	2ª
Dume	2ª	Passos	3ª
Escuderos	3ª	Pedraça	2ª
Espinho	3ª	Refogos de Basto	2ª
Esporões	3ª	Rio Douro	2ª
Este (S Mamede)	2ª	Vila Nune	3ª
Este (S Pedro)	2ª	Vilar de Cunhas	3ª
Ferreiros	2ª		
Figueiredo	3ª		
Fraião	3ª		
Prossos	2ª		
Gondizalves	3ª		
Gualtar	2ª		
Guizande	3ª		
Lamaçais	3ª		
Lamas	3ª		
Lomar	2ª		
Merelim (S Paio)	2ª		
Merelim (S Pedro)	2ª		
Mire de Tibães	2ª		
Morreira	3ª		
Navarra	3ª		
Nogueira	3ª		
Nogueiro	3ª		
Oliveira (S Pedro)	3ª		
Padim da Graça	2ª		
Palmeira	2ª		
Panoias	2ª		
Parada de Tibães	3ª		
Passos (S Julião)	3ª		
Pedralva	2ª		
Penso (Santo Estêvão)	3ª		
Penso (S Vicente)	3ª		
Pousada	3ª		
Priscos	2ª		
Real	2ª		
Ruilhe	3ª		
Santa Lucrecia de Algeriz	3ª		
Semelhe	3ª		
Sequeira	2ª		
Sobreposta	3ª		
Tadim	2ª		
Tebosa	3ª		
Tenões	2ª		
Trandeiras	3ª		
Vilaça	3ª		
Vimieiro	3ª		

Concelho de CABECEIRAS DE BASTO :

Abadim	3ª
Alvite	3ª
Arco de Baulhe	2ª
Basto	2ª
Bucos	2ª

Concelho de CELORICO DE BASTO :

Agilde	2ª
Arnoia	2ª
Basto (Santa Tecla)	3ª
Basto (S Clemente)	2ª
Borba da Montanha	2ª
Britelo	2ª
Caçarilhe	3ª
Canedo	2ª
Carvalho	2ª
Codeçoso	3ª
Corço	3ª
Fervença	2ª
Gagos	3ª
Gemeos	2ª
Infesta	3ª
Molares	3ª
Moreira do Castelo	3ª
Ourlhe	3ª
Rêgo	2ª
Ribas	2ª
Vale de Bouro	2ª
Veade	2ª

Concelho de ESPOSENDE :

Antas	2ª
Apulia	2ª
Belinho	2ª
Curvos	3ª
Esposende	2ª
Fão	2ª
Fonte Boa	2ª
Forjães	2ª
Gandra	3ª
Gemeses	2ª
Mar	3ª
Marinhas	2ª
Palmeira de Faro	2ª
Rio Tinto	2ª
Vila Chã	2ª

Concelho de FAFE :

Aboim	3ª
Agrela	3ª

Antime	2ª	Fermentões	2ª
Armil	3ª	Figueiredo	3ª
Arnozela	3ª	Gandarela	3ª
Arões (Santa Cristina)	3ª	Gemeos	3ª
Arões (S Romão)	2ª	Gominhães	3ª
Cepães	2ª	Gonça	3ª
Estoiãos	2ª	Gondar	2ª
Fafe	1ª	Gondomar	3ª
Fareja	3ª	Guardizela	2ª
Felgueiras	3ª	Guimarães (Oliveira do Castelo)	2ª
Fornelos	3ª	Guimarães (S Paio)	2ª
Freitas	2ª	Guimarães (S Sebastião)	2ª
Golães	2ª	Infantas	3ª
Gontim	3ª	Infias	3ª
Medelo	3ª	Leitões	3ª
Monte	2ª	Longos	2ª
Moreira do Rei	2ª	Lordelo	2ª
Passos	2ª	Mascoteles	3ª
Pedraído	3ª	Mesão Frio	2ª
Queimadela	2ª	Moreira de Conegos	2ª
Quinchais	2ª	Nespereira	2ª
Regadas	2ª	Oleiros	3ª
Revelhe	2ª	Pencelo	3ª
Ribeiros	2ª	Pinheiro	3ª
S Gens	2ª	Polvoreira	2ª
Seidões	3ª	Ponte	2ª
Serajão	2ª	Prazins (Santa Eufémia)	3ª
Silvares (S Clemente)	3ª	Prazins (Santo Tirso)	3ª
Silvares (S Martinho)	2ª	Rendufe	3ª
Travassos	2ª	Ronfe	2ª
Varzea Cova	2ª	Sande (S Clemente)	2ª
Vila Cova	3ª	Sande (S Lourenço)	3ª
Vinhos	3ª	Sande (S Martinho)	2ª
		Sande (Vila Nova)	3ª
		S Torcato	2ª
		Selho (S Cristovão)	3ª
		Selho (S Jorge)	2ª
		Selho (S Lourenço)	3ª
		Serzedelo	2ª
		Serzedo	3ª
		Silvares	2ª
		Souto (Santa Maria)	3ª
		Souto (S Salvador)	3ª
		Tabuadelo	3ª
		Tagilde	2ª
		Urgeses	2ª
		Vermil	3ª
		Vizela (S Faustino)	3ª

Concelho de GUIMARÃIS :

Abação (S Tome)	3ª
Airão (Santa Maria)	3ª
Airão (S João Baptista)	3ª
Aldão	3ª
Arosa	3ª
Atães	2ª
Azurem	2ª
Balazar	3ª
Barco	3ª
Briteiros (Salvador)	3ª
Briteiros (Santa Leocadia)	3ª
Briteiros (Santo Estêvão)	3ª
Brito	2ª
Caldas de Vizela (S João)	2ª
Caldas de Vizela (S Miguel)	2ª
Caldelas	2ª
Calvos	3ª
Candoso (S Martinho)	2ª
Candoso (S Tiago)	3ª
Castelões	3ª
Conde	3ª
Costa	2ª
Creixomil	2ª
Donim	3ª

Concelho de PÓVOA DE LANHOSO :

Águas Santas	3ª
Ajude	3ª
Brunhais	3ª
Calvos	3ª
Campos	3ª
Covelas	3ª
Esperança	3ª
Ferreiros	3ª

Fonte Arcada	2ª	Salamonde	3ª
Frades	3ª	Soengas	3ª
Friande	3ª	Soutelo	3ª
Galegos	3ª	Tabuaças	3ª
Garfe	2ª	Ventosa	3ª
Geraz do Minho	2ª	Vieira do Minho	2ª
Lanhoso	2ª	Vilar Chão	3ª
Louredo	3ª		
Mansul	2ª		
Moure	3ª		
Oliveira	3ª		
Povoa de Lanhoso (Nossa Se- nhora do Amparo)	2ª		
Rendufinho	3ª		
Santo Emilhão	3ª		
S João de Rei	3ª		
Serzedelo	2ª		
Sobradelo da Goma	2ª		
Taide	2ª		
Travassos	2ª		
Verim	3ª		
Vitela	3ª		

Concelho de TERRAS DO BOURO :

Balança	3ª
Brufe	3ª
Campo do Gerez	3ª
Carvalheira	3ª
Chamoim	3ª
Chorense	3ª
Ciboes	2ª
Covide	3ª
Gondoriz	3ª
Moimenta	3ª
Monte	3ª
Ribeira	3ª
Rio Caldo	2ª
Souto	3ª
Valdosende	3ª
Vilar	3ª
Vilar da Veiga	2ª

Concelho de VIEIRA DO MINHO :

Anissó	3ª		
Anjos	3ª		
Campos	3ª		
Cançada	3ª		
Canelais	2ª		
Cova	3ª		
Eira Vedra	2ª		
Guilhofrei	2ª		
Louredo	3ª		
Mosteiro	2ª		
Parada do Bouro	3ª		
Pinheiro	3ª		
Rossas	2ª		
Ruivães	2ª		
		Abade de Vermoim	3ª
		Antas	2ª
		Arnosos (Santa Eulália)	3ª
		Arnosos (Santa Maria)	2ª
		Avidos	3ª
		Bairro	2ª
		Bente	3ª
		Brufe	2ª
		Cabeçudos	3ª
		Calendário	2ª
		Carreira	3ª
		Castelões	3ª
		Cavalões	3ª
		Cruz	2ª
		Delais	2ª
		Esmeriz	3ª
		Fradelos	2ª
		Gavião	2ª
		Gondifelos	2ª
		Jesufrei	3ª
		Joane	2ª
		Lagoa	3ª
		Landim	2ª
		Lemenhe	3ª
		Louro	2ª
		Lousado	2ª
		Mogege	3ª
		Mouquim	3ª
		Nine	2ª
		Novais	3ª
		Oliveira (Santa Maria)	2ª
		Oliveira (S Mateus)	2ª
		Outiz	3ª
		Pedome	3ª
		Portela	3ª
		Pousada de Saramangos	3ª
		Requão	2ª
		Riba de Ave	2ª
		Ribeirão	2ª
		Ruivães	2ª
		Seide (S Miguel)	3ª
		Seide (S Paio)	3ª
		Sezures	3ª
		Telhado	3ª
		Vale (S Cosme)	2ª
		Vale (S Martinho)	3ª
		Vermoim	2ª
		Vila Nova de Famalicão	2ª
		Vilariño das Cambas	3ª

Concelho de VILA VERDE :

Abom da Nobrega	2 ^a
Arcozelo	3 ^a
Atais	2 ^a
Atiães	3 ^a
Azós	3 ^a
Barbudo	2 ^a
Bairros	3 ^a
Cabanelas	2 ^a
Carreiras (Santiago)	3 ^a
Carreiras (S Miguel)	3 ^a
Cervais	2 ^a
Codeceda	3 ^a
Couceiro	3 ^a
Covas	3 ^a
Dossãos	3 ^a
Duas grejas	2 ^a
Escariz (S Mamede)	3 ^a
Escariz (S Martinho)	3 ^a
Esqueiros	3 ^a
Freiriz	3 ^a
Geme	3 ^a
Goais	3 ^a
Godinhaços	3 ^a
Gomide	3 ^a
Gondiães	3 ^a
Gondomar	3 ^a
Laje	2 ^a
Lanhas	3 ^a
Loureira	3 ^a
Marrancos	3 ^a
Mós	3 ^a
Moure	2 ^a
Nevogilde	3 ^a
Oleiros	2 ^a
Oriz (Santa Marinha)	3 ^a
Oriz (S Miguel)	3 ^a
Parada de Gatim	3 ^a
Passó	3 ^a
Pedregais	3 ^a
Penascals	3 ^a
Pico	3 ^a
Pico de Regalados	2 ^a
Ponte	3 ^a
Portela das Cabras	3 ^a
Prado (Santa Maria)	2 ^a
Prado (S Miguel)	2 ^a
Rio Mau	2 ^a
Sabariz	3 ^a
Sande	3 ^a
Soutelo	2 ^a
Travassós	3 ^a
Turiz	2 ^a
Valbom (S Martinho)	3 ^a
Valbom (S Pedro)	3 ^a
Valdreu	2 ^a
Valões	3 ^a
Vila Verde	2 ^a
Vilarinho	3 ^a

Distrito de BRAGANÇA**Concelho de ALFANDEGA DA FÉ :**

Agrobom	3 ^a
Alfândega da Fe	2 ^a
Cerejais	3 ^a
Eucizia	3 ^a
Ferradosa	3 ^a
Gebelim	3 ^a
Gouveia	3 ^a
Parada	3 ^a
Pombal	3 ^a
Saldonha	3 ^a
Sambade	2 ^a
Sendim da Ribeira	3 ^a
Sendim da Serra	3 ^a
Soeima	3 ^a
Vale Pereiro	3 ^a
Vales	3 ^a
Valverde	3 ^a
Vilar Chão	3 ^a
Vilarelhos	3 ^a
Vilares da Vilarica	3 ^a

Concelho de BRAGANÇA :

Alfaião	3 ^a
Aveleda	3 ^a
Babe	3 ^a
Baçal	3 ^a
Bragança (Santa Maria)	2 ^a
Bragança (Se)	2 ^a
Calvelhe	3 ^a
Carragosa	3 ^a
Carrazedo	3 ^a
Castrelos	3 ^a
Castro de Avelãs	3 ^a
Coelhoso	3 ^a
Deilão	3 ^a
Donai	3 ^a
Espinhosela	2 ^a
Falde	3 ^a
França	3 ^a
Gimonde	3 ^a
Gondesende	3 ^a
Gostei	3 ^a
Grijó de Parada	3 ^a
Izeda	2 ^a
Macedo do Mato	3 ^a
Meixedo	3 ^a
Milhão	3 ^a
Mos	3 ^a
Nogueira	3 ^a
Outeiro	2 ^a
Parada	2 ^a
Paradinha Nova	3 ^a
Parâmo	2 ^a
Pinela	3 ^a
Pombares	3 ^a

Quntamilha	3 ^a	Chacim	2 ^a
Quintela de Lapaças	3 ^a	Cortiços	3 ^a
Rabal	3 ^a	Corujas	3 ^a
Rebordainhos	3 ^a	Edroso	3 ^a
Rebordãos	3 ^a	Espadanedo	3 ^a
Rio de Onor	3 ^a	Ferreira	3 ^a
Rio Frio	3 ^a	Grijo de Valbemfeito	3 ^a
Salsas	2 ^a	Lagoa	2 ^a
Samil	3 ^a	Lamalanga	2 ^a
Santa Comba de Rossas	3 ^a	Lamas de Podence	3 ^a
S Julião de Palacios	3 ^a	Lombo	3 ^a
S Pedro de Serracenos	3 ^a	Macedo de Cavaleiros	2 ^a
Sendas	3 ^a	Moraes	2 ^a
Serapicos	2 ^a	Munços	3 ^a
Sortes	3 ^a	Olmos	3 ^a
Zoio	3 ^a	Peredo	3 ^a

**Concelho de CARRAZEDA DE AN-
CIAIS :**

Amedo	3 ^a	Salselas	2 ^a
Beira Grande	3 ^a	Santa Combinha	3 ^a
Belver	3 ^a	Sezulfe	3 ^a
Carrazeda de Anciães	2 ^a	Soutelo Mourisco	3 ^a
Castanheiro	2 ^a	Talhas	3 ^a
Fonte Longa	3 ^a	Talhinhas	3 ^a
Lavandeira	3 ^a	Vale Bemfeito	3 ^a
Linhares	2 ^a	Vale da Porca	3 ^a
Marzagão	3 ^a	Vale de Prados	3 ^a
Mogo de Malta	3 ^a	Vilar do Monte	3 ^a
Parambos	3 ^a	Vilarinho de Agrochão	3 ^a
Pereiros	3 ^a	Vilarinho do Monte	3 ^a
Pinhal do Norte	2 ^a	Vinhas	3 ^a
Pombal	2 ^a		
Ribalonga	3 ^a		
Seixo de Anciães	2 ^a		
Selores	3 ^a		
Vilarinho da Castanheira	2 ^a		
Zedes	3 ^a		

**Concelho de FREIXO DE ESPADA-
-A-CINTA :**

Fornos	3 ^a	Atenor	3 ^a
Freixo de Espada-a-Cinta	2 ^a	Cicouro	3 ^a
Lagoaça	2 ^a	Constantim	3 ^a
Ligares	2 ^a	Duas Igrejas	2 ^a
Mazouco	3 ^a	Genisio	3 ^a
Poiars	2 ^a	Ifanes	3 ^a

**Concelho de MACEDO DE CAVA-
LEIROS :**

Ala	2 ^a	Malhadas	3 ^a
Amendoeira	3 ^a	Miranda do Douro	2 ^a
Arcas	3 ^a	Palacoulo	2 ^a
Bagueixe	3 ^a	Paradela	3 ^a
Bornes	3 ^a	Picote	3 ^a
Burga	3 ^a	Povoa	3 ^a
Carrapatas	3 ^a	S Matrinho de Angueira	2 ^a
Castelãos	3 ^a	Sendim	2 ^a
		Silva	2 ^a
		Vila Chã de Braciosa	2 ^a

Concelho de MIRANDELA :

Abambres	3 ^a
Abreiro	3 ^a
Agueiras	3 ^a
Alvites	3 ^a
Avantos	3 ^a
Avidagos	3 ^a
Bouça	3 ^a

Cabanelas	3 ^a	Concelho de TORRE DE MON-CORVO :	
Caravelas	3 ^a		
Carvalhais	3 ^a		
Cedães	3 ^a	Açoreira	3 ^a
Côbro	3 ^a	Adeganha	2 ^a
Fradizela	3 ^a	Cabeça Boa	2 ^a
Franco	3 ^a	Cardanha	3 ^a
Frechas	2 ^a	Carviçais	2 ^a
Freixeda	3 ^a	Castedo	3 ^a
Lamas de Orelhão	3 ^a	Felgar	2 ^a
Marmelos	3 ^a	Felgueiras	2 ^a
Mascarenhas	2 ^a	Horta da Vilarça	3 ^a
Mirandela	2 ^a	Larinho	2 ^a
Múrias	3 ^a	Lousa	2 ^a
Navalho	3 ^a	Maçores	3 ^a
Passos	3 ^a	Mos	3 ^a
Pereira	3 ^a	Peredo dos Castelhanos	3 ^a
Romeu	3 ^a	Souto da Velha	3 ^a
S. Pedro Velho	2 ^a	Torre de Moncorvo	2 ^a
S. Salvador	3 ^a	Urros	2 ^a
Succães	2 ^a		
Torre de D. Chama	2 ^a	Concelho de VILA FLOR :	
Vale de Asnes	3 ^a		
Vale de Gouvinhas	3 ^a	Assares	3 ^a
Vale de Salgueiro	3 ^a	Bemlhevai	3 ^a
Vale de Telhas	3 ^a	Candoso	3 ^a
Vale Verde	3 ^a	Carvalho de Egas	3 ^a
Vila Verde	3 ^a	Freixiel	2 ^a

Concelho de MOGADOURO :

Azinhoso	3 ^a
Bemposta	2 ^a
Bruçó	3 ^a
Brunhoso	3 ^a
Brunhozinho	3 ^a
Castanheira	3 ^a
Castelo Branco	2 ^a
Castro Vicente	2 ^a
Meirinhos	3 ^a
Mogadouro	2 ^a
Paradela	3 ^a
Pena Róia	3 ^a
Peredo da Bemposta	3 ^a
Remondes	3 ^a
Saldanha	3 ^a
Sanhoane	3 ^a
S. Martinho do Pêso	2 ^a
Soutelo	3 ^a
Tó	3 ^a
Travanca	3 ^a
Urros	2 ^a
Vale da Madre	3 ^a
Vale de Porco	3 ^a
Valverde	3 ^a
Ventozelo	3 ^a
Vila de Ala	3 ^a
Vilar de Rei	3 ^a
Vilarinho dos Galegos	2 ^a

Concelho de VIMIOSO :

Algoso	3 ^a
Angueira	3 ^a
Argozelo	2 ^a
Avelanoso	3 ^a
Caçarelhos	2 ^a
Campo de Vitoras	3 ^a
Carção	2 ^a
Matela	2 ^a
Pinelo	3 ^a
Santulhão	2 ^a
Uva	3 ^a
Vale de Frades	3 ^a
Vilar Seco	3 ^a
Vimioso	2 ^a

Concelho de VINHAIS :

Agrochão	3 ^a
Alvaredos	3 ^a
Candedo	3 ^a
Celas	2 ^a
Curopos	3 ^a
Edral	3 ^a
Edrosa	3 ^a
Ervedosa	3 ^a
Fresulfe	3 ^a
Mofreita	3 ^a
Moimenta	3 ^a
Montouto	3 ^a
Núnes	3 ^a
Ousilhão	3 ^a
Paçó	3 ^a
Penhas Juntas	3 ^a
Quiraz	2 ^a
Rebordelo	2 ^a
Santa Cruz	3 ^a
Santalha	2 ^a
S. Jomil	3 ^a
Sobreiro de Baixo	3 ^a
Soeira	3 ^a
Travanca	3 ^a
Tuzelo	2 ^a
Vale das Fontes	2 ^a
Vale de Janeiro	3 ^a
Vila Boa de Ousilhão	3 ^a
Vila Verde	3 ^a
Vilar de Lomba	3 ^a
Vilar de Ossos	3 ^a
Vilar de Peregrinos	3 ^a
Vilar Sêco de Lomba	3 ^a
Vinhais	2 ^a

Distrito de CASTELO BRANCO**Concelho de BELMONTE :**

Belmonte	2 ^a
Caria	2 ^a
Inguais	2 ^a
Maçainhas	2 ^a

Concelho de CASTELO BRANCO :

Alcains	2 ^a
Almaceda	2 ^a
Bemquerenças	2 ^a
Cafede	3 ^a
Castelo Branco	1 ^a
Cebolaes de Cima	2 ^a
Escalos de Baixo	2 ^a
Escalos de Cima	2 ^a
Freixial do Campo	2 ^a
Juncal	2 ^a
Lardosa	2 ^a
Lourçal do Campo	2 ^a
Lousa	2 ^a

Malpica	2 ^a
Mata	2 ^a
Monforte da Beira	2 ^a
Povoa de Rio de Moinhos	2 ^a
Retaxo	2 ^a
Salgueiro do Campo	2 ^a
Santo Andre das Tojeiras	2 ^a
S. Vicente da Beira	2 ^a
Sarzedas	2 ^a
Sobral do Campo	2 ^a
Tinalhas	2 ^a

Concelho da COVILHÃ :

Aldeia do Carvalho	2 ^a
Aldeia do Mato	2 ^a
Aldeia de S. Francisco de Assis	3 ^a
Aldeia do Souto	3 ^a
Barco	2 ^a
Boidobra	2 ^a
Casegas	2 ^a
Cebola	2 ^a
Cortes do Meio	2 ^a
Covilhã (Conceição)	2 ^a
Covilhã (Santa Maria)	2 ^a
Covilhã (S. Martinho)	2 ^a
Covilhã (S. Pedro)	2 ^a
Dominguizo	2 ^a
Erada	2 ^a
Ferro	2 ^a
Orjaes	2 ^a
Ourondo	2 ^a
Paul	2 ^a
Pera Boa	2 ^a
Pêso	2 ^a
Sarzedo	3 ^a
Sobral de Casegas	2 ^a
Teixoso	2 ^a
Tortosendo	2 ^a
Unhais da Serra	2 ^a
Verdelhos	2 ^a

Concelho do FUNDÃO :

Alcaide	2 ^a
Alcaria	2 ^a
Alcongosta	2 ^a
Aldeia de Joanes	3 ^a
Aldeia Nova do Cabo	2 ^a
Alpedrinha	2 ^a
Atalaia do Campo	2 ^a
Barroca	2 ^a
Bogas de Baixo	2 ^a
Bogas de Cima	2 ^a
Capinha	2 ^a
Castelejo	2 ^a
Castelo Novo	2 ^a
Donas	2 ^a
Escarigo	3 ^a
Fatela	2 ^a

Cabanelas	3ª	Concelho de TORRE DE MONCORVO :	
Caravelas	3ª		
Carvalhais	3ª		
Cedães	3ª	Açoreira	3ª
Côbro	3ª	Adeganha	2ª
Fradizela	3ª	Cabeça Boa	2ª
Franco	3ª	Cardanha	3ª
Frechas	2ª	Carviçais	2ª
Freixeda	3ª	Castelo	3ª
Lamas de Orelhão	3ª	Felgar	2ª
Marmelos	3ª	Felgueiras	2ª
Mascarenhas	2ª	Horta da Vilarça	3ª
Mirandela	2ª	Larinho	2ª
Múrias	3ª	Lousa	2ª
Navalho	3ª	Maçores	3ª
Passos	3ª	Mos	3ª
Pereira	3ª	Peredo dos Castelhanos	3ª
Romeu	3ª	Souto da Velha	3ª
S Pedro Velho	2ª	Torre de Moncorvo	2ª
S Salvador	3ª	Urros	2ª
Sucçães	2ª		
Torre de D Chama	2ª	Concelho de VILA FLOR :	
Vale de Asnes	3ª		
Vale de Gouvinhas	3ª	Assares	3ª
Vale de Salgueiro	3ª	Bemlhevai	3ª
Vale de Telhas	3ª	Candoso	3ª
Vale Verde	3ª	Carvalho de Egas	3ª
Vila Verde	3ª	Freixiel	2ª
		Lodões	3ª
Concelho de MOGADOURO :		Mourão	3ª
		Nabo	3ª
Azinhoso	3ª	Raios	3ª
Bemposta	2ª	Samões	3ª
Bruçó	3ª	Sampaio	3ª
Brunhoso	3ª	Santa Comba de Vilarça	3ª
Brunhozinho	3ª	Seixo de Manhoses	3ª
Castanheira	3ª	Trindade	3ª
Castelo Branco	2ª	Vale Frechoso	3ª
Castro Vicente	2ª	Vale de Tórno	3ª
Meirinhos	3ª	Vila Flor	2ª
Mogadouro	2ª	Vilarelho das Azenhas	3ª
Paradela	3ª	Vilas Boas	2ª
Pena Roia	3ª		
Peredo da Bemposta	3ª	Concelho de VIMIOSO :	
Remondes	3ª		
Saldanha	3ª	Algozo	3ª
Sanhoane	3ª	Angueira	3ª
S Martinho do Pêso	2ª	Argozelo	2ª
Soutelo	3ª	Avelanoso	3ª
To	3ª	Caçarelhos	2ª
Travanca	3ª	Campo de Viboras	3ª
Urros	2ª	Carção	2ª
Vale da Madre	3ª	Matela	2ª
Vale de Porco	3ª	Pinelo	3ª
Valverde	3ª	Santulhão	2ª
Ventozelo	3ª	Uva	3ª
Vila de Ala	3ª	Vale de Frades	3ª
Vilar de Rei	3ª	Vilar Seco	3ª
Vilarelho dos Galegos	2ª	Vimioso	2ª

Concelho de VINHAIS :

Agrochão	3ª
Alvaredos	3ª
Candedo	3ª
Celas	2ª
Curopos	3ª
Edral	3ª
Edrosa	3ª
Ervedosa	3ª
Presulfe	3ª
Mofreita	3ª
Moimenta	3ª
Montouto	3ª
Núnes	3ª
Ousilhão	3ª
Paçó	3ª
Penhas Juntas	3ª
Quraz	2ª
Rebordelo	2ª
Santa Cruz	3ª
Santalha	2ª
S Jomil	3ª
Sobreiro de Baixo	3ª
Soeira	3ª
Travanca	3ª
Tuizelo	2ª
Vale das Fontes	2ª
Vale de Janeiro	3ª
Vila Boa de Ousilhão	3ª
Vila Verde	3ª
Vilar de Lomba	3ª
Vilar de Ossos	3ª
Vilar de Peregrinos	3ª
Vilar Seco de Lomba	3ª
Vinhais	2ª

Distrito de CASTELO BRANCO**Concelho de BELMONTE :**

Belmonte	2ª
Caria	2ª
Inguas	2ª
Maçanhas	2ª

Concelho de CASTELO BRANCO :

Alcains	2ª
Almaceda	2ª
Bemquerenças	2ª
Cafede	3ª
Castelo Branco	1ª
Cebolais de Cima	2ª
Escalos de Baixo	2ª
Escalos de Cima	2ª
Freixial do Campo	2ª
Juncal	2ª
Lardosa	2ª
Lourçal do Campo	2ª
Lousa	2ª

Malpica	2ª
Mata	2ª
Monforte da Beira	2ª
Povoa de Rio de Moinhos	2ª
Retaxo	2ª
Salgueiro do Campo	2ª
Santo Andre das Tojeiras	2ª
S Vicente da Beira	2ª
Sarzedas	2ª
Sobral do Campo	2ª
Tinalhas	2ª

Concelho da COVILHã :

Aldeia do Carvalho	2ª
Aldeia do Mato	2ª
Aldeia de S Francisco de Assis	3ª
Aldeia do Souto	3ª
Barco	2ª
Boidobra	2ª
Casegas	2ª
Cebola	2ª
Cortes do Meio	2ª
Covilhã (Conceição)	2ª
Covilhã (Santa Maria)	2ª
Covilhã (S Martinho)	2ª
Covilhã (S Pedro)	2ª
Dominguizo	2ª
Erada	2ª
Ferro	2ª
Orjaís	2ª
Ourondo	2ª
Paul	2ª
Pera Boa	2ª
Pêso	2ª
Sarzedo	3ª
Sobral de Casegas	2ª
Teixoso	2ª
Tortosendo	2ª
Unhas da Serra	2ª
Verdelhos	2ª

Concelho do FUNDÃO :

Alcaide	2ª
Alcaria	2ª
Alcongosta	2ª
Aldeia de Joanes	3ª
Aldeia Nova do Cabo	2ª
Alpedrinha	2ª
Atalaia do Campo	2ª
Barroca	2ª
Bogas de Baixo	2ª
Bogas de Cima	2ª
Capinha	2ª
Castelejo	2ª
Castelo Novo	2ª
Donas	2ª
Escarigo	3ª
Fatela	2ª

Fundão	2ª
Janeiro de Cima	3ª
Lavacinhos	3ª
Orca	2ª
Pero Viseu	2ª
Povoa de Atalaia	2ª
Salgueiro	2ª
Silvares	2ª
Soalheira	2ª
Souto da Casa	2ª
Telhado	2ª
Vale de Prazeres	2ª
Valverde	2ª

Concelho de IDANHA-A-NOVA :

Alcafozes	2ª
Aldeia de Santa Margarida	2ª
Idanha-a-Nova	2ª
Idanha-a-Velha	3ª
Ladoeiro	2ª
Medelim	2ª
Monsanto	2ª
Oledo	2ª
Penha Garcia	2ª
Proença-a-Velha	2ª
Rosmaninhal	2ª
Salvaterra do Extremo	2ª
S Miguel de Acha	2ª
Segura	2ª
Zebreira	2ª

Concelho de OLEIROS :

Álvaro	2ª
Amieira	3ª
Cambas	2ª
Estreito	2ª
Isna	3ª
Madeirã	2ª
Mosteiro	3ª
Oleiros	2ª
Orvalho	2ª
Sarnadas de S Simão	3ª
Sobral	3ª
Vilar Barroco	3ª

Concelho de PENAMACOR :

Aguas	2ª
Aldeia do Bispo	2ª
Aldeia de João Pires	2ª
Aranhas	2ª
Bemposta	3ª
Bemquerença	2ª
Memão	2ª
Meimoa	2ª
Pedrogão	2ª
Penamacor	2ª
Salvador	2ª
Vale de Lobo	2ª

Concelho de PROENÇA-A-NOVA :

Alvito da Beira	2ª
Montes da Senhora	2ª
Peral	2ª
Proença-a-Nova	1ª
S Pedro do Esteval	2ª
Sobreira Formosa	2ª

Concelho da SERTÃO :

Cabeçudo	2ª
Carvalhal	2ª
Castelo	2ª
Cumiada	2ª
Ermida	3ª
Figueiredo	3ª
Marmeleiro	2ª
Nesperal	3ª
Palhaes	2ª
Pedrogão Pequeno	2ª
Sernache do Bomjardim	2ª
Sertão	1ª
Troviscal	2ª
Varzea dos Cavaleiros	2ª

Concelho de VILA DE REI :

Fundada	2ª
Pêso	3ª
Vila de Rei	1ª

Concelho de VILA VELHA DE RÓDÃO :

Alfrivida	2ª
Fratel	2ª
Sarnadas do Ródão	2ª
Vilha Velha de Rodão	2ª

Distrito de COIMBRA**Concelho de ARGANIL :**

Anceriz	3ª
Arganil	2ª
Barril de Alva	3ª
Bemfeita	2ª
Celavisa	2ª
Cepos	3ª
Cerdeira	3ª
Coja	2ª
Folques	2ª
Prodão	2ª
Pomares	2ª
Pombeiro	2ª
S Martinho da Cortiça	2ª
Sarzedo	2ª
Secarias	3ª
Teixeira	2ª
Vila Cova de Alva	2ª

Concelho de CANTANHEDO :

Ançã	2ª
Bolho	2ª
Cadima	2ª
Cantanhede	1ª
Cordinhã	2ª
Covões	2ª
Febres	2ª
Murtede	2ª
Ourentã	2ª
Outil	2ª
Pocariça	2ª
Portunhos	2ª
Sepins	2ª
Tocha	2ª

Concelho de COIMBRA :

Almalaguez	2ª
Ameal	2ª
Antanhol	2ª
Antuzede	2ª
Arzila	3ª
Assafarge	2ª
Botão	2ª
Brasfemes	2ª
Castelo Viegas	3ª
Ceira	2ª
Cernache	2ª
Coimbra (Almedina)	2ª
Coimbra (Santa Cruz)	1ª
Coimbra (S Bartolomeu)	2ª
Coimbra (Se Nova)	1ª
Eiras	2ª
Lamarosa	2ª
Ribeira de Frades	2ª
Santa Clara	2ª
Santo Antonio dos Olivais	1ª
S João do Campo	2ª
S Martinho de Alvore	3ª
S Martinho do Bispo	1ª
S Paulo de Frades	2ª
S Silvestre	2ª
Souselas	2ª
Taveiro	2ª
Torre de Vilela	3ª
Torres de Mondego	2ª
Trouxemil	2ª
Vil de Matos	3ª

Concelho de CONDEIXA-A-NOVA :

Anobra	2ª
Belide	3ª
Bem da Fe	3ª
Condeixa-a-Nova	2ª
Condeixa-a-Velha	2ª
Ega	2ª
Furadouro	3ª
Sebal	2ª

Vila Sêca	2ª
Zambujal	2ª

Concelho de FIGUEIRA DA FOZ :

Alhadas	2ª
Alqueidão	2ª
Brenha	3ª
Buarcos	1ª
Ferreira-a-Nova	2ª
Figueira da Foz	1ª
Lavos	1ª
Maiorca	2ª
Marinha das Ondas	2ª
Paão	2ª
Quaios	1ª
Tavarede	2ª
Vila Verde	2ª

Concelho de GÓIS :

Alvares	2ª
Cadafaz	2ª
Colmeal	2ª
Góis	2ª
Vila Nova do Ceira	2ª

Concelho da LOUSÃ :

Casal de Ermio	3ª
Foz de Arouce	2ª
Lousa	1ª
Serpins	2ª
Vilarinho	2ª

Concelho de MIRA :

Mira	1ª
------	----

Concelho de MIRANDA DO CORVO :

Lamas	2ª
Miranda do Corvo	2ª
Rio Vide	2ª
Semide	2ª
Vila Nova	2ª

Concelho de MONTEMÓR-O-VELHO :

Abrunheira	2ª
Arazede	1ª
Carapinheira	2ª
Gatões	3ª
Liceia	2ª
Meãs do Campo	2ª
Montemor-o-Velho	2ª
Pereira	2ª
Santo Varão	2ª
Seixo de Gatões	2ª
Tentugal	2ª

Verride 2^a
Vila Nova da Barca 3^a
**Concelho de OLIVEIRA DO HOS-
PITAL :**

Aldeia das Dez 2^a
Alvoco das Varzeas 2^a
Avô 2^a
Bobadela 2^a
Ervedal 2^a
Lagares 2^a
Lagos da Beira 2^a
Lajeosa 3^a
Lourosa 2^a
Meruge 2^a
Nogueira do Cravo 2^a
Oliveira do Hospital 2^a
Penalva de Alva 2^a
Santa Ovaia 3^a
S. Glão 2^a
S. Paio de Gramaços 2^a
S. Sebastião da Feira 3^a
Seixo da Beira 2^a
Travanca de Lagos 2^a
Vila Pouca da Beira 3^a

**Concelho de PAMPILHOSA DA
SERRA :**

Cabril 2^a
Dornelas do Zézere 2^a
Fajão 2^a
Janeiro de Baixo 2^a
Machio 2^a
Pampilhosa da Serra 2^a
Pessegueiro 2^a
Portela do Fojo 2^a
Unhais-o-Velho 2^a
Vidual 3^a

Concelho de PENACOVA :

Carvalho 2^a
Figueira de Lervão 2^a
Friumes 2^a
Lervão 2^a
Oliveira do Mondego 2^a
Paradela 3^a
Penacova 2^a
S. Paio de Farinha Podre 3^a
S. Pedro de Alva 2^a
Sazes do Lervão 2^a
Travanca 3^a

Concelho de PENELA :

Cumieira 2^a
Espinhel 2^a
Penela (Santa Eufémia) 2^a
Penela (S. Miguel) 2^a
Podentes 2^a
Rabaçal 3^a

Concelho de POIARES :

Arrifana 2^a
Lavegadas 3^a
Poiares (Santo André) 2^a
S. Miguel de Poiares 2^a

Concelho de SOURE :

Alfarelos 2^a
Brunhos 3^a
Degracias 2^a
Figueiro de Campo 2^a
Gesteira 2^a
Granja do Ulmeiro 2^a
Pombalinho 2^a
Samuel 2^a
Soure 1^a
Tapeus 3^a
Vila Nova de Anços 2^a
Vinha da Rainha 2^a

Concelho de TABUA :

Ázere 2^a
Candosa 2^a
Carapinha 3^a
Covas 2^a
Covelo 3^a
Espariz 2^a
Meda de Mouros 3^a
Midões 2^a
Mouronho 2^a
Pinheiro do Coja 3^a
Povoa de Midões 2^a
S. João da Boa Vista 2^a
Sinde 2^a
Tabua 2^a
Vila Nova de Oliveirinha 3^a

Distrito de ÉVORA

Concelho de ALANDROAL :

Alandroal 2^a
Capelins 2^a
Juromenha 2^a
Santiago Maior 2^a
Terena 2^a

Concelho de ARRAIOLOS :

Arraiolos 2^a
Gafanhoeira 2^a
Igrejinha 2^a
Santa Justa 3^a
S. Gregório 2^a
Vimieiro 2^a

Concelho de BORBA :

Borba (Matriz) 2^a
Borba (S. Bartolomeu) 2^a

Orada 2^a
Rio de Mombos 2^a

Concelho de ESTREMOZ :

Ameixial 3^a
Estremoz (Santa Maria) 2^a
Estremoz (Santo André) 1^a
Évora Monte 2^a
Gloria 2^a
S. Bento de Ana Loura 3^a
S. Bento do Cortiço 2^a
S. Domingos de Ana Loura 2^a
S. Lourenço de Mamporção 2^a
Veiros 2^a

Concelho de ÉVORA :

Évora (Santo Antão) 2^a
Évora (S. Mamede) 2^a
Évora (S. Pedro) 2^a
Évora (Sé) 1^a
Graça do Divor 2^a
Nossa Senhora da Boa Fé 2^a
Nossa Senhora de Machede 2^a
Nossa Senhora da Tourega 2^a
S. Bento do Mato 2^a
S. Bento de Pomares 3^a
S. Jordão 3^a
S. Manços 2^a
S. Marcos de Abóbada 3^a
S. Miguel de Machede 2^a
Torre de Coelheiros 3^a

**Concelho de MONTEMOR-O-NO-
VO :**

Landeira 2^a
Lavre 2^a
Montemor-o-Novo — Castelo
(Nossa Senhora da Vila) 1^a
Montemor-o-Novo — Matriz
(Nossa Senhora do Bispo) 1^a
Santiago do Escoural 2^a
S. Romão 3^a
Vendas Novas 1^a

Concelho de MORA :

Brotas 2^a
Cabeção 2^a
Mora 2^a
Pavia 2^a

Concelho de MOURÃO :

Granja 2^a
Luz 3^a
Mourão 2^a

Concelho de PORTEL :

Alqueva 2^a
Ameira 2^a

Atalaia 2^a
Oriola 3^a
Santana 2^a
S. Bartolomeu do Outeiro 3^a
S. João Baptista 2^a
Vera Cruz de Marmelar 2^a

Concelho de REDONDO :

Adaval 1^a
Freixo 1^a
Monteiro 2^a
Redondo 1^a

**Concelho de REGUENGOS DE
MONSARAZ :**

Campo 2^a
Corval 2^a
Monsaraz 2^a
Reguengos de Monsaraz 1^a

**Concelho de VIANA DO ALEN-
TEJO :**

Alcaçovas 2^a
Viana do Alentejo 2^a

Concelho de VILA VIÇOSA :

Bencatel 2^a
Ciladas 2^a
Pardais 3^a
Vila Viçosa (Conceição) 2^a
Vila Viçosa (S. Bartolomeu) 2^a

Distrito de FARO

Concelho de ALBUFEIRA :

Albufeira 1^a
Gua 2^a
Paderne 2^a

Concelho de ALCOUTIM :

Alcoutim 2^a
Grões 2^a
Martim Longo 2^a
Pereiro 2^a
Vaqueiros 2^a

Concelho de ALJEZUR :

Aljezur 2^a
Bordeira 2^a
Odeceixe 2^a

Concelho de ALPORTEL :

S. Braz de Alportel 1^a

Concelho de CASTRO MARIM :

Azinhal	2 ^a
Castro Marim	1 ^a
Odeleite	2 ^a

Concelho de FARO :

Conceição	2 ^a
Estói	2 ^a
Faro (S Pedro)	1 ^a
Faro (Se)	1 ^a
Santa Bárbara de Nexe	2 ^a

Concelho de LAGOA :

Estômbar	2 ^a
Ferragudo	2 ^a
Lagoa	1 ^a
Porches	2 ^a

Concelho de LAGOS :

Barão de S João	2 ^a
Bensafrim	2 ^a
Lagos (Santa Maria)	2 ^a
Lagos (S Sebastião)	1 ^a
Luz	2 ^a
Odiáxere	2 ^a

Concelho de LOULÉ :

Almansil	2 ^a
Alte	1 ^a
Ameixial	2 ^a
Bohqueime	1 ^a
Loulé (S Clemente)	1 ^a
Loulé (S Sebastião)	1 ^a
Quarteira	2 ^a
Querença	2 ^a
Salir	1 ^a

Concelho de MONCHIQUE :

Alferce	2 ^a
Marmeleite	2 ^a
Monchique	1 ^a

Concelho de OLHAO :

Fuseta	2 ^a
Moncarapacho	1 ^a
Olhão	1 ^a
Pechão	2 ^a
Queifes	2 ^a

Concelho de PORTIMÃO :

Alvor	2 ^a
Mexilhoeira Grande	2 ^a
Portimão	1 ^a

Concelho de SILVES :

Alcantarilha	2 ^a
Algoz	2 ^a
Armação de Pêra	2 ^a
Pêra	2 ^a
S Bartolomeu de Messines	1 ^a
S Marcos da Serra	2 ^a
Silves	1 ^a

Concelho de TAVIRA :

Cachopo	2 ^a
Conceição	2 ^a
Luz	2 ^a
Santa Catarina da Fonte do Bispo	2 ^a
Santo Estêvão	2 ^a
Tavira (Santa Maria)	1 ^a
Tavira (Santiago)	1 ^a

Concelho de VILA DO BISPO :

Barão de S Miguel	3 ^a
Budens	2 ^a
Raposeira	3 ^a
Sagres	2 ^a
Vila do Bispo	2 ^a

Concelho de VILA REAL DE SANTO ANTONIO :

Vila Nova de Cacela	2 ^a
Vila Real de Santo Antonio	1 ^a

Distrito da GUARDA**Concelho de AGUIAR DA BEIRA :**

Aguiar da Beira	2 ^a
Carapito	3 ^a
Cortçada	2 ^a
Coruche	3 ^a
Dornelas	2 ^a
Eirado	3 ^a
Forninhos	3 ^a
Gradiz	3 ^a
Pena Verde	2 ^a
Pinheiro	3 ^a
Sequeiros	3 ^a
Souto de Aguiar da Beira	3 ^a
Valverde	3 ^a

Concelho de ALMEIDA :

Ade	3 ^a
Aldeia Nova	3 ^a
Almeida	2 ^a
Amoreira	3 ^a
Azinhal	3 ^a
Cabeira	3 ^a
Castelo Bom	3 ^a
Castelo Mendo	3 ^a

Freinada	3 ^a
Freixo	3 ^a
Junça	3 ^a
Leomil	3 ^a
Malhada Sorda	2 ^a
Malpartida	3 ^a
Mesquitela	3 ^a
Mido	3 ^a
Muzela	2 ^a
Monte Perobolço	3 ^a
Nave de Haver	2 ^a
Naves	3 ^a
Parada	3 ^a
Peva	3 ^a
Pôrto de Ovelha	3 ^a
S Pedro de Rio Sêco	3 ^a
Senouras	3 ^a
Vale de Coelha	3 ^a
Vale de la Mula	3 ^a
Vale Verde	3 ^a
Vilar Formoso	2 ^a

Concelho de CELORICO DA BEIRA :

Açôres	3 ^a
Baraçal	3 ^a
Cadaíaz	3 ^a
Carrapichana	3 ^a
Celorico (Santa Maria)	2 ^a
Celorico (S Pedro)	2 ^a
Cortiço da Serra	3 ^a
Forno Telheiro	2 ^a
Jesua	3 ^a
Lajeosa	2 ^a
Linhares	2 ^a
Maçal do Chão	3 ^a
Mesquitela	2 ^a
Minhocal	3 ^a
Prados	3 ^a
Rapa	3 ^a
Ratoeira	3 ^a
Salgueirais	3 ^a
Vale de Azares	2 ^a
Velosa	3 ^a
Vide Entre Vinhas	3 ^a

Concelho de FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO :

Algodres	2 ^a
Almofala	2 ^a
Castelo Rodrigo	3 ^a
Cinco Vilas	3 ^a
Colmeal	3 ^a
Escalhão	2 ^a
Escarigo	3 ^a
Figueira de Castelo Rodrigo	2 ^a
Freixeda do Torrão	2 ^a
Mata de Lóbos	2 ^a
Penha de Aguiar	3 ^a
Quintã de Pêro Martins	3 ^a

Reigada	3 ^a
Vale de Afonsinho	3 ^a
Vermosa	2 ^a
Vilar de Amargo	3 ^a
Vilar Torpim	2 ^a

Concelho de FORNOS DE ALGODRES :

Algodres	2 ^a
Casal Vasco	3 ^a
Cortiço	3 ^a
Figueiró da Granja	2 ^a
Fornos de Algodres	2 ^a
Fuinhas	3 ^a
Infias	3 ^a
Juncais	2 ^a
Macieira	3 ^a
Matança	3 ^a
Muxagata	3 ^a
Queiriz	3 ^a
Sobral Pichorro	3 ^a
Vila Chã	3 ^a
Vila Ruiva	3 ^a

Concelho de GOUVEIA :

Aldeias	2 ^a
Arcozelo	2 ^a
Cabra	3 ^a
Catavolos	2 ^a
Figueiro da Serra	2 ^a
Folgosinho	2 ^a
Freixo da Serra	3 ^a
Gouveia (S Julião)	2 ^a
Gouveia (S Pedro)	2 ^a
Lagarinhos	2 ^a
Mangualde da Serra	3 ^a
Melo	2 ^a
Moimenta da Serra	2 ^a
Nabais	3 ^a
Nespereira	2 ^a
Paços da Serra	2 ^a
Rio Torto	2 ^a
S Paio	2 ^a
Vila Cortês da Serra	3 ^a
Vila Franca da Serra	3 ^a
Vila Nova de Tazem	2 ^a
Vinho	2 ^a

Concelho da GUARDA :

Adão	3 ^a
Albardo	3 ^a
Aldeia do Bispo	3 ^a
Alvendre	3 ^a
Arrifana	3 ^a
Avelas de Ambom	3 ^a
Avelas da Ribeira	3 ^a
Benespera	3 ^a
Carvalhal Meão	3 ^a
Casal de Cinza	2 ^a

Castanheira	2ª	Outeiro de Gatos	3ª
Cavadoude	3ª	Pai Penela	3ª
Codeceiro	3ª	Poço do Canto	2ª
Corujeira	3ª	Prova	3ª
Faia	3ª	Rabaçal	3ª
Famalicão	2ª	Ranhados	2ª
Fernão Joanes	3ª	Vale de Ladrões	3ª
Gagos	3ª		
Gonçalo	2ª		
Gonçalo Bôcas	3ª		
Guarda (S Vicente)	2ª		
Guarda (Se)	1ª		
Jarmelo (S Miguel)	3ª		
Jarmelo (S Pedro)	3ª		
João Antão	3ª		
Maçainhas de Baixo	2ª		
Marmeleiro	2ª		
Meios	3ª		
Mizarela	3ª		
Monte Margarida	3ª		
Panoias de Cima	2ª		
Pêga	2ª		
Pêra do Moço	2ª		
Pêro Soares	3ª		
Porto	2ª		
Pôrto da Carne	3ª		
Pousada	3ª		
Ramela	3ª		
Ribeira dos Carinhos	3ª		
Rocamondo	3ª		
Rochoso	2ª		
Santana da Azinha	3ª		
Seixo Amarelo	3ª		
Sobral da Serra	3ª		
Trinta	2ª		
Vale de Estréla	3ª		
Valhelhas	2ª		
Vela	2ª		
Videmonte	2ª		
Vila Cortês do Mondego	3ª		
Vila Fernando	2ª		
Vila Franca do Deão	3ª		
Vila Garcia	3ª		
Vila Soeiro	3ª		

Concelho de MANTEIGAS :

Manteigas (Santa Maria)	2ª
Manteigas (S Pedro)	2ª
Sameiro	3ª

Concelho de MEDA :

Aveloso	3ª
Barreira	3ª
Carvalhal	3ª
Casteirão	3ª
Coriscada	3ª
Fonte Longa	3ª
Longroiva	2ª
Marialva	3ª
Meda	2ª

Concelho de PINHEL :

Alverca da Beira	2ª
Atalaia	3ª
Azevo	2ª
Bogalhal	3ª
Bouça Cova	3ª
Cerejo	3ª
Cidadelhe	3ª
Ervas Tenras	3ª
Ervedosa	3ª
Freixedas	2ª
Gouveia	2ª
Lamegal	2ª
Lameiras	3ª
Manigoto	3ª
Pala	2ª
Pereiro	3ª
Pinhel	2ª
Pinzio	2ª
Pomares	3ª
Póvoa de El-Rei	3ª
Safurdão	3ª
Santa Eufemia	3ª
Sorval	3ª
Souro Pires	3ª
Valbom	3ª
Male de Madeira	3ª
Vascoveiro	3ª

Concelho de SABUGAL :

Águas Belas	3ª
Aldeia do Bispo	2ª
Aldeia da Ponte	2ª
Aldeia da Ribeira	3ª
Aldeia de Santo Antonio	3ª
Aldeia Velha	2ª
Alfaiates	2ª
Badamalos	3ª
Baraçal	3ª
Bemdada	2ª
Bismula	3ª
Casteleiro	2ª
Cerdeira	3ª
Fóios	3ª
Forcalhos	3ª
Lajeosa	2ª
Lomba	3ª
Malcata	3ª
Moita	3ª
Nave	2ª
Pena Lobo	3ª
Pousafoles do Bispo	2ª

Quadrasais	2ª
Quintas de S Bartolomeu	3ª
Rapoula do Coa	3ª
Rebolosa	3ª
Rendo	2ª
Ruivos	3ª
Ruvina	3ª
Sabugal	2ª
Santo Estêvão	2ª
Seixo do Coa	3ª
Sortelha	2ª
Souto	2ª
Vale das Éguas	3ª
Vale de Espinho	2ª
Vale Longo	3ª
Vila Boa	2ª
Vila do Touro	3ª
Vilar Maior	3ª

Concelho de SEIA :

Alvoco da Serra	2ª
Cabeça	3ª
Carragozela	3ª
Folhadosa	3ª
Gurabolhos	2ª
Lajes	3ª
Loriga	2ª
Paranhos	2ª
Pinhanços	2ª
Sameice	3ª
Sandomil	2ª
Santa Comba	2ª
Santa Eulália	3ª
Santa Marinha	2ª
Santiago	2ª
S Martinho	2ª
S Romão	2ª
Sazes da Beira	3ª
Seia	2ª
Torrozelo	3ª
Tourais	2ª
Travancinha	2ª
Valezam	3ª
Várzea de Meruge	3ª
Vide	2ª
Vila Cova a Coelheira	3ª

Concelho de TRANCOSO :

Aldeia Nova	2ª
Carniçais	3ª
Castanheira	3ª
Cogula	3ª
Cotimos	3ª
Fertal	3ª
Fiães	3ª
Freches	2ª
Granja	3ª
Guilheiro	3ª

Moimentinha	3ª
Moreira de Rei	2ª
Palhais	3ª
Póvoa do Concelho	3ª
Reboleiro	3ª
Rio de Mel	3ª
Sebadelhe da Serra	3ª
Souto Maior	3ª
Tamanhos	3ª
Terranho	3ª
Tôre do Terranho	3ª
Tôres	3ª
Trancoso (Santa Maria)	2ª
Trancoso (S Pedro)	2ª
Valdujo	3ª
Vale do Seixo	3ª
Vila Franca das Naves	2ª
Vila Garcia	3ª
Vilares	3ª

Concelho de VILA NOVA DE FOZ-COA :

Almendra	2ª
Castelo Melhor	2ª
Cedovim	2ª
Chãs	3ª
Custóias	3ª
Freixo de Numão	2ª
Horta	3ª
Mós	3ª
Murça	3ª
Muxagata	3ª
Numão	3ª
Santa Comba	2ª
Santo Amaro	3ª
Sebadelhe	3ª
Seixas	3ª
Touça	3ª
Vila Nova de Fozcoa	2ª

Distrito de LEIRIA**Concelho de ALCobaça :**

Alcobaça	2ª
Alfeizerão	2ª
Aljubarrota (Prazeres)	2ª
Aljubarrota (S Vicente)	2ª
Alpedriz	2ª
Bárrio	2ª
Benedita	2ª
Cela	2ª
Cós	2ª
Evora de Alcobaça	2ª
Maioira	2ª
Pataias	2ª
S Martinho do Pôrto	2ª
Turquel	2ª
Vestiarra	2ª
Vimeiro	2ª

Concelho de ALVAIAZERE :

Almoster	2 ^a
Alvaiazere	2 ^a
Maças de Caminho	3 ^a
Maças de D Maria	2 ^a
Pelma	2 ^a
Pussos	2 ^a
Rêgo da Murta	2 ^a

Concelho de ANCIÃO :

Alvorger	2 ^a
Ancião	2 ^a
Avêlar	2 ^a
Chão de Couce	2 ^a
Lagarteira	3 ^a
Pousaflores	2 ^a
Santiago da Guarda	2 ^a
Torre de Vale de Todos	3 ^a

Concelho de BATALHA :

Batalha	1 ^a
Reguengo do Fetal	2 ^a
S Mamede	2 ^a

Concelho de BOMBARRAL :

Bombarral	2 ^a
Carvalhal	2 ^a
Rolça	2 ^a

Concelho de CALDAS DA RAINHA :

A dos Francos	2 ^a
Alvorninha	2 ^a
Caldas da Rainha	1 ^a
Carvalhal Bemfeito	2 ^a
Coto	3 ^a
Foz do Arelho	2 ^a
Landal	2 ^a
Salir de Matos	2 ^a
Salir do Porto	3 ^a
Santa Catarina	2 ^a
S Gregorio da Fanadia	2 ^a
Serra do Bouro	2 ^a
Tornada	2 ^a
Vidaes	2 ^a

Concelho de CASTANHEIRA DE PÊRA :

Castanheira de Pêra	1 ^a
Coentral	3 ^a

Concelho de FIGUEIRÓ DOS VINHOS :

Aguda	2 ^a
Arega	2 ^a

Campelo	2 ^a
Figueiró dos Vinhos	1 ^a

Concelho de LEIRIA :

Amor	2 ^a
Arrabal	2 ^a
Azoia	2 ^a
Barosa	2 ^a
Barreira	2 ^a
Boa Vista	2 ^a
Caranguejeira	2 ^a
Carvide	2 ^a
Coimbrão	2 ^a
Colmeias	2 ^a
Cortes	2 ^a
Leiria	1 ^a
Maceira	2 ^a
Marrazes	2 ^a
Milagres	2 ^a
Monte Real	2 ^a
Monte Redondo	2 ^a
Parceiros	3 ^a
Pousos	2 ^a
Regueira de Pontes	2 ^a
Santa Catarina da Serra	2 ^a
Santa Eufemia	2 ^a
Souto da Carpalhosa	2 ^a

Concelho de MARINHA GRANDE :

Marinha Grande	1 ^a
Vieira de Leiria	2 ^a

Concelho de NAZARÉ :

Famalicão	2 ^a
Nazare	1 ^a
Valado de Frades	2 ^a

Concelho de ÓBIDOS :

A dos Negros	2 ^a
Amoreira	2 ^a
Óbidos (Santa Maria)	2 ^a
Óbidos (S Pedro)	2 ^a
Ólho Marinho	2 ^a
Sobral da Lagoa	3 ^a
Vau	3 ^a

Concelho de PEDRÓGÃO GRANDE :

Graça	2 ^a
Pedrogão Grande	1 ^a
Vila Facaa	2 ^a

Concelho de PENICHE :

Atougua da Baleia	1 ^a
Peniche (Ajuda)	2 ^a

Peniche (Conceição)	2 ^a
Peniche (S Pedro)	2 ^a
Serra de El-Rei	2 ^a

Concelho de POMBAL :

Abriul	2 ^a
Albergaria dos Doze	2 ^a
Lourical	1 ^a
Mata Mourisca	2 ^a
Pelariga	2 ^a
Pombal	1 ^a
Redinha	2 ^a
Santiago de Litem	2 ^a
S Simão de Litem	2 ^a
Vermoil	2 ^a
Vila Cã	2 ^a

Concelho de PORTO DE MÓS :

Alcaria	3 ^a
Alqueidão da Serra	2 ^a
Alvados	3 ^a
Arrimal	3 ^a
Calvaria de Cima	2 ^a
Juncal	2 ^a
Mendiga	2 ^a
Mira	2 ^a
Pedreiras	2 ^a
Porto de Mós (S João Baptista)	2 ^a
Porto de Mós (S Pedro)	2 ^a
S Bento	2 ^a
Sêro Ventoso	2 ^a

Distrito de LISBOA**Concelho de ALENQUER :**

Abrigada	2 ^a
Aldeia Galega da Merceana	2 ^a
Aldeia Gavinha	2 ^a
Alenquer (Santo Estêvão)	2 ^a
Alenquer (Triana)	2 ^a
Cabanas de Tórres	2 ^a
Cadafais	2 ^a
Carnota	2 ^a
Meca	2 ^a
Olhalvo	2 ^a
Ota	3 ^a
Pereiro de Palhacana	2 ^a
Ventosa	2 ^a
Vila Verde dos Francos	2 ^a

Concelho de ARRUDA DOS VINHOS :

Arranho	2 ^a
Arruda dos Vinhos	2 ^a
Cardosas	3 ^a
Santiago dos Velhos	2 ^a

Concelho de AZAMBUJA :

Alcoentre	2 ^a
Aveiras de Baixo	2 ^a
Aveiras de Cima	2 ^a
Azambuja	2 ^a
Manique do Intendente	2 ^a
Vale do Paraíso	2 ^a
Vila Nova da Rainha	3 ^a
Vila Nova de S Pedro	2 ^a

Concelho do CADAVAL :

Alguber	2 ^a
Cadaval	2 ^a
Cercal	3 ^a
Figueiros	3 ^a
Lamas	2 ^a
Painho	2 ^a
Peral	2 ^a
Pero Moniz	2 ^a
Vermelha	2 ^a
Vilar	2 ^a

Concelho de CASCAIS :

Alcabideche	2 ^a
Carcavelos	2 ^a
Cascais	1 ^a
Estoril	2 ^a
S Domingos de Rana	1 ^a

Concelho de LISBOA — 1.º bairro :

Anjos	1 ^a
Beato Antonio	1 ^a
Castelo	2 ^a
Escolas Geraes	1 ^a
Graça	2 ^a
Monte Pedral	1 ^a
Olvais	1 ^a
Santiago	2 ^a
Santo Estêvão	1 ^a
S Cristóvão e S Lourenço	1 ^a
S Miguel	2 ^a
Se e S João da Praça	1 ^a
Socorro	1 ^a

Concelho de LISBOA — 2.º bairro :

Arriolos	1 ^a
Conceição Nova	2 ^a
Encarnação	1 ^a
Madalena	2 ^a
Mártires	2 ^a
Pena	1 ^a
Penha de França	1 ^a
Restauradores	1 ^a
Sacramento	2 ^a
S Jose	1 ^a

S Julião	2ª	Cheleiros	2ª
S Nicolau	2ª	Encarnação	2ª
Concelho de LISBOA — 3.º bairro :			
Ameixoeira	3ª	Enxara do Bispo	2ª
Bemfica	1ª	Ericeira	2ª
Camões	1ª	Gradil	3ª
Campo Grande	1ª	Igreja Nova	2ª
Carnide	2ª	Maфра	2ª
Charneca	2ª	Malveira	2ª
Lumiar	2ª	Milharado	2ª
Marquês de Pombal	1ª	Santo Estêvão das Galés	2ª
Mercês	1ª	Santo Isidoro	2ª
Santa Catarina	1ª	Sobral da Abelheira	2ª
S Mamede	1ª	Concelho de OEIRAS :	
S Sebastião da Pedreira	1ª	Amadora	1ª

Concelho de LISBOA — 4.º bairro :			
Ajuda	1ª	Barcarena	2ª
Alcântara	1ª	Carnaxide	1ª
Belém	1ª	Oeiras e S Julião da Barra	2ª
Lapa	1ª	Paço de Arcos	2ª
Santa Isabel	1ª	Concelho de SINTRA :	
Santos-o-Velho	1ª	Almargem do Bispo	2ª

Concelho de LOURES :			
Apelação	3ª	Belas	2ª
Bucelas	2ª	Colares	2ª
Camarate	2ª	Montelavar	2ª
Caneças	2ª	Queluz	2ª
Fanhões	2ª	Rio de Mouro	2ª
Frielas	3ª	S João das Lampas	2ª
Loures	2ª	Sintra (Santa Maria e S Miguel)	2ª
Lousa	2ª	Sintra (S Martinho)	2ª
Moscavide	2ª	Sintra (S Pedro de Penaferrim)	2ª
Odivelas (Lumiar e Carnide)	2ª	Terrugem	2ª
Póvoa de Santo Adrião	3ª	Concelho de SOBRAL DE MONTE AGRAÇO :	
Sacavem	2ª	Santo Quintino	2ª
Santa Iria de Azóia	2ª	Sapataria	2ª
Santo Antão do Tojal	2ª	Sobral de Monte Agraço	2ª
S Julião do Tojal	2ª	Concelho de TORRES VEDRAS :	
Unhos	3ª	A dos Cunhados	2ª

Concelho da LOURINHA :			
Lourinhã	1ª	Carmões	2ª
Miragaia	2ª	Carvoeira	2ª
Moita dos Ferreiros	2ª	Dois Portos	2ª
Moledo	3ª	Freiria	2ª
Reguengo Grande	2ª	Matacães	2ª
S Bartolomeu dos Galegos	2ª	Maxial	2ª
Vimeiro	2ª	Monte Redondo	2ª
Concelho de MAFRA :			
Azureira	2ª	Ponte do Rol	2ª
Carvoeira	3ª	Ramalhal	2ª
		Runa	2ª
		S Pedro da Cadeira	2ª
		Silveira	2ª
		Tôrres Vedras (Santa Maria do Castelo e S Miguel)	2ª

Torres Vedras (S Pedro e Santiago)	1ª	Crato e Martires	2ª
Turcifal	2ª	Flor da Rosa	3ª
Ventosa	2ª	Gáfete	2ª
Concelho de VILA FRANCA DE XIRA :			
Alhandra	2ª	Monte da Pedra	3ª
Alverca do Ribatejo	2ª	Vale do Pêso	2ª
Cachoeiras	2ª	Concelho de ELVAS :	
Calhandriz	2ª	Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	2ª
Castanheira do Ribatejo	2ª	Alcaçova	2ª
Povoa de Santa Iria	2ª	Assunção	2ª
S João dos Montes	2ª	Barbacena	2ª
Vialonga	2ª	Caia e S Pedro	2ª
Vila Franca de Xira	1ª	Santa Eulália	2ª

Distrito de PORTALEGRE

Concelho de ALTER DO CHÃO :

Alter do Chão	2ª
Chancelaria	2ª
Sêda	2ª

Concelho de ARRONCHES :

Assunção	2ª
Esperança	3ª
Mosteiros	2ª

Concelho de AVIZ :

Alcorrégo	3ª
Aldeia Velha	2ª
Aviz	2ª
Benavila	2ª
Ervedal	2ª
Figueira e Barros	3ª
Maranhão	3ª
Valongo	3ª

Concelho de CAMPO MAIOR :

Nossa Senhora da Expectação	2ª
Nossa Senhora da Graça dos Degolados	2ª
S João Baptista	2ª

Concelho de CASTELO DE VIDE :

Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas	2ª
Santa Maria da Devesa	2ª
S João Baptista	2ª
S Tiago Maior	2ª

Concelho de CRATO :

Aldeia da Mata	2ª
----------------	----

Concelho de ELVAS :

Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	2ª
Alcaçova	2ª
Assunção	2ª
Barbacena	2ª
Caia e S Pedro	2ª
Santa Eulália	2ª
S Braz e S Lourenço	2ª
S Vicente e Ventosa	2ª
Terrugem	2ª
Vila Bom	2ª
Vila Fernando	2ª

Concelho de FRONTEIRA :

Cabeço de Vide	2ª
Fronteira	2ª
S Saturnino	3ª

Concelho de GAVIAO :

Atalaia	3ª
Belver	2ª
Comenda	2ª
Gavião	2ª
Margem	2ª

Concelho de MARVÃO :

Santa Maria de Marvão	2ª
Santo António das Areias	2ª
S Salvador da Aramenha	2ª

Concelho de MONFORTE :

Assumar	2ª
Monforte	2ª
Santo Aleixo	2ª
Viamonte	2ª

Concelho de NISA :

Alpalhão	2ª
Amieira	2ª
Arez	2ª
Montalvão	2ª
Espírito Santo	2ª
Nossa Senhora da Graça	2ª
Tolosa	2ª
S Matias	2ª
S Simão	2ª

Concelho de PONTE DE SOR :

Galveias	2 ^a
Montargil	2 ^a
Ponte de Sor	1 ^a

Concelho de PORTALEGRE :

Alagoa	3 ^a
Alegrete	2 ^a
Carreiras	2 ^a
Fortios	2 ^a
Reguengo	2 ^a
Ribeira de Nisa	2 ^a
S. Julião	2 ^a
S. Lourenço	1 ^a
Se	1 ^a
Urrea	2 ^a

Concelho de SOUSEL :

Cano	2 ^a
Casa Branca	2 ^a
Santo Amaro	2 ^a
Sousel	2 ^a

Distrito do PORTO**Concelho de AMARANTE :**

Aboadela	3 ^a
Aboim	3 ^a
Amarante (S. Gonçalo)	2 ^a
Anciães	2 ^a
Ataíde	3 ^a
Bostelo	3 ^a
Canadelo	3 ^a
Candemil	3 ^a
Carneiro	3 ^a
Carvalho de Rei	3 ^a
Cepelos	3 ^a
Chapa	3 ^a
Figueiro (Santa Cristina)	2 ^a
Figueiro (Santiago)	2 ^a
Fregim	2 ^a
Freixo de Baixo	3 ^a
Freixo de Cima	3 ^a
Fridão	3 ^a
Gatão	2 ^a
Gondar	2 ^a
Gouveia (S. Simão)	2 ^a
Jazente	3 ^a
Lomba	3 ^a
Louredo	3 ^a
Lufrei	2 ^a
Madalena	3 ^a
Mancelos	2 ^a
Oliveira	3 ^a
Olo	3 ^a
Padronelo	3 ^a
Real	2 ^a

Rebordelo	3 ^a
Salvador do Monte	2 ^a
Sanche	2 ^a
Telões	2 ^a
Travanca	2 ^a
Várzea	3 ^a
Vila Caiz	2 ^a
Vila Chão do Marão	2 ^a
Vila Garcia	3 ^a

Concelho de BAIÃO :

Ancede	2 ^a
Baião (Santa Leocádia)	2 ^a
Campelo	2 ^a
Covelas	2 ^a
Frende	2 ^a
Gestaço	2 ^a
Gove	2 ^a
Grilo	2 ^a
Loivos do Monte	3 ^a
Loivos da Ribeira	3 ^a
Mesquinhata	3 ^a
Ovil	2 ^a
Santa Cruz do Douro	2 ^a
Santa Marinha do Zêzere	2 ^a
Teixeira	2 ^a
Teixeiró	3 ^a
Tresouras	2 ^a
Valadares	2 ^a
Viariz	3 ^a

Concelho de FELGUEIRAS :

Aião	3 ^a
Airães	2 ^a
Borba de Godim	2 ^a
Caramos	2 ^a
Friande	3 ^a
Idães	2 ^a
Jugueiros	2 ^a
Lagares	3 ^a
Lordelo	3 ^a
Macieira da Lixa	2 ^a
Margaride (Santa Eulália)	2 ^a
Moure	3 ^a
Pedreira	3 ^a
Penacova	3 ^a
Pinheiro	3 ^a
Pombeiro de Riba Vizela	2 ^a
Rande	3 ^a
Refontoura	3 ^a
Regilde	2 ^a
Revinhade	3 ^a
Santão	3 ^a
Sendim	2 ^a
Sernande	3 ^a
Sousa	3 ^a
Torrados	3 ^a
Unhão	3 ^a
Varzea	3 ^a
Varziela	2 ^a

Vila Cova da Lixa	2 ^a
Vila Fria	3 ^a
Vila Verde	3 ^a
Vizela (Santo Adrião)	3 ^a
Vizela (S. Jorge)	3 ^a

Concelho de GONDOMAR :

Covelo	2 ^a
Fânzeres	1 ^a
Foz do Sousa	2 ^a
Gondomar (S. Cosme)	1 ^a
Jovim	2 ^a
Lomba	2 ^a
Medas	2 ^a
Melres	2 ^a
Rio Tinto	1 ^a
S. Pedro da Cova	2 ^a
Valbom	1 ^a

Concelho de LOUSADA :

Alvarenga	3 ^a
Aveleda	3 ^a
Barrosas (Santa Eulália)	2 ^a
Barrosas (Santo Estêvão)	3 ^a
Boim	3 ^a
Caíde de Rei	2 ^a
Casais	3 ^a
Cernadelo	3 ^a
Covas	3 ^a
Cristelos	3 ^a
Figueiras	3 ^a
Lodares	2 ^a
Lousada (Santa Margarida)	3 ^a
Lousada (S. Miguel)	3 ^a
Lustosa	2 ^a
Macieira	3 ^a
Memedo	2 ^a
Nespereira	3 ^a
Nevogilde	2 ^a
Nogueira	3 ^a
Ordem	3 ^a
Pias	3 ^a
Silvares	2 ^a
Sousela	2 ^a
Tórno	2 ^a
Vilar do Torno e Alentem	3 ^a

Concelho de MAIA :

Águas Santas	1 ^a
Avioso (Santa Maria)	2 ^a
Avioso (S. Pedro)	2 ^a
Barca	2 ^a
Barreiros	2 ^a
Folgosa	2 ^a
Gemunde	2 ^a
Gondim	3 ^a
Guinfães	2 ^a
Milheiros	2 ^a
Moreira	2 ^a

Nogueira	2 ^a
S. Pedro Fins	2 ^a
Silva Escura	2 ^a
Vermom	2 ^a
Vila Nova da Telha	2 ^a

Concelho de MARCO DE CANAVESES :

Alpendurada e Matos	2 ^a
Ariz	2 ^a
Avessadas	3 ^a
Banho e Carvalhosa	2 ^a
Constance	2 ^a
Favões	3 ^a
Folhada	2 ^a
Fornos	2 ^a
Freixo	3 ^a
Magrelos	3 ^a
Manhuncelos	3 ^a
Maureles	3 ^a
Paços de Gaiolo	2 ^a
Paredes de Viadores	2 ^a
Penha Longa	2 ^a
Rio de Galinhas	3 ^a
Rosem	3 ^a
Sande	2 ^a
Santo Isidoro	2 ^a
S. Lourenço do Douro	3 ^a
S. Nicolau	3 ^a
Soalhães	2 ^a
Sobre-Tâmega	3 ^a
Tabuado	2 ^a
Torrão	3 ^a
Toutosa	3 ^a
Tuias	2 ^a
Varzea do Douro	2 ^a
Varzea da Ovelha e Aliviada	2 ^a
Vila Boa do Bispo	2 ^a
Vila Boa de Quires	2 ^a

Concelho de MATOZINHOS :

Custóias	2 ^a
Guifões	2 ^a
Lavra	2 ^a
Leça do Bailho	2 ^a
Leça da Palmeira	2 ^a
Matozinhos	1 ^a
Perafita	2 ^a
Santa Cruz do Bispo	2 ^a
S. Mamede de Infesta	1 ^a
Senhora da Hora	2 ^a

Concelho de PAÇOS DE FERREIRA :

Arregada	3 ^a
Carvalhosa	2 ^a
Eiriz	3 ^a
Ferreira	2 ^a

Figueiró	3ª	Oldrões	3ª
Frazão	2ª	Paço de Sousa	2ª
Freamunde	2ª	Paredes	3ª
Lamoso e Codeços	3ª	Penafiel	1ª
Meixomil	2ª	Perozele	3ª
Modelos	3ª	Pinheiro	2ª
Paços de Ferreira	2ª	Portela	2ª
Penamajour	2ª	Rans	3ª
Raimonda	2ª	Recezinhos (S Mamede)	2ª
Sanfins de Ferreira	3ª	Recezinhos (S Martinho)	2ª
Seroa	2ª	Rio de Moinhos	2ª

Concelho de PAREDES :

Aguiar de Sousa	2ª	Urró	3ª
Baltar	2ª	Valpedre	3ª
Breire	2ª	Vila Cova	3ª

**Concelho do PORTO — 1.º bairro —
(Bairro Oriental) :**

Besteiros	3ª	Bomfim	1ª
Bitarães	2ª	Campanhã	1ª
Castelões de Cepeda	2ª	Paranhos	1ª
Cete	2ª	Santo Ildfonso	1ª
Cristelo	3ª	Se	1ª

**Concelho do PORTO — 2.º bairro —
(Bairro Ocidental) :**

Duas Igrejas	3ª	Aldoar	2ª
Gandra	2ª	Cedofeita	1ª
Gondalães	3ª	Foz do Douro	1ª
Lordelo	2ª	Lordelo do Ouro	1ª
Louredo	3ª	Massarelos	1ª
Madalena	3ª	Miragaia	1ª
Mouriz	2ª	Nevogilde	2ª
Parada de Todea	3ª	Ramalde	1ª
Rebordosa	2ª	S Nicolau	1ª
Recarei	2ª	Vitória	1ª

Concelho de PENAFIEL :

Abraço	2ª	Aguçadoura	2ª
Boelhe	2ª	A Ver-o-Mar	2ª
Bostelo	2ª	Amorim	2ª
Cabeça Santa	2ª	Argiva	3ª
Canelas	3ª	Balazar	2ª
Capela	3ª	Beiriz	2ª
Castelões	2ª	Estela	2ª
Croca	2ª	Laundos	2ª
Duas Igrejas	2ª	Navais	2ª
Eja	3ª	Póvoa de Varzim	1ª
Figueira	3ª	Rates	2ª
Fonte Arcada	2ª	Teiroso	2ª
Galegos	2ª		
Gulhufe	2ª		
Irivo	2ª		
Lagares	2ª		
Luzim	3ª		
Marecos	2ª		
Milhundos	3ª		
Novelas	2ª		

Concelho da PÓVOA DE VARZIM :**Concelho de SANTO TIRSO :**

Agrela	3ª
Água Longa	2ª
Alvarelhos	2ª

Areias	2ª	Touguinha	3ª
Aves	2ª	Touguinho	2ª
Bougado (Santiago)	2ª	Vairão	2ª
Bougado (S Martinho)	2ª	Vila Chã	2ª
Burgais	2ª	Vila do Conde	1ª
Campo (S Martinho)	2ª	Vilar	2ª
Carreira	3ª	Vilar do Pinheiro	2ª
Coronado (S Mamede)	2ª		
Coronado (S Romão)	2ª		
Couto (Santa Cristina)	2ª		
Couto (S Miguel)	3ª		

**Concelho de VILA NOVA DE
GAIA :**

Covelas	3ª	Arcozelo	1ª
Gudões	3ª	Avintes	1ª
Guimarei	3ª	Canelas	2ª
Lama	3ª	Candelo	2ª
Lamelas	3ª	Crestuma	2ª
Monte Cordova	2ª	Grijo	2ª
Muro	3ª	Gulpilhares	2ª
Negrellos (S Mamede)	3ª	Lever	2ª
Negrellos (S Tomé)	2ª	Mafamude	1ª
Palmeira	3ª	Madalena	2ª
Rebordões	2ª	Olival	2ª
Refojos de Riba de Ave	2ª	Oliveira do Douro	1ª
Reguenga	2ª	Pedroso	1ª
Roriz	2ª	Perozinho	2ª
Santo Tirso	1ª	Sandim	2ª
Sequeiro	2ª	S Félix da Marinha	2ª
Vilarinho	2ª	Seixezelo	3ª

Concelho de VALONGO :

Alfena	2ª	Sermonde	3ª
Campo	2ª	Serzedo	2ª
Ermeizinde	1ª	Valadares	2ª
Sobrado	2ª	Vila Nova de Gaia (Santa Ma- rinha)	1ª
Valongo	2ª	Vilar de Andorinho	2ª
		Vilar do Paraíso	2ª

Concelho de VILA DO CONDE :

Arcos	3ª		
Arvore	2ª		
Aveleda	2ª		
Azurara	2ª		
Bagunte	2ª		
Candelo	3ª		
Fajozes	3ª		
Ferreiró	3ª		
Fornelo	2ª		
Glão	2ª		
Guilhabreu	2ª		
Junqueira	2ª		
Labruge	2ª		
Macieira da Maia	2ª		
Malta	3ª		
Mindelo	2ª		
Modivas	2ª		
Mosteiro	3ª		
Outeiro Maior	3ª		
Parada	3ª		
Retorta	3ª		
Rio Mau	2ª		
Tougues	3ª		

Distrito de SANTARÉM**Concelho de ABRANTES :**

Abrantes (S João)	2ª
Abrantes (S Vicente)	1ª
Aldeia do Mato	2ª
Alvega	2ª
Bemposta	2ª
Martinchel	3ª
Mouriscas	2ª
Pego	2ª
Rio de Moinhos	2ª
Rossio ao Sul do Tejo	2ª
S Facundo	2ª
S Miguel do Rio Torto	2ª
Souto	2ª
Tramagal	2ª

Concelho de ALCANENA :

Alcanena	2ª
Bugalhos	2ª
Espinheiro	2ª
Louriceira	3ª
Malhou	2ª

Minde	2ª	Paio Mendes	2ª
Motas — Venda	3ª	Pias	2ª
Monsanto	2ª		
Serra de Santo Antonio	2ª	Concelho da GOLEGA :	
Vila Moreira	3ª	Azinhaga	2ª
		Golegã	2ª
Concelho de ALMEIRIM :		Concelho de MAÇÃO :	
Almeirim	1ª	Aboboreira	2ª
Bemfica	2ª	Amêndoa	2ª
Raposa	2ª	Cardigos	2ª
Concelho de ALPIARÇA :		Carvoeiro	2ª
Alpiarça	1ª	Envidos	2ª
Concelho de BENAVENTE :		Mação	2ª
Benavente	2ª	Panascoso	2ª
Samora Correia	2ª	Ortiga	2ª
Santo Estêvão	2ª	Concelho de RIO MAIOR :	
Concelho do CARTAXO :		Alcobertas	2ª
Cartaxo	1ª	Arruda dos Pisões	3ª
Ereira	2ª	Azambujeira	3ª
Lapa	2ª	Fragoas	2ª
Pontevel	2ª	Marmeleira	2ª
Valada	2ª	Outeiro da Cortiçada	2ª
Vale da Pinta	2ª	Rio Maior	1ª
Vila Chã de Ourique	2ª	S João da Ribeira	2ª
Concelho da CHAMUSCA .		Concelho de SALVATERRA DE MAGOS :	
Chamusca	2ª	Marinhais	2ª
Chouto	2ª	Muge	2ª
Pinheiro Grande	2ª	Salvaterria de Magos	1ª
Ulme	2ª	Concelho de SANTARÉM :	
Vale de Cavalos	2ª	Abitureiras	2ª
Concelho de CONSTANCIA :		Abrã	2ª
Constância	2ª	Achete	2ª
Montalvo	3ª	Alcanede	1ª
Santa Margarida da Coutada	2ª	Alcanhões	2ª
Concelho de CORUCHE .		Almoster	2ª
Coruche	1ª	Amiães de Baixo	2ª
Couço	2ª	Arneiro de Milhariças	2ª
Concelho de FERREIRA DO ZÉ-ZERE :		Azoia de Baixo	3ª
Águas Belas	2ª	Azoia de Cima	2ª
Areias	2ª	Casevel	2ª
Beco	2ª	Moçarra	2ª
Chãos	2ª	Pernes	2ª
Dornes	2ª	Pombalinho	2ª
Ferreira do Zézere	2ª	Póvoa da Isenta	2ª
Igreja Nova do Sobral	2ª	Póvoa de Santarem	2ª
		Romeira	2ª
		Santa Iria da Ribeira de Santa-rém	2ª
		Santarem (Marvila)	2ª
		Santarém (S Nicolau)	2ª
		Santarem (S Salvador)	2ª
		S Vicente do Paul	2ª

Tremês	2ª	Atougua	2ª
Vale de Figueira	2ª	Ceissa	2ª
Vale de Santarem	2ª	Espite	2ª
Vaqueiros	3ª	Fatima	2ª
Varzea	2ª	Formigais	3ª
Concelho do SARDOAL		Freixianda	2ª
Alcaravela	2ª	Gondemaria	2ª
Santiago de Montalegre	2ª	Olival	2ª
Sardoal	2ª	Ourem	1ª
Concelho de TOMAR :		Rio de Coiros	2ª
Alviobeira	2ª	Vila Nova de Ourem	2ª
Asseiceira	2ª	Urqueira	2ª
Beberrigueira	2ª	Distrito de SETÚBAL	
Bezeiga	2ª	Concelho de ALCÁGER DO SAL :	
Carregueiros	2ª	Alcacer do Sal (Santa Maria do Castelo)	1ª
Casais	2ª	Alcácer do Sal (Santiago)	1ª
Junceira	2ª	Santa Susana	2ª
Madalena	2ª	Torrão	1ª
Olaihas	2ª	Concelho de ALCOCHETE :	
Paialvo	2ª	Alcochete	1ª
Pedreira	2ª	Samouco	2ª
Sabacheira	2ª	Concelho de ALMADA :	
Serra	2ª	Almada	1ª
Tomar (Santa Maria dos Olivais)	2ª	Caparica	1ª
Tomar (S João Baptista)	1ª	Cova da Piedade	1ª
Concelho de TÔRRES NOVAS :		Trafaria	2ª
Alcorochel	2ª	Concelho do BARREIRO :	
Assentiz	2ª	Barreiro	1ª
Brogueira	2ª	Lavradio	2ª
Chancelaria	2ª	Palhais	2ª
Lapas	2ª	Concelho de GRANDOLA :	
Olais	2ª	Azinheta dos Barros e S Ma-medo do Sádão	2ª
Paço	2ª	Grândola	1ª
Parceiros da Igreja	2ª	Melides	2ª
Pedrogão	2ª	Santa Margarida da Serra	2ª
Riachos	2ª	Concelho da MOITA :	
Ribeira Branca	2ª	Alhos Vedros	2ª
Tôrres Novas (Salvador)	2ª	Moita	1ª
Tôrres Novas (Santa Maria)	2ª	Concelho do MONTIJO :	
Tôrres Novas (Santiago)	2ª	Canha	2ª
Tôrres Novas (S Pedro)	2ª	Montijo	1ª
Zibreira	2ª	Sarilhos Grandes	2ª
Concelho de VILA NOVA DA BARQUINHA :			
Atalaia	2ª		
Entroncamento	2ª		
Praia do Ribatejo	2ª		
Tancos	3ª		
Vila Nova da Barquinha	2ª		
Concelho de VILA NOVA DE OURÉM :			
Alburitel	2ª		

Concelho de PALMELA :

Marateca	2 ^a
Palmela	1 ^a
Pinhal Novo	1 ^a
Quinta do Anjo	2 ^a

**Concelho de SANTIAGO DO CA-
CÉM :**

Abela	2 ^a
Alvalade	2 ^a
Cercal	1 ^a
Santa Cruz	3 ^a
Santiago do Cacem	1 ^a
Santo Andre	3 ^a
S Bartolomeu da Serra	2 ^a
S Domingos	2 ^a
S Francisco da Serra	2 ^a

Concelho do SEIXAL :

Aldeia de Paio Pires	2 ^a
Amora	2 ^a
Arrentela	2 ^a
Seixal	2 ^a

Concelho de SETÚBAL :

S Lourenço	2 ^a
S Simão	2 ^a
Setubal (Bocage)	1 ^a
Setubal (Marquês de Pombal)	1 ^a
Setubal (S ^a Maria da Graça)	1 ^a
Setubal (S Juhão)	1 ^a

Concelho de SEZIMBRA :

Sezimbra (Castelo)	1 ^a
Sezimbra (Santiago)	1 ^a

Concelho de SINES :

Sines	1 ^a
-------	----------------

**Distrito de VIANA
DO CASTELO****Concelho de ARCOS DE VALDE-
VEZ :**

Aboim das Choças	3 ^a
Aguã	3 ^a
Alvora	3 ^a
Arcos de Valdevez (Salvador)	2 ^a
Arcos de Valdevez (S Paio)	2 ^a
Ázere	3 ^a
Cabana Maior	3 ^a
Cabreiro	2 ^a
Carralcova	3 ^a

Cendufe	3 ^a
Couto	2 ^a
Eiras	3 ^a
Ermelo	3 ^a
Extremo	3 ^a
Gaveira	3 ^a
Giela	3 ^a
Gondoriz	2 ^a
Grade	3 ^a
Guilhadeses	3 ^a
Jolda (Madalena)	3 ^a
Jolda (S Paio)	3 ^a
Loureda	3 ^a
Mei	3 ^a
Miranda	2 ^a
Monte Redondo	3 ^a
Oliveira	2 ^a
Paço	3 ^a
Padreiro (Salvador)	3 ^a
Padreiro (Santa Cristina)	3 ^a
Padroso	3 ^a
Parada	3 ^a
Portela	3 ^a
Proselo	2 ^a
Rio Cabrão	3 ^a
Rio Frio	2 ^a
Rio de Moinhos	3 ^a
Sa	3 ^a
Sabadim	2 ^a
Santar	3 ^a
S Cosme e S Damão	3 ^a
S Jorge	2 ^a
Senharei	3 ^a
Sistelo	3 ^a
Soajo	2 ^a
Souto	3 ^a
Tabaço	3 ^a
Tavora (Santa Maria)	2 ^a
Tavora (S Vicente)	3 ^a
Vale	2 ^a
Vila Fonche	3 ^a
Vilela	3 ^a

Concelho de CAMINHA :

Ancora	2 ^a
Arga de Baixo e Arga de Cima	3 ^a
Arga de S João	3 ^a
Argela	3 ^a
Azevedo	3 ^a
Caminha (Matriz)	2 ^a
Cristelo	3 ^a
Gondar	3 ^a
Lanhelas	2 ^a
Moledo	3 ^a
Orbacem	2 ^a
Riba de Ancora	2 ^a
Seixas	2 ^a
Venade	2 ^a
Vila Praia de Ancora	2 ^a

Vilar de Mouros
Vilarelho
Vile

Concelho de MELGAÇO :

Alvaredo	3 ^a
Castro Laboreiro	2 ^a
Chaviães	3 ^a
Cousso	3 ^a
Cristoval	2 ^a
Cubalhão	3 ^a
Fiais	2 ^a
Gave	3 ^a
Lamas de Mouro	3 ^a
Paços	3 ^a
Paderne	2 ^a
Parada do Monte	3 ^a
Penso	2 ^a
Prado	3 ^a
Remoães	3 ^a
Roussas	2 ^a
S Paio e Vila de Melgaço	2 ^a

Concelho de MONÇÃO :

Abedim	3 ^a
Anhoes	3 ^a
Badim	3 ^a
Barbenta	2 ^a
Barroças e Taisas	3 ^a
Bela	2 ^a
Cambeses	3 ^a
Ceivães	2 ^a
Lapela	3 ^a
Lara	3 ^a
Longos Vales	2 ^a
Lordelo	3 ^a
Luzio	3 ^a
Mazedo	2 ^a
Merufe	2 ^a
Messegães	3 ^a
Monção	2 ^a
Moreira	2 ^a
Parada	3 ^a
Pias	2 ^a
Pinheiros	3 ^a
Podame	3 ^a
Portela	3 ^a
Riba de Mouro	2 ^a
Sá	3 ^a
Sago	3 ^a
Segude	3 ^a
Tangil	2 ^a
Troporiz	3 ^a
Troviscoso	3 ^a
Trute	3 ^a
Valadares	3 ^a

2^a
3^a
3^a

**Concelho de PAREDES DE COU-
RA :**

Agualonga	3 ^a
Bico	2 ^a
Castanheira	3 ^a
Cristelo	3 ^a
Cossourado	3 ^a
Coura	2 ^a
Cunha	3 ^a
Ferreira	2 ^a
Formariz	2 ^a
Infesta	2 ^a
Insalde	3 ^a
Linhares	3 ^a
Mozelos	3 ^a
Padornelo	2 ^a
Parada	3 ^a
Paredes de Coura	2 ^a
Porreiras	3 ^a
Resende	3 ^a
Romarigães	3 ^a
Rubiães	2 ^a
Roussas	3 ^a
Vascões	3 ^a

Concelho de PONTE DA BARCA :

Azias	3 ^a
Boivães	3 ^a
Bravães	3 ^a
Britelo	2 ^a
Crasto	3 ^a
Onde de Vila Verde	3 ^a
Entre Ambos-os-Rios	2 ^a
Ermida	3 ^a
Germil	3 ^a
Grovelas	3 ^a
Lavradas	2 ^a
Lindoso	2 ^a
Nogueira	3 ^a
Oleiros	3 ^a
Paço Vedro de Magalhães	3 ^a
Ponte da Barca	2 ^a
Ruivos	3 ^a
Sampriz	3 ^a
Touvedo (Salvador)	3 ^a
Touvedo (S Lourenço)	3 ^a
Vade (S Pedro)	3 ^a
Vade (S Tomé)	3 ^a
Vila Chã (Santiago)	3 ^a
Vila Chã (S João Baptista)	3 ^a
Vila Nova de Muia	2 ^a

Concelho de PONTE DO LIMA :

Anais	2 ^a
Arca	3 ^a
Arcos	3 ^a
Arcozelo	2 ^a
Ardegão	3 ^a

Barrio	3 ^a	S Pedro da Torre	2 ^a
Beiral do Lima	2 ^a	Silva	3 ^a
Bertandos	3 ^a	Talão	3 ^a
Boalhosa	3 ^a	Valença	2 ^a
Brandara	3 ^a	Verdoejo	3 ^a
Cabaços	3 ^a		
Cabração	3 ^a	Concelho de VIANA DO CAS-	
Calheiros	2 ^a	TELO :	
Calvelo	3 ^a		
Cepões	3 ^a	Afile	2 ^a
Correlhã	2 ^a	Alvarães	2 ^a
Estorãos	3 ^a	Amonde	3 ^a
Facha	2 ^a	Anha	2 ^a
Fertosa	3 ^a	Areosa	2 ^a
Fojo Lobal	3 ^a	Capareiros	2 ^a
Fontão	3 ^a	Cardielos	2 ^a
Fornelos	2 ^a	Carreço	2 ^a
Freixo	2 ^a	Carvoeiro	2 ^a
Friastelas	3 ^a	Castelo do Neiva	2 ^a
Galfar	3 ^a	Darque	2 ^a
Gandra	2 ^a	Deão	3 ^a
Gemeira	3 ^a	Deocriste	3 ^a
Gondufe	3 ^a	Freixeiro de Soutelo	3 ^a
Labruja	3 ^a	Geraz do Lima (Santa Leocá-	
Labrujo	3 ^a	dia)	2 ^a
Mato	3 ^a	Geraz do Lima (Santa Maria)	3 ^a
Moreira do Lima	2 ^a	Lanheses	2 ^a
Navió	3 ^a	Mazarefes	2 ^a
Pouares	3 ^a	Meadela	2 ^a
Ponte do Lima	2 ^a	Meixedo	3 ^a
Queijada	3 ^a	Montaria	2 ^a
Rebordões (Santa Maria)	3 ^a	Moieira de Geraz do Lima	3 ^a
Rebordões (Souto)	2 ^a	Mujais	2 ^a
Refoios do Lima	2 ^a	Neiva	3 ^a
Rendufe	3 ^a	Nogueira	3 ^a
Ribeira	2 ^a	Outeiro	2 ^a
Sa	3 ^a	Perre	2 ^a
Sandiaís	3 ^a	Portela Susã	3 ^a
Santa Comba	3 ^a	Portuzelo	2 ^a
Santa Cruz do Lima	3 ^a	Serieleis	3 ^a
Seara	3 ^a	Subportela	2 ^a
Serdedelo	3 ^a	Tôrre	3 ^a
Vitorino das Donas	2 ^a	Viana do Costelo (Monserrate)	1 ^a
Vitorino dos Piãs	2 ^a	Viana do Castelo (Santa Maria	
Vilar das Almas	3 ^a	Maiores)	1 ^a
Vilar do Monte	3 ^a	Vila Franca	2 ^a
		Vila Fria	2 ^a
		Vila Mou	3 ^a
		Vila de Punhe	2 ^a
		Vilar de Murteda	3 ^a
Concelho de VALENÇA :		Concelho de VILA NOVA DA CER-	
		VEIRA :	
Arao	3 ^a	Campos	2 ^a
Boivão	3 ^a	Candemil	2 ^a
Cerdal	2 ^a	Cornes	3 ^a
Cristelo Covo	2 ^a	Covas	2 ^a
Fontoura	2 ^a	Gondar	3 ^a
Friestas	3 ^a	Gondarem	2 ^a
Gandra	2 ^a		
Ganfei	2 ^a		
Gondomil	3 ^a		
Sanfins	3 ^a		
S Julião	3 ^a		

Loivo	3 ^a
Lovelhe	3 ^a
Mentrestido	3 ^a
Nogueira	3 ^a
Reboreda	3 ^a
Sapardos	3 ^a
Sopo	2 ^a
Vila Mea	3 ^a
Vila Nova da Cerveira	2 ^a

Distrito de VILA REAL**Concelho de ALIJÓ :**

Alijo	2 ^a
Amieiro	3 ^a
Carlão	2 ^a
Casal de Loivos	3 ^a
Castedo	3 ^a
Cotas	3 ^a
Favaio	2 ^a
Pegarinhos	2 ^a
Pinhão	3 ^a
Pópulo	3 ^a
Ribalonga	3 ^a
Sanfins do Douro	2 ^a
Santa Eugénia	3 ^a
S Mamede de Riba Tua	2 ^a
Vale de Mendiz	3 ^a
Vila Chã	2 ^a
Vila Verde	2 ^a
Vilar de Maçada	2 ^a
Vilarrinho de Cotas	3 ^a

Concelho de Boticas :

Alturas do Barroso	2 ^a
Ardãos	3 ^a
Beça	2 ^a
Bobadela	2 ^a
Cerdado	3 ^a
Codeçoso	3 ^a
Covas do Barroso	2 ^a
Curros	3 ^a
Dornelas	3 ^a
Eiró	2 ^a
Fiães do Tâmega	3 ^a
Granja	3 ^a
Pinho	2 ^a
Sapiãos	3 ^a
Vilar	3 ^a

Concelho de CHAVES :

Agua Fria	2 ^a
Anelhe	3 ^a
Arcosso	3 ^a
Bobadela	3 ^a
Bustelo	3 ^a
Calvão	2 ^a
Cela	3 ^a

Chaves	1 ^a
Cumo de Vila da Castanheira	3 ^a
Curalha	3 ^a
Eiras	3 ^a
Ervedo	2 ^a
Faioes	3 ^a
Lama de Arcos	3 ^a
Loivos	2 ^a
Mairos	3 ^a
Moreiras	3 ^a
Nogueira da Montanha	2 ^a
Oucidres	3 ^a
Oura	2 ^a
Outeiro Seco	3 ^a
Paradela	3 ^a
Povo de Agrações	3 ^a
Redondelo	2 ^a
Roriz	3 ^a
Samaões	2 ^a
Sanfins	3 ^a
Sanjurge	3 ^a
Santa Leocádia	2 ^a
Santo Estêvão	2 ^a
S Julião de Montenegro	3 ^a
S Pedro de Agostém	2 ^a
S Vicente	3 ^a
Seara Velha	3 ^a
Selhariz	3 ^a
Soutelinho da Raia	3 ^a
Soutelo	3 ^a
Travancas	3 ^a
Tronco	3 ^a
Vale de Anta	3 ^a
Vidago	2 ^a
Vilar de Nantes	2 ^a
Vilarelho da Raia	2 ^a
Vilarrinho das Paraneiras	3 ^a
Vilas Boas	3 ^a
Vilela Sêca	3 ^a
Vilela do Tâmega	3 ^a

Concelho de MESÃO FRIO :

Barqueiros	2 ^a
Cidadele	3 ^a
Mesão Frio (Santa Cristina)	2 ^a
Mesão Frio (S Nicolau)	3 ^a
Oliveira	3 ^a
Vila Jusã	3 ^a
Vila Marim	2 ^a

Concelho de MONDIM DE BASTO :

Atei	2 ^a
Bilho	2 ^a
Campanho	3 ^a
Ermelo	2 ^a
Mondim de Basto	2 ^a
Paradanza	3 ^a
Pardelhas	3 ^a
Vilar de Ferreiros	2 ^a

Concelho de MONTALEGRE:

Cabril	2ª
Cambeses do Rio	3ª
Cervos	3ª
Chã	2ª
Contum	3ª
Covelães	3ª
Covelo do Gerez	3ª
Donões	3ª
Ferral	3ª
Flães do Rio	3ª
Fervidelas	3ª
Gralhas	3ª
Meixedo	3ª
Meixide	3ª
Montalegre	2ª
Morgade	3ª
Mourilhe	3ª
Negrões	3ª
Outeiro	3ª
Padornelos	3ª
Padroso	3ª
Paradela	3ª
Pinhões das Junias	3ª
Pondras	3ª
Reigoso	3ª
Salto	2ª
Sarraquinhos	2ª
Sezelhe	3ª
Solveira	3ª
Tourem	3ª
Venda Nova	3ª
Viade de Baixo	3ª
Vila da Ponte	2ª
Vilar de Perdizes (Santo Andre)	3ª
Vilar de Perdizes (S Miguel)	2ª

Concelho de MURÇA:

Candedo	2ª
Carva	3ª
Fiolhoso	2ª
Jou	2ª
Murça	2ª
Noura	3ª
Palheiros	3ª
Valongo de Milhais	3ª
Vilares	3ª

Concelho de PÊSO DA RÉGUA:

Covelinhas	3ª
Fontelas	2ª
Galafura	3ª
Godim	2ª
Loureiro	2ª
Moura Morta	3ª
Pêso da Regua	1ª
Poiars	2ª
Sedelos	2ª
Vilarrinho dos Freires	2ª
Vinhos	2ª

Concelho de RIBEIRA DE PENA:

Alvadia	3ª
Canedo	2ª
Cerva	2ª
Lumões	3ª
Ribeira de Pena (Salvador)	2ª
Santo Aleixo de Além-Tâmega	2ª

Concelho de SABROSA:

Celeiros	3ª
Covas do Douro	2ª
Gouvães do Douro	3ª
Gouvinhas	3ª
Parada do Pinhão	3ª
Paradela de Guaiás	3ª
Passos	2ª
Provesende	2ª
Sabrosa	2ª
S. Cristóvão do Douro	3ª
S. Lourenço de Riba Pinhão	2ª
S. Martinho de Antas	2ª
Souto Maior	3ª
Torre do Pinhão	3ª
Vilarrinho de S. Romão	3ª

Concelho de SANTA MARTA DE PENAGUIÃO:

Alvações do Corgo	3ª
Cever	2ª
Cumeira	2ª
Fontes	2ª
Fornelos	3ª
Lobrigos (S. João Baptista)	2ª
Lobrigos (S. Miguel)	2ª
Louredo	3ª
Medrões	2ª
Sanhoane	2ª

Concelho de VALPAÇOS:

Água Revés e Crasto	2ª
Alvarelhos	3ª
Argeriz	2ª
Barreiros	3ª
Bouçoães	2ª
Canaveses	3ª
Carrizado de Montenegro	2ª
Curros	3ª
Ervões	2ª
Flães	3ª
Fornos do Pinhal	3ª
Friões	2ª
Lebução	2ª
Nozelos	3ª
Padrela e Tagem	3ª
Possacos	3ª
Rio Torto	2ª
Sanfins	3ª
Santa Maria de Emeres	3ª
Santa Valha	2ª

Santiago da Ribeira de Alharis	2ª
S. João da Corveira	2ª
S. Pedro de Veiga de Lila	3ª
Serapicos	3ª
Sonim	3ª
Tinhela	3ª
Vales	3ª
Valpaços	2ª
Vassal	2ª
Veiga de Lila	3ª
Vilarandelo	2ª

Concelho de VILA POUCA DE AGUIAR:

Afonsum	3ª
Alfarela de Jales	2ª
Bornes de Aguiar	2ª
Bragado	2ª
Capeludos	2ª
Gouvães da Serra	3ª
Parada de Monteiros	3ª
Pensalvos	3ª
Santa Marta da Montanha	3ª
Soutelo de Aguiar	2ª
Telões	2ª
Tresminas	2ª
Valoura	3ª
Vila Pouca de Aguiar	2ª
Vrea de Bornes	2ª
Vrea de Jales	2ª

Concelho de VILA REAL:

Abaças	2ª
Adoufe	2ª
Andraís	2ª
Arroios	3ª
Borbela	2ª
Campeã	2ª
Constantim	3ª
Ermida	3ª
Folhadela	2ª
Guaiás	2ª
Lamares	2ª
Lamas de Olo	3ª
Lordelo	2ª
Mateus	2ª
Mondrões	2ª
Mouços	2ª
Nogueira	2ª
Parada de Cunhos	2ª
Pena	3ª
Quintã	3ª
S. Tomé do Castelo	2ª
Torgueda	2ª
Vale de Nogueiras	2ª
Vila Cova	3ª
Vila Marim	2ª
Vila Real (S. Diniz)	2ª

Vila Real (S. Pedro)	2ª
Vilarrinho de Samardã	2ª

Distrito de VISEU**Concelho de ARMAMAR:**

Ariceira	3ª
Armamar	2ª
Cimbres	3ª
Coura	3ª
Folgosa	3ª
Fontelo	2ª
Goujoim	3ª
Queimada	3ª
Queimadela	3ª
Santa Cruz de Lumiares	3ª
Santiago	3ª
Santo Adrião	3ª
S. Cosmado	2ª
S. Martinho das Chãs	2ª
S. Romão	3ª
Tões	3ª
Vila Sêca	2ª

Concelho de CARREGAL DO SAL:

Beijos	2ª
Cabanas	2ª
Currelos	2ª
Oliveira do Conde	2ª
Papizios	2ª
Parada	2ª
Sobral de Papizios	3ª

Concelho de CASTRO DAIRE:

Almofala	3ª
Alva	3ª
Cabril	2ª
Castro Daire	2ª
Ermida	3ª
Ester	3ª
Gafanhão	3ª
Gosende	2ª
Mamouros	3ª
Mezio	3ª
Mões	2ª
Moledo	2ª
Monteiras	2ª
Moura Morta	3ª
Parada de Ester	2ª
Pepim	3ª
Picão	3ª
Pinheiro	2ª
Reriz	2ª
Ribolhos	3ª
S. Joaninho	2ª

Concelho de LAMEGO:

Avões	3ª
-------	----

Bigorne	3 ^a	Pera Velha	3 ^a
Britiande	2 ^a	Peva	2 ^a
Cambres	2 ^a	Rua	2 ^a
Cepões	2 ^a	Sarzedo	3 ^a
Ferreirim	2 ^a	Segões	3 ^a
Ferreiros de Avões	3 ^a	Vilar	3 ^a
Figueira	3 ^a		
Lahm	2 ^a	Concelho de MORTAGUA :	
Lamego (Almacave)	2 ^a	Almaça	3 ^a
Lamego (Se)	1 ^a	Cercosa	3 ^a
Lazarim	2 ^a	Cortegaça	3 ^a
Magueija	2 ^a	Espinho	2 ^a
Meijinhos	3 ^a	Marmeleira	3 ^a
Melções	3 ^a	Mortagua	2 ^a
Parada do Bispo	3 ^a	Pala	2 ^a
Penajoa	2 ^a	Sobral	2 ^a
Penude	2 ^a	Trezo	3 ^a
Samodães	3 ^a	Vale de Remigio	2 ^a
Sande	2 ^a		
Valdigem	2 ^a	Concelho de NELAS :	
Varzea de Abrunhais	2 ^a	Canas de Senhorim	2 ^a
Vila Nova de Souto de El-Rei	2 ^a	Carvalho Redondo	2 ^a

Concelho de MANGUALDE :

Abrunhosa-a-Velha	2 ^a
Alcafache	2 ^a
Chas de Tavares	2 ^a
Cunha Alta	3 ^a
Cunha Baixa	2 ^a
Espinho	2 ^a
Fornos de Maceira Dão	2 ^a
Freixiosa	3 ^a
Lobelhe do Mato	3 ^a
Mangualde	1 ^a
Mesquitela	3 ^a
Moimenta de Maceira Dão	3 ^a
Pova de Cervais	3 ^a
Quintela de Azurara	3 ^a
Santiago de Cassurais	2 ^a
S João da Fresta	3 ^a
Travanca de Tavares	3 ^a
Várzea de Tavares	2 ^a

Concelho de MOIMENTA DA BEIRA :

Aldeia de Nacomba	3 ^a
Alvite	2 ^a
Arcozelos	3 ^a
Ariz	3 ^a
Baldos	3 ^a
Cabaços	3 ^a
Caria	2 ^a
Castelo	3 ^a
Cever	3 ^a
Leomil	2 ^a
Moimenta da Beira	2 ^a
Nagosa	3 ^a
Paradinha	3 ^a
Passô	3 ^a

Concelho de MORTAGUA :

Almaça	3 ^a
Cercosa	3 ^a
Cortegaça	3 ^a
Espinho	2 ^a
Marmeleira	3 ^a
Mortagua	2 ^a
Pala	2 ^a
Sobral	2 ^a
Trezo	3 ^a
Vale de Remigio	2 ^a

Concelho de NELAS :

Canas de Senhorim	2 ^a
Carvalho Redondo	2 ^a
Nelas	2 ^a
Santar	2 ^a
Senhorim	2 ^a
Vilar Sêco	2 ^a

Concelho de OLIVEIRA DE FRADES :

Arca	3 ^a
Arcozelo das Maias	2 ^a
Destriz	3 ^a
Oliveira de Frades	2 ^a
Pinheiro	2 ^a
Reigoso	3 ^a
Ribeiradio	2 ^a
S João da Serra	3 ^a
S Vicente de Lafões	3 ^a
Sejães	3 ^a
Souto de Lafões	3 ^a
Varzielas	3 ^a

Concelho de PENALVA DO CASTELO :

Antas	2 ^a
Castelo de Penalva	2 ^a
Esmolfe	2 ^a
Germil	3 ^a
Insua	2 ^a
Luzinde	3 ^a
Mareco	3 ^a
Pindo	2 ^a
Real	3 ^a
Sezures	2 ^a
Trancozelos	3 ^a
Vila Cova do Covelo	3 ^a

Concelho de PENEDONO :

Antas	3 ^a
Bezelga	3 ^a
Castanço	3 ^a
Gianja	3 ^a
Ourozinho	3 ^a
Penedono	2 ^a
Penela da Beira	2 ^a
Pova de Penela	3 ^a
Souto	3 ^a

Concelho de RESENDE :

Anreade	2 ^a
Barrô	2 ^a
Cárquere	2 ^a
Feirão	3 ^a
Felgueiras	2 ^a
Freigil	3 ^a
Miomães	3 ^a
Ovadas	2 ^a
Panchorra	3 ^a
Paus	2 ^a
Resende	2 ^a
S Cipriano	2 ^a
S João de Fontoura	2 ^a
S Martinho de Mouros	2 ^a
S Romão de Aregos	3 ^a

Concelho de SANTA COMBA DÃO :

Couto do Mosteiro	2 ^a
Ova	2 ^a
Pinheiro de Azere	2 ^a
Santa Comba Dão	2 ^a
S Joanninho	2 ^a
S João de Areias	2 ^a
Treixedo	2 ^a
Vimieiro	2 ^a

Concelho de S. JOÃO DA PESQUEIRA :

Castanheiro do Sul	3 ^a
Ervedosa do Douro	2 ^a
Espinhosa	3 ^a
Nagozelo do Douro	3 ^a
Paredes da Beira	2 ^a
Pereiros	3 ^a
Rodades	2 ^a
S João da Pesqueira	2 ^a
Soutelo do Douro	2 ^a
Trevões	2 ^a
Vale de Figueira	2 ^a
Valongo dos Azetes	3 ^a
Várzea de Trevões	3 ^a
Vilarouco	2 ^a

Concelho de S. PEDRO DO SUL :

Baiões	3 ^a
Bordonhos	3 ^a
Candal	3 ^a
Caivalhais	2 ^a
Covas do Rio	3 ^a
Figueiredo de Alva	2 ^a
Manhouce	2 ^a
Pindelo dos Milagres	2 ^a
Pinho	2 ^a
Santa Cruz da Trapa	2 ^a
S Cristovão de Lafões	3 ^a
S Felix	3 ^a
S Martinho das Moitas	2 ^a
S Pedro do Sul	2 ^a
Serrazes	2 ^a
Sul	2 ^a
Valadares	2 ^a
Várzea	2 ^a
Vila Maior	2 ^a

Concelho de SÁTÃO :

Águas Boas	3 ^a
Decermilo	3 ^a
Ferreira de Aves	2 ^a
Forles	3 ^a
Mioma	2 ^a
Rio de Moinhos	2 ^a
Romãs	2 ^a
S Miguel de Vila Boa	2 ^a
Silvã de Cuma	2 ^a
Vila da Igreja	2 ^a
Vila Longa	3 ^a

Concelho de SERNANCELHE :

Arnas	3 ^a
Carregal	3 ^a
Chosendo	3 ^a
Cunha	3 ^a
Escurquela	3 ^a
Faia	3 ^a
Ferreirim	3 ^a
Fonte Arcada	2 ^a
Freixinho	3 ^a
Granjal	3 ^a
Lamosa	3 ^a
Macieira	3 ^a
Penso	3 ^a
Quintela	3 ^a
Sarzedo	3 ^a
Sernancelhe	2 ^a
Vila da Ponte	3 ^a

Concelho de SINFAIS :

Alhões	3 ^a
Bustelo	3 ^a
Espadanedo	2 ^a
Ferreiros de Tendais	2 ^a

Fornelos	2 ^a	Mosteirinho	3 ^a
Gralheira	3 ^a	Mosteiro de Fragoas	3 ^a
Momenta	3 ^a	Mouraz	2 ^a
Nespereira	2 ^a	Nandufe	3 ^a
Oliveira do Douro	2 ^a	Parada de Gonta	2 ^a
Ramires	3 ^a	Sabugosa	2 ^a
Santiago de Piães	2 ^a	Santiago de Besteiros	2 ^a
S. Cristóvão de Nogueira	2 ^a	S. João do Monte	2 ^a
Sinfães	2 ^a	S. Miguel do Outeiro	2 ^a
Souselo	2 ^a	Silvares	3 ^a
Tarouquela	2 ^a	Tonda	2 ^a
Tendais	2 ^a	Tondela	2 ^a
Travancas	2 ^a	Vila Nova da Rainha	3 ^a
		Vilar de Besteiros	2 ^a

Concelho de TABUAÇO :

Adorgo	3 ^a	Concelho de VILA NOVA DE PAIVA :	
Arcos	3 ^a	Alhais	3 ^a
Barcos	3 ^a	Fragoas	3 ^a
Chavães	3 ^a	Pendilho	2 ^a
Desejosa	3 ^a	Queiriga	2 ^a
Granja do Têdo	3 ^a	Touro	2 ^a
Granjinha	3 ^a	Vila Cova-a-Coelheira	2 ^a
Longa	3 ^a	Vila Nova de Paiva	2 ^a
Paradela	3 ^a		
Pereiro	3 ^a	Concelho de VISEU .	
Pinheiros	3 ^a	Abravêses	2 ^a
Santa Leocádia	3 ^a	Barreiros	3 ^a
Sendim	2 ^a	Boa Aldeia	3 ^a
Tabuaço	2 ^a	Bodiosa	2 ^a
Tavora	3 ^a	Calde	2 ^a
Vale de Figueira	3 ^a	Campo	2 ^a
Valença do Douro	3 ^a	Cavernães	2 ^a
		Cepoes	2 ^a
		Cota	2 ^a
		Couto de Baixo	2 ^a
		Couto de Cima	2 ^a
		Fail	3 ^a
		Farminhão	2 ^a
		Fragosela	2 ^a
		Londosa	2 ^a
		Mundão	2 ^a
		Orgens	2 ^a
		Povohide	2 ^a
		Ranhados	2 ^a
		Ribafeita	2 ^a
		Rio de Loba	2 ^a
		Santos Evos	2 ^a
		S. Cipriano	2 ^a
		S. João de Lourosa	2 ^a
		S. Pedro de France	2 ^a
		S. Salvador	2 ^a
		Silgueiros	2 ^a
		Torredeita	2 ^a
		Vil de Souto	3 ^a
		Vila Chã de Sa	2 ^a
		Viseu (Occidental)	1 ^a
		Viseu (Oriental)	2 ^a

Concelho de TAROUCA :

Dalvares	3 ^a		
Gouveias	3 ^a		
Granja Nova	3 ^a		
Mondim da Beira	2 ^a		
Salzedas	2 ^a		
S. João de Tarouca	2 ^a		
Tarouca	2 ^a		
Ucanha	3 ^a		
Varzea da Seira	2 ^a		
Vila Chã de Canguieiros	3 ^a		

Concelho de TONDELA

Barreiro	2 ^a		
Campo de Besteiros	2 ^a		
Canas de Sabugosa	2 ^a		
Caparrosa	2 ^a		
Castelões	2 ^a		
Dardavaz	2 ^a		
Ferreiros	2 ^a		
Guardão	2 ^a		
Lajeosa	2 ^a		
Lobão	2 ^a		
Molelos	2 ^a		

Concelho de VOUZELA :

Alcofra	2 ^a	Figueiredo das Donas	3 ^a
Cambra	2 ^a	Fornelo do Monte	3 ^a
Campia	2 ^a	Paços de Vilharigues	3 ^a
Carvalhal de Vermilhas	3 ^a	Queirã	2 ^a
Fataunços	2 ^a	S. Miguel do Mato	2 ^a
		Ventosa	2 ^a
		Vouzela	2 ^a

MAPA III**Províncias**

Minho	Vila Pouca de Aguiar
Braga (capital)	Vila Real
Amares	Bragança
Barcelos	Aliandega da Fe
Braga	Bragança
Cabeceiras de Basto	Carrazeda de Anciais
Celorico de Basto	Freixo de Espada-a-Cinta
Esposende	Macedo de Cavaleiros
Fafe	Miranda do Douro
Guimarães	Mirandela
Póvoa de Lanhoso	Mogadouro
Terras do Bouro	Torre de Moncorvo
Vieira do Minho	Vila Flor
Vila Nova de Famalicão	Vimioso
Vila Verde	Vinhais
Viana do Castelo	Guarda
Arcos de Valdevez	Vila Nova de Fozcoia
Caminha	Viseu
Melgaço	Armamar
Monção	Lamego
Paredes de Coura	S. João da Pesqueira
Ponte da Barca	Tabuaço
Ponte do Lima	Douro Litoral
Valença	Pórtio (capital)
Viana do Castelo	Amarante
Vila Nova da Cerveira	Balão
Tras-os-Montes e Alto Douro	Felgueiras
Vila Real (capital)	Gondomar
Alijo	Lousada
Boticas	Maia
Chaves	Marco de Canaveses
Mesão Frio	Matozinhos
Mondim de Basto	Paços de Ferreira
Montalegre	Paredes
Murça	Penafiel
Pêso da Régua	Pórtio — 1.º bairro
Ribeira de Pena	Pórtio — 2.º bairro
Sabrosa	Póvoa de Varzim
Santa Marta de Penaguião	Santo Tirso
Valpaços	

Valongo
Vila do Conde
Vila Nova de Gaia

Aveiro

Arouca
Castelo de Paiva
Espinho
Feira

Viseu

Resende
Sinfaís

Beira Alta

Viseu (capital)

Carregal do Sal
Castro Daire
Mangualde
Moimenta da Beira
Mortagua
Nelas
Oliveira de Frades
Penalva do Castelo
Penedono
Santa Comba Dão
S. Pedro do Sul
Sátão
Sernancelhe
Tarouca
Tondela
Vila Nova de Paiva
Viseu
Vouzela

Coimbra

Oliveira do Hospital
Tábua

Guarda

Aguar da Beira
Almeida
Celorico da Beira
Figueira de Castelo Rodrigo
Fornos de Algodres
Gouveia
Guarda
Manteigas
Meda
Pinhel
Sabugal
Seia
Trancoso

Beira Baixa

Castelo Branco (capital)

Belmonte
Castelo Branco
Covilhã
Fundão
Idanha-a-Nova
Oleiros
Penamacor
Proença-a-Nova
Sertão
Vila de Rei
Vila Velha de Ródão

Coimbra

Pampilhosa da Serra

Santarém

Mação

Beira Litoral

Coimbra (capital)

Arganil
Cantanhede
Coimbra
Condeixa-a-Nova
Figueira da Foz
Góis
Lousã
Mira
Miranda do Corvo
Montemor-o-Velho
Penacova
Penela
Poiars
Soure

Aveiro

Águeda
Albergaria-a-Velha
Anadia
Aveiro
Estarreja
Ilhavo
Mealhada
Murtosa
Oliveira de Azeméis
Oliveira do Bairro
Ovar
S. João da Madeira
Sever do Vouga
Vagos
Vale de Cambra

Leiria

Alvaiázere
Ancião
Batalha
Castanheira de Pêra
Figueiro dos Vinhos
Leiria
Pedrógão Grande
Pombal

Santarem

Vila Nova de Ourem

Ribatejo

Santarem (capital)

Abrantes
Alcanena
Almeirim
Alpiarça
Benavente
Cartaxo
Chamusca
Constância
Coruche
Ferreira do Zêzere
Golegã
Rio Maior
Salvaterra de Magos
Santarem
Sardoal
Tomar
Tôres Novas
Vila Nova da Barquinha

Lisboa

Azambuja
Vila Franca de Xira

Portalegre

Ponte de Sor

Estremadura

Lisboa (capital)

Alenquer
Arruda dos Vinhos
Cadaval
Cascais
Lisboa — 1.º bairro
Lisboa — 2.º bairro
Lisboa — 3.º bairro
Lisboa — 4.º bairro
Loures
Lousinhã
Mafra
Oeiras

Sintra
Sobral de Monte Agraço
Tôres Vedras

Leiria

Alcobaça
Bombarral
Caldas da Rainha
Marinha Grande
Nazare
Óbidos
Peniche
Pôrto de Mós

Setubal

Alcochete
Almada
Barreiro
Moita
Montijo
Palmela
Seixal
Setúbal
Sesimbra

Alto do Alentejo

Évora (capital):

Alandroal
Arraiolos
Borba
Estremoz
Évora
Montemor-o-Novo
Mora
Mourão
Portel
Redondo
Reguengos de Monsaraz
Viana do Alentejo
Vila Viçosa

Portalegre

Alter do Chão
Arronches
Aviz
Campo Maior
Castelo de Vide
Crato
Elvas
Fronreira
Gavião
Marvão
Monforte
Nisa
Portalegre
Sousel

Baixo Alentejo	Santiago do Cacém
Beja (capital)	Sines
Aljustrel	Algarve
Almodôvar	Faro (capital)
Alvito	Albufeira
Barrancos	Alcoutim
Beja	Aljezur
Castro Verde	Alportel
Cuba	Castro Marim
Ferreira do Alentejo	Faro
Mértola	Lagoa
Moura	Lagos
Odemira	Loule
Oûrique	Monchique
Serpa	Olhão
Vidigueira	Portimão
Setúbal	Silves
Alcácer do Sal	Tavira
Grândola	Vila do Bispo
	Vila Real de Santo António

MAPA IV

Classificação dos distritos

1ª ordem	Santarém
Lisboa	Vila Real
Pôrto	Viseu
2ª ordem	3ª ordem
Beja	Aveiro
Braga	Bragança
Castelo Branco	Guarda
Coimbra	Leria
Evora	Portalegre
Faro	Setúbal
	Viana do Castelo

MAPA V

Serviços de incêndios

Zona Norte — Províncias	Zona Sul — Províncias
Minho	Beira Baixa
Tras-os-Montes e Alto Douro	Ribatejo
Baixo Douro	Estremadura
Beira Alta	Alto Alentejo
Beira Litoral	Baixo Alentejo
	Algarve

MAPA VI

Quadro geral do pessoal maior das secretarias dos governos civis e administrações dos bairros, e das secretarias e tesourarias das câmaras municipais e juntas de provincia, e respectivos vencimentos

1ª categoria		2ª classe	
1ª classe		Segundos oficiais das secretarias dos governos civis dos distritos de 1ª, 2ª e 3ª ordem	1 200\$
Secretarios dos governos civis dos distritos de 1ª ordem	2 750\$	Chefes de secretaria das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto	»
Chefes de secretaria das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto	»	Segundos oficiais das secretarias das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto e dos concelhos urbanos de 1ª ordem	»
2ª classe		Tesoureiros das câmaras municipais dos concelhos de 1ª ordem	»
Secretarios dos governos civis dos distritos de 2ª ordem	2 250\$	Tesoureiros das juntas de provincia, com excepção dos de Lisboa e Pôrto	»
3ª classe		Segundos oficiais das secretarias das juntas de provincia com sede em Lisboa e Pôrto	»
Secretarios dos governos civis dos distritos de 3ª ordem	1 800\$	3ª classe	
Chefes de secretaria das câmaras municipais dos concelhos urbanos de 1ª ordem	»	Terceiros oficiais das secretarias dos governos civis dos distritos de 1ª e 2ª ordem	900\$
Chefes de serviços das secretarias e tesourarias das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto	»	Chefes de secretaria das câmaras municipais dos concelhos de 3ª ordem	»
Chefes de secretaria das juntas de provincia com sede em Lisboa e Porto	»	Terceiros oficiais das secretarias das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto, dos de 1ª ordem e dos urbanos de 2ª ordem	»
2ª categoria		Tesoureiros das câmaras municipais dos concelhos de 2ª ordem	»
1ª classe		Terceiros oficiais das secretarias das juntas de provincia	»
Primeiros oficiais das secretarias dos governos civis de 1ª ordem	1 500\$	3ª categoria	
Secretarios das administrações de bairro	»	1ª classe	
Tesoureiros das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Porto	»	Aspirantes das secretarias dos governos civis de 1ª, 2ª e 3ª ordem	700\$
Primeiros oficiais das secretarias das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto e dos concelhos urbanos de 1ª ordem	»		
Chefes de secretaria das juntas de provincia, com excepção das de Lisboa e Pôrto	»		
Tesoureiros das juntas de provincia com sede em Lisboa e Pôrto	»		

Aspirantes das secretarias das administrações de bairro	»	vis de 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a ordem	600\$
Tesoureiros das câmaras municipais dos concelhos de 3. ^a ordem	»	Escriturários de 2. ^a classe das secretarias das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto e dos de 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a ordem	»
Aspirantes das secretarias das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto e dos de 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a ordem	»	Escriturários de 2. ^a classe das secretarias das juntas de provincia	»
Aspirantes das secretarias das juntas de provincia	»	3. ^a classe	
2. ^a classe		Escriturários de 3. ^a classe das secretarias das câmaras municipais dos concelhos de 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a ordem	550\$
Escriturários de 2. ^a classe das secretarias dos governos ci-			

MAPA VII

Quadro do pessoal maior das secretarias dos governos civis e administrações de bairro e das secretarias e tesourarias das câmaras municipais e das juntas de provincia

Governos civis	1 segundo official , 1 aspirante , 1 escriptorario de 2. ^a classe
Distritos de 1. ^a ordem	Administrações de bairro
Lisboa	1 secretario , 4 aspirantes
1 secretario , 2 primeiros officiaes , 2 segundos officiaes , 2 terceiros officiaes , 3 aspirantes , 3 escriptorários de 2. ^a classe	Câmaras municipais
Pôrto	Concelhos urbanos de 1. ^a ordem
1 secretario , 1 primeiro official , 1 segundo official , 1 terceiro official , 2 aspirantes , 2 escriptorarios de 2. ^a classe	1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro , 1 primeiro official , 1 segundo official , 2 terceiros officiaes , 4 aspirantes , 5 escriptorarios de 2. ^a classe , 5 escriptorários de 3. ^a classe
Distrito de 2. ^a ordem	Concelhos urbanos de 2. ^a ordem
1 secretario , 1 segundo official , 1 terceiro official , 1 aspirante , 1 escriptorário de 2. ^a classe	1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro , 1 terceiro official , 3 aspirantes , 4 escriptorarios de 2. ^a classe , 6 escriptorarios de 3. ^a classe
Na secretaria do Governo Civil do distrito de Coimbra haverá dois segundos officiaes	Concelhos urbanos de 3. ^a ordem
Distritos de 3. ^a ordem	1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro , 2 aspirantes , 2 escriptorarios de 2. ^a classe ,
1 secretario ,	

1 escriptorario de 3. ^a classe	1 aspirante , 1 escriptorario de 2. ^a classe , 1 escriptorario de 3. ^a classe
Concelhos rurais de 1. ^a ordem	Juntas de provincia
1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro , 1 terceiro official , 2 aspirantes , 2 escriptorários de 2. ^a classe , 3 escriptorários de 3. ^a classe	De Lisboa e Porto
Concelhos rurais de 2. ^a ordem	1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro , 1 segundo official , 1 terceiro official , 2 aspirantes , 4 escriptorarios de 2. ^a classe
1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro , 2 aspirantes , 2 escriptorarios de 2. ^a classe ; 1 escriptorario de 3. ^a classe	Demais juntas
Concelhos rurais de 3. ^a ordem	1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro , 1 terceiro official , 1 aspirante , 1 escriptorário de 2. ^a classe
1 chefe de secretaria , 1 tesoureiro ,	

Ministério do Interior, 31 de Dezembro de 1936. — O Ministro do Interior, *Mario Pais de Sousa*

TABELA I

Vencimento dos presidentes das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Pôrto

	Maximos
Concelho de Lisboa	5 000\$00
Concelho do Pôrto	4 500\$00

TABELA II

Máximo de vencimentos do pessoal maior dos serviços especiais dos corpos administrativos

Médicos

Nos concelhos de 1.ª ordem	750\$00
Nos concelhos de 2.ª ordem	700\$00
Nos concelhos de 3.ª ordem	650\$00

Veterinários

Nos concelhos de 1.ª ordem	950\$00
Nos concelhos de 2.ª ordem	900\$00
Nos concelhos de 3.ª ordem	850\$00

Aferidores

Além da percentagem que, nos termos da lei, lhes compete pelos serviços externos	300\$00
--	---------

Outros serventuários não especificados

O que for arbitrado pelos corpos administrativos segundo as regras normais das equiparações, não podendo ultrapassar o vencimento dos chefes de secretaria

TABELA III

Máximo de vencimentos do pessoal menor dos governos civis, administrações de bairro, câmaras municipais e juntas de provincia

Continuos de 1.ª classe do Governo Civil de Lisboa	550\$00
Continuos de 2.ª classe dos restantes governos civis	500\$00
Officiais de diligências das administrações de bairro	550\$00
Continuos e officiais de diligências dos corpos administrativos	500\$00
Capatazes de obras	450\$00
Zeladores e carcereiros	300\$00

Outros serventuários não especificados, o que for arbitrado pelos corpos administrativos, segundo as regras normais das equiparações

TABELA IV

Taxas

I

Cemitérios

(Artigo 620.º, n.º 1.º)

a) Terrenos para jazigos — por cada metro quadrado	Maximos 200\$00
--	--------------------

Enterramentos

b) De adultos de mais de doze anos	10\$00
c) De menores até doze anos	5\$00
d) Inumações em jazigo — cada cadáver	50\$00

Sepulturas reservadas

e) De adultos de mais de doze anos — por cada ano	30\$00
f) De menores até doze anos — por cada ano	20\$00
g) Posse perpétua	200\$00

Ossários e jazigos municipais

h) Aluguer de compartimento do jazigo municipal ou lugar próprio, caixa ou urna de adultos — taxa anual	100\$00
i) Aluguer de compartimento do jazigo municipal ou lugar próprio, caixa ou urna de menores até doze anos — taxa anual	80\$00
j) Aluguer de compartimento do ossario municipal ou lugar próprio, cada ossada — taxa anual	30\$00
k) O deposito, quer de cadáveres, quer de ossadas, pode ser perpetuo, sendo a taxa para a perpetuidade em jazigo municipal para caixa ou urna de adultos	2 500\$00
De menores	1 500\$00
Taxa para perpetuidade para ossadas	500\$00
Pela colocação de sinais funerarios em sepulturas	20\$00
Pela construção de jazigos	50\$00

II

Alteração de pesos e medidas

(Artigo 620.º, n.º 2.º)

As fixadas na legislação vigente

III

Registo de cães

(Artigo 620.º n.º 3.º)

a) De guarda (cada um) — taxa anual	10\$00
b) De caça (cada um) — taxa anual	25\$00
c) De luxo (cada um) — taxa anual	50\$00

IV

Feiras e mercados municipais

(Artigo 620°, n.º 4.º)

Maximos

Por cada mesa para venda de peixe, miudezas de porco, ou quaisquer outros géneros, produtos e artigos e por dia	4\$00
Por cada metro quadrado ou fracção de terrado para venda de quaisquer generos, artigos ou produtos e por dia	2\$00

V

Vendedores ambulantes

(Artigo 620°, n.º 5.º)

Sendo a condução feita pelo proprio—por ano	25\$00
Utilizando na condução uma cavalgadura—por ano	50\$00
Utilizando na condução uma carroça de mão—por ano	50\$00
Utilizando na condução carroça ou veículo com motor—por ano	100\$00

VI

Licenças relativas ao exercicio de caça

(Artigo 620°, n.º 6.º)

Pelo exercicio da caça

Licença anual	
Para o municipio	10\$00
Para a comissão venatória concelhia	6\$50
Para a comissão venatória regional	3\$50
Custo do cartão	1\$00

Pelo uso ou posse de cada furo

Anual	
Para o municipio	15\$00
Para a comissão venatoria concelhia	10\$00
Custo do cartão	1\$00

Pela criação de fures

Anual	
Para o municipio	30\$00
Para a comissão venatória concelhia	20\$00

Pelo uso e porte de arma de caça

Para o municipio	10\$00
------------------	--------

VII

Outras licenças

(Artigo 620°, n.º 7.º)

Estabelecimentos insalubres, incomodos e perigosos fora de Lisboa e Porto

De 1.ª classe

Anual	
Para o municipio	50\$00
Para o Estado—sêlo do alvara e adicional	50\$50

De 2.ª classe

Anual		Máximos
Para o municipio		30\$00
Para o Estado—sêlo do alvará e adicional		30\$30

De 3.ª classe

Anual		
Para o municipio		10\$00
Para o Estado—sêlo do alvará e adicional		10\$10

Hotéis pensões hospedarias, restaurantes cafes, cervejarias tabernas, leitarias e semelhantes, nas cidades vilas e zonas urbanizadas

Anual		
Fora de Lisboa e Porto		
Para o municipio		60\$00
Para o Estado—sêlo do alvara e adicional		60\$00

Construção e reconstrução de predios urbanos para habitação, instalação de fabricas e mais estabelecimentos industriais, oficinas, armazéns e casas de espectaculos publicos e semelhantes

Por semestre		
Taxa fixa		50\$00

Acrescem

1.ª Taxa sanitária (decretos, n.ºs 12 477 e 14 372)	
2.ª Quando haja occupação da via publica ou de logradouro comum, com andaimes, materiais, amassadouros, etc, por cada metro quadrado	1\$00

Construção ou reconstrução de telheiros pequenas barracas para arrecadações e semelhantes

Por semestre		30\$00
Quando haja occupação da via publica ou logradouro comum—por cada metro		\$50

Reparações em edificios de qualquer natureza

Por trimestre—taxa fixa		25\$00
Quando haja occupação da via publica ou logradouro comum—por cada metro		\$50

Construção, reconstrução ou reparação de muros de vedação

Por trimestre—taxa fixa		20\$00
Quando haja occupação da via publica ou logradouro comum—por cada metro		\$50

Occupação ou impedimento da via publica para construção ou reparação de passeios canalizações e semelhantes

Por trimestre—taxa fixa		20\$00
Por cada metro da via publica ou logradouro occupado ou impedido		\$50

Bombas fornecedoras de gasolina

Nas cidades e vilas sedes do concelho		
Por cada uma e por ano		200\$00
Nas demais localidades		
Por cada uma e por ano		100\$00

Quaisquer outros alvaras de licença que as câmaras municipais possam legalmente conceder, não estando declarados gratuitos pela legislação vigente—taxa fixa		20\$00
--	--	--------

VIII

**Aproveitamento do dominio público na administração do municipio
ou dos bens do logradouro comum do concelho**

(Artigo 620 °, n.º 8 °)

Apascentação de gado e occupação de terrenos

Maximos

- | | |
|---|-------|
| a) Caprino (por cabeça) — taxa anual | \$50 |
| b) Lanigero (por cabeça) — taxa anual | \$30 |
| c) Vacum (por cabeça) — taxa anual | 1\$00 |
| d) Occupação de terrenos em maximos a aprovar pelo Ministro do Interior | |

Ministério do Interior, 31 de Dezembro de 1936 — O Minis-
tro do Interior, *Mário Pais de Sousa*

ÍNDICES

ÍNDICE DO CÓDIGO ADMINISTRATIVO (1)

PARTE I

Da organização administrativa

Artigos

Título I — Da divisão do território	1 °
Título II — Do concelho	13 °
Capítulo I — Dos órgãos da administração municipal	13 °
Capítulo II — Do concelho municipal	16 °
Secção I — Composição	16 °
Secção II — Competência	28 °
Secção III — Constituição, sessões, reuniões e deliberações	29 °
Capítulo III — Da câmara municipal	37 °
Secção I — Composição	37 °
Secção II — Atribuições e competência	44 °
Sub-secção I — Disposições gerais	44 °
Sub-secção II — Concelhos urbanos	60 °
Sub-secção III — Concelhos rurais	64 °
Secção III — Constituição, reuniões e deliberações	67 °
Capítulo IV — Do presidente da câmara	71 °
Capítulo V — Dos concelhos de Lisboa e Porto	83 °
Secção I — Da câmara municipal e seu presidente	83 °
*Secção II — Administrações dos bairros	92 °
Capítulo VI — Dos órgãos municipais consultivos	94 °
Secção I — Disposições gerais	94 °
Secção II — Comissão municipal de higiene	96 °
Secção III — Comissão municipal de arte e arqueologia	97 °
Secção IV — Comissão venatória concelhia	99 °
Secção V — Gremios e sindicatos nacionais	100 °
Capítulo VII — Das zonas de turismo	101 °
Secção I — Disposições gerais	101 °
Secção II — Zonas de turismo administradas pelas câmaras municipais	106 °
Secção III — Zonas de turismo administradas pelas juntas de turismo	109 °
Capítulo VIII — Dos serviços municipais	117 °
Secção I — Secretaria e tesouraria	118 °
Sub-secção I — Secretaria	118 °
Sub-secção II — Tesouraria	122 °
Secção II — Serviços especiais	126 °
Sub-secção I — Disposições gerais	126 °
Sub-secção II — Partidos médicos	127 °
Sub-secção III — Partidos veterinários	134 °
Sub-secção IV — Outros partidos	138 °
Sub-secção V — Serviços de incêndios	139 °
Sub-secção VI — Outros serviços	145 °
Capítulo IX — Dos serviços municipalizados	146 °
Secção I — Instituição, objecto e fim	146 °
Secção II — Administração	149 °
Capítulo X — Das federações de municípios	168 °
Secção I — Disposições comuns	158 °
Secção II — Federações voluntárias	168 °
Secção III — Federações obrigatórias	169 °

(1) V no final o índice das leis complementares e dos mapas e tabelas anexos

	Artigos
Título III — Da freguesia	177 °
Capítulo I — Dos órgãos da administração paroquial	177 °
Capítulo II — Das famílias na administração paroquial	181 °
Secção I — Eleição da junta de freguesia	181 °
Secção II — Intervenção na administração paroquial	184 °
Sub-secção I — Assembleia paroquial	184 °
Sub-secção II — Referendum	185 °
Sub-secção III — Conselho paroquial	188 °
Capítulo III — Da junta de freguesia	196 °
Secção I — Composição	196 °
Secção II — Atribuições e competência	199 °
Secção III — Constituição reuniões e deliberações	204 °
Secção IV — Presidente da junta	208 °
Secção V — Serviços paroquiais	209 °
Secção VI — União de freguesia	213 °
Capítulo IV — Do regedor	219 °
Título IV — Da provincia	231 °
Capítulo I — Dos órgãos da administração provincial	231 °
Capítulo II — Do conselho provincial	234 °
Secção I — Composição	234 °
Secção II — Competência	242 °
Secção III — Constituição, sessões reuniões e deliberações	243 °
Capítulo III — Da junta da provincia	251 °
Secção I — Composição	251 °
Secção II — Atribuições e competência	258 °
Secção III — Constituição, reuniões e deliberações	267 °
Capítulo IV — Dos serviços provinciais	271 °
Título V — Da constituição e funcionamento dos corpos administrativos em geral	273 °
Capítulo I — Da constituição dos corpos administrativos	273 °
Capítulo II — Do funcionamento dos corpos administrativos	277 °
Secção I — Sessões e reuniões	277 °
Secção II — Deliberações	287 °
Secção III — Especialidades de algumas deliberações	302 °
Sub-secção I — Alienação dos bens próprios	302 °
Sub-secção II — Empreitadas e fornecimentos	303 °
Sub-secção III — Concessão de obras ou serviços	306 °
Secção IV — Sanção das deliberações ilegais	307 °
Secção V — Acções em que os corpos administrativos tenham interesse	312 °
Capítulo III — Da intervenção do Governo no funcionamento dos corpos administrativos	315 °
Secção I — Inspeção administrativa	315 °
Secção II — Dissolução	321 °
Secção III — Regime de tutela	325 °
Título VI — Dos baldios	331 °
Capítulo unico — Da classificação e aproveitamento dos baldios	331 °
Secção I — Classificação e inventario	331 °
Secção II — Baldios indispensaveis ao logradouro comum	336 °
Secção III — Baldios dispensaveis ao logradouro comum	338 °
Sub-secção I — Disposições comuns	338 °
Sub-secção II — Baldios próprios para cultura	340 °
Sub-secção III — Baldios improprios para cultura	342 °
Sub-secção IV — Baldios destinados a arborização	344 °
Título VII — Do distrito	347 °
Capítulo I — Do governador civil	347 °
Capítulo II — Da secretaria do governo civil	356 °
Título VIII — Das pessoas colectivas de utilidade publica administrativa	359 °
Capítulo I — Disposições comuns	359 °
Secção I — Tutela	359 °
Secção II — Inspeção e aprovação tutelares	361 °
Secção III — Orçamento, contabilidade e tesouraria	366 °
Secção IV — Dissolução e extinção	368 °
Capítulo II — Das associações beneficentes ou humanitarias	372 °
Secção I — Misericórdias	372 °
Secção II — Outras associações de beneficência	379 °
Secção III — Associações humanitarias	381 °

	Artigos
Capítulo III — Dos institutos de utilidade local	383 °
Título IX — Da actividade beneficente ou de assistência das associações religiosas	387 °

PARTE II

Dos funcionários administrativos e dos assalariados

Título I — Dos funcionários administrativos	389 °
Capítulo I — Do pessoal maior das secretarias e tesourarias	389 °
Secção I — Categorias e quadros	389 °
Secção II — Recrutamento e provimento dos funcionarios dos quadros privativos	394 °
Sub-secção I — Disposições comuns	394 °
Sub-secção II — Ingresso no quadro	402 °
Sub-secção III — Promoção	403 °
Secção III — Recrutamento e provimento dos funcionarios do quadro geral administrativo	404 °
Sub-secção I — Disposições comuns	404 °
Sub-secção II — Ingresso no quadro	406 °
Sub-secção III — Promoção	412 °
Sub-secção IV — Provimento	418 °
Secção IV — Posse	422 °
Secção V — Serviço dos funcionarios e sua aposentação	429 °
Sub-secção I — Deveres dos funcionarios	429 °
Sub-secção II — Faltas e licenças	436 °
Divisão I — Faltas ao serviço	436 °
Divisão II — Licenças	441 °
Sub-secção III — Situações dos funcionarios	448 °
Divisão I — Quadro geral	448 °
Divisão II — Quadros privativos	452 °
Sub-secção IV — Vencimentos	454 °
Sub-secção V — Incompatibilidade e acumulações	469 °
Sub-secção VI — Antiguidade e informações	474 °
Sub-secção VII — Aposentações	481 °
Secção VI — Da disciplina	484 °
Sub-secção I — Responsabilidade disciplinar	484 °
Sub-secção II — Penas disciplinares e seus efeitos	490 °
Sub-secção III — Competência disciplinar	496 °
Sub-secção IV — Aplicação das penas	501 °
Sub-secção V — Processo disciplinar	508 °
Divisão I — Disposições gerais	508 °
Divisão II — Instrução do processo	514 °
Divisão III — Defesa do arguido	521 °
Divisão IV — Decisão disciplinar e sua execução	524 °
Divisão V — Processos especiais por abandono de lugar e por falta de assiduidade	529 °
Divisão VI — Revisão dos processos disciplinares	534 °
Capítulo II — Do pessoal maior dos serviços especiais	540 °
Secção I — Disposições gerais	540 °
Secção II — Funcionarios de nomeação vitalicia	546 °
Secção III — Funcionarios contratados	547 °
Capítulo III — Do pessoal menor	552 °
Capítulo IV — Dos interinos	557 °
Título II — Dos assalariados	560 °

PARTE III

Das finanças locais

Título I — Disposições gerais	566 °
Capítulo I — Da autonomia financeira dos corpos administrativos	566 °
Capítulo II — Da receita e despesa e sua classificação	569 °
Capítulo III — Do orçamento	575 °
Capítulo IV — Da cobrança das receitas	581 °
Capítulo V — Do pagamento das despesas	592 °

Artigos

Titulo III — Da freguesia	177 °
Capitulo I — Dos órgãos da administração paroquial	177 °
Capitulo II — Das famílias na administração paroquial	181 °
Secção I — Eleição da junta de freguesia	181 °
Secção II — Intervenção na administração paroquial	184 °
Sub-secção I — Assembleia paroquial	184 °
Sub-secção II — Referendum	185 °
Sub-secção III — Conselho paroquial	188 °
Capitulo III — Da junta de freguesia	196 °
Secção I — Composição	196 °
Secção II — Atribuições e competência	199 °
Secção III — Constituição, reuniões e deliberações	204 °
Secção IV — Presidente da junta	208 °
Secção V — Serviços paroquiais	209 °
Secção VI — União de freguesia	213 °
Capitulo IV — Do regedor	219 °
Titulo IV — Da provincia	231 °
Capitulo I — Dos órgãos da administração provincial	231 °
Capitulo II — Do conselho provincial	234 °
Secção I — Composição	234 °
Secção II — Competência	242 °
Secção III — Constituição sessões, reuniões e deliberações	243 °
Capitulo III — Da junta da provincia	251 °
Secção I — Composição	251 °
Secção II — Atribuições e competência	258 °
Secção III — Constituição, reuniões e deliberações	267 °
Capitulo IV — Dos serviços provinciais	271 °
Titulo V — Da constituição e funcionamento dos corpos administrativos em geral	273 °
Capitulo I — Da constituição dos corpos administrativos	273 °
Capitulo II — Do funcionamento dos corpos administrativos	277 °
Secção I — Sessões e reuniões	277 °
Secção II — Deliberações	287 °
Secção III — Especialidades de algumas deliberações	302 °
Sub-secção I — Alienação dos bens próprios	302 °
Sub-secção II — Empreitadas e fornecimentos	303 °
Sub-secção III — Concessão de obras ou serviços	306 °
Secção IV — Sanção das deliberações ilegais	307 °
Secção V — Acções em que os corpos administrativos tenham interesse	312 °
Capitulo III — Da intervenção do Governo no funcionamento dos corpos administrativos	315 °
Secção I — Inspecção administrativa	315 °
Secção II — Dissolução	321 °
Secção III — Regime de tutela	325 °
Titulo VI — Dos baldios	331 °
Capitulo unico — Da classificação e aproveitamento dos baldios	331 °
Secção I — Classificação e inventario	331 °
Secção II — Baldios indispensaveis ao logradouro comum	336 °
Secção III — Baldios dispensaveis ao logradouro comum	338 °
Sub-secção I — Disposições comuns	338 °
Sub-secção II — Baldios próprios para cultura	340 °
Sub-secção III — Baldios impróprios para cultura	342 °
Sub-secção IV — Baldios destinados a arborização	344 °
Titulo VII — Do distrito	347 °
Capitulo I — Do governador civil	347 °
Capitulo II — Da secretaria do governo civil	356 °
Titulo VIII — Das pessoas colectivas de utilidade publica administrativa	359 °
Capitulo I — Disposições comuns	359 °
Secção I — Tutela	359 °
Secção II — Inspecção e aprovação tutelares	361 °
Secção III — Orçamento, contabilidade e tesouraria	366 °
Secção IV — Dissolução e extinção	368 °
Capitulo II — Das associações beneficentes ou humanitárias	372 °
Secção I — Misericórdias	372 °
Secção II — Outras associações de beneficência	379 °
Secção III — Associações humanitárias	381 °

Artigos

Capitulo III — Dos institutos de utilidade local	383 °
Titulo IX — Da actividade beneficente ou de assistência das associações religiosas	387 °

PARTE II

Dos funcionários administrativos e dos assalariados

Titulo I — Dos funcionarios administrativos	389 °
Capitulo I — Do pessoal maior das secretarias e tesourarias	389 °
Secção I — Categorias e quadros	389 °
Secção II — Recrutamento e provimento dos funcionarios dos quadros privativos	394 °
Sub-secção I — Disposições comuns	394 °
Sub-secção II — Ingresso no quadro	402 °
Sub-secção III — Promoção	403 °
Secção III — Recrutamento e provimento dos funcionarios do quadro geral administrativo	404 °
Sub-secção I — Disposições comuns	404 °
Sub-secção II — Ingresso no quadro	406 °
Sub-secção III — Promoção	412 °
Sub-secção IV — Provimento	418 °
Secção IV — Posse	422 °
Secção V — Serviço dos funcionarios e sua aposentação	429 °
Sub-secção I — Deveres dos funcionarios	429 °
Sub-secção II — Faltas e licenças	436 °
Divisão I — Faltas ao serviço	436 °
Divisão II — Licenças	441 °
Sub-secção III — Situações dos funcionarios	448 °
Divisão I — Quadro geral	448 °
Divisão II — Quadros privativos	452 °
Sub-secção IV — Vencimentos	454 °
Sub-secção V — Incompatibilidade e acumulações	469 °
Sub-secção VI — Antiguidade e informações	474 °
Sub-secção VII — Aposentações	481 °
Secção VI — Da disciplina	484 °
Sub-secção I — Responsabilidade disciplinar	484 °
Sub-secção II — Penas disciplinares e seus efeitos	490 °
Sub-secção III — Competência disciplinar	496 °
Sub-secção IV — Aplicação das penas	501 °
Sub-secção V — Processo disciplinar	508 °
Divisão I — Disposições gerais	508 °
Divisão II — Instrução do processo	514 °
Divisão III — Defesa do arguido	521 °
Divisão IV — Decisão disciplinar e sua execução	524 °
Divisão V — Processos especiais por abandono de lugar e por falta de assiduidade	529 °
Divisão VI — Revisão dos processos disciplinares	534 °
Capitulo II — Do pessoal maior dos serviços especiais	540 °
Secção I — Disposições gerais	540 °
Secção II — Funcionarios de nomeação vitalicia	546 °
Secção III — Funcionarios contratados	547 °
Capitulo III — Do pessoal menor	552 °
Capitulo IV — Dos interinos	557 °
Titulo II — Dos assalariados	560 °

PARTE III

Das finanças locais

Titulo I — Disposições gerais	566 °
Capitulo I — Da autonomia financeira dos corpos administrativos	566 °
Capitulo II — Da receita e despesa e sua classificação	568 °
Capitulo III — Do orçamento	575 °
Capitulo IV — Da cobrança das receitas	581 °
Capitulo V — Do pagamento das despesas	592 °

Artigos

Capítulo VI — Da contabilidade e contas de gerência	596 °
Título II — Das finanças municipais	599 °
Capítulo I — Das receitas	599 °
Secção I — Impostos	599 °
Sub-secção I — Impostos directos	600 °
Sub-secção II — Impostos indirectos	612 °
Secção II — Rendimentos de bens próprios	618 °
Secção III — Taxas	620 °
Secção IV — Multas	622 °
Secção V — Contencioso dos impostos e outros rendimentos municipais	623 °
Sub-secção I — Reclamações contenciosas	623 °
Sub-secção II — Julgamento de transgressões	634 °
Capítulo II — Das despesas	639 °
Capítulo III — Do orçamento	642 °
Capítulo IV — Da contabilidade municipal	652 °
Capítulo V — Disposições especiais para as zonas de turismo	655 °
Título III — Das finanças paroquiais	659 °
Capítulo unico — Das receitas, das despesas do orçamento e das contas paroquiais	659 °
Título IV — Das finanças provinciais	665 °
Capítulo unico — Das receitas, das despesas, do orçamento e das contas provinciais	665 °

PARTE IV

Do contencioso administrativo

Título I — Dos tribunais do contencioso administrativo	671 °
Capítulo I — Da organização	671 °
Capítulo II — Do funcionamento	690 °
Título II — Da competência contenciosa	695 °
Capítulo I — Disposições gerais	695 °
Capítulo II — Da competência contenciosa dos auditores	700 °
Capítulo III — Da competência contenciosa do Supremo Tribunal Administrativo	711 °

ÍNDICE COMPLEMENTAR

Págs

Lei n.º 1 940 de 3 de Abril de 1936	5
Lei n.º 1 945 de 21 de Dezembro de 1936	11
Lei n.º 1 946 de 21 de Abril de 1936	12
Decreto-lei n.º 27 424 de 31 de Dezembro de 1936	15
Mapa I — Classificação dos concelhos	189
Mapa II — Classificação das freguesias	192
Mapa III — Provincias	231
Mapa IV — Classificação dos distritos	234
Mapa V — Serviços de incêndios	234
Mapa VI — Quadro geral do pessoal maior das secretarias dos governos civis e administrações dos bairros e das secretarias e tesourarias das câmaras municipais e juntas de provincia, e respectivos vencimentos	235
Mapa VII — Quadro do pessoal maior das secretarias dos governos civis e administrações de bairro e das secretarias e tesourarias das câmaras municipais e das juntas de provincia	236
Tabela I — Vencimentos dos presidentes das câmaras municipais dos concelhos de Lisboa e Porto	237
Tabela II — Máximo de vencimentos do pessoal maior dos serviços especiais dos corpos administrativos	237
Tabela III — Máximo de vencimentos do pessoal menor dos governos civis, administrações de bairro, câmaras municipais e juntas de provincia	238
Tabela IV — Taxas	238